

# ACERVO

ISSN 0102-700-X

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 22 • NÚMERO • 01 • JAN/JUN • 2009



## O IMPÉRIO NOS TRÓPICOS

CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Presidência da República  
Arquivo Nacional

# ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, v. 22, NÚMERO 1, JANEIRO/JUNHO 2009

© 2009 by Arquivo Nacional  
Praça da República, 173  
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República**

Dilma Vana Rousseff

**Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República**

Erenice Alves Guerra

**Diretor-Geral do Arquivo Nacional**

Jaime Antunes da Silva

**Coordenadora-Geral de Acesso e Difusão Documental**

Maria Aparecida Silveira Torres

**Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo**

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

**Editoras**

Maria Elizabeth Brêa Monteiro e Renata William Santos do Vale

**Conselho Editorial**

Jaime Antunes da Silva, Maria Aparecida Silveira Torres, Carmen Tereza Coelho Moreno, Maria Elizabeth Brêa Monteiro, Maria Esperança de Resende, Maria Izabel de Oliveira, Marilena Leite Paes, Mauro Domingues de Sá, Mauro Lerner Markowski, Renato Diniz, Antônio Carlos Valério, Valéria Maria Morse Alves e Wanda de Cassia Santos Ribeiro

**Conselho Consultivo**

Ana Maria Camargo, Angela Maria de Castro Gomes, Boris Kossoy, Célia Maria Costa, Elizabeth Carvalho, Francisco Falcon, Helena Ferrez, Helena Corrêa Machado, Heloísa Liberalli Belotto, Ilmar Rohloff, Jaime Spinelli, Joaquim Marçal, José Carlos Avelar, José Sebastião Witter, Léa de Aquino, Lena Vânia Pinheiro, Margarida de Souza Neves, Maria Inez Turazzi, Marilena Leite Paes, Regina Maria Wanderley e Solange Zúñiga

**Preparação e Revisão**

José Claudio Mattar, Mariana Simões, Maria Rita Aderaldo e Renata Ferreira

**Tradução e Pesquisa de Imagens**

Renata William Santos do Vale

**Projeto Gráfico**

André Villas Boas

**Editoração Eletrônica, Ilustração e Capa**

Judith Vieira

**Imagem da Capa**

Santa Sucata

**Digitalização de Imagens**

Flávio Ferreira Lopes

**Pesquisa Bibliográfica**

Renata William Santos do Vale

---

Acervo: revista do Arquivo Nacional. —  
v. 22 n. 1 (jan./jun. 2009). — Rio de Janeiro:  
Arquivo Nacional, 2009.  
v.22; 26 cm  
Semestral  
Cada número possui um tema distinto  
ISSN 0102-700-X  
1.O Império nos Trópicos - Brasil -  
I. Arquivo Nacional

CDD 981

# S U M Á R I O

## Apresentação

7

### De um Século a Outro

Uma nova época ou um novo mundo?

Francisco José Calazans Falcon

19

### Paisagem e Identidade

A construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino

Lília Moritz Schwarcz

53

### A Presença Britânica no Império nos Trópicos

Leslie Bethell

67

### Conexões Rio-Bahia

Identidades e dinâmica cultural entre trabalhadores, 1850-1888

Gabriela dos Reis Sampaio

85

### Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino

Valdei Lopes de Araújo

99

### D. João VI e a Gênese do Império Brasileiro na Obra de Varnhagen

Lucia Maria Paschoal Guimarães

109

### A Fotografia Além da Corte

Expansão da fotografia no Brasil Império

Boris Kossoy

123

A Pintura do Século XIX em uma Coleção Moderna

Ana Paola P. Baptista

139

Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro

Fania Fridman

153

A Natureza Contra o Hábito

A ciência médica no Império

Flavio Coelho Edler

167

O Homem, as Ciências Naturais e o Brasil no Século XIX

Heloisa Maria Bertol Domingues

179

O Brasil dos Naturalistas Spix e Martius

Taxonomia e sentimento

Karen Macknow Lisboa

195

Resenha

Sobre a Lei e o Estado

Escravidão e liberdade no Vale do Paraíba

Renata William Santos do Vale

201

Perfil Institucional

Unidade, Diversidade, Sociabilidade

O IHGB nos seus 170 anos

Arno Wehling

209

Perfil Institucional

Arquivo Nacional: 170 anos

Cláudia Beatriz Heynemann

217

Bibliografia

# A P R E S E N T A Ç Ã O

Em 2008, o Arquivo Nacional organizou um seminário internacional – O império nos trópicos – com o intuito de refletir sobre a nascente “civilização brasileira” e as concepções a respeito da natureza, história e território que nortearam a ideia de nação que se pretendia construir entre os anos de 1808 e 1889.

Este número da *Acervo* reúne na forma de artigos as conferências e palestras apresentadas por especialistas na história do Brasil oitocentista, que discutiram, ao longo de três dias de encontros, aspectos definidores daquela sociedade e daquele tempo.

As conferências proferidas durante o seminário constituem os artigos iniciais desta revista. O professor Francisco Falcon aborda em seu texto as múltiplas heranças deixadas pelo século XIX ao XX nos campos da economia, tecnologia, ideologia, entre outros, e as perspectivas historiográficas. O artigo de Lília Schwarcz discute a elevação da natureza como paisagem idealizada e moral, presente nas obras dos pintores do período joanino, em

especial Nicolas-Antoine Taunay. Leslie Bethell examina em seu texto o predomínio e influência britânicos em diversos aspectos da vida do Império, sobretudo no comércio, economia e desenvolvimento da infraestrutura do país.

As leituras oitocentistas foram abordadas pelos artigos de Valdeci Lopes de Araújo e Lucia Maria Paschoal Guimarães que apresentam, respectivamente, um mapeamento dos usos e formas da escrita da história do Brasil e uma discussão da noção de continuidade na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, autor da primeira *História geral do Brasil*.

A chegada da fotografia nos salões do Império foi um importante acontecimento e um indicativo da modernidade almejada pela nova nação. O artigo de Boris Kossoy traz uma outra dimensão desse evento ao registrar, por meio da história fascinante de fotógrafos desconhecidos e suas artes, o cotidiano das províncias afastadas da Corte e suas clientelas simples e edificações menos pomposas, mas também imprescindíveis

para a formação de uma memória visual dos cenários e personagens do Brasil.

A coleção de arte que constitui o acervo dos museus Castro Maya serve de base para a discussão que Anna P. Baptista desenvolve acerca do lugar da arte do século XIX e as vertentes da produção artística desse período identificadas nessa coleção.

A arquitetura oitocentista é tratada no artigo de Fania Fridman a partir da análise da urbanização fluminense vinculada à estrutura social e fundiária, na qual o capital inglês já se fazia sentir e cujos resultados se manifestaram na morfologia e na política de gestão do território. A influência dessa nova organização do espaço urbano nos hábitos e condutas normatizados pela medicina higienista é o tema do artigo de Flávio Edler, que traça um cenário de como as leis da higiene procuravam reordenar as relações sociais herdadas do período colonial para um novo modelo organicista e profilático.

O século XIX significou um grande esforço na direção da modernização do país. No campo das ciências e da natureza, as expedições científicas se revestem de um sentido não mais voltado para a exploração de um exotismo, mas para o conhecimento. Com essa perspectiva, Heloisa Bertol Domingues analisa os diferentes ramos das ciências naturais e a definição do homem pelo espaço em que vivia. O Império testemunha a presença no Brasil de renomados exploradores, como

Francis de Castelnau, e a dupla Johann Baptist von Spix e Karl von Martius, imbuídos de descrever a natureza e a terra brasileiras. Karen Macknow Lisboa discorre sobre as relações que se estabelecem entre os naturalistas e seu objeto, e os sentimentos evocados pela natureza, na obra *Viagem ao Brasil*, de Spix e Martius.

As discussões acerca da escravidão e dos significados da liberdade aparecem no artigo de Gabriela Sampaio, que analisa o cotidiano de trabalhadores libertos que migraram entre os núcleos urbanos da Bahia e do Rio de Janeiro, e na resenha do livro de Ricardo Salles sobre o impacto da Lei do Ventre Livre no Vale do Paraíba fluminense. Essa temática suscitou acalorados debates acerca do papel e do protagonismo dos escravos na obtenção de avanços e conquistas em um mundo marcado pela violência.

Por fim, apresentamos o perfil institucional de duas casas fundadas no mesmo ano de 1838, ambas com a difícil mas fundamental missão de reunir os documentos necessários para a escrita da história do Brasil e para a construção do passado e da identidade da nação. Falamos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Nacional (então Arquivo Público do Império), que no ano de 2008 celebraram 170 anos de existência e de contribuição intelectual para o estudo da história luso-brasileira, que quisemos, com a realização do seminário e a publicação de seus resultados, também comemorar.

**Maria Elizabeth Brêa Monteiro**  
**Renata William Santos do Vale**

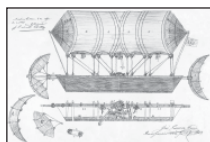
**Francisco José Calazans Falcon**  
Professor titular do Programa de Pós-Graduação  
da Universo e Professor titular aposentado da UFF.

# De um Século a Outro

## Uma nova época ou um novo mundo?

O artigo apresenta um panorama das duas viradas de século – do XVIII para o XIX e deste para o XX – como o nascimento de novos mundos ou épocas. Primeiramente, o autor analisa o contexto de origem e penetração das ideias iluministas e de crise do Antigo Regime na Europa. Na segunda parte, discute o começo de um novo mundo, marcado pela crença no progresso, pelos avanços tecnológicos e pelos grandes conflitos armados.

*Palavras-chave: história das ideias; historiografia; história cultural.*



The article presents a general view of the two turns of the century, from the 18<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup>, and from this one to the 20<sup>th</sup>, as the beginning of new epochs. First

the author analyses the origins and spread of the Enlightenment, and the crisis of the *ancien régime* in Europe. In a second part, he discusses the beginning of a new world, noted for the belief in the ideal of progress, for the technological improvements, and for the great armed conflicts.

*Keywords: history of ideas; historiography; cultural history.*

**D**e um século a outro: uma nova época ou um novo mundo? Passagem de século, mudança de época? Nascimento de um novo mundo? Na realidade, quando começamos a preparar este trabalho, logo percebemos a presença de dois sentidos distintos e pos-

síveis de serem depreendidos do tema proposto, dois sentidos ou, melhor, duas leituras para as noções de *passagem*, *época*, e *mundo*. Qual delas escolher então? A passagem do século XVIII ao XIX, ou a do século XIX ao XX? Afinal, em relação às duas são pertinentes as indagações



baseadas nas ideias de *época e mundo*. Concluimos então, preliminarmente, que a proposta deste trabalho já continha em seu bojo uma espécie de duplicidade interpretativa do ponto de vista do observador do oitocentos. Origens e continuidades/rupturas.

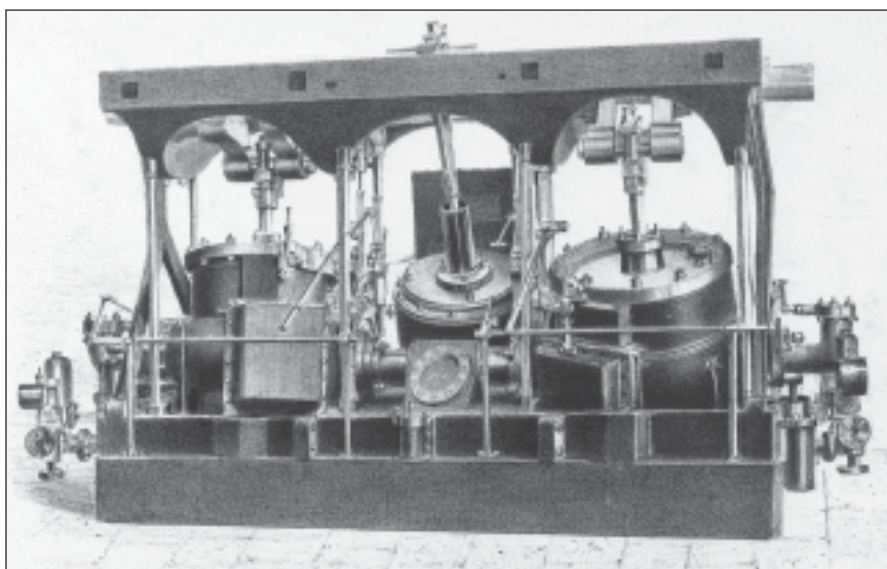
Decidimos, então, pela abordagem daquelas duas passagens, a especificidade histórica de cada uma delas, os diferentes espaços-tempos que as caracterizam. Percebemos, também, que não caberia no tempo de que podíamos dispor mais do que algumas pinceladas bastante amplas a respeito das características mais significativas historicamente de cada uma daquelas passagens.

Começamos então pela primeira, a mais antiga em termos cronológicos, entre o último quartel do século XVIII e as primeiras décadas do XIX. Afinal, é ao longo desse percurso cronológico que se situa o gran-

de acontecimento histórico do ano de 1808 – a transmigração da Corte portuguesa da metrópole lusitana para as terras brasileiras.

A fundação de um *Império nos trópicos*, no bojo da transferência da Corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1807-1808, processou-se no âmbito de um contexto histórico caracterizado pelo impacto da Revolução Francesa sobre a sociedade do Antigo Regime, a partir de 1789, com repercussões as mais variadas em termos políticos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos.

Convém não perder de vista que a Revolução Francesa eclodiu em pleno *mundo ocidental* (dos historiadores do século XX). Na realidade, tratava-se de um mundo dominado até então, com poucas exceções, pelas práticas e instituições típicas do *Ancien Régime*: o Estado absolutista, uma sociedade de ordens ou estamental, o mercantilismo como mistura de ideias e



Máquina a vapor produzida no Arsenal da Marinha e apresentada na Exposição Nacional de 1861, no Rio de Janeiro

práticas econômicas, a contestação à preeminência intelectual e pedagógica eclesiástica pelos filósofos e artistas da Ilustração/Iluminismo, a ascensão mais rápida ou mais lenta do *terceiro estado*, as disputas pelo domínio sobre a expansão mercantil e colonial ultramarina.<sup>1</sup>

A Revolução Francesa teve início quando eram ainda bastante recentes os acontecimentos da revolta das colônias inglesas da América do Norte contra o domínio britânico – a chamada Revolução Americana – e, por outro lado, quando o Iluminismo, ou seja, a hegemonia das ideias ilustradas, associadas ao prestígio dos filósofos, sob o domínio da Razão, aprofundava seus ataques às igrejas em geral, mas em particular à Igreja Católica Romana. A partir da década de 1790, o racionalismo iluminista já começa a experimentar as primeiras ondas hostis do movimento romântico, isto é, do Romantismo, sobretudo em terras germânicas, mas não só.<sup>2</sup>

Mas o último quartel do setecentos foi também o palco de transformações cruciais nas explorações agrícolas e nas atividades manufatureiras em algumas poucas regiões europeias, a começar pelas ilhas britânicas. A chamada *revolução agrícola*, baseada no *cercamento dos campos* e na introdução de novas práticas e técnicas agrícolas, de viés capitalista, abriu caminho a transformações ainda mais radicais e decisivas na esfera da produção industrial, com a introdução de diversos tipos de máquinas, a começar

pela máquina a vapor. A partir daí afirmou-se o poderio econômico da Grã-Bretanha, caracterizado pela íntima integração da exploração e do comércio coloniais com a produção industrial da metrópole. Em plano mundial, vivia-se então a realidade, dia a dia mais evidente, da preponderância britânica do ponto de vista do *sistema econômico mundial*.<sup>3</sup>

Simultaneamente, porém, vivenciavam-se as seculares disputas entre uma Inglaterra senhora dos mares e uma França preponderante no continente europeu e sempre pronta a disputar à Inglaterra rotas marítimas e espaços coloniais. É nesse cenário de intermináveis disputas anglo-francesas, espécie de nova Guerra dos Cem Anos, que se deve interpretar o problema específico de Portugal, inclusive a decisão tomada em 1807 de transferir a Corte para o Rio de Janeiro.

Quanto à Europa continental, desde meados do século XVIII vinham acentuando-se as diferenças econômicas, sociais, políticas e culturais entre alguns poucos países ou regiões centrais, como a França, os Países Baixos austríacos, as Províncias Unidas, a Renânia e a Suíça, relativamente mais desenvolvidos que os demais, e uma espécie de Europa periférica, mais atrasada e amarrada às instituições do *Ancien Régime*: os países ibéricos, os estados italianos, a maior parte dos Estados germânicos, as terras das coroas da Áustria e da Hungria, a Polônia e a Rússia. Não por simples acaso, foi nos territórios desses Estados que surgiram na segunda

metade do século XVIII as políticas reformistas, ditas *ilustradas*, caracterizadas pelas ações de governos monárquicos cujos príncipes e/ou ministros mais influentes buscaram intervir diretamente nos diversos setores da sociedade, através de leis e decretos tendentes a induzir transformações econômicas e mudanças sociais e culturais tidas então como necessárias ao crescimento econômico, à *modernização* e ao progresso em geral, segundo o modelo de ideólogos e as exigências dos erários régios e de novas camadas sociais em ascensão.

Políticas econômicas mercantilistas, associadas a práticas reformistas as mais variadas, sobretudo em relação à sociedade e à cultura, configuram então um processo de mudanças “pelo alto”, as quais ficaram conhecidas desde então como *despotismo esclarecido*, ou *absolutismo esclarecido*.<sup>4</sup>

Em Portugal, esse reformismo ilustrado corresponde ao reinado de d. José I, quando seu principal ministro, o secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, empreendeu a ferro e fogo a tarefa de pôr em prática as múltiplas reformas que deveriam levar o reino luso à modernidade plena, notadamente no plano mercantil, educacional e cultural, por meio da submissão irrestrita da velha aristocracia e da afirmação do poder real em face da antiga hegemonia eclesiástica. Assim, de 1750 até 1777, o *despotismo* e o *arbitrio*, como diziam seus adversários, marcou o exercício do poder monárquico.<sup>5</sup>

Morto d. José I, afastado Carvalho e Melo para o exílio em Pombal, por ordem de d. Maria I, iniciou-se um período de ruptura e ao mesmo tempo de continuidade em relação à *época pombalina*, durante o qual, apesar de alguns equívocos suscitados pela ideologia da *Viradeira*, as idéias do reformismo ilustrado predominaram, ajustando-se aqui e ali às realidades dos novos tempos. Com a fundação da Academia das Ciências de Lisboa, em 1779, e o prosseguimento das mudanças modernizadoras na Universidade de Coimbra, abriu-se uma nova era repleta de perspectivas otimistas para Portugal e seus domínios. Foi também nessa época que as ideias fisiocráticas ganharam força, traduzindo-se em estudos voltados para a investigação e o aproveitamento dos recursos naturais do *império* lusitano.<sup>6</sup>

Trata-se também de uma época marcada em Portugal e outras partes da Europa pela penetração lenta, mas continuada, das *ideias francesas*, ou seja, as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, sempre bastante críticas em relação ao arbitrio do poder típico dos regimes absolutistas, à intolerância religiosa, à censura intelectual e aos inúmeros privilégios sociais ainda existentes.

De um ponto de vista cronológico, a passagem de um século a outro, isto é, do século XVIII ao XIX, deveria ser entendida em função de dois momentos distintos: em primeiro lugar, 1789, início da Revolução Francesa, ponto de partida da própria ideia de revolução que haveria

de assombrar, em diversos sentidos, interesses e mentalidades conservadores, ao longo de todo o século XIX e começos do século XX; em segundo lugar, 1815, fim das guerras napoleônicas e marco inicial da Restauração antirrevolucionária, quase sempre associada ao Congresso de Viena e sua tentativa de reconstituir o mapa político-territorial da antiga Europa absolutista. Entre essas duas datas, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e o início da *interiorização da metrópole*, ou, se assim o preferirmos, da *construção de um novo Império nos trópicos*.<sup>7</sup>

Muitas continuidades e inumeráveis inovações acompanharam tais mudanças. Delas tem se ocupado constantemente a historiografia, sobretudo em ocasiões, como a atual, em que se comemora o importante marco cronológico do bicentenário da *transmigração*. Historiá-las, no entanto, seria escrever mais uma vez a história do Reino Unido e aquela outra, bem mais longa, do Brasil Império. Fiquemos, por ora, tão somente, com o breve panorama que procuramos desenhar daquela primeira passagem de épocas e de mundos.

Pensemos, a partir de agora, na segunda das passagens antes mencionadas: a *passagem* do século XIX para o século XX – mudança de época, emergir de um novo mundo, e, no caso brasileiro, passagem do Império à República.

Há muitas coisas convenhamos, uma certa demasia de sentidos quando se trata

da história dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do século XX. Coisas demais, repetimos, quando sequer temos clareza suficiente acerca das tomadas de consciência associadas às noções de *época e mundo*. Pensamos então em como tais noções podem assumir sentidos ou significações muito diferentes, conforme pretendamos associá-las aos próprios agentes históricos seus contemporâneos, ou à história da história elaborada desde então, por historiadores até o momento atual.

Trata-se aqui, portanto, de lidar com aquelas duas perspectivas possíveis em todo trabalho historiador: a perspectiva dos contemporâneos, ou seja, daqueles que vivenciaram em suas várias dimensões os próprios acontecimentos a partir dos quais as diversas narrativas historiográficas foram produzidas, e, em segundo lugar, as perspectivas presentes em tais narrativas com suas variadas interpretações, construídas que foram *a posteriori* pela própria escrita da história.

Entre o último decênio do século XIX e o primeiro do século XX, habituamo-nos a acreditar na existência de uma espécie de *passagem*, não somente cronológica, entre dois grandes séculos, ou dois grandes mundos. Pensamos então nas grandes realizações do oitocentos, seus indiscutíveis progressos em todos os campos do conhecimento humano, nas realizações da civilização ocidental, e não podemos deixar de lembrar *Les bourgeois conquérants*, de Charles Morazé,<sup>8</sup> ou

tampouco esquecer o quase profético *Essai sur l'accélération de l'histoire*, de Daniel Halévy,<sup>9</sup> entre tantos outros.

A lembrança dos inúmeros progressos associados ao século XIX constitui o indispensável pano de fundo da mitologia da *Belle Époque*, espécie de antessala do mundo contemporâneo. No entanto, é aqui que ronda o perigo: a perspectiva otimista que a *Belle Époque* de certa maneira simboliza, representa o risco bastante real de dois esquecimentos imperdoáveis: o esquecimento da face sombria e trágica dessa mesma *Belle Époque*, e o esquecimento da própria história que se seguiu – a começar pela Primeira Guerra Mundial.

Assim, se estamos à procura de algo realmente novo, é uma década adiante que precisamos ir buscá-lo. Somente então estaremos em condição de compreender que a passagem de um século a outro é importante sim, por tudo que ela parece antecipar de ameaçador no século que se inicia, em contraste com uma certa imagem literária de paz, prazer de viver, domesticação dos conflitos, e dos sentidos.

#### ALGUMAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

**P**ensamos, em geral, na passagem de um século a outro como se tratasse de um acontecimento, inserido no próprio curso da Idade Contemporânea, ou até mesmo como o seu verdadeiro início. É certo que de acordo com uma tradição hoje já bastante antiga, a Idade Contemporânea começou com

os acontecimentos de 1789, isto é, com a Revolução Francesa. Bem, mas essa era uma maneira de ver as coisas tipicamente gaulesas, a qual, no entanto, acabamos por incorporar à nossa própria visão de mundo. Muito diversa, por exemplo, da visão anglo-saxônica, propensa a prolongar a *Modern History* até depois da metade do século XX, ficando a *Contemporary History* para os fatos mais próximos do historiador, enquanto a noção de *Current History* antecipava de certo modo a chamada história do tempo presente dos dias atuais.

Aliás, há bastante tempo, o historiador G. Barraclough propôs, a partir de argumentos ponderáveis, o ano de 1870 como sendo o começo da Época Contemporânea. Bem, mas essas são antigas quere-las, amareladas pelo tempo e quase esquecidas hoje em dia.

Na atualidade, a tendência é substituírmos os debates a respeito dos começos da Idade Contemporânea pelas polêmicas acerca das origens e características do século XX, isto é, suas dimensões históricas. Cada vez mais, a ideia de Época Contemporânea tende a identificar-se com o próprio século XX.

Vieram, assim, a *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991, escrito por Eric Hobsbawm,<sup>10</sup> e *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo, de Giovanni Arrighi,<sup>11</sup> tendo como limites a Grande Depressão, de 1873-1896, e a crise econômica mundial da década de 1970, ao passo que Hobsbawm

fixara como limites do “breve século XX”, os anos de 1914 e 1991.

As interpretações da Época Contemporânea variam bastante conforme predominem as dimensões econômicas ou não, pois – uma vez relativizados os excessos do economismo e recolocadas em cena em sua real importância – as questões políticas e ideológicas, além, é claro, das reflexões filosóficas e das diversas práticas culturais, mudam bastante os desenhos desse mesmo mundo contemporâneo tomado como sinônimo do século XX.

Na realidade, a maioria dos grandes estudos históricos sobre a Época Contemporânea baseia-se em questões estruturais e conjunturais de natureza essencialmente econômica, analisadas a partir de pressupostos sistêmicos e tendo como horizonte necessário o processo de globalização. Trata-se de questões importantes, certamente, talvez até mesmo fundamentais, conforme o ponto de vista adotado, mas que para nós, sobretudo a partir das dimensões bem mais modestas deste nosso trabalho, padecem de um duplo inconveniente: são excessivas e unilaterais.

#### AS MÚLTIPLAS HERANÇAS DO SÉCULO XIX

**A** pesar de não simpatizarmos muito com a noção de *herança* aplicada aos fenômenos históricos, decidimos, aqui, abrir uma exceção a fim de melhor enumerarmos os principais aspectos que expressam, nos vários níveis da realidade, as gran-

des realizações e os complexos problemas da *herança* do século XIX para o século XX.

#### **Economia e tecnologia**

Temos então, no plano econômico, as grandes transformações associadas à Segunda Revolução Industrial e aos significativos avanços realizados pela tecnologia. Ao mesmo tempo, verificam-se as mudanças que caracterizam a superação do capitalismo liberal pelo capitalismo oligopolista e imperialista. Fundamentais foram, assim, para boa parte dessas transformações, os efeitos da chamada Grande Depressão do século XIX (1873-1896) e os avanços tecnológicos cada vez mais rápidos resultantes da associação intensa entre as ciências e suas aplicações práticas.

Louis Pomméry,<sup>12</sup> ao resumir as principais marcas características dos gigantescos avanços e das mais importantes transformações que distinguem 1900 de 1800, destaca o progresso técnico: uma segunda revolução industrial, a ascensão da eletricidade com relação ao vapor, a entrada em cena do petróleo, a importância cada vez maior das indústrias químicas, a eletrometalurgia, a eletroquímica, a invenção da seda artificial, a indústria automobilística, o emergir da indústria aeronáutica, isto é, as descobertas se multiplicam: “uma única geração vê nascer o fonógrafo, o cinematógrafo, o telégrafo sem fio, o automóvel, a navegação submarina, a aviação”.<sup>13</sup>



Acrescente-se, ainda, a expansão da publicidade, a produção em massa e em série, a aceleração dos transportes.

Mudanças e mais mudanças, materializando de certa maneira a ideologia do progresso, numa nova arrancada da economia capitalista a partir de 1896; um clima que cerca de expectativas otimistas a aproximação do novo século.

Apenas para contrastar o nosso próprio discurso, vale mencionar neste passo o texto fundamental de Karl Polany, *A grande transformação*: as origens da nossa época.<sup>14</sup> Segundo ele, o que marca verdadeiramente as origens de nossa época é a ascensão e queda da economia de mercado, que garantiu cem anos de paz e prosperidade a partir do mercado autorregulável. Entre o final do oitocentos e 1920, diversas forças de ruptura vieram romper o equilíbrio das engrenagens econômicas, sociais e políticas dominantes no século XIX.

A civilização do século dezenove não foi destruída por ataques de bárbaros externos ou internos; sua vitalidade não foi solapada pelas devastações da Primeira Guerra Mundial, nem pela revolta de um proletariado socialista ou de uma classe média baixa fascista. Seu fracasso não foi consequência de alguma suposta lei de economia, como a da taxa de lucros decrescentes, a do subconsumo ou a da superprodução. Ela se desintegrou como resultado de um conjunto de causas inteiramente diferen-

tes: as medidas que a sociedade adotou para não ser aniquilada, por sua vez, pela ação do mercado autorregulável.<sup>15</sup>

### **Tensões na política externa**

As interpretações econômicas, ou predominantemente econômicas, são insuficientes como instrumentos de compreensão dos grandes problemas com os quais o historiador se defronta ao analisar a passagem do século XIX para o século XX. É imprescindível retomar conceitos e noções hoje em desuso a fim de que se possa pensar concretamente a totalidade do mundo capitalista. E inevitável não se trazer ao debate a questão do auge do imperialismo colonialista, com suas disputas coloniais e políticas protecionistas, assim como é inescapável de nosso horizonte a existência da *paz armada* e os constantes conflitos diplomáticos e militares localizados regionalmente.

A primeira coisa a se ter em vista é que no último decênio do oitocentos e no primeiro do novecentos agravou-se, sobretudo, a competição entre as grandes potências capitalistas e imperialistas, sobretudo porque ao lado da antiga rivalidade anglo-francesa entraram em cena as pretensões e conflitos da Alemanha, Bélgica, e Itália, bem como o expansionismo japonês, às custas da China e em conflito aberto com a Rússia, além do imperialismo norte-americano, principalmente a partir de 1898, quando derrotou a Espanha e se apropriou do pouco que restava do antigo império colonial hispânico.

Acrescente-se, ainda, que um sistema de alianças entre as grandes potências criara um complexo de obrigações políticas e militares que conferiam ao panorama internacional um clima de *paz armada*, no contexto da qual era cada vez mais intensa a concorrência armamentista. Um sistema diplomático dos mais intrincados caracterizava a busca do equilíbrio de poder entre as grandes potências, na tentativa de amenizar choques resultantes das rivalidades extraeuropéias. Estavam em jogo considerações de prestígio nacional, disputas comerciais, rivalidades coloniais. As rápidas inovações tecnológicas faziam parte também desse jogo de poder, pois influenciavam a modernização das forças armadas nacionais *pari passu* com a generalização do serviço militar obrigatório, princípio básico da ideologia da *nação em armas*. Meios de transporte mais rápidos, armamentos mais eficazes, tinham como questão-chave os planos de mobilização de cada país, peças fundamentais na estrutura e funcionamento das principais alianças. Para muitos políticos, intelectuais e mesmo uma parte dos setores militares, o equilíbrio de forças entre os sistemas de alianças era a melhor garantia de que um conflito armado entre as principais potências era algo impensável na prática. Não haveria guerra, dizia-se, mas, se ela vier a explodir, será de curta duração, pois nenhum país dispõe de recursos humanos, materiais e financeiros para sustentá-la por mais de uma semana.

### **Questões ideológicas e movimentos sociais**

Seja como for, no entanto, é comum pensar-se na *Belle Époque* como exemplo de uma época particularmente feliz da história do mundo ocidental. Quando mais não seja por contraste com tudo aquilo que se lhe seguiu. Todavia, essa visão dourada dos primeiros anos do século passado nada mais é do que a visão retrospectiva construída por aqueles que podiam então usufruir um padrão de vida elevado. Mas, para acreditar nessa visão é necessário esquecer ou fazer de conta que não existiam duas questões pelo menos: primeira, as divisões ideológicas e suas tendências políticas; segunda, os conflitos sociais em termos de movimentos, reivindicações e injustiças de toda ordem.

As instituições políticas de então, baseadas no sistema parlamentar, pressupunham um bipartidarismo como forma dominante e, segundo, a existência de minorias descontentes, radicais, à direita e à esquerda do espectro político, como grupos ativos, loquazes, mas incapazes de desafiar eleitoralmente a maioria liberal e os socialdemocratas. Os efeitos da universalização do direito de voto (masculino) e da massificação social crescente só viriam a ser percebidos de fato após o primeiro conflito mundial. Até 1914, acreditava-se muito na realidade e importância de uma vida política civilizada, bem comportada, fiel às regras do jogo democrático, apenas perturba-



da, é bem verdade, por um ou outro atentado anarquista.

Os progressos da industrialização levada a cabo pelo capitalismo monopolista ajudaram a fortalecer uma alta burguesia de banqueiros, industriais e comerciantes, com forte presença política e que bem ou mal agia em comum acordo com os quadros remanescentes da antiga aristocracia fundiária ou ligada ao aparelho estatal. Ao mesmo tempo, essa expansão capitalista, acompanhada de um forte crescimento demográfico, multiplicou o proletariado urbano, aumentando o número de sindicalizados, apesar das diferenças ideológicas e político-partidárias. Divisões entre os socialistas, cisões entre os anarquistas, esforços em prol de uma presença maior das igrejas no terreno da questão social, eram focos de conflitos por vezes violentos. Como consequência de todos esses elementos socioeconômicos, a realidade da luta de classes, as greves numerosas, as práticas repressivas.

Tais aspectos evidenciam a complexidade da vida política e social em plena *Belle Époque*, seus inúmeros conflitos e tensões, as muitas ameaças que então rondavam seu aparente equilíbrio, o custo real, sobretudo em termos sociais, de uma ideologia francamente utópica.

#### **Temas para uma história cultural**

Eis aqui um item fundamental, mas por demais diversificado. A rigor, se tivermos presente a diversidade de tópicos abran-

gidos hoje em dia pela história cultural, a época que elegemos como nosso objeto de estudo é extremamente rica em termos de ideias e práticas culturais. Pensamos aqui nos inúmeros debates, disputas e conflitos que então tiveram lugar na esfera do pensamento filosófico e científico, das teorias artísticas e literárias e suas múltiplas manifestações em todos os campos da vida intelectual, nos novos movimentos sociais, como, por exemplo, o feminismo, no cotidiano da existência social, nas novas formas e lugares de convívio social, na importância dos espaços públicos etc.

Na história das ideias, por exemplo, várias são as correntes que se opõem ao positivismo cientificista numa espécie de *revolta antipositivista*, como a denominou Hughes.<sup>16</sup> Numa outra ordem de ideias, mais em termos de história cultural, não se pode deixar de lado *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média, 1815-1914*,<sup>17</sup> assim como a monumental série *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud*.<sup>18</sup>

No âmbito da história da arte, encontramos as primeiras manifestações vanguardistas, como o futurismo, e os primeiros acordes modernistas na música. Embora seu desenvolvimento mais amplo tenha ocorrido a partir de 1920, convém não esquecer suas origens anteriores a 1914.

Todavia, por mais importantes que tenham sido, como o foram de fato, essas manifestações filosóficas, culturais

e artísticas são algumas das ideologias político-sociais herdadas do século XIX que irão literalmente *explodir* o mundo tal como este fora construído no oitocentos.

### **Papel decisivo das ideologias**

Referimo-nos, neste passo, às ideologias dominantes ao longo do século XIX e que foram legadas por este último ao século XX: trata-se de ideias ou conceitos verdadeiramente fundamentais, expressos quase sempre através de alguns pares bastante conhecidos, como, por exemplo, as questões inerentes à liberdade e à igualdade, ou aos conflitos entre tradição e revolução, além de tantos *ismos* típicos dessa época: nacionalismo, evolucionismo, racismo, modernismo, vanguardismo, anarquismo, comunismo, socialismo, apenas para citar alguns deles.

Dentre todos esses conceitos, autênticas ideologias com seus próprios ideais e crenças, destacam-se duas que foram de fato o mais importante e mais trágico legado do século XIX ao século XX: as ideologias da revolução e do nacionalismo.

Revolução, assim mesmo, no singular, como tão bem a analisou Koselleck,<sup>19</sup> é a entidade que afirma a promessa do devir anunciado pela Revolução Francesa, como revolução burguesa, primeiro, como revolução proletária, no futuro. Palavra mágica, revolução significou os movimentos românticos da burguesia liberal, antes de se tornar sinônima ou síntese das esperanças e reivindicações

proletárias anticapitalistas entendidas como o próprio sentido do processo histórico. Assim como havia tirado o sono a Metternich, a revolução perturba a tranquilidade da *Belle Époque*.

O nacionalismo, em suas diversas manifestações, traduz os impasses da geopolítica do *Ancien Régime*. As nações, quer as consideremos ou não como *comunidades imaginárias*, à maneira de Benedict Anderson, se afirmam ou se constroem como entidades históricas, sobretudo na primeira parte do século XIX. Logo, no entanto, um novo tipo de nacionalismo começa a se desenvolver a partir mais ou menos de 1870 – o nacionalismo expansionista, imperialista, em estreita associação com ideologias apoiadas em conceitos como civilização, cultura, raça, missão e progresso. As ideologias nacionalistas, cada vez mais intolerantes, radicais e agressivas, parecem justificar ou mesmo promover a exploração dos povos colonizados.

Dos encontros e desencontros entre revolução e nacionalismo, o século XX fará seus próprios usos, não raro contraditórios, de sua herança oitocentista.

Chegamos, assim, ao final desta longa exposição na qual tentamos dar algumas respostas, segundo perspectivas bastante gerais, às interrogações contidas no nosso tema: mudança de épocas, de mundos, passagens históricas decisivas do final do século XVIII aos começos do século XX.

# N O T A S

1. HOBBSBAWM, Eric. *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1962.
2. TILLY, Charles. *As revoluções europeias*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
3. WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world system: capitalist agriculture and the origins of the European world economy in the sixteenth century*. New York and London: Academic Press: 1974; e *The capitalist world-economy: essays*. London: Cambridge University Press, 1979.
4. CHAUNU, Pierre. *La civilisation de l'Europe des Lumières*. Paris: Arthaud, 1971.
5. FALCON, Francisco José C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
6. VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lucia Bastos Pereira das (orgs.). *Dicionário do Brasil joanino, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
7. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
8. MORAZÉ, Charles. *Os burgueses à conquista do mundo*. Lisboa; Rio de Janeiro: Cosmos, 1965.
9. HALÉVY, Daniel. *Essai sur l'accélération de l'histoire*. Paris: Arthème Fayard, 1961.
10. HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (1994).
11. ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996 (1994).
12. POMMERY, Louis. *Aperçu d'histoire économique contemporaine*. Paris: Librairie de Médicis, 1952, tome I – 1890-1939.
13. Idem, ibidem, p. 7-28, especialmente p. 15.
14. POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 167 e segs.
15. Idem, ibidem, p. 243.
16. HUGHES, H. Stuart. *Coscienza e società: storia delle idee in Europa dal 1890 ao 1930*. Torino: Einaudi, 1967 (1956).
17. GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média, 1815-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
18. GAY, Peter. *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; e *A experiência burguesa: guerras do prazer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
19. KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora Puc-Rio, 2006, p. 61-77.

---

Recebido em 14/2/2009  
Aprovado em 28/5/2009

**Lilia Moritz Schwarcz**

Professora titular da Universidade de São Paulo.  
Professora visitante da Princeton University.

# Paisagem e Identidade

## A construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino

O objetivo deste ensaio é entender o processo que resultou na elevação da natureza, como paisagem idealizada e moral, empreendida por pintores

do período joanino – em especial Nicolas-Antoine Taunay. E também observar como tal modelo acabou constituindo-se em elemento central nos discursos nacionais e identitários do Primeiro e, sobretudo, do Segundo Reinado.

*Palavras-chave: natureza; paisagem; Nicolas-Antoine Taunay; século XIX.*



The purpose of this essay is to comprehend the process that resulted in the eminence of nature, as a moral and idealized landscape, performed by painters of d. João

VI's reign – especially Nicolas-Antoine Taunay. And also observe how such model ended up constituting a central element in the national and identity-related discourses of the First and, mainly, the Second Empire.

*Keywords: nature; landscape; Nicolas-Antoine Taunay; 19<sup>th</sup> century.*

"A verdade, se quisermos  
aceitá-la em toda a sua  
cruza, é que simplesmente  
não é possível descrever  
uma paisagem com  
palavras. Ou melhor, ser  
possível, é, mas não vale a

pena. Pergunto se vale a  
pena escrever a palavra  
montanha se não sabemos  
que nome se daria a  
montanha a si mesma."  
José Saramago, *A viagem do  
elefante*

## A PAISAGEM COMO PÁTRIA

Alcançamos então uma elevação, abrindo-se diante de nós a mais ampla vista. Nápoles em toda a sua magnificência, milhas e milhas de casas enfileiradas à margem plana do golfo, promontórios, línguas de terra, paredes rochosas, depois as ilhas e, atrás delas, o mar. Tudo isso oferecendo uma paisagem encantadora. Uma cantoria medonha, antes um grito ou um uivo de alegria proveniente do rapaz em pé atrás de nós, me assustou e perturbou. Repreendi-o com veemência; até então ele não tinha ouvido nem uma palavra rude de nossa boca, pois se tratava de um jovem da melhor das índoles. Por algum tempo, ele não se mexeu; depois, bateu-me de mansinho nos ombros, esticou o braço direito entre nós, o dedo indicador levantado e disse: 'Signor, perdonate! Questa è la mia patria!'. E aquilo surpreendeu-me de novo. A mim, pobre homem do Norte, não pude conter as lágrimas que me afloraram aos olhos.<sup>1</sup>

É possível perceber, a partir do texto acima, escrito por Goethe em sua viagem à Itália, como a paisagem vem sempre carregada da experiência sensível de seu próprio observador. Ela é, pois, descrição de subjetividades e diz muitas vezes mais do sujeito que a define do que da realidade que se observa. Por isso mesmo, combina com a ideia de nação e com a noção romanceada e romântica da pá-

tria em que nascemos. Na verdade, ela se transformará, sobretudo no século XIX, em elemento fundamental para definição da identidade, que é sempre um fenômeno contrastivo e seletivo; um processo de seleções que implica em lembranças e esquecimentos.

Goethe, ao produzir essas reflexões, não realizava uma viagem meramente pessoal: encontrava-se em meio a uma experiência que longe de ser isolada era antes uma peregrinação – entre científica e filosófica –, mais conhecida na época como *Le Grand Tour*. Em meados do século XVIII era bastante usual a certa elite intelectual europeia de bom berço realizar esse tipo de percurso, que incluía vários lugares: primeiro a corte pomposa da França, depois a grandiosa corte papal e as casas nobres de Roma e Florença. O *tour* era em geral feito com a ajuda de um arquiteto ou de um pintor jovem, sendo os ingleses considerados, à época, como os mais bem preparados para tal função.

A Itália ia se convertendo em alvo dileto da curiosidade geral, ao mesmo tempo em que se descobriam coleções ou abriam-se escavações perto de ruínas da Antiguidade. E a partir desses tesouros um novo ideal, uma beleza e uma natureza platônicas passavam a inspirar as novas gerações e criavam vogas artísticas. E a moda ia pegando: pinturas, esculturas, vasos e demais objetos da Antiguidade eram comprados e mandados para Inglaterra e França, e se transformavam, por sua vez, em fonte de inspiração para

a voga neoclássica que chegava igualmente à pintura.

Aí estava uma viagem real, mas também de ideias. Não se tratava de apenas olhar as obras, mas de se deixar impregnar por elas, mudando gostos e concepções sobre a arte e sobre a própria percepção da natureza. A arqueologia começava a alterar os conhecimentos sobre o passado, assim como noções acerca da “paisagem” classicista, que vinham sempre misturadas com muita idealização. A natureza era incluída numa paisagem clássica da Antiguidade ou interpretada a partir de elementos mitológicos referidos a um passado igualmente elevado.

A velha Itália passava a representar o passado, e não só o passado esplendoroso da cultura clássica, mas também o passado que inspirara o famoso historiador Edward Gibbon, que por lá esteve entre 1764 e 1765, ou um passado mitificado que se reapresentava no presente. O país era entendido como uma nação adormecida, perdida em sua origem: uma cidade eterna. Por isso, os viajantes pensadores estavam sempre mais interessados no passado do que no desenvolvimento contemporâneo da Itália. Gibbon destacava os objetivos de tal viagem iniciática: “a pegada dos heróis, as relíquias, mas não as superstições são conhecidas por uma multidão de peregrinos”.<sup>2</sup>

Não foram poucos os intelectuais a empreender esse tipo de viagem, e dentre os diletantes mais conhecidos estava, justamente, Goethe, que vinculava o estudo da

Antiguidade clássica à importância do tema da paisagem.<sup>3</sup> Era como se a verdadeira natureza, uma natureza interior, se encontrasse concentrada na Itália e lá fosse possível descobrir qualquer inspiração. Mas nesse contexto de meados do XVIII não se tratava da descrição física da paisagem. A paisagem não era, pois, entendida apenas como objeto real, empírico ou concreto; apareceria, nesse momento, como um conceito mais próximo da concepção de “mundo ideal”. Como dizia Johan Joachim Winckelmann, figura chave na interpretação do passado clássico e na elevação do novo estilo: a Antiguidade deveria ser imitada, não exatamente copiada.

E também entre os viajantes nada acidentais de Roma estava Nicolas-Antoine Taunay, pintor que chegava à cidade em 1874 como estudante da Academia Francesa de Pintura, e que aportaria no Brasil em 1816 naquela que ficaria conhecida como “a colônia de artistas franceses de d. João”. Mesmo numa época marcada pelo predomínio da pintura de história, Taunay entendia que a paisagem era sua grande vocação, sua verdadeira missão.

#### PINTURA DE PAISAGEM: PLATITUDE E EXERCÍCIO MORAL

**S**em ser considerado gênero de primeira grandeza na hierarquia da Academia, a pintura de paisagem cumpria, a essas alturas, um papel fundamental. Os modelos eram, sobretudo, a paisagem tranquila da Arcádia de Claude Lorrain ou a natureza classicista

e moral de Poussin, mas sempre repletos das marcas da antiguidade, expressas nas ruínas e esculturas que apareciam inesperadamente nas telas. Interessante é que foi uma região particular da Grécia Central, não muito opulenta ou fecunda, que passou a ser entendida como o domínio da beatitude e das belezas perfeitas, mas rodeadas por uma auréola de triste e doce melancolia. A Arcádia surgia como a “era do ouro” com sua hospitalidade rústica e virtude inflexível. Como mostra Erwin Panofsky, do ponto puramente físico, essa terra não disporia de nenhum destes encantos a que se via normalmente associada, e por isso os poetas gregos evitavam usar a Arcádia como palco de suas pastorais. Seria a poesia latina, e não a grega, a responsável por tal mudança que penetrou no imaginário ocidental. Virgílio associaria os bosques sicilianos com a noção de virtude e de piedade da Arcádia, transformando duas realidades diferentes numa única utopia; um reino afastado que desafiava qualquer interpretação realista. A mesma imagem retornaria na Renascença para se conformar como um símbolo de felicidade e beleza, não só afastada no tempo como no espaço; um refúgio para uma realidade truncada diante de um presente duvidoso.<sup>4</sup>

Outro pintor se associaria à imagem da mitologia clássica da Arcádia grega com suas lendas bucólicas: Nicolas Poussin. Conhecido como o “pintor do espírito”,

Poussin traria para as suas telas personagens de características expressivas e apropriadas de modelos da antiguidade – que incluíam traços de beleza intelectual, física e ideal – e uma natureza a um só tempo grave e doce. O fato é que a Arcádia seria revisitada pela paisagem neoclássica, que buscava justamente nela o atributo da elevação moral.

Este é também o momento em que, entre as classes dirigentes europeias, o gosto pelo jardim inglês – por definição, desordenado e caótico – opõe-se à concepção cenográfica e teatral do jardim à francesa que marcou profundamente a pintura desse contexto.<sup>5</sup> Tal disputa teria uma repercussão imediata no gênero da paisagem que transformava a natureza em jardins internos mais ou menos domesticados.<sup>6</sup>

No entanto, o momento que Taunay viveu não seria tão idílico e calmo como pedia o gênero. Com a Revolução e a pilhagem dos objetos artísticos que a França passaria a empreender com o objetivo de enriquecer e ampliar suas próprias coleções, a peregrinação do *Gran Tour* perderia muito de sua importância. Por sua vez, Paris passaria a ser a capital da arte, a capital moral das artes.<sup>7</sup> O importante é que o gênero da paisagem ganhava nesse momento uma nova relevância. Se a primeira voga do *Gran Tour* acabara, restara a importância e a aura da paisagem classicista italiana.

A paisagem sempre significou a natureza esteticamente processada, um instrumento cultural, ou melhor, uma forma de ver,



mediada por elementos históricos, culturais e sociais. Como bem mostrou o historiador Simon Schama, a paisagem, antes de ser um repouso dos sentidos, é obra da mente. Não há olhar livre de cultura e é preciso reconhecer que nossa percepção transformadora é que estabelece a diferença entre essência (como natureza) e paisagem (como representação). Segundo Schama, ainda, a própria palavra *landscape* (paisagem) teria entrado na língua inglesa, no século XVI, procedente da Holanda, significando tanto uma unidade de ocupação humana – uma jurisdição, na verdade – quanto um objeto aprazível no campo da pintura.<sup>8</sup> Mesmo o termo “natureza” carregava outra derivação, uma vez que significava, antes de tudo, regiões que não eram dominadas por europeus, embora se incluíssem muitas regiões da entidade geográfica conhecida como Europa.<sup>9</sup>

Mas a partir de finais do XVIII e inícios do XIX, a paisagem seria mais claramente associada a uma visão individual e subjetiva, e aos discursos de identidade nacional: ela se transformaria em matéria diletta para qualificar “a terra mãe”. Assim, se até meados do XVIII vigoraria uma clara idealização do mundo rural – contraposto às cidades escuras, esfumaçadas e distantes da tranquilidade do campo –, se nesse momento as paisagens aprazíveis surgiam perdidas no tempo e repletas de luz da Itália classicista de Claude Lorrain, no século XIX ela se converteria mais diretamente numa fatu-

ra romântica, pronta para a interpretação mais romântica e de cunho nacional. Não à toa, a paisagem se revelaria como o mote certo para a encenação dos motivos nacionais, que se afirmavam por meio de novos cenários idílicos e personagens muitas vezes inusitadas. É certo que o pitoresco da paisagem tendia a reduzir a variedade a uniformidades previsíveis, tornando todos os lugares semelhantes em sua familiaridade, paz e quietude. Em um processo paralelo, cientistas da época trabalhavam com um mesmo “princípio da familiaridade”, dando nomes que consideravam familiares a plantas exóticas, ou que pelo menos lembravam suas próprias paisagens interiores.

Nem tão particulares eram, pois, as paisagens destes novos ambientes ou lugares pretensamente inexplorados de inícios do XIX. A imagem do “outro” era, de alguma maneira, transformada em elemento recorrente, afeito ao que de antemão se conhecia.<sup>10</sup> Até mesmo a experiência do sublime – quando as telas apresentavam cenas de maremotos, furacões ou a escuridão – parecia pautada pela ideia de ordem, ou da recuperação de certo equilíbrio natural.<sup>11</sup> As cenas pastoris resolviam tensões sociais, apresentando cenários de concórdia e sem violência, quando a figura humana surgia subordinada à paisagem. Kenneth Clark chamou-as de “uma eterna expressão de serenidade e otimismo”, mostrando como o gênero não permitia a manifestação de conflitos ou mesmo de particularidades.<sup>12</sup>



Os nativos apareceriam, pois, nas paisagens do final do XVIII e do começo do XIX, ao mesmo tempo em que na Inglaterra, e com Constable, a paisagem faria as vezes da identidade nacional, fecunda, domesticada e estável: “*the kingdom of my own*”.<sup>15</sup>

Por outro lado, ganha força nesse mesmo momento o gênero pitoresco que anunciava a voga das obras impressas e que continham gravuras. O termo receberia ainda outra acepção, uma vez que se remetia a novos personagens que mereciam ser representados nas gravuras. Tratava-se de dar lugar a aspectos extraordinários da vida cotidiana e de destacar pessoas humildes que ganhavam a dignidade da arte. Por outro lado, a viagem recebia agora um caráter testemunhal, no sentido de corresponder a novos vocabulários aprendidos a partir da experiência do viajante, que desloca, refunda e ressignifica. Não se quer dizer que tudo era novo na paisagem. Afinal, muitos artistas e cientistas traziam uma bagagem cultural pesada que os impedia de, apenas e tão simplesmente, ver livremente. Ou seja, qualquer observação carrega suas próprias convenções, ainda mais nesse contexto artístico, tão marcado pelos modelos rígidos da Academia de Belas Artes.

Como se pode notar, o contexto de inícios do XIX preparava, por onde quer que se olhasse, uma nova fatura, e a paisagem saía de um lugar secundário para adquirir posição mais fundamental no uni-

verso das artes. Até mesmo na França, berço do classicismo, já no século XIX, algumas telas de paisagem eram compradas e distribuídas pelos museus e prefeituras das províncias, como uma maneira de difundir a imagem nacional do país.

Se tudo isso é verdade, ganha um sentido ainda mais didático na pintura de meados do século XVIII e inícios do XIX. Gênero de segunda grandeza na estrutura da Academia, a paisagem continuava presa a certas regras e normas: deveria traduzir a “natureza verdadeira” porque idealizada, e surgia vinculada a um passado clássico ou mitológico. O fato é que o valor estético atribuído às *paisagens reais* estaria bastante afastado deste universo mais afeito às representações artísticas de paisagens alegóricas. Tratava-se, nesse ambiente, de produzir paisagens essencialmente simbólicas, montadas como cenários de teatro, que não teriam grande relação com a representação topográfica. Não obstante, apesar do interesse que a paisagem despertava no interior do ensino acadêmico, em pleno começo do XIX, ela continuava a ser estudada dentro de quatro paredes e inspirada pelos cenários da Antiguidade.

Tal ambiente começava, porém, a se alterar. Já em 1817 o gênero integrava o currículo da Academia Francesa e fazia parte da competição para o grande prêmio de Roma. Por sinal, a sanção acadêmica para a paisagem levou a um grande incentivo ao gênero no contexto da

Restauração dos Bourbon. Assim, se a égide da pintura de história não se encontrava em absoluto ameaçada, ao menos os pintores de paisagem recebiam novo estímulo a partir da criação do prêmio. O gênero da paisagem também ganharia impulso com o fortalecimento do romantismo. Em alemão, *landschaft* significava, ao mesmo tempo, uma cena visual e uma divisão territorial específica, como um distrito ou uma região, e por lá se manteve a designação inicial que ligava o nome à topografia. Como vimos, na antiga Inglaterra a palavra *landscape* tinha, a princípio, uma conotação similar, mas o termo passou a designar uma vista geral da superfície da terra, notada a partir da visão ou por uma perspectiva especial. A despeito das oscilações próprias a cada nação, o que se sabe é que essa tradição vinculou-se ao ideal romântico do novecentos, que destacava como cada nação carregaria a sua unidade cultural. Não por coincidência, a paisagem geográfica se transforma em paisagem sensível e cultural.

Nesse sentido, enquanto o Iluminismo dominante no XVIII enfatizava o universalismo e a racionalidade, o romantismo, por oposição, destacava a subjetividade, o particular e o nacionalismo. Assim, se os modelos de Rousseau iluminaram o ideário da Revolução Francesa, já os conceitos de Herder alimentaram o nacionalismo alemão do início do XIX, e destacaram a ideia de individualidade. Por outro lado, o romantismo alemão sobrevi-

veria não só durante a submissão da Alemanha às regras napoleônicas, como continuaria presente na época da dissolução do Império e ainda no momento das guerras de libertação em 1813. A nova oposição se manifestava, pois, entre uma Alemanha romântica e dinâmica e uma França estática e clássica; entre conceitos como “civilização” – largamente veiculado na França –, ou “cultura”, disseminado no novo contexto alemão. No entanto, enquanto a noção de civilização permitia pensar em uma só humanidade, a noção de cultura previa a ideia de que as manifestações eram particulares, fermento para os discursos da nacionalidade.<sup>14</sup>

E os românticos aprenderiam muito com o movimento do *Sturm und Drang* e com escritores como Goethe, Herder, Schiller e Schelling. Autores como Friedrich W. Joseph von Schelling, por exemplo, influenciavam decisivamente nesse debate, na medida em que entendiam a arte como uma forma privilegiada de representar a essência da nova filosofia que se inscrevia na noção de natureza. A natureza era então compreendida como uma espécie de espírito, enquanto que a arte representaria a sua conexão com a alma – um pacto espiritual –, assim como uma síntese vital de ambas. O estudo da paisagem ganhava, assim, nova relevância, agora vinculada a essa “essência”, que revestia a própria ideia de nação.

Há ainda outro elemento que condicionou o interesse acadêmico pela

paisagem, para além da vertente romântica alemã. Em 1806, com a hegemonia política do Império de Napoleão, a Holanda passou a sentir de maneira mais clara a influência política e cultural da França. Por outro lado, a própria Escola de Artes Holandesas realizava suas competições anuais e permitia que os vencedores estudassem dois anos na Academia de Roma ou na própria capital francesa. Mas a Escola Holandesa, quando incorporada ao sistema francês, traria lá suas especificidades: nesse lugar se dava grande ênfase às pinturas de paisagem e de gênero.<sup>15</sup> É preciso lembrar, por fim, da crescente influência dos naturalistas na pintura de paisagem, sobretudo a partir do início do XIX. O que era recente nessa nova forma de naturalismo – e que se tornou ainda mais forte por volta de 1815 – era a objetividade quase científica que apresentava, incluindo projeções de perspectivas e composições balanceadas. Em contraste com o classicismo, que fazia da paisagem uma abstração, os novos naturalistas baseavam seu estilo na observação direta e imediata.<sup>16</sup>

Mas existem ainda outros elementos, mais contingentes, a considerar. Com a sensação de desalento que a guerra gerara, a viagem se mostrava como uma nova saída para toda uma geração sedenta por novas paisagens. Se o *Gran Tour* já representara uma primeira investida nesse sentido, uma peregrinação iniciática, agora, e cada vez mais, a via-

gem e a diferença presente na paisagem faziam parte das metas do pintor. A emoção tornava-se necessária e mesmo indispensável para procurar uma elevação do espírito, sendo a matriz clássica revisitada por uma procura incessante pela diversidade e pela pesquisa de imagens incomuns.

Essa mudança de olhar, essa busca de comportamentos e repertórios novos, é marca fundamental desse contexto, e novamente chegamos ao encontro de nosso pintor Taunay e dos demais membros da assim chamada “missão francesa de 1816”. A viagem tornava-se, nesse momento, uma necessidade para os pintores de paisagem, uma verdadeira moda para aqueles que se motivavam pela exploração de novos ambientes e de um mundo que lhes oferecia cenários inesperados e inspiração. Era Lamartine – escritor, poeta e popular político francês – quem afirmava:

Não há sentimento completo a não ser que se tenha muito viajado, que se tenha mudado vinte vezes sua forma de pensar e de viver (...). Estudar os séculos dentro da história, os homens dentro das suas viagens e Deus dentro da natureza é a grande escola (...). Abramos os livros, vivamos, vejamos, viajemos, o mundo é um livro do qual cada capítulo nos abre uma página: aquele que só leu um, o que sabe?<sup>17</sup>

Também François-René Chateaubriand – escritor, ensaísta e político francês – in-

fluenciava toda uma geração com seus livros de viagem à América, e depois da Revolução, ao Oriente, à Grécia ou à Turquia. Grande cultor do romantismo, Chateaubriand era adepto da prática das viagens e da experiência filosófica que elas propiciavam.

Diferente da época clássica do século XVI, ou da viagem ritual do XVIII, o homem do início do XIX agora via na natureza uma expressão viva de sentimentos. A viagem era, pois, um remédio para o *mal du siècle*, representado pela instabi-

lidade da guerra. Numa época em que, na França, sucederam-se a Revolução Francesa, o Império e a Restauração dos Bourbon, tudo mudava e desaparecia, e, como dizia Chateaubriand, só as ruínas estavam lá para não deixar esquecer. E é por isso que a viagem romântica era remédio, mas também veneno. Remédio, pois redimiria a nostalgia de época; veneno, na medida em que levava a alterações radicais.

O fato é que o gênero da paisagem ganhava novo alento, exatamente no mo-

| Relação das Despesas a quem<br>por Decreto desta data, Mandas<br>Sua Magestade dar as Pensões<br>anuais abaixo declaradas |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Al Cavalheiro Joaquim Le Dorion, hum<br>conto e seiscentos mil reis. . . . .                                              | 1600000 |
| Pedro Dillon, oitocentos mil reis. . . . .                                                                                | 800000  |
| João Baptista Debret Pintor de Historias<br>oitocentos mil reis. . . . .                                                  | 800000  |
| Nicolas Antonio Taunay, Pintor, oitocen-<br>tos mil reis. . . . .                                                         | 800000  |
| Augusto Taunay, Escultor, oitocentos<br>mil reis. . . . .                                                                 | 800000  |
| Augusto Henrique Victorio Grandjean de<br>Montigni, Architecto, oitocentos mil reis. .                                    | 800000  |
| Soma 5600000                                                                                                              |         |
| Continua                                                                                                                  |         |

Relação dos artistas franceses contratados pelo príncipe regente para a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, entre eles Nicolas-Antoine Taunay

mento em que, com a reabilitação dos Bourbon, o antigo grupo de artistas de Napoleão perdia seu lugar nas benesses do Estado. E é exatamente uma parte desses artistas, vinculados diretamente ao Império de Napoleão, que aportam no Brasil em 1816, desacreditados com os destinos da Revolução e desapontados com as novas oportunidades profissionais que então se apresentavam. Lebreton, o chefe da colônia francesa, seria destituído de seu posto como secretário do Instituto, e todos os demais – Jean-Baptiste Debret, Grandjean de Monitgny, entre tantos outros membros – pareciam deslocados na nova estrutura. E entre eles encontramos Nicolas-Antoine Taunay, que parecia ainda mais desajustado nessa sua nova função. O “David das pequenas paisagens”, como era então conhecido, vinha em direção à sua viagem, à sua paisagem. Nesse novo ambiente, a natureza assumiria o corpo oculto do rei e do governante e seria retratada de forma idealizada: nos trópicos, mas com os modelos da Antiguidade grega ou da Arcádia romana. Difícil imaginar um diálogo mais distante: artistas outrora acostumados a consagrar o império francês passavam a representar uma corte distante da metrópole e estabelecida nos trópicos.

E tudo chocava: a cor do céu, o verde das florestas, os corpos dos escravos e a mestiçagem da população e da elite local. Se a paisagem não era um estilo privilegiado, seria retomada por Taunay,

sobretudo na América, e diante desse novo espetáculo que se apresentava diante dele. Nicolas transformaria a natureza em paisagem contemplativa e faria dela um local dileto para a idealização. Por outro lado, imaginava encontrar nela elementos pitorescos, suficientes para animar uma nova clientela na França. No entanto, esse Novo Mundo se mostraria muitas vezes refratário a deslocamentos fáceis e imediatos. Nem o modelo neoclássico ajustava-se perfeitamente à paisagem, nem as antigas imagens dos viajantes correspondiam ao que, então, observavam. Era a realidade que insistia em não se ajustar à imaginação.

Tomemos, pois, o caso paradigmático de Nicolas-Antoine Taunay, menos como um fiel representante de sua época e mais como um termômetro de seu tempo e uma interpretação das mais paradoxais. Se o pintor chegou ao Brasil junto com o grupo de artistas que tratava de criar a iconografia deste Império momentaneamente estacionado nos trópicos, sua inserção foi sempre particular. Nunca quis etnografar ou documentar o reino e, ao contrário, selecionou a natureza como sua verdadeira missão. Por outro lado, se não teve sucesso durante sua estada na América portuguesa, sua produção foi relida e tornou-se marcante em outro momento, mais especificamente durante o Segundo Reinado e no contexto do mecenato de Pedro II. Estranhos caminhos, difíceis traduções.

## UM PAISAGISTA CHAMADO TAUNAY

Nicolas-Antoine Taunay nasceu em Paris, a 10 de fevereiro de 1755, e foi desde jovem preparado para a carreira de pintor. Seu pai, Pedro Antonio Henrique Taunay (1728-1787), químico e pintor da manufatura real de porcelanas de Sèvres, adquiriu certo renome por conta de sua habilidade como inventor de esmaltes, matizes e cores, e teria grande influência sobre o filho e na sua prática como miniaturista e colorista.

Taunay frequentaria desde os treze anos os ateliês de artistas parisienses e já em 1777 apresentou-se, pela primeira vez, ao público local, em uma mostra ao ar livre conhecida como Exposição da Mocidade. Desde então acumularia relativa visibilidade, a ponto de gozar da amizade de Fragonard – que teria sido seu primeiro cliente – e de Hubert Robert. Fragonard se encarregaria também de apresentar Taunay ao conde d’Angeviller, então ministro das Belas Artes, superintendente dos Edifícios Reais e de Belas Artes. Seguindo o conselho do conde, Taunay candidatou-se à Academia Real de Belas Artes e, em 31 de julho de 1784, foi aceito como *agréé*. O título era o mais modesto na hierarquia da instituição, mas lhe franqueava a entrada nos salões oficiais bienais e as benesses da estrutura acadêmica. Começava, assim, a carreira de Taunay, que, desde então, filiou-se às lides e às normas da vida na academia.

No mesmo ano Taunay seria indicado por d’Angeviller para ocupar uma vaga na Academia de França em Roma. Aí estava o caminho natural da carreira e era na condição de protegido e como pensionista que nosso pintor partia para a Itália, país em que permaneceria por três anos. Mas chegando à cidade Taunay logo se daria conta do sucesso e da influência que o pintor David exercia, já naquele momento. De toda maneira, aproveitou a estada em Roma para visitar monumentos e galerias, observando e copiando, conforme as regras da escola que agora frequentava. Em 1787, ainda na Itália, expôs pela primeira vez no *Salon*, concorrendo nas exposições de 1789, 1791 e 1793. Os vários quadros apresentados lhe garantiram a reputação de consumado paisagista das pequenas telas, sua grande especialidade. A crítica lhe era na maior parte favorável, no entanto, diante da nova orientação neoclássica – que David e sua escola começavam impor –, ninguém parecia prestar atenção ao que não fosse grego ou romano. Taunay seguia, porém, sua carreira, e voltaria a Paris em 1788.

Não obstante, os tempos não estavam para as artes, e Taunay, como os demais, sentiria a chegada da Revolução e a discórdia que entrava no mundo artístico, com a batalha encetada pelo grupo de David contra a academia. Taunay, que continuava a participar normalmente dos salões, seria, então, associado não só à figura de Angeviller como ao gênero da

paisagem, o que não lhe favoreceria em nada a carreira nesse contexto em que só a pintura de história parecia trazer o “motivo nobre e ideal”. Apesar de tudo, nosso artista mantinha-se no meio fio, a despeito da “ditadura das artes” imposta por David e que se iniciava junto com o período do terror. E a própria estrutura da academia começaria a mudar. Foi ainda em 24 de outubro de 1795 que a Convenção substituiria as antigas academias pelo *Institut de France*, juntando sob o mesmo teto a Academia de França, a Academia de Inscrições e Belas Artes, a Academia de Ciências e a Academia de Pintura e Escultura.

Entrementes, Taunay continuaria não só a apresentar-se nos salões, como entraria para o grupo de artistas que serviriam a Napoleão e ao projeto de Vivand-Denon. Em 1797, por exemplo, participou como especialista da análise das primeiras *conquistas* que chegaram ao Louvre – eufemismo que designava as obras-primas italianas capturadas por Bonaparte – e foi obrigado a capitular diante de David. Essa era a época do triunfo do motivo neoclássico, da arte voltada ao Estado, e parecia difícil resistir à moda. Taunay, então chamado de *Poussin do cavalete* ou de *La Fontaine da pintura* (apelidos que se referiam ao paisagismo, ao colorido e às dimensões das telas de Taunay), é obrigado a ceder, uma vez que Napoleão, o grande mecenas da época, só adquiria obras de grandes dimensões e que versassem so-

bre temas históricos. Mesmo assim, sempre introduzia pequenas caricaturas em suas paisagens históricas ou elementos pictóricos e particulares a cada nacionalidade. E a situação não era de todo má, sobretudo por conta das relações estreitas que o artista criara com a imperatriz Josefina, para quem pintara dois painéis, destinados a ornamentar uma das salas principais da residência.

E é no Salão de 1801 que Taunay vinculase mais diretamente às lides do Estado, ao expor três quadros históricos, todos de amplas dimensões. A partir de então engrossaria uma série de missões oficiais, produzindo telas tão monumentais como deveria ser a imagem de Napoleão e de seu exército. Taunay era agora um dos pintores do Estado, analisando obras *conquistadas*, produzindo grandes telas, participando de comissões e recebendo encomendas para desenhos aplicados à porcelana de Sévres. É certo que nunca aderiria completamente ao projeto de Vivand-Denon – que pedia telas grandiosas para documentar e elevar os feitos de Napoleão durante a guerra –, introduzindo elementos pitorescos que desviavam a atenção dos espectadores para aspectos menos dignificantes da cena histórica. No entanto, mesmo com suas pequenas provocações, mantinha-se como integrante deste grupo seleto.

Em 1804 começa o Império, acontecimento que é recebido com grande alegria pela colônia de artistas, em que se incluía Taunay. É fato que Taunay não era



o pintor oficial de Napoleão, assim como não detinha a posição de liderança de David, mas, cada vez mais, acercava-se da esfera artística que circundava o imperador e a imperatriz. Em 1807, por exemplo, constou da lista apresentada a Napoleão I para a escolha do diretor da Academia da França em Roma. Em 1813 foi eleito vice-presidente da classe de Belas Artes do Instituto de França e em 1814, presidente.

Os dias do Império chegavam, porém, ao final, assim como a situação financeira de Taunay deteriorava-se. E a corda bamba iria romper: em 1813, ao mesmo tempo em que foi eleito vice-presidente da classe de Belas Artes no Instituto de França, assistiu, com desgosto, à queda de Napoleão. É por isso mesmo, e em função das ligações com o estafe do Estado, que a abdicação de Napoleão influiu grandemente na guinada que Taunay daria em sua vida. A sucessão de eventos parece ter sido suficiente para Taunay integrar o grupo de artistas que seguiria para o Brasil em 1816. Já tinha sessenta anos e a viagem à América era muito mais radical do que a estada em Roma e arredores. Mas a viagem era, também, um consolo.<sup>18</sup> A imigração revelou-se uma medida passageira a contornar problemas públicos e pessoais. A América representava, nesse sentido, um local isolado, apartado da guerra e cuja natureza inspirava a atenção do artista. Nicolas pede, assim, afastamento do Instituto de França, por cinco anos, e em

meados de dezembro parte com toda a família e uma criada para a desconhecida corte dos portugueses.

O próprio Taunay antecipara-se à iniciativa de Lebreton, o líder oficial da "Missão": redigiria algumas petições ao príncipe regente e, nelas, apresentava-se como pintor e pedia a proteção de d. João. Oferecia-se, então, como preceptor das princesas e dava-se inclusive ao luxo de brincar com sua idade – seus sessenta anos e seus cabelos brancos –, procurando jogar seu pedido para a esfera pessoal e desvincular-se de qualquer filiação à política francesa, que nesse momento poderia desagradar ao rei de Portugal. Mas diferente do que deixam transparecer as cartas, Taunay não chegaria sozinho. Se pagou do próprio bolso para empreender a viagem e a planejou cuidadosamente, no final das contas, acompanharia o grupo de artistas franceses que, tendo chegado ao Rio em 1816, tinha como projeto criar uma iconografia oficial e conformar uma academia brasileira. Ao menos a situação entre eles era comum, uma vez que todos sofriam com os revezes da política na França.

Nicolas legaria inclusive uma carta pessoal a d. João, na qual mencionava ser pai de numerosa família e justificava: "Eu me encontrei, no meu próprio país, atacado por uma revolução, cuja agitação crescente demoliu minha modesta fortuna". O fato é que Nicolas parecia convencido de que a Revolução lhe havia



sorvido as finanças e que a estada no Brasil significaria uma forma de recuperá-las, de “fazer a América”. Assim, a “missão” de Taunay parecia bem mais modesta: ao invés de se engajar diretamente no projeto de fundação de uma academia, pretendia garantir seu dia a dia sendo preceptor de artes dos filhos do casal regente, cuidar da conservação das obras de arte da realza e aproveitar a exuberante paisagem americana. Tudo sinaliza para um projeto pessoal que não incluía objetivos maiores, como, por exemplo, a criação de uma academia em terras tropicais. Mas Taunay, diferente do que parecem mostrar as cartas que enviou para d. João e d. Carlota Joaquina, não chegou sozinho ao Brasil. Entrou no país em março de 1816, junto com uma colônia de artistas acadêmicos formada por Joaquim Lebreton, grupo com o qual manteve desde o início uma relação ambivalente.<sup>19</sup>

Taunay pede licença ao Instituto de França e em meados de dezembro parte com sua mulher, os cinco filhos – Charles, Hippolyte, Theodore, Félix e Adrien –, a criada Jeanetton e o irmão Auguste para a desconhecida colônia de Portugal. Desde o sábado de 16 de dezembro de 1815, Nicolas não teria mais aparecido no Instituto, assim como deixara de assinar as atas. No documento da sessão de 23 de dezembro de 1815, pode ser encontrada a seguinte anotação: “O secretário perpétuo leu uma carta, pela qual o Mr. Taunay informa o senhor presidente

que ele vai empreender uma grande viagem e que vai enviar à classe os trabalhos que um belo país lhe inspirará.” Taunay, que nunca deixara de assinar uma ata das sessões públicas da classe de Belas Artes, não constava na lista dos presentes há mais de um mês. E a decisão foi tomada mesmo no dia 23, sem a presença de Nicolas. Joaquim Lebreton, que na época ainda ocupava o lugar de secretário perpétuo da mesma classe, leu a carta de Taunay e aproveitou o momento para pedir – ele também – um afastamento para a “mesma viagem” que realizaria “com a esperança que essa fosse útil às artes”. Por fim, na mesma sessão pública, o pedido é colocado em votação e aprovado por unanimidade, com a nota de que “o retorno de Taunay será desejado por todos”. Antes de deixar Paris, nosso pintor estabelece a data de sua volta em seis anos.

O artista que tinha perdido muito com a volta dos Bourbon parece ter planejado com cuidado a viagem e juntado um pecúlio de 40 mil francos, valor suficiente para seu traslado e o de sua família. Taunay acabaria por se associar ao projeto do secretário do Instituto, o qual, como vimos, organizava ao mesmo tempo a viagem de um grupo de artistas ao Brasil. Mas cada um aguardava pela “sua” viagem. Para Nicolas, a América representava a realização de muitos sonhos: a oportunidade de refazer seu pecúlio; uma saída política para se afastar da imagem de bonapartista; um local apartado da

guerra; a oportunidade de praticar o gênero da paisagem e de conseguir uma nova clientela no Brasil e mesmo na França. Por outro lado, no desafio vinha embutida a “inspiração da viagem”, que correspondia ao objeto de qualquer paisagista e admirador da natureza, empírica ou mesmo idealizada. O artista dos arredores de Paris, da Roma antiga e das telas militares napoleônicas preparava-se para uma nova paisagem: os trópicos desconhecidos e imaginários do Brasil.

Aporta no Brasil juntamente com seus compatriotas, em 26 de março de 1816, e, indicado na condição de pintor de paisagem, é contratado pelo prazo de seis anos, com um vencimento de oitocentos mil réis: cinco mil francos pelo câmbio da época. Era um salário modesto, mas confortável, prevendo os custos de vida no Rio de Janeiro, e que lhe permitia ao menos imaginar uma estada provisória, longe da política francesa. Encantado com a paisagem local, logo adquire um terreno na Tijuca, próximo de uma cascata, e ali aguardou a fundação da academia, junto com seu irmão Auguste e sua família. Nesse meio tempo, tratou de retratar d. João e as filhas de Carlota, além de custear seus gastos com telas de encomenda. Ocupava, porém, boa parte de seu tempo fixando a vegetação brasileira. A despeito de sua evidente destreza como retratista, combinada à técnica de miniaturista, Taunay faria alguns poucos retratos da nobreza local e deixaria belas imagens de seus filhos e

da esposa. Sua ocupação parecia ser fixar a vegetação brasileira. É verdade que Nicolas encontrava dificuldades nesta tradução. Seus marinheiros pareciam napolitanos, o céu do Brasil surgia temperado e de um azul rebaixado, as árvores europeias e animais pulavam nas ondas do mar, sempre em situações pouco prováveis. Seu Brasil lembrava as telas de Lorrain e uma natureza calma se destacava nele e na paisagem que surgia em cada quadro.

O mesmo acontecia com a cidade do Rio de Janeiro. Ao invés de uma suposta intimidade com tal tipo de paisagem, restava certo estranhamento: o cenário urbano carioca, recuperado pelas pinceladas de Nicolas, mais se parece com as vilas italianas que o artista conhecera em Roma, ou com o efeito da luz que lá aprendera a usar. A cidade carioca que transparece nos quadros do pintor tem um ar europeu, uma luz amarelada e é quase isenta de vida. As edificações lembram as paisagens italianas, cuja única diferença é a falta de esculturas clássicas e alguns poucos escravos, os quais, vistos muito de longe, não retiram o efeito das ruas quase desertas. No meio desta cidade italianizada que se situa, porém, nos trópicos, o cativo parecia fazer ainda menos sentido e surgia deslocado na representação.

Por sinal, escravos bem que existiam nas telas brasileiras de Taunay, mas apareciam como detalhes, às vezes borrões insistentemente retratados. A despeito de

Taunay ter adquirido alguns cativos para trabalhar em sua propriedade na Cascatinha da Tijuca, nas cartas que leu, lamentou sempre o sistema escravocrata existente no Brasil. Entendia-se como um representante do pensamento ilustrado e a escravidão parecia não caber em seus modelos filosóficos e pictóricos. Afinal, inspirado pela paisagem de Poussin e também nas telas calmas da Arcádia de Claude Lorrain, Nicolas concebia o gênero como um exercício do ideal, uma espécie de educação moral. Nesse sentido, nada se encontrava mais distanciado deste tipo de concepção do que a existência de uma instituição como a escravidão.

Paradoxal é, pois, a saída imagética que Nicolas encontra para lidar com sua própria ambivalência. É certo que o pintor poderia ter suprimido os escravos de suas telas, saída que evidentemente não tomou. No entanto, os negros surgem sempre muito diminutos e quase se confundem em meio à pujante paisagem brasileira. A estratégia de deslocamento parece intencional, uma vez que Taunay era mestre nas figuras diminutas, mas mesmo assim repletas de detalhes e de completude na realização. Mais ainda, se os escravos aparecem em meio a situações passivas – carregam, acompanham, observam –, muitas vezes parecem denunciar, pela insistência dos atos, o caráter atroz do cativo humano. Ora aparece uma mãe negra, ora um homem que carrega tijolos

às costas ou um escravo que leva uma senhora em seus ombros.

Com tantas ambivalências a lidar, se Taunay permanecia na Corte brasileira, mantinha sua cabeça na França. Basta ler a carta de 27 de outubro de 1817, em que lamenta sua sorte na colônia americana:

Recebi enfim notícias da França e minha inquietude passou (...). Minha situação é a mesma de minha última carta; eu tenho mais esperanças que o que pode me apresentar este país. Eu passo por tantos aborrecimentos que alguns pequenos proveitos me fazem suportar, muitos pesares provenientes da divisão de minha família e aquela de todos os franceses.<sup>20</sup>

Taunay, que temia os riscos da representação na época da Restauração, estava ainda cheio de esperanças diante desse país novo, a despeito de não abrir mão das novidades francesas. Mas lamentava a falta de oportunidades e a pouca cultura local. Por sinal, na missiva, se queixava do “retardo cultural do Brasil”, que estaria ainda submetido ao domínio religioso e longe da influência do espírito das Luzes. Por fim, o artista terminava confessando ter preservado um pequeno pecúlio com o objetivo de pagar seu retorno à pátria, o que demonstra como o que mobilizava Taunay não era sua licença, mas a possibilidade de voltar a Paris.

Mesmo de longe, enviou um quadro para participar do salão de 1819. Nele, o mo-

tivo bíblico – *A pregação de São João Batista* – surgia idealizado em meio à paisagem brasileira. O tema era tradicional, mas a decoração trazia a novidade dos trópicos. A crítica não foi dessa vez das mais favoráveis: se antes admiraram o colorido das telas de Taunay e a qualidade de miniaturista, desta vez acusavam a artificialidade das cores e a má qualidade das tintas no Rio de Janeiro. A tela lhe valeu, porém, a Legião de Honra ofertada pelo próprio Luís XVIII. Aí estava um *ticket* de volta para a pátria francesa.

Mas os problemas no Brasil aumentavam. Em carta datada de 30 de agosto de 1819, Taunay comentava:

Vós duvidais meu querido e digno amigo que eu desejo vendê-los para ter capitais necessários para a reedificação de minha pequena fortuna que felizmente os últimos restos foram empregados na aquisição de uma cafeeira quase abandonada e cuja restauração me dá já um produto valendo ao menos a terça parte do pequeno capital que lhe foi consagrado (...). Mas infelizmente é preciso Negros e para ter Negros é preciso dinheiro e eis porquê eu vos envio os vinte quadros que compõem as duas comissões (...).<sup>21</sup>

Taunay, que se considerava “*un amant de l'égalité*”, havia se rendido aos costumes locais: já tinha três “*nègres*” e desejaria adquirir mais um para obter um bom rendimento em sua plantação. O artista termina sua carta se definindo como um

*fugitif*; um fugitivo da Restauração, um exilado em terras do Novo Mundo. E o tema da escravidão seria mesmo uma questão central – e incômoda – nas imagens que Nicolas produziria no Brasil.

Taunay também fixaria a natureza brasileira em mais de trinta telas, quando procurou diminuir (e quase esconder) a escravidão e elevar a natureza, que entrava no lugar da nação. Se a nobreza é detalhadamente desenhada em suas feições, roupas e expressões – e até reluz –, os cativos aparecem como que disfarçados em meio à natureza, figuras pouco definidas em meio a uma paisagem suntuosa. Ou seja, diferente de seu colega Jean-Baptiste Debret, que se transformou numa espécie de documentarista da Corte, e retratou escravos em primeiro plano, Taunay esmerou-se em introduzir os negros em suas telas, sim, mas quase como detalhes, ou parte da paisagem: são objetos, nunca sujeitos. Essa era a ambivalência desse homem da Ilustração que parecia não encontrar espaço e referencial teórico para a escravidão. Não havia como elevar o trabalho cativo ou encontrar virtude na posse de um homem pelo outro. Por isso, os escravos surgem “naturalizados”, em meio às telas, como se, assim, não existisse espaço para tensão ou violência. Tudo parece calmo, plácido... cada qual em seu lugar: os negros trabalham, já os brancos passeiam, se divertem ou são carregados. Era assim que Nicolas traduzia para as telas brasileiras a imagem da

paisagem aprazível de Claude Lorrain ou da natureza ideal e moral de Poussin.

Note-se, por exemplo, a tela *Vista do Rio com a igreja da Glória, vista a partir do palácio de sua excelência o marquês de Belas*. O influente marquês era amigo de Taunay e deve ser a sua família que embarca protegida por um toldo vermelho. A cidade do Rio de Janeiro se parece com uma vila italiana tal a insolação que recai sobre a igreja da Glória, que surge quase translúcida. Mais uma vez os escravos trabalham: remam, carregam, cuidam da vida. Os nobres, com suas roupas detidamente delineadas, observam ou são levados aos ombros. Mas vale a pena observar uma pequena imagem mais à esquerda da tela, aparentemente um detalhe esquecido: uma “mãe preta” carrega seu “amo” ao colo. Este abre os braços, já ela observa, se resigna. A imagem da ama de leite é quase uma tópica da escravidão brasileira, tal a violência que anuncia: a mãe que doa seu leite para outro filho. Mas nesse caso, nada lembra conflito, ao contrário, a tela parece tudo naturalizar. Por outro lado, não se pode desconhecer que Taunay se definia como um pensador ilustrado e não passaria ao largo das críticas que recaíam sobre o sistema neste momento. Este tipo de imagem, portanto, pode ser a recuperação de uma tópica de época, uma caricatura alusiva às demais imagens produzidas naquele contexto.

Mas se a situação dos escravos aparece naturalizada, também a posição da no-

breza surge definida de maneira recorrente. A tela *Vista da baía do Rio tomada das montanhas da Tijuca dos altos da Boa Vista* lembra o gênero das “festas galantes”, que faziam sucesso na Europa ao mostrar a nobreza sempre se divertindo: brincando, fazendo jogos, trocando pilhérias. No fundo está a tacanha cidade do Rio de Janeiro, iluminada pelo sol. Ao centro uma palmeira, símbolo dos trópicos. Um pouco à direita um grupo de nobres faz uma espécie de passeio ao campo e nas duas laterais – como a equilibrar ou desequilibrar a cena – dois escravos observam: um carrega uma trouxa na cabeça; o outro pastoreia animais; os mesmos animais que Taunay apresenta em todas as suas telas. No alto o céu do Rio de Janeiro toma a cena, revelando a força dos trópicos. Mais uma vez, os escravos ladeiam e equilibram a tela. Trabalham, mas observam, contemplam a natureza tropical.

Por sinal, os animais pareciam representar a familiaridade que Taunay procurava construir nestes trópicos distantes e difíceis. Na tela *Marcha dos animais ao sol nascente*, Nicolas se faz representar ao lado de seu escravo, numa cena que lembra a Arcádia italiana que Taunay tanto apreciou. A paisagem surge domesticada, é quase um mote para mostrar como a civilização poderia estar no Brasil ou em Roma, pois, afinal, nessa tela, mal se distingue a natureza tropical da temperada, não fosse uma palmeira mirrada, joga-

da mais à direita, ou o Pão de Açúcar, que surge tímido por entre a névoa.

Taunay pintou poucas telas de história, assim como raramente se dedicou a retratar a família real e, quando o fez, optou pelo lado de Carlota Joaquina.<sup>22</sup> Diferente de seus colegas franceses (como Debret e Montigny), Nicolas parecia mais interessado em captar sua paisagem e, quem sabe, vender suas telas no exterior ou descrever o Brasil a partir de sua natureza. Por isso, suas pinturas seriam pitorescas, sem uma referência geográfica imediata, a não ser o Pão de Açúcar, o grande cartão-postal do Brasil. Por isso também, se existem escravos nas suas pinturas, eles não comprometem a paisagem. Parecem apenas acompanhar as cenas. No entanto, pelos detalhes vão

aparecendo recorrências e argumentos. Em todas as vezes em que o pintor se autorretratou, ele aparece ladeado por escravos. Esse é o caso da única tela produzida por Taunay, *D. João e d. Carlota passando pela Quinta da Boa Vista* (Museu Nacional), em que o artista não só criou um ambiente idealizado, com o casal regente passeando enamorado pela paisagem americana, como se apresentou curvado, ao lado de um escravo.

Era essa a relação do pintor com esses trópicos americanos, os quais entendia, mas estranhava. De um lado, tinha na monarquia seu ganha pão e a respeitava. De outro, como pensador ilustrado que era, denunciava tímida mas insistentemente o sistema e se fazia representar ao lado de seus escravos. Aí estavam



**Vista do Rio de Janeiro tomada do Alto da Boa Vista. Nicolas-Antoine Taunay**



tópicos da escravidão – escravos a carregar nobres ombros, mães negras segurando seus “filhos de leite” no colo – que poderiam ser lidas como pequenos sinais de crítica a esse sistema, nesse contexto, tão denunciado na França.

Mas voltemos ao nosso tema – a paisagem como motivo para elevação da nacionalidade – a partir de uma tela que representa exemplarmente essa situação: *Cascatinha da Tijuca*. Nela, uma espécie de tributo à natureza do Brasil fica expressa nas águas luminosas da cascata, devidamente aumentadas, e na pujante paisagem que contorna e adorna a pintura. Taunay se faz retratar bem ao centro, minúsculo em seu ofício de pintor diante da majestade da natureza tropical. Um guarda-sol displicentemente deixado ao lado, ou o largo chapéu do pintor mostram como é forte o sol do Brasil e como sua luminosidade invade toda a cena. Ladeando o pintor estão seus escravos, que observam a tela pintada por Nicolas, mas que, por sua posição, como que subvertem uma convenção. Surgem iguais ao seu senhor, observando atentamente a pintura. Não carregam o guarda-sol nem seguram o cavalete como seria de se esperar. Taunay chama os escravos para apreciarem a sua tela, mostrando, ao mesmo tempo, que, em sua cascatinha, os escravos recebem a educação através da pintura e, sobretudo, dentro de sua natureza.

É, novamente, a natureza que educa e leva à aprendizagem, numa alegoria

rousseauneana da paisagem. Ali, escravos não estão carregando trouxas, crianças, ou trabalhando, mas têm a oportunidade de receber a educação em meio à natureza elevada de Taunay. Ao fundo, outros escravos levam o gado para o pastoreio. Bens “semoventes”, como eram chamados escravos e animais à época, revelam como podia ser dura a vida nesta terra do trabalho forçado. Temos assim a escravidão brutal dos trópicos, ao lado de um projeto civilizacional, representado pela natureza. Tudo parece um grande teatro, onde se encena a paisagem moral brasileira.

Mais interessante é que nosso pintor dá as costas para a cascata que desenha. Estranho espetáculo é esse que Taunay anuncia: o pintor se faz representar de fraque e cartola, pinta uma tela horizontal, e não vertical como a cascata, e dá as costas para a paisagem que anuncia no título. Muitas são as possibilidades interpretativas. Talvez tenhamos aqui um desabafo diante da própria melancolia e da frustração que Taunay sentiu diante desse local onde não encontrara uma elite tão atenta à sua arte. É interessante pensar, nesse sentido, que se Nicolas dizia que pintava os trópicos “selvagens do Brasil”, sabe-se hoje, ao contrário, que o local era muito cultivado, inclusive por proprietários franceses que lá plantavam café, com o sugestivo nome de café Bourbon. Por sinal, na tela, e logo à esquerda, podem ser notados sinais de erosão da terra, prova de que o ato real que

reduzira o plantio na região respondia a uma demanda de proteção daquela área. Aí está, portanto, não tanto um documento do terreno onde habitou Taunay, mas sua grande representação. Na tela, Nicolas faz um tributo a seu jardim domesticado e à possível civilização do Brasil: uma cascata bem vale um palácio, e uma floresta, uma ampla catedral.

Cascatinha da Tijuca é, assim, uma espécie de autorretrato comovente do pintor, que se faz apresentar com sua paleta, não em seu estúdio, mas diminuto diante deste imenso espetáculo da natureza tropical. Mais ainda, representa um elogio à paisagem e à sua capacidade de educação e elevação moral, uma tradução possível dos trópicos brasileiros que, se não eram a Roma de Winckelman, também surgiam passíveis de civilização.

Mas a vida no Brasil não era só feita de idílio. Os viajantes que visitaram a propriedade de Taunay – como Spix e Martius, Maria Graham e Jacques Arago – denunciavam seu isolamento e como o “grande artista” era mal aproveitado em meio a esse ambiente pouco afeito às belas artes. Além do mais, nesse meio tempo, uma série de fatores levaria Taunay de volta à França: o final de sua licença, a falta de condições para pintar, o isolamento e a intriga dos pintores portugueses e mesmo franceses. Diferente de Debret e de Grandjean de Montigny, que estabeleceram seus ateliês e se transformaram numa espécie de artistas da Corte – um como arquiteto, o outro

como documentarista –, Taunay cada vez mais se afastou do rei e se concentrou na “sua” paisagem.

A maior decepção estava, porém, por vir: com a morte de Lebreton, em 9 de junho de 1819, o cargo de diretor deveria ir para Taunay, que tinha renome, prestígio e idade para tal. No entanto, Henrique José da Silva, pintor português pouco conhecido na época, foi indicado em seu lugar. A nomeação geraria uma crise evidente entre os artistas do grupo francês, e Nicolas não permaneceria muito mais tempo no Brasil. Passados os primeiros anos de descoberta, Taunay começava a dar-se conta da situação: o ambiente das artes continuava inerte diante das novas investigações estéticas e entregue às disputas locais.

No começo de 1821, Taunay retorna à França, o que parecia ser seu objetivo inicial. Voltaria com a mulher e apenas um de seus filhos, Hippolyte. Os demais – Félix, Adrien, Charles e Theodore, assim como o irmão, o escultor Auguste Taunay – optaram por ficar no Brasil. Já Nicolas não resistira a tantos dissabores. O fato é que, desde a morte do conde da Barca em junho de 1817, nada do que fora projetado acabou por ser executado, inclusive a tão aguardada Academia de Artes. O marasmo em que caíram os artistas franceses levou Taunay a passar quase cinco anos no Brasil, usando seu tempo livre para fixar trechos da paisagem fluminense. Foram 35 vistas; uma paisagem difícil para Nicolas, que sem-



pre estranhou a variedade de verdes das nossas florestas, o céu que considerava azul demais, o sol que insistia em mover-se e, sobretudo, a escravidão que parecia não combinar com a fatura neoclássica francesa mais habituada a retratar exemplos de virtude e de grandiosidade. A natureza era, porém, um modelo de educação e por meio dela Taunay iniciava uma certa visualidade nacional e de representação, que perduraria e faria seguidores leais, a começar por seu filho Félix. A natureza servia à nacionalidade e era um bom mote para pensar em projetos de identidade, efetivados realmente apenas durante o Segundo Reinado.

E o retorno a Paris não lhe pareceu estranho: nessa época sua licença estava quase por acabar e o pintor retomaria sua atividade principal, expondo com frequência nos salões. Trabalhador compulsório, recomeçou aos 65 anos a mesma rotina. Ainda no Brasil concorrera ao *Salon* de 1819, mas seu nome reapareceu nos certames de 1822, 1824, 1827 e 1831, sendo esta última uma exposição póstuma. O Brasil compareceria, sobretudo nas obras apresentadas na exposição de 1822. No entanto, ao invés da curiosidade geral, sucedeu a Taunay algo semelhante ao que ocorrera com Franz Post. Ninguém compreendia o colorido das vistas da América, os tons rubros incandescentes, os verdes e azuis ofuscantes, os amarelos ferozes tão distantes das escalas cromáticas dos holandeses. Por um lado, os trópicos de Taunay podem ter sido

confundidos com a voga romântica e criticados pela academia por conta disso. Por outro, seus tons eram amenos demais para se parecerem com a representação luminosa do Rio de Janeiro.

A verdade é que Taunay olhava, estranhava, mas também assimilava o que conhecera no Brasil. Exemplo maior é a tela *Moisés salvo das águas*. É fato que o tema não era novo e que Nicolas fazia uma citação das pinturas de Poussin. Mas o que mais interessa é que o evento bíblico parece ter ocorrido nos trópicos e que o Egito bem podia estar no Brasil. A vegetação era nova na fatura de Taunay, assim como o céu ficava mais azul e o sol ainda mais luminoso.

Em Paris, Nicolas encontraria no Instituto a velha rotina do dia a dia e a comodidade de seu único *hobbie*: voltaria a seguir as práticas do estabelecimento, assim como não descuraria de seu ateliê. Mas sua época e seus modelos iam aos poucos se extinguindo. Em 1824 morria o irmão Auguste e em 5 de janeiro de 1828 parecia afogado nas águas do Guaporé seu filho mais novo, Adrien, que ainda não completara 25 anos de idade. Também nesse ano, desapareceriam duas referências na vida e na prática artística de Nicolas. Jacques-Louis David morrera no exílio na Bélgica em 29 de dezembro de 1825. É certo que a relação entre os dois pintores sempre fora marcada por uma certa ambivalência. Não obstante, David representou como ninguém a arte neoclássica que,

de uma forma ou de outra, Taunay se acostumara a seguir já nos tempos do Império. Um pouco antes dele – no dia 24 de abril de 1825 – faleceria o outro-  
ra poderoso Vivant Denon. O antigo curador do Museu Napoleão, aquele que fora responsabilizado pelas artes francesas, que coordenara a colônia de artistas de Napoleão e representava a ponta mais visível do mecenato imperial, terminava seus dias fechado no mais absoluto isolamento.

Como se vê, o mundo de Taunay ruía por todos os lados. Seu único refúgio era o Instituto e sua arte, e Nicolas trabalhava sem parar. Os cabelos ficavam cada vez mais brancos e os óculos continuavam sendo sua grande marca registrada. Taunay faleceria no dia 20 de março de 1830, à rua Vaugirard n. 35, e dizem seus biógrafos que trazia os pincéis na mão. Charles Blanc, crítico de arte e admirador da obra de Taunay, o teria chamado num discurso póstumo de “David dos pequenos quadros”. Elogio um pouco tardio, já que, feito nos anos 1850, o apelido demonstra mais: os vínculos com um modelo que aliou a pintura à representação do próprio Estado, seja no Brasil, seja na pátria francesa. Mais que isso, a expressão positiva o vinculava a uma determinada filosofia moralista expressa no campo da arte, a mesma que, em meados do XIX, reabilitava David e sua arte. Quem sabe Taunay preferisse ter sido chamado de “Lorrain dos pequenos quadros”, uma vez que a paisagem sem-

pre fora seu gênero de predileção. No entanto, naquele contexto, a comparação com o modelo neoclássico e com um pintor que exemplificou esse tipo de arte soava como um grande elogio.

É possível dizer que Nicolas foi um pintor que se nutriu de sua vivência no Brasil a despeito de jamais abrir mão dos modelos artísticos que trazia na bagagem. Se no Brasil seria sempre considerado um artista estrangeiro, de volta à França ficaria marcado pelas cores dos trópicos, muitas vezes consideradas excessivas e confundidas com as novas vogas românticas. O sol dos trópicos, seus verdes e azuis, assim como a população escrava, se transformariam em temas a serem relidos e reelaborados com dificuldade. Esses eram mesmo “trópicos difíceis”, mas produtores de novas concepções visuais. Nas telas de Taunay o Brasil aparecia homenageado por sua imensa natureza, um teatro tão grandioso como por vezes improvável.

#### MEU BRAZIL BRASILEIRO: NATUREZA COMO PAISAGEM

Como se vê, a passagem de Taunay pelo Brasil não foi das mais felizes. No entanto, é possível dizer que seu filho Félix redimiria de certa maneira as decepções do pai. Félix Taunay tornou-se professor de paisagem na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro apenas três anos depois da partida de Nicolas. Manteve o cargo de 1824 a 1851, e foi seu diretor de

**A****C****E**

1834 a 1851. Além do mais, Félix transformou-se num pintor bastante renomado e autor de diversas obras, assim como empreendeu reformas na instituição que dirigiu e apoiou projetos de ampliação e abertura de ruas na cidade do Rio de Janeiro. Foi, por fim, um dos preceptores de d. Pedro II e recebeu do imperador, anos mais tarde, o título de barão de Taunay. O artista faleceu no Rio a 10 de abril de 1881 e deixou uma série de seguidores que tratariam de elevar o gênero da paisagem como mote para pensar a nacionalidade.

Ele próprio, na sua tela *Paisagem da Tijuca*, traria o tema da natureza para o

centro da representação. Evidentemente marcado pela tela da Cascatinha de seu pai, Félix recupera o tema da paisagem edênica e moral, que nesse caso bem podia justificar novos projetos de nacionalidade. Félix estreitaria sua relação com Pedro II, sendo responsável por parte fundamental da educação do imperador. E por conta desses vínculos, em 1824 Félix é nomeado para a cadeira destinada ao pai no projeto inicial da academia e já em 1834 é eleito diretor da instituição, rendendo uma homenagem a Nicolas, que havia morrido, na França, quatro anos antes. Cumpria, assim, um ciclo idealizado pelo pai, que foi também seu introdutor e primeiro mestre de pin-



**Título de membro honorário da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro concedido ao professor Félix Emilio Taunay**

tura. As telas de Félix guardariam a maestria do pai e o trato com a paisagem. Em *Lagoa Rodrigo de Freitas*, vemos preocupação semelhante com a distribuição da luz e a composição da paisagem amena, tão semelhante à do pai. Mas é talvez na tela *Vista de uma mata virgem que se está reduzindo ao carvão* que pode ser notado um diálogo ainda mais estreito. Como afirma Elaine Dias, há também uma alteração do discurso histórico e uma atualização na paisagem arcádica de Nicolas.<sup>23</sup> Félix faz um detalhamento minucioso da mata brasileira e novo tributo à propriedade da família na Cascatinha da Tijuca. Aqui a proposta da mensagem histórica presente na tela de Nicolas ganha uma conotação crítica, quando o filho divide a tela ao meio e separa, de um lado, a natureza em estado virgem e, do outro, já em processo de degradação, transformada em carvão. Há um viés crítico que se eleva, com a fumaça que sai do carvoeiro juntando-se à elevação do céu e da paisagem. Assim, se há novamente uma exaltação da paisagem, há também sua atualização com a ideia da queimada e da devastação.

O mesmo ocorre com *Vista da Mãe D'Água*, que apresenta o sistema de canalização em meio à floresta brasileira. Mais uma vez, não é a imagem europeia que se destaca, mas a particularidade da situação local, a releitura da paisagem brasileira. O importante é que as lições do pai foram fundamentais para que o filho atualizasse a relevância da paisa-

gem histórica, com sua elevação moral e ideal, como forma de representar a nacionalidade. Outros discípulos do pai e agora do filho tratariam de dar continuidade ao princípio de Nicolas, de elevação moral da paisagem agora tropical. Tomando os ensinamentos clássicos da paisagem e o modelo da academia, esses novos pintores acabariam, já no contexto do Segundo Reinado, por selecionar um discurso e uma imagética. Os escravos, já diminutos nas telas de Nicolas e de Félix, agora desapareceriam da paisagem, e em seu lugar a natureza e os “naturais” passariam a representar a monarquia.

Estamos no tempo do mecenato de Pedro II, que tinha em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Imperial de Belas Artes seu projeto de unificação nacional, que seria também cultural. Na literatura era o tempo do indigenismo; do motivo romântico que selecionou no indígena local o modelo ideal para a afirmação do novo projeto de nacionalidade. O indígena era um nobre nas selvas, mas que deveria morrer para que a civilização vingasse. Esse é o tema de Gonçalves Magalhães, em *Confederação dos tamoios*, de Gonçalves Dias, em *I Juca Pirama*, e de José de Alencar, o qual, apesar de sua inserção problemática no grupo, ganharia distinção no desenho quase didático que elaborava da nova nacionalidade.<sup>24</sup> *Iracema* e *Guarani* seriam convertidos em símbolos da nacionalidade e revisitados na pro-

paganda, na ópera, nos costumes e também na pintura.

Assim, se o IHGB acabou por criar um panteão de heróis e ambientes próprios à exaltação da nova nacionalidade, foi na Academia Imperial de Belas Artes que se produziu a iconografia oficial do novo Estado. Num país marcado pelo analfabetismo, a atuação da monarquia privilegiaria a criação de uma nova imagística para a também nova nacionalidade. Pode-se dizer que a Academia Imperial de Belas Artes representou o lugar ideal para a experimentação da vertente romântica que aparecia em outras áreas. No plano pictórico, a academia é a grande responsável por uma transformação radical: o barroco é relegado ao segundo plano e o neoclassicismo francês passa a imperar, sobretudo na Corte e em algumas capitais.

O surgimento da instituição data da época do Primeiro Reinado, mas foi apenas durante o Segundo que a academia viveu uma situação mais estabilizada, sobretudo em função dos auxílios públicos e privados do monarca. Empreendendo uma política semelhante à do IHGB, o imperador passou a distribuir pessoalmente prêmios, medalhas, bolsas para o exterior e financiamentos, assim como participou assiduamente das Exposições Gerais de Belas Artes, promovidas anualmente, ou distribuiu insígnias das Ordens de Cristo e da Rosa aos artistas de maior destaque. Afora o apoio financeiro e oficial, os vínculos com d. Pedro II ficam claros em função do volume de

retratos produzidos sob encomenda, tendo como modelo o imperador. Félix Taunay, por exemplo, fez um quadro de d. Pedro II que serviu para ser copiado por alunos distintos, para todas as províncias do Império e repartições da Corte. O mesmo pode ser dito de Manuel de Araújo Porto Alegre, cujo quadro *D. Pedro II na abertura do Parlamento* mostra o imperador com seus trajes majestáticos, coroa na cabeça, manto com apliques de ramos de café e tabaco, murça de tucanos e o cetro com a serpe dourada.

A atitude do imperador com relação a Pedro Américo não foi um caso isolado. Vitor Meirelles também foi estudar na Europa, assim como Almeida Júnior, Castagnetto ou Rodolfo Bernardelli. O fato é que essa rede de proteção e de mecenato criava uma espécie de exército de artistas pronto a retratar a nova imagem do Império e de seus trópicos. Não somente a academia premiava os ganhadores com bolsas e viagens ao exterior, como d. Pedro II, pessoalmente, financiava seus protegidos, que ficaram a partir de então conhecidos como “os pensionistas do imperador”. Tal vínculo se fazia presente na produção da escola, onde predominou a exaltação do exótico, da natureza e do indígena romântico.

O centro inauguraria todo um didatismo, uma nova pedagogia, com exigências de nível de escolaridade, currículos mínimos e cursos de anatomia. Nesse universo acadêmico predominava a pintura históri-

ca – a exemplo do modelo francês –, guiada essa que trazia, para a pintura, a mesma intenção de ruptura já manifestada na literatura. Produtora, a partir de então, de todas as imagens oficiais do Império, a academia imporá não só estilos como temas: o motivo nobre, o retrato, a paisagem, o indígena. Produzidas em sua maior parte no exterior, em função da política de financiamento,<sup>25</sup> essas obras apresentavam uma idealização da paisagem e da população, coerente com o olhar de quem descreve ao longe, e ainda motivado por uma encomenda oficial. Esse é o caso das obras de Victor Meirelles de Lima, em *A primeira missa no Brasil* (1860) e *Moema* (1866), ou de José M. Medeiros com *Iracema* (1881), que fazem parte do ciclo indigenista, que chega à pintura mais tarde do que na literatura: só na década de sessenta. Nessas obras, os indígenas passivos e idealizados compõem a cena sem alterá-la, eles são elementos colados à própria essência da paisagem tropical. Além do mais, repete-se seu lugar sacrificial dentro da lógica dessa nova nacionalidade que se projeta para o futuro. Exemplo de atos nobres, eles deveriam falecer para que a própria nação vingasse.

Esse é também o caso da tela *O último tamoio* (1883) de Rodolfo Amoedo, e da escultura em terracota de Francisco Manuel Chaves Pinheiro, denominada *Índio simbolizando a nação brasileira*, de 1872. Chaves produziu talvez o documento mais emblemático de sua ge-

ração, ao embutir no título de sua obra a intenção do projeto indigenista. Com uma postura corporal idêntica à imagem oficial na qual o monarca era sempre retratado, o indígena de Chaves carrega o cetro da monarquia, em vez de sua arma, um escudo com o brasão real em lugar de sua borduna. O cocar está na cabeça, mas é o manto do rei que cobre a “nudez natural” desse “símbolo nobre e puro de nossa origem”.

#### UMA FLORESTA BEM VALE UMA BELA CATEDRAL

O romantismo alcançaria no Brasil do oitocentos grande repercussão, tendo o indígena e sua natureza como símbolos diletos. Os nativos nunca foram tão brancos, assim como o monarca e o seu mecenato cultural mais e mais tropicais. Afinal, essa era a melhor resposta para uma elite que se perguntava sobre sua identidade, que deveria estar atrelada à descoberta de sua “verdadeira” singularidade. Diante da rejeição ao negro escravo e mesmo do colonizador português, o indígena devidamente idealizado e a natureza, igualmente elevada, restavam como os exclusivos representantes, dignos e legítimos.

Talvez a tela que se tornou o grande ícone desse contexto, *A primeira missa*, de Victor Meirelles, referente a nossa percepção pautada na ideia de rupturas e continuidades. Se é possível mostrar que os ecos da passagem de d. João pelo



Brasil, com seus artistas a guardar tudo na memória, já haviam ficado para trás; se não há dúvida de que o Brasil de Félix não era mais o de Nicolas, é também válido demonstrar como existiam reinterpretações dignas de nota e acento. A construção da paisagem como cenário da nacionalidade foi tarefa intentada no período joanino, mas realizada no Brasil de Pedro II. Quem sabe o Brasil seria a nova Roma, e os brasileiros a mais recente civilização diante do mundo. Para tanto, nada como recuar a um passado mítico, sem datas ou personagens aferíveis. Esse é o tempo da lenda, que apaga rastros e pistas e só mantém a idealização, o cenário, o teatro.

Estas são mesmo as bases da pintura de Meirelles, toda idealizada no exterior e financiada pelo imperador. Na obra *A primeira missa no Brasil* (1860), o artista busca passar para a tela uma determinada visão acerca da carta de Pero Vaz de Caminha. Com efeito, todo o processo de composição do quadro é um exemplo expressivo desse processo de redescoberta do Brasil, empreendido no século XIX. Vinculado ao projeto de construção nacional empreendido pelo Estado Imperial e pelo romantismo nascente, Meirelles selecionava o tema da primeira missa dando continuidade, no plano pictórico, à agenda histórica que se montava no IHGB, que inscrevia um novo calendário de datas num só vetor de acontecimentos e que tinha na “primeira missa” o ato fundador por excelência.

A chegada das naves ao Brasil é descrita por um documento de grande valor histórico – um relato que narrava passo a passo, do dia 21 de abril ao 1º de maio de 1500, o desembarque nas novas terras. O texto, redigido com evidente capacidade de observação, estabelecia de imediato o elo com a ideia de um paraíso primordial da Bíblia. De forma retrospectiva é possível perceber na carta a percepção que Sérgio Buarque de Holanda chamou de *Visão do Paraíso*<sup>26</sup> (1969) e que, passando de Jean de Léry a Montaigne, de Montaigne a Rousseau, daria mote ao tema do “bom selvagem”, modelo de reflexão alternativa para que o Ocidente pensasse a si próprio, a partir de um desenho ideal. Nascido da reflexão sobre esse bom selvagem francês dos primeiros tempos, o tema seria retomado no século XIX através do romantismo de cunho oficial. Mas voltemos à carta. Publicada pela primeira vez em 1817, na *Corografia brasileira* de Aires de Casal, o documento se projeta nesse novo imaginário histórico do XIX, ganhando lugar especial, como demonstra Capistrano em 1883 ao afirmar que a: “[...] carta de Pero Vaz de Caminha, (é o) diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura [...]”.<sup>27</sup> Distante da ideia da “descoberta documental”, que supõe apenas sorte e acaso, é forçoso reconhecer que o documento é editado em um momento estratégico, quando historiadores e literatos construíam um passado e davam sentido à nossa origem. A carta juntava, em mo-



mento ritual, índios (pagãos) e portugueses (católicos) e dava à Igreja a centralidade necessária a esse processo que culminaria com a conformação de um Estado. Estava tudo descrito e documentado: os objetos ocidentais, o espanto indígena, a imensa cruz que se impunha à paisagem, o primeiro batismo nacional, um retrato desse primeiro ritual tropical e católico.

Mas nada como retornar à pintura de Victor Meirelles e seu papel nesse processo. Meirelles havia partido para a Europa em 1853, em função do prêmio viagem, distribuído pela Academia de Belas Artes. Após um período em Roma, instala-se em Paris, e é ali, em 1859, que decide pintar *A primeira missa no Brasil*. Seu mentor no Brasil era Araújo Porto Alegre, que, seguindo o modelo de Denis, juntou atividades literárias e de artes plásticas e deu a elas um cunho nacional. Foi ele quem insistiu para que Meirelles se deixasse contaminar pelo texto de Caminha: “Leia cinco vezes o Caminha que fará uma cousa digna do país”. Porto Alegre destacava ainda a importância de que fosse reproduzida uma natureza tropical, juntando na paisagem imbaibas, coqueiros e palmeiras. A responsabilidade era, portanto, de monta: presentear a nação com seu “instante de nascimento”. E insistia Porto Alegre: “Lê Caminha, pinta e então caminha”. Ou então: “Não se esqueça de pôr algumas embaibas, que são formosas e enfeitam o bosque pelo caráter de plan-

tas diversas, altas. (...) Lembre-se bem das nossas árvores e troncos retos, carregados de plantas diversas, altas e com coqueiros e palmitos pelo meio, pois esses crescem à sombra dos grandes madeiros. Pouco, mas característico, mas genuinamente brasileiro”.<sup>28</sup>

No entanto o pintor faria mais. Ele se basearia na tela de Horace Vernet – *Première messe en Kabilie* –, obra pintada para o *Salon* de 1855. Apesar de a obra desse último autor retratar um episódio recente – 1853 – da colonização francesa da África do Norte (e de o pintor ter participado de todo o evento), alguns elementos aproximam esse cenário da cerimônia portuguesa em terras americanas, liderada por frei Henrique de Coimbra. Nos dois casos tratava-se de uma celebração de conquista em terra de infiéis, que participavam do ato. Por outro lado, é preciso que se diga, o procedimento de utilizar citações, dentro da pintura histórica, era considerado legítimo. Com efeito, a pintura histórica era o gênero considerado hierarquicamente superior aos demais – como o retrato, a natureza-morta e a paisagem –, mesmo porque englobava a todos. O mais relevante era antes chegar ao tipo ideal – à cena idealizada – do que à originalidade e à novidade autoral. O quadro de Meirelles, de toda maneira, deveria apresentar uma representação mais sacralizada da cena; inclusive porque estava em questão a construção da própria nação.

É por isso mesmo que, seguindo os ensinamentos de Porto Alegre, o jovem discípulo pinta no exterior uma “natureza nacional”, onde um “templo natural” substitui a igreja, na medida em que a cerimônia tinha que se dar ao ar livre. Além disso, à semelhança do primeiro projeto de von Martius – *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844) –, que representava a nação a partir da metáfora de um grande rio alimentado por afluentes, todos representando as diferentes raças que no país conviveriam, também Meirelles imprimiria ao ritual a noção de fusão e mescla de culturas convergentes. Coerente com o próprio modelo palaciano, o Brasil aparecia representado como um império tropical marcado pela convivência pacífica entre seus naturais: portugueses e selvagens.

A obra apresentada no *Salon* parisiense de 1861 tornou-se uma espécie “de verdade visual do episódio narrado na carta”,<sup>29</sup> um ícone definitivo de um momento espiritual e harmonioso onde se uniam povos tão diversos. Ao centro, a cruz e a Igreja, à esquerda e ao centro, os índios que integram a paisagem feita de árvores majestosas, um único morro a adornar e o céu do Brasil.

Modelo épico transplantado para as telas, *A primeira missa* ganharia uma popularidade só alcançada por outro pintor, Pedro Américo, que em 1885 realizaria mais um ícone de fundação da história brasileira dessa feita imperial. Trata-se de *O grito*

*do Ipiranga*, que celebrava a Independência do Brasil e sua maioria política.<sup>30</sup>

Nesse sentido, o quadro *Independência ou morte*, pintado em 1888, passou a representar a versão visual e “real” de nossa maturidade política e permitiu avançar a análise dos vínculos que se estabeleceram entre a paisagem e a construção de um imaginário nacional, especialmente a partir de meados dos anos 1850. Mas a obra de Américo insere-se em um momento particular. Após a Guerra do Paraguai percebe-se uma mudança evidente na iconografia oficial do Império. Ao invés de centrarem-se exclusivamente na figura do soberano, as pinturas passam a descrever cenas históricas, eventos e heróis da história nacional. Em comum apenas os trópicos. Com efeito, logo após a maioria já se estabeleceu um vínculo imediato entre o imperador e seu império tropical. Mesclavam-se, portanto, símbolos e objetos rituais da casa imperial portuguesa (e por sua vez de toda a tradição real europeia) com elementos típicos da paisagem local: índios, abacaxis, folhas de café e de tabaco.

Expressando simbolicamente uma bela fusão, esses elementos evocavam uma nação ao mesmo tempo universal em seu regime e particular em seus elementos constitutivos. Chama a atenção, no entanto, como, após os anos do embate contra o Paraguai, dá-se não só uma mudança nas imagens oficiais que retratam o monarca – primeiro como um “rei guerreiro” e depois como “monarca cidadão” –, como

um certo deslocamento do imaginário nacional, da figura do imperador em direção aos heróis nacionais. Em vez da figura central – símbolo de um grande império –, as cenas de batalha, ou as evocações a passagens presentes nos romances indigenistas produzidos na época, tornam-se as novas fontes evocativas da nação, ao mesmo tempo em que impõem a substituição do modelo alegórico por um modelo narrativo, organizado a partir de uma primeira ação. À frente, não mais o nome, mas o grande feito.

O modelo vem da pintura acadêmica francesa, porém, não na tradição absoluta – que destaca o rei ao centro da alegoria –, mas na iconografia associada a Napoleão Bonaparte, sempre vinculado aos acontecimentos históricos que lhe eram contemporâneos. Idealista no conjunto e realista nos detalhes, o quadro de Pedro Américo fala de um ato de d. Pedro I, mas recupera o ato de emancipação brasileira como momento heroico: ritual de iniciação de um império que então se afirmava. O quadro, como o título diz, representa d. Pedro I, levantando sua espada, bem no alto da colina do Ipiranga: ato oficial de rompimento entre Brasil e Portugal. Junto ao jovem príncipe vemos os cavaleiros de seu séquito, que saúdam o gesto e acenam.<sup>31</sup> Ao longo da estrada um caipira se detém com seu carro de boi, a fim de observar o ato histórico. Ele representa a figura do observador, que guarda a cena em nosso lugar: seu momento memorá-

vel e idealizado. O pobre caipira vive (real e simbolicamente) o desnível criado por Pedro Américo, que destaca d. Pedro I acima da colina, tal qual uma estátua equestre, na melhor tradição iconográfica. A composição repõe a estrutura hierárquica do regime, representando o caipira o próprio povo brasileiro. O ato de bravura do monarca, por sua vez, funda a nação emancipada e uma nova ordem política e moral.

Mas um outro aspecto merece a atenção de Pedro Américo. Tratava-se de construir um imaginário particularmente brasileiro em sua forma, e nesse sentido o artista inclui atributos específicos a esse universo exótico tropical. A nova estrutura visual, já presente em obras como *A primeira missa* (1860), *Moema* (1866) e *Iracema* (1881) como referência pontual a esse mundo, passa a ser “cenário” da narrativa. No caso, o artista sobrepõe sentimentos patrióticos às qualidades particulares da paisagem paulista. “Há uma dramaticidade encenada nos acidentes do terreno, que associam claramente o sítio ao acontecimento histórico representado”,<sup>32</sup> fazendo da paisagem um pretexto menor diante da grandiosidade da cena que se apresenta. Sobre o tema, diz o próprio artista:

Para satisfazer o geral desejo de ver representado o célebre riacho do Ipiranga – o qual na realidade passaria a distância de alguns metros atrás de quem observa o primeiro plano – forcei a perspectiva pintando um si-

mulacro de corrente aos pés dos cavaleiros do primeiro plano. Desculpe-me o público essa quase insignificante violência à topografia, considerando a necessidade de consagrar na pintura a ideia do ribeiro cujo nome tão intimamente ligou-se ao glorioso fato da nossa emancipação política.<sup>33</sup>

Dessa maneira, não só os elementos típicos da nação – a vegetação, o casebre, os nativos – são selecionados, como se força a natureza em nome de enaltecer o ato glorioso. Mais uma vez natureza e história se agregam quando se trata de fundar momentos inaugurais dessa nação. Percebe-se, assim, como o projeto que vincula a nação à natureza e seus naturais chega à pintura de forma coadunada com o projeto literário nativista e com a própria historiografia. Nessas obras, os indígenas passivos e idealiza-

dos, colados à paisagem tropical generosa, compõem a cena sem alterá-la fundamentalmente. Seja como peça essencial – nos primeiros quadros românticos –, seja como coadjuvante em um evento histórico, o fato é que a natureza aparece em paridade com o próprio regime, sustentáculo simbólico de uma dramaticidade histórica que se encena por meio da natureza.

Invenções não são simplesmente inventadas, devem deitar num universo de imaginação, como bem mostrou Benedict Andersen.<sup>34</sup> A natureza brasileira, devidamente moralizada e edenizada, surgia como texto e pretexto para a construção da representação nacional. Herdeira dos pintores que vieram retratar a Corte joanina, a paisagem surgia como mote para elevação e alegoria de um país que sempre representou uma futura e (quicá) promissora civilização.

## N O T A S

1. GOETHE, J. W. *Viagem à Itália: 1776-1778*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 262.
2. GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 364.
3. O *Gran Tour* formou uma parte vital da educação de muitos artistas, escritores e aristocratas e provou ser o *background* necessário para o desenvolvimento de um gosto por estilos clássicos nascidos, em primeira mão, na experiência na Itália e depois nos locais gregos.
4. PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 379-385.
5. Vide nesse sentido, LEFEBVRE, Georges. *Service municipal: plantations, parcs et jardins publics*. 2. ed. Paris: DUNOD, 1928; LARTHOMAS, Jean-Paul. *Le jardin selon Shaftesbury: une origine possible du romantisme*. In: Pigeaud, Jackie. *Histoire de Jardins, lieux et imaginaire*. Paris: Universitaires de France, 2001.

6. Veremos mais à frente como Nicolas-Antoine Taunay retratará sua propriedade junto à cascatinha da Tijuca como seu jardim domesticado.
7. O turismo rumo à Itália seria reaberto apenas em 1814, com a abdicação de Napoleão e no momento em que os ingleses – os maiores fregueses deste tipo de viagem – e também outros viajantes estrangeiros voltariam ao local. Mas esta seria uma nova viagem.
8. SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20.
9. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Baurur: Edusc, 1999, p. 78.
10. Ver nesse sentido: JAHODA, Gustav. *Images of savages: ancient roots of modern prejudice in western culture*. London and New York: Routledge, 1999, p. 11.
11. O artista italiano Salvador Rosa ficaria popular entre os colecionadores europeus que procuravam telas de sublimidade atormentada e da selvageria da natureza. Precipícios, montanhas, torrentes, lobos e estrondos faziam parte das “qualidades” deste gênero. Segundo Kant, na *Crítica do juízo*, de 1790, o sublime é quando o homem descobre em si uma dimensão espiritual pela qual supera as forças cósmicas, ou as violências históricas com que é esmagado.
12. CLARK, Kenneth. *Landscape into art*. London: John Murray, 1949, p. 6.
13. Conferir ANDREWS, Malcolm. *Landscape and western art*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
14. Sobre o tema, ver também ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
15. A influência dos paisagistas holandeses foi tão sensível, que, coincidência ou não, em 1815, Joaquim Lebreton, na condição de secretário perpétuo do Instituto de França, sugeriu uma competição trienal de paisagem na Escola francesa.
16. Essa reação foi ainda mais forte na Inglaterra, com nomes como John Constable (1776-1837), Joseph Mallord William Turner (1775-1851) ou Theodore Géricault (1791-1824).
17. Citado em *Les années romantiques: la peinture française de 1815 a 1850*. Paris: Réunion des Musées Nationaux, 1995, p. 150.
18. Para uma visão mais completa da biografia de Nicolas-Antoine Taunay e dos demais impasses pessoais que condicionaram sua viagem, sugiro a leitura de meu próprio livro, *O sol do Brasil*, já mencionado em outro momento deste texto, bem como do catálogo de minha autoria e de DIAS, Elaine. *Nicolas-Antoine Taunay, uma leitura dos trópicos*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2008. A grande obra de referência sobre Taunay é o livro de JOUVE, Claudine Lebrun. *Nicolas-Antoine Taunay*. Paris: Arthens, 2003.
19. Há uma grande polêmica sobre os fatores que teriam motivado a vinda dos artistas franceses e sobre seu financiamento. No meu livro recupero e me posiciono sobre o tema. Elaine Dias também analisa o contexto no ensaio: DIAS, Elaine. Correspondências entre Joachim Le Breton e a corte portuguesa na Europa: o nascimento da missão artística de 1816. *Anais do Museu Paulista – História e cultura material*, São Paulo, v. 14, n. 2, jul-dez. 2006; DIAS, Elaine. Les artistes français au Brésil au XIX e siècle: l'Académie des beaux-arts et la formation de la collection nationale de peintures de Rio de Janeiro. In: PANZANELLI, Roberta; PRETI-HAMARD, Monica. *La circulation des oeuvres d'art: the circulation of works of art in the revolutionary era. 1789-1848*. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 267-280. Os textos básicos para acompanhar a posição oficial são os de Escragnole Taunay, bisneto de Nicolas: TAUNAY, Afonso de Escragnolle. Documentos sobre a vida e obra de Nicolau Taunay. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 78, parte II, 1916; *A Missão Artística de 1816*. Brasília: Universidade de Brasília, 1956; *A missão artística de 1816*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956; *Nicolau Antonio Taunay: documentos sobre sua vida e obra*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1916.
20. Carta de 27 de outubro de 1817, encontrada no Arquivo da Escola de Belas Artes (RJ). O material foi coletado por Claudine Lebrun-Jouve em Paris, 1987. In: SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 207.
21. Ibidem, p. 209.
22. Ver nesse sentido LAGO, Pedro Correa do. *Taunay e o Brasil*. Obra completa, 1816-1821. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

23. DIAS, Elaine. A herança de Nicolas Taunay ao filho Félix. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; DIAS, Elaine (org.). *Nicolas-Antoine Taunay: uma leitura dos trópicos*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2008.
24. No livro de minha autoria, *As barbas do imperador*, tive oportunidade de analisar esse tema com mais vagar.
25. O imperador auxiliou um total de 24 artistas brasileiros no exterior, dentre os quais destacam-se nomes como Pedro Américo e José Ferraz de Almeida Júnior.
26. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os nativos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.
27. ABREU, Capistrano. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 238-239.
28. COLI, Jorge. Manet: o enigma do olhar In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras; Funarte, 1998, p. 111.
29. Ibidem, p.115.
30. A análise do quadro *O Brado do Ipiranga* está muito pautada nas interpretações realizadas por Claudia Valladão Mattos em dois ensaios: Algumas palavras acerca do texto "O Brado do Ipiranga" e de sua ligação com a tradição acadêmica. In: MATTOS, Claudia de; OLIVEIRA, Cecília. *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 119-132; e Independência ou morte! O quadro, a Academia e o projeto nacionalista do Império, Ibidem, p. 79-117.
31. É o próprio Pedro Américo quem descreve os personagens: Joaquim Maria da Gama Freitas Berquó, João Carlota, João de Carvalho Raposo, Francisco Gomes da Silva e, provavelmente, o guarda-roupa João Maria da Gama Freitas Berquó. Depois vinham o marquês de Cantagalo, o padre Melchior Pinheiro, o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão.
32. MATTOS, Claudia Valladão. *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 15.
33. Ibidem, p. 122.
34. ANDERSEN, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

---

Recebido em 1/12/2008  
Aprovado em 24/7/2009

**Leslie Bethell**

Professor emérito de História da América Latina na Universidade de Londres.

Fellow emérito do St. Antony's College na Universidade de Oxford.

Pesquisador associado sênior do CPDOC da FGV/RJ.

# A Presença Britânica no Império nos Trópicos

O artigo apresenta o predomínio da influência britânica no Brasil ao longo do século XIX, sobretudo nas esferas política, financeira e econômica. Destaca a atuação da Grã-Bretanha em momentos e assuntos importantes para o Estado brasileiro, como o reconhecimento da independência e a abolição do tráfico de escravos intercontinental. Por fim, aponta extensa literatura produzida por viajantes e naturalistas britânicos que percorreram o território brasileiro no oitocentos.

*Palavras-chave: presença britânica; Grã-Bretanha; Império do Brasil.*



The article presents the predominance of the British influence in Brazil throughout the 19<sup>th</sup> century, especially in the political, financial and economical spheres. It highlights Great Britain's action in important moments and matters for the Brazilian state, like the recognition of independence and the abolition of intercontinental slave traffic, and it examines an extensive literature produced by British travelers and naturalists who made several journeys through the Brazilian territory in the 1800s.

*Keywords: British presence; Great Britain; Brazilian Empire.*

**D**urante todo o período do Império no Brasil – da declaração da independência de Portugal e a instalação de um império independente em 1822 até a Proclamação da República em 1889 – a Inglaterra, ou para ser

preciso, a Grã-Bretanha, era o país estrangeiro de maior importância para a economia, a política e, também, em menor grau, a sociedade e a cultura brasileira.

Não é difícil explicar esse predomínio econômico e político inglês no Brasil no



século XIX. Do fim das guerras napoleônicas, em 1815, até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a Grã-Bretanha exerceu uma hegemonia global, embora desafiada nas décadas finais do período pela ascendência da Alemanha e pela emergência dos Estados Unidos. A *Royal Navy*, a marinha real inglesa, governava os mares; a Inglaterra, *the first industrial nation* (a primeira nação industrial), *the workshop of the world* (a oficina do mundo), forneceu a maior parte dos bens manufaturados para todo o mundo, e possuía mais da metade de toda a frota mercante do planeta. A *City of London* era a principal fonte de capital. Todas as periferias do mundo fora do império britânico foram incorporadas na expansão da economia global capitalista dominada pela Grã-Bretanha.

Mas o predomínio inglês na vida econômica e política brasileira durante o Império foi também especificamente a consequência e a continuação do predomínio da Inglaterra iniciado quando a Corte portuguesa esteve no Brasil (1808-1821) e no período da independência (1822-1825). Os fundamentos da preeminência inglesa no Brasil – política, comercial e financeira – no século XIX (“o século inglês”) – foram estabelecidos nas circunstâncias da formação do Brasil como um Estado independente. A Inglaterra foi *present at the creation* (presente na criação) do Brasil, e por isso passou a usufruir os benefícios e privilégios.

Durante as guerras napoleônicas, em novembro de 1807, Napoleão determinou o fechamento da última brecha no bloqueio – o chamado sistema continental contra o comércio inglês com a Europa –, que era Portugal. Por razões geopolíticas e econômicas, a Grã-Bretanha assumiu o papel decisivo na transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Os britânicos renovaram as garantias existentes de preservar a integração territorial do Reino e a continuidade da dinastia dos Braganças, além de estender o apoio para incluir a proteção da Corte no Brasil e a defesa e libertação de Portugal dos franceses. Em retorno, Portugal abriria os portos do Brasil ao comércio internacional. O beneficiário principal e imediato da carta régia de janeiro de 1808 evidentemente foi a Inglaterra. O número de navios que entraram no Rio de Janeiro em 1808 foi pelo menos quatro vezes maior do que em 1807 – a maioria deles de origem inglesa. Já em agosto de 1808, entre cento e cinquenta e duzentos comerciantes e agentes comerciais formaram no Rio uma próspera comunidade inglesa.

A Inglaterra não ficou satisfeita com a abertura dos portos do Brasil. Queria os mesmos tipos de direitos preferenciais que desfrutara em Portugal desde meados do século XVII. E d. João, dependente da Inglaterra para a defesa do Brasil e a libertação de Portugal, não pôde recusar a pressão e as exigências britânicas. Em fevereiro de 1810 um tratado de navegação e comércio foi assinado,

fixando uma tarifa máxima baixa sobre os produtos ingleses importados pelo Brasil e concedendo aos comerciantes ingleses o direito de residir no Brasil com propriedades, igrejas, cemitérios, hospitais próprios e, mais significativo, o direito de nomear juizes especiais responsáveis pelos casos envolvendo os súditos britânicos no Brasil (isto é, um sistema de justiça paralelo).

As circunstâncias da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro ofereciam à Inglaterra também uma rara oportunidade para forçar concessões de

Portugal sobre o tráfico de escravos. Em 1807, depois de uma luta de vinte anos, a Grã-Bretanha aboliu o tráfico de escravos e imediatamente adotou uma política de promover a abolição internacional. Pelo artigo 10 do Tratado de Aliança e Amizade de 1810, o governo português comprometeu-se a limitar o tráfico aos seus territórios, e prometeu tomar medidas gradativas para sua extinção – contra os interesses dos fazendeiros brasileiros e comerciantes portugueses e brasileiros. No ano de 1815, em um tratado assinado durante o Congresso de Viena, Portugal declarou o tráfico ao norte do



Retrato da rainha da Inglaterra e da Irlanda, Vitória I

Equador ilegal, confirmando sua determinação em abolir todo o tráfico. E em 1817, em uma convenção adicional ao Tratado de 1815, Portugal deu à marinha britânica o direito e os instrumentos para suprimir o tráfico ilegal em alto-mar – principalmente o *right of search*, o direito de arrestar e captar navios negreiros que estivessem com escravos ilegais e mandá-los aos tribunais especiais (*mixed commission courts*) em Freetown, Serra Leoa, e no Rio de Janeiro para julgamento e libertação dos escravos.

A influência política da Inglaterra na Corte de d. João diminuiu depois de 1815, mas a revolução liberal em Portugal no ano de 1820, a volta de d. João VI a Lisboa em 1821 e a declaração da independência do Brasil em 1822 criaram novas oportunidades para a Inglaterra confirmar e consolidar sua ascendência econômica e política sobre o Brasil. O governo do novo império brasileiro precisava de reconhecimento internacional. Isto é o objetivo básico de qualquer novo estado, mas, especificamente no caso brasileiro, era importante para impedir alguma tentativa de d. João em Lisboa, apoiada pelas potências europeias reacionárias da Aliança Sagrada, de restaurar sua autoridade sobre o Brasil; para fortalecer a própria autoridade do imperador d. Pedro contra elementos não só legalistas, mas republicanos e separatistas; e também para o acesso ao mercado financeiro internacional pelos empréstimos necessários ao novo Estado.

Os Estados Unidos reconheceram a independência do Brasil em 1824, no entanto, era decisiva a atitude da Inglaterra, a potência hegemônica da época. O governo inglês estava interessado no reconhecimento da independência do Brasil o mais rápido possível por várias razões. Em primeiro lugar, o Brasil era uma monarquia, por isso um antídoto aos ‘males da democracia universal’ no continente, como George Canning, o chanceler inglês, disse em uma referência aos Estados Unidos e às repúblicas independentes da América espanhola. O Brasil poderia ser uma ponte entre o Novo Mundo e o Velho Mundo. Mais importante e imediato, o tratado comercial de 1810 com Portugal – a base da ascendência econômica da Inglaterra no Brasil – teria de ser renovado em 1825. E, finalmente, isto era talvez uma oportunidade única de realizar um progresso significativo na questão do tráfico de escravos, fundamental na política externa da Grã-Bretanha desde 1807. Em circunstâncias normais será quase impossível extrair a abolição do tráfico do governo brasileiro independente, considerando a dependência da economia e da sociedade brasileira na escravidão, e a dependência do sistema da escravidão na continuidade do tráfico.

Um diplomata britânico – o escocês sir Charles Stuart – negociou em nome de Portugal o reconhecimento da independência do Brasil em 1825. Pelos serviços prestados o Brasil assinou com a Inglaterra um tratado de comércio transferin-

do todos os privilégios britânicos no Brasil obtidos após 1808, incluindo a tarifa máxima baixa nas importações britânicas e juízes especiais britânicos no Brasil, ao Brasil independente. O governo brasileiro também assinou um tratado pela abolição do tráfico de escravos após 1830, incluindo o direito e os instrumentos da marinha britânica para suprimir o tráfico ilegal no alto-mar, os tribunais especiais para o julgamento dos navios negreiros capturados e a libertação dos seus escravos africanos. Os dois tratados foram o preço pago pelo novo governo imperial pela amizade britânica e especialmente pelo reconhecimento português, britânico e internacional de sua independência.

s tratados anglo-brasileiros sempre foram impopulares no Brasil. No tratado de comércio, a tarifa máxima limitou as receitas e a independência fiscal do governo brasileiro, uma vez que 80% da receita provinha da alfândega. E a Inglaterra não ofereceu nenhuma reciprocidade às exportações principais brasileiras – algodão, açúcar e café – no mercado inglês. Os direitos extraterritoriais dos ingleses no Brasil foram incompatíveis com a soberania nacional do Brasil independente. O tratado precisava ser renovado em 1842, depois de quinze anos, mas em vez disso o Brasil o revogou. A Inglaterra não resistiu muito porque o tratado de comércio não era mais necessário (se é que foi alguma vez necessário) pela dominação britânica no comércio brasileiro.<sup>1</sup>

Em meados do século XIX, a Inglaterra supria a metade de todas as importações do Brasil (Portugal, França e Estados Unidos respondiam com apenas 10% cada um). Setenta e cinco por cento das importações inglesas eram têxteis, mas também havia produtos em vidro, porcelana, talheres, utensílios domésticos, mobília, pianos, roupas, remédios etc. O Brasil era o terceiro mercado dos ingleses no mundo – perdendo apenas para os Estados Unidos e para a Alemanha. Os cem *commercial houses*, estabelecimentos de comerciantes ingleses de Londres, Liverpool e outras cidades do norte da Inglaterra, existiram e também exportaram a maior parte de produtos primários brasileiros – açúcar (20% das exportações brasileiras em meados do século XIX), algodão (5% a 10%, mas 20% durante a Guerra Civil nos Estados Unidos) e café (50%, mais de 60% a 70% na década de 1880). E as exportações brasileiras – que aumentaram com o crescimento da economia brasileira, especialmente da agricultura baseada em mão de obra escrava, depois da maior inserção do Brasil na economia internacional – foram embarcadas para os mercados internacionais em navios das companhias de navegação inglesas. Entretanto, a Grã-Bretanha nunca foi o mercado principal. O café, por exemplo, foi exportado para os Estados Unidos e para a Europa. As *commercial houses* inglesas também investiram modestamente no comércio interno, terras, mineração etc. E até a chegada dos bancos comerciais ingleses, na

década de 1860, elas prestaram serviços financeiros às comunidades inglesas e aos clientes locais brasileiros.

O Brasil era parte do chamado *informal empire* da Grã-Bretanha (o império informal britânico) do século XIX? Para justificar o uso do conceito “império informal”, o predomínio comercial e financeiro britânico – a hegemonia econômica – é necessário, mas não suficiente. É preciso também algum exercício de influência política e talvez alguma coerção por um estado imperial que viesse a limitar a soberania de um outro estado formalmente independente. Não apenas ações dos indivíduos com mentalidade imperialista (como lembrou Edward Said, imperialismo é também um estado mental) ou demonstrações ocasionais das forças navais (*gunboat diplomacy*) tomadas para proteger as vidas, as liberdades e as propriedades ameaçadas dos cidadãos de um estado imperial. O exercício de poder deve ser consistente e permanente sobre a política interna e externa de um estado “independente”, e tão forte a ponto de coagi-lo a fazer algo que, sem essa pressão, não faria – adotar políticas de interesses econômicos, geopolíticos e ideológicos do poder imperial –, restringindo a soberania da nação mais fraca e dependente.

Os tratados entre o Brasil e a Inglaterra pela abolição do tráfico de escravos na primeira metade do século XIX, a pressão diplomática britânica pela realização das obrigações brasileiras sob os trata-

dos e o uso da força naval britânica pela supressão do tráfico, finalmente bem-sucedido, poderiam ser entendidos como exemplos de imperialismo informal.

Duas décadas depois da abolição do tráfico de 1830, a demanda pela mão de obra escrava continuou, e cresceu com a expansão da fronteira do café; sucessivos governos brasileiros mostraram-se pouco dispostos ou capazes de aplicar a lei de 1831 contra o tráfico. Ela foi evidentemente uma lei “para inglês ver” (esta é a mais convincente explicação da origem desta expressão). O tráfico – agora totalmente ilegal – aumentou, apesar de todos os esforços da marinha britânica, até um pico de sessenta mil importados em 1848 (mais de quinhentos mil escravos foram importados no Brasil nas décadas de 1830 e 1840; um milhão desde 1800).

Quando, em meados da década de 1840, o governo brasileiro decidiu não só revogar o tratado comercial com a Inglaterra, mas também o tratado para a abolição do tráfico de escravos, considerado contrário aos interesses nacionais (ou aos interesses dos senhores de escravos) e à soberania nacional, ou aquela parte do tratado que forneceu aos navios de guerra ingleses o direito de capturar navios negreiros ilegais no alto-mar, a reação do governo britânico foi decisiva, provavelmente ilegal, e finalmente violenta. Ele introduziu o *Slave Trade Brazil Act* de 1845, o famoso *Bill Aberdeen*. No futuro, a Inglaterra poderia tratar o tráfico brasi-

leiro como pirataria, e navios capturados poderiam ser julgados e seus escravos liberados nos tribunais britânicos do *Admiralty* estabelecidos em Santa Helena, Serra Leoa e Cabo de Boa Esperança.

O tráfico de escravos no Brasil foi abolido em 1850-1851, quando o governo britânico fortaleceu a força naval na costa brasileira e aplicou o *Bill Aberdeen* nas águas territoriais e portos brasileiros. Os dois países chegaram perto da guerra. O governo brasileiro – na verdade o primeiro governo desde a independência capaz de fazer isto – foi forçado a promulgar uma nova lei contra o tráfico e fazê-la ser cumprida.<sup>2</sup>

Mas talvez a Inglaterra, forçando o governo brasileiro a abolir o tráfico de escravos, tenha sido o único exemplo do imperialismo informal, e numa causa humanitária (apesar de existirem também interesses econômicos e políticos na política britânica contra o tráfico no século XIX). Não houve nenhum exemplo de intervenção política direta por parte da Inglaterra no Brasil, na segunda metade do século XIX, para justificar o uso do conceito *informal empire*. Existe um mito que na Guerra do Paraguai (1864-1870) o Brasil foi o instrumento dos interesses capitalistas britânicos. Era o grande tema dos historiadores latino-americanos marxistas das décadas de 1970 e 1980 do século XX. Mas não existe evidência suficiente para suportar este argumento.<sup>3</sup> O governo britânico não esteve envolvido na abolição da escravidão no Brasil em 1888,

embora, como a correspondência entre Joaquim Nabuco e os dirigentes do British and Foreign Anti-Slavery Society demonstra, a opinião pública britânica tenha sido mobilizada contra a continuação da escravidão no Brasil e, se não foi decisiva, foi muito influente.<sup>4</sup>

Nas duas décadas após 1870 – até o fim do Império – as relações comerciais e financeiras entre a Grã-Bretanha e o Brasil se consolidaram. A Grã-Bretanha continuou o principal parceiro comercial do Brasil, não obstante agora tivesse competidores – a França, a Bélgica, a Alemanha e os Estados Unidos. Mais de 40% das importações do Brasil eram inglesas: têxteis e bens de consumo manufaturados, e também bens de capital e matérias-primas como carvão (importadas principalmente pela Wilson Sons & Co., de Cardiff, País de Gales). Companhias inglesas para a exportação (por exemplo, E. Johnston & Co. e Phipp Brothers & Co. no setor de café) e companhias de navegação, agora com navios de vapor, foram responsáveis por grande parte das exportações de produtos agrícolas brasileiros.

A grande maioria dos empréstimos concedidos ao governo brasileiro veio da Inglaterra. Em 1855, N. M. Rothschild & Son tornou-se o agente financeiro exclusivo do governo imperial, responsável por todos os empréstimos no mercado financeiro londrino. Ao fim do Império, a Inglaterra permaneceu sendo o principal credor da dívida pública brasileira.



Os investimentos diretos no Brasil foram modestos até a década de 1860 – a agricultura brasileira para exportação não era muito *capital intensive* –, mas o investimento direto estrangeiro triplicou entre 1865 e 1885, e foi majoritariamente inglês. Esse investimento veio principalmente para o desenvolvimento da rede de estradas de ferro: a Recife & São Francisco Railway, a Bahia & São Francisco Railway, a Minas & Rio Railway e, sobretudo, a São Paulo Railway Company (Santos a Jundiaí), chamada A Inglesa, que foi fundamental para a expansão da fronteira do café em São Paulo, e uma das maiores obras de engenharia do mundo durante o período vitoriano. Não eram apenas investimentos privados britânicos nas estradas de ferro: também nos portos, nos serviços urbanos – transporte, água e esgoto no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo; gás no Rio, Salvador, São Paulo, Santos, Fortaleza, Belém, Porto Alegre etc. –, nas fábricas – de têxteis (com maquinaria importada de Glasgow), de milho (por exemplo, o Rio Flour Mills & Granaries estabelecido em 1886), de cerveja etc. – e no setor bancário e de seguros (por exemplo, o London & Brazilian Bank fundado no Rio de Janeiro em 1863, que teve até a década de 1980 filiais em todas as cidades, desde Manaus e Belém até Curitiba e Porto Alegre).

De 1808 até meados do século, havia as pequenas comunidades inglesas no Rio de

Janeiro, em Salvador e no Recife. Elas consistiram principalmente de diplomatas, oficiais navais e representantes dos *commercial houses*, mas também havia juizes, advogados, farmacêuticos, alfaiares, carpinteiros, fabricantes de botas e chapéus, relojoeiros etc.<sup>5</sup> No seu livro *Os ingleses no Brasil*,<sup>6</sup> Gilberto Freyre examinou brilhantemente a influência das comunidades britânicas e das importações de bens de consumo manufaturados britânicos na vida social privada/cotidiana brasileira – especialmente da classe média urbana emergente – na primeira metade do século XIX.

Uma consequência da mudança nas relações econômicas entre a Grã-Bretanha e o Brasil nas últimas décadas do Império foi o crescimento das comunidades britânicas no Brasil. Ao fim do Império, 1.500 britânicos eram residentes no Rio, centenas em Salvador, Recife, Santos e São Paulo, e poucos em Manaus, Belém e São Luís do Maranhão. O caráter das comunidades mudou no sentido em que elas incluíram agora administradores e engenheiros das companhias de estradas de ferro e serviços públicos urbanos, pessoal de bancos, trabalhadores especializados nas estradas de ferro, nas fábricas de têxteis etc. Apenas as tentativas de introduzir trabalhadores agrícolas ingleses (e irlandeses) no sul do Brasil na década de 1870 fracassaram.<sup>7</sup>

As relações próximas – econômicas, políticas, sociais e culturais – entre o Brasil e a Grã-Bretanha no século XIX resultaram



em uma quantidade de livros produzidos pelos membros das comunidades inglesas e visitantes ingleses no Brasil, oferecendo informação e descrições de grande valor. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, o governo português tentou excluir os estrangeiros da América portuguesa. Entretanto, marinheiros, contrabandistas, aventureiros e piratas entraram durante os séculos XVI e XVII. No século XVIII e no início do século XIX, muitos navios *en route* para a Índia e mais tarde para a Austrália e China fizeram paragens para madeira, água e comida fresca nos portos brasileiros, especialmente no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. Depois da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, a abertura dos portos significou a abertura do Brasil aos estrangeiros – britânicos, mas também franceses, alemães, russos etc.

Só para mencionar, três livros escritos pelos ingleses no Brasil no período joanino:

- John Mawe, *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country* (Londres, 1812; 2ª edição revisada e ampliada, Londres, 1821). O mineralogista Mawe foi o primeiro estrangeiro a ter permissão para visitar as minas de ouro e diamantes de Minas Gerais;
- Henry Koster, *Travels in Brazil, in the years from 1809 to 1815* (Londres, 1816; 2ª edição, 2 volumes, 1817). O livro clássico de Koster oferece a melhor descrição do Nordeste brasileiro do seu tempo;
- John Luccock, *Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818* (Londres,



Viaduto sobre a Estrada de Ferro São Paulo Railway

1820). Luccock, um mercador de tecidos de Leeds, no norte da Inglaterra, viveu no Rio de Janeiro por dez anos, entre 1808 e 1818. Varnhagen escreveu na sua *História geral do Brasil* que o livro de Luccock foi “o mais credível quadro do estado material moral e intelectual da capital do Brasil na chegada da família real e do seu progresso durante esses poucos anos”.

O Brasil no período joanino também atraiu artistas amadores britânicos como o mercador Richard Bates, em 1807-1821, o oficial naval Emeric Essex Vidal, em 1808-1809 e 1816-1818, o botânico e ornitologista William Swainson, em 1816-1818, e, notadamente, Henry Chamberlain, o filho do cônsul-geral britânico no Rio de Janeiro, que visitou o Brasil em 1819-1820, aos 22 anos de idade. As aquarelas de Chamberlain formaram a base de um álbum famoso de 36 litografias, *Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil* (Londres, 1822), sobre a cidade do Rio no período joanino.

No Império – o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Reinado – mais de setenta livros foram publicados por ingleses.<sup>8</sup> Alguns dos mais importantes são:

– Maria Graham, *Journal of a voyage to Brazil and residence there*.<sup>9</sup> Graham era esposa de um oficial naval inglês. Visitou o Brasil em 1821-1822 a caminho do Chile. Ela passou três semanas em Pernambuco (setembro e outubro de 1821), seguidas de quase dois meses na

Bahia (outubro a dezembro de 1821) e de três meses no Rio de Janeiro (dezembro de 1821 a março de 1822). Maria ficou viúva pouco antes de chegar a Valparaíso, em abril de 1822, mas ela permaneceu no Chile por quase um ano. Em março de 1823, ela retornou ao Brasil com o almirante Cochrane, e passou outros sete meses no Rio, antes de retornar à Inglaterra em outubro de 1823. O seu diário sobre o Brasil é um dos melhores registros sobre o Brasil no tempo da independência. Graham foi também uma boa artista amadora. Seu livro continha 11 quadros e nove vinhetas de desenhos a tinteiro nos quais ela reproduz imagens de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Vieram ao Brasil, durante o Primeiro Reinado, outros artistas britânicos amadores. Richard Bates retornou ao Rio de Janeiro em 1827 e 1829-1832 (e 1835-1838), Emeric Essex Vidal em 1826-1829 (e 1834-1837). Mas também chegaram artistas profissionais, notadamente Augustus Earle em 1820-1824 (voltando em 1832 com *HMS Beagle*), Charles Landseer em 1825-1827 e William John Burchell em 1825-1830. Landseer e Burchell eram os artistas oficiais da missão diplomática pela independência do Brasil de Sir Charles Stuart. As obras principais de Earle estão na National Library of Australia, em Camberra, e na Coleção Geyer, no Rio de Janeiro; de Landseer, no Instituto Moreira Salles, no Rio; e de Burchall, no Africa Museum, em Johannesburg;

– John Armitage, *The history of Brazil, from...1808 to...1831*.<sup>10</sup> Armitage chegou ao Rio de Janeiro em 1828 como um jovem mercador, aos 21 anos de idade, permanecendo na cidade nos oito anos seguintes. Sua *História* foi a primeira detalhada sobre o período da chegada da Corte portuguesa em 1808, passando pela Independência, até a abdicação de d. Pedro I, e continua sendo um texto fundamental para todos os historiadores do período. Foi planejada como uma continuação da primeira história completa do Brasil colonial, *History of Brazil* (3 volumes, 1810-1819), escrita por um inglês, o poeta revolucionário Robert Southey, quase cinquenta anos antes da *História geral do Brasil* de Varnhagen (2 volumes, 1854-1857). Como

a *História* de Southey, a *História* de Armitage foi baseada em fontes primárias brasileiras, mas, ao contrário da *História* de Southey, foi também baseada em conhecimentos de primeira mão sobre o país. Southey nunca visitou o Brasil;

– George Gardner, *Travels in the interior of Brazil... during the years 1836-1841*.<sup>11</sup> Gardner foi para o Brasil em 1836 para coletar espécies botânicas. Viajou amplamente pelas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país;

– Sir Richard Burton, *Explorations of the highlands of Brazil*.<sup>12</sup> Burton, o grande “orientalista” e explorador, foi cônsul britânico em Santos (1865-1868). Seu livro contém um extensivo material sobre as minas em Mi-



Engenho de açúcar em Pernambuco

nas Gerais e um registro da sua descida do rio São Francisco ("o Mississipi do Brasil") através de Minas Gerais e Pernambuco em direção ao oceano Atlântico em Alagoas;

– William Scully, *Brazil: its provinces and chief cities*.<sup>13</sup> Scully era o irlandês proprietário e editor do *Anglo-Brazilian Times*, um jornal publicado no Rio de Janeiro de 1865 a 1884. Seu livro foi essencialmente um prospecto para investidores, província por província, e um livro-guia para imigrantes britânicos, especialmente irlandeses.

Há muitos livros escritos por engenheiros britânicos nas décadas de 1870 e 1880, por exemplo:

– William Lidstone, *Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries*. Lidstone era empregado da Amazon Steam Navigation Company;

– Thomas Plantagenet Bigg-Wither, *Pioneering in south Brazil*. Bigg-Wither trabalhou no Paraná no projeto de ferrovia do Atlântico ao Pacífico;

– Edward D. Mathews, *Up the Amazon and Madeira rivers*. Mathews era empregado da Madeira and Mamoré Railway Company;

– James W. Wells, *Exploring and travelling three thousand miles through Brazil*. Wells viajou no interior de Minas Gerais e no norte do Brasil;

– Hastings Charles Dent, *A year in Brazil*. Dent era empregado da Minas and Rio Railway Company.<sup>14</sup>

*Last but not least*, há os jornais e os livros de quatro grandes naturalistas britâ-

nicos (botânicos, exploradores, geógrafos, geologistas, antropólogos, linguistas e muito mais): Charles Darwin, Alfred Russel Wallace (co-fundador com Darwin da teoria da evolução por seleção natural), Henry Walter Bates e Richard Spruce. Todos muito jovens, eles contribuíram de forma fundamental para o conhecimento científico e compreensão do Brasil por volta da metade do século XIX.

Charles Darwin esteve duas vezes no Brasil durante a segunda viagem do *HMS Beagle* (dezembro de 1831 a outubro de 1836): a primeira vez, na Bahia, aos 23 anos de idade, em fevereiro de 1832, e no Rio de Janeiro entre abril e julho do mesmo ano; a segunda vez, de novo, muito rapidamente, na Bahia e no Recife, no retorno da viagem em agosto de 1836.<sup>15</sup>

Wallace e Bates, respectivamente aos 25 e 23 anos de idade, viajaram para o Pará em 1848, com o objetivo de coletar espécies etimológicas para comerciantes privados e para *Kew Gardens*. Eles permaneceram juntos por dois anos no baixo Amazonas, entre Belém e Santarém, deixando a companhia em 1850. Wallace passou mais dois anos nos rios Negro e Orinoco, enquanto Bates permaneceu nove anos no Solimões e no alto Amazonas.

Retornando à Inglaterra em 1852, Wallace publicou *A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro*.<sup>16</sup> Como um apêndice ao volume, ele incluiu notas de história natural, geografia e geologia do vale amazônico e suas tribos indígenas.



Por sua parte, Bates, incentivado por Darwin, escreveu seu clássico *A naturalist on the River Amazons*<sup>17</sup> depois de seu retorno para a Inglaterra em 1859. Após 11 anos na Amazônia, ele foi, segundo Darwin, o maior conhecedor da floresta tropical depois de Humboldt. Ele considerava o livro de Bates como 'o melhor livro de história natural de viajante jamais publicado na Inglaterra'.

Com 32 anos de idade, Spruce foi para a Amazônia em 1849, um ano depois de Wallace e Bates. Ele ficou no norte do Bra-

sil, Peru e Equador por 15 anos, até 1864. Ao retornar, ele publicou *Palmae Amazonicae* (1869) e mais tarde o seu monumental *Hepaticae Amazonicae et Andinae* (1884-1885). Quinze anos depois de sua morte, seu amigo Wallace coletou e publicou suas *Notes of a botanist*.<sup>18</sup>

Os autores ingleses, residentes e visitantes, e os artistas ingleses, amadores e profissionais, fizeram contribuições fundamentais ao nosso conhecimento do Império brasileiro nos trópicos no século XIX.

## N

## O

## T

## A

## S

1. Sobre os tratados entre a Inglaterra e Portugal e a Inglaterra e o Brasil na primeira metade do século XIX, o clássico livro de Alan K. Manchester, *British preeminence in Brazil, its rise and decline: a study in European expansion*, (1933) Nova York: Octagon Books, 1964 (edição em português, 1973) continua a ser fundamental.
2. Ver BETHELL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade question 1807-1869*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. Edições em português, Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Expressão e Cultura; Editora Universidade de São Paulo, 1976; Brasília: Editora do Senado Federal, 2002. E também NEEDELL, Jeffrey. The abolition of the Brazilian slave trade in 1850: historiography, slave agency and statesmanship. *Journal of Latin American Studies*, Londres, v. 33, issue 4, 2001.
3. Ver BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1995. Também publicado na revista *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.
4. BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de (orgs.). *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks; Academia Brasileira de Letras, 2008.
5. Um bom estudo sobre a colônia inglesa em Salvador é QUENTHER, Louise. *British merchants in nineteenth-century Brazil: business, culture, and identity in Bahia, 1808-1850*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2004.
6. FREYRE, Gilberto. *Os ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. O livro de Richard Graham, *Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914* (Cambridge: Cambridge University Press, 1968. Edição em português, 1973) oferece um material substancial sobre o tema na segunda metade do século.
7. MARSHALL, Oliver. *English, Irish and Irish pioneer settlers in nineteenth-century Brazil*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2005.
8. BETHELL, Leslie. *Brazil in books by British and Irish authors*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2003.

9. GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, 1824. Edições em português, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. Coleção Brasileira, Série Grande Formato, tradução por Américo Jacobina Lacombe; Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1990. Coleção Reconquista do Brasil.
10. ARMITAGE, John. *The history of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808 to the abdication of Don Pedro the First in 1831*: compiled from state documents and other original sources. Londres, 1836. 2 v. Edições em português, Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve, 1837; Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1943; São Paulo: Martins, 1972; São Paulo: Melhoramentos, 1977; Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981. Coleção Reconquista do Brasil – todas baseadas na tradução de 1837. A História de Armitage, como a História de Southey, necessita e merece uma edição moderna e crítica em inglês e português.
11. GARDNER, George. *Travels in the interior of Brazil principally through the Northern provinces and the gold and diamonds districts during the years 1836-1841*. Londres, 1846. 2ª edição, 1849. Edições em português, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Coleção Brasileira; Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1975. Coleção Reconquista do Brasil.
12. BURTON, Richard. *Explorations of the highlands of Brazil, with a full account of the gold and diamond mines, also canoeing down 1.500 miles of the Great River São Francisco from Sabará to the sea*. Londres, 1869. Edições em português, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 3 v. Coleção Brasileira. Tradução por Américo Jacobina Lacombe. 2ª edição, 1983; Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1976-1977. 2 v. Coleção Reconquista do Brasil.
13. SCULLY, William. *Brazil; its provinces and chief cities; the manners and customs of the people; agricultural, commercial and other statistics, taken from the latest official documents with a variety of useful and entertaining knowledge, both for the merchant and the emigrant*. Londres: Murray & Co., 1866; 2ª edição, 1868.
14. BROWN, Charles Barrington e LIDSTONE, William. *Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries*. Londres, 1878; BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Pioneering in south Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná*. Londres, 1878. 2 v. Edições em português, Rio de Janeiro: José Olympio; UFPR, 1974; Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. MATHEWS, Edward D. *Up the Amazon and Madeira rivers through Bolivia and Peru*. Londres, 1879; WELLS, James W. *Exploring and travelling three thousand miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão*. Londres, 1886. 2 v. Edição em português, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. DENT, Hastings Charles. *A year in Brazil, with notes on the abolition of slavery, the finances of the empire, religion, meteorology, natural history etc.* Londres, 1886.
15. Os diários de Charles Darwin, 1832-1836, formaram o último volume do *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships 'Adventure' and 'Beagle' between the years 1826 and 1836* (Londres: Captain Robert FitzRoy, 1839). Depois foi publicado separadamente como *Journal of researches into the natural history and geology of the various countries visited by HMS Beagle* (Londres, 1839). Há várias edições modernas, normalmente sob o título *The voyage of the Beagle*. (Edição em português, *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. Rio de Janeiro: Companhia Brasil Editora, 1937).
16. WALLACE, Alfred Russel. *A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro*. Londres, 1853. 2ª edição, 1889. Edições em português, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Coleção Brasileira; Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1979. Coleção Reconquista do Brasil.
17. BATES, Henry. *A naturalist on the River Amazons: a record of adventures, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the Equator*. Londres, 1863. 2 v. Edições em português, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Coleção Brasileira; Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1979. Coleção Reconquista do Brasil.
18. SPRUCE, Richard. *Notes of a botanist on the Amazon and the Andes*. Londres: Macmillan & Co., 1908. 2 v.

**Gabriela dos Reis Sampaio**

Professora do Departamento de História da UFBa e  
Vencedora do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2007.

# Conexões Rio-Bahia

## Identidades e dinâmica cultural entre trabalhadores, 1850-1888

A partir da experiência de sujeitos envolvidos em movimentos migratórios entre o Rio de Janeiro e a Bahia, de 1850 a 1888, este artigo busca discutir alguns significados culturais desta grande

movimentação demográfica, buscando compreender a dinâmica cultural entre as duas localidades e a reconstrução de identidades de indivíduos que migraram. Discute, em especial, o caso de alguns líderes religiosos das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro.

*Palavras-chave:* Brasil imperial; tráfico interprovincial; identidades; candomblé.



From 1850 to 1888, there was an increase in the migrations between Rio de Janeiro and Salvador. This article discusses some cultural meanings

of those migratory movements, looking

for individual experiences and the cultural dynamics of the process involving two major Brazilian cities of the times, and the forging of new identities of those who migrated. It focuses on the cases of some religious leaders in both cities.

*Keywords:* Brasil imperial; interprovincial slave trade; identities; candomblé.

**E**m 1980, fez muito sucesso no Brasil uma música cantada por Maria Betânia que tinha por título *Alguém me avisou*. A autora do samba é Dona Ivone Lara, hoje muito famosa, reconhecida como legítima represen-

tante do puro samba carioca, símbolo genuíno de uma cultura brasileira. No samba, um baiano “que veio de lá pequenininho”, avisado para tomar cuidado com a cidade grande ou “pisar no novo chão devagarinho”, diz ao seu “padrinho”



que não se zangue por ele não resistir aos encantos de uma roda de samba no Rio. Quando ele voltasse à Bahia, teria “muito o que contar” de seu encontro com os “bambas” do samba.

A compositora carioca aponta, na letra, para uma superioridade do samba carioca, que agora contagiava os baianos. De acordo com uma certa tradição que se cristalizou nos estudos sobre cultura no Brasil, o samba teria nascido na comunidade baiana que habitava o Rio desde o final do século XIX. No começo do século XX, o Rio de Janeiro já estaria consolidado como verdadeiro berço do samba, “terra de bambas”, apesar de sua raiz baiana.

Este artigo busca discutir a construção de algumas dessas imagens. Para isso, gostaria de voltar ao século XIX e refletir sobre a formação de identidades no Brasil no período do tráfico interprovincial de escravos, isto é, o período que vai da extinção do tráfico de escravos da África para o Brasil, em 1850, até a Abolição, em 1888. A intenção é problematizar noções de identidade relacionadas a essa época, na qual há um aumento da migração interna e, ao mesmo tempo, uma preocupação da intelectualidade com o futuro do país e a definição do caráter da nação.

Em um contexto de transformações profundas da sociedade brasileira, marcado por debates sobre o fim da escravidão, a mestiçagem, a imigração e o branqueamento, discutiam-se caminhos possíveis

para o sonhado progresso e civilização.<sup>1</sup> A partir da experiência de sujeitos envolvidos em tais movimentos migratórios neste contexto, pode-se discutir alguns significados culturais desta grande movimentação demográfica. Pretendo me deter sobre o caso de identidades formadas com base no trânsito de sujeitos entre Rio de Janeiro e Bahia, buscando compreender a dinâmica cultural entre as duas localidades e a reconstrução de identidades de indivíduos que migraram. Para refletir mais especificamente sobre essa questão, discutirei o caso de alguns líderes religiosos das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro.

Entre 1850 e 1888 no Brasil, milhares de trabalhadores se movimentaram das províncias do Norte e Nordeste em direção ao sudeste, ligados direta ou indiretamente ao aumento do tráfico interprovincial de escravos, ocorrido com a extinção do tráfico africano em 1850. Essa intensa circulação de sujeitos teve consequências profundas, não só demográficas, mas sociais e culturais, que marcaram a sociedade brasileira do período.<sup>2</sup>

Com o fim do tráfico de escravos da África para o Brasil em 1850, ocorre um aumento da compra e venda de escravos entre as províncias do país. Havia no Brasil dois importantes centros de exportação que levaram à formação de mercados regionais de escravos: um no Norte-Nordeste e outro no Centro-Sul do país. Assim, embora o número de escravos no

país tenha diminuído a partir de 1850, concentrando-se mais no Centro-Sul, a escravidão continuava sendo uma instituição fundamental no Brasil nas décadas seguintes. É só na década de 1870 que a escravidão vai sofrer um abalo mais significativo no país, com a lei de

28 de setembro, depois conhecida como Lei do Ventre Livre, quando os filhos de mãe escrava passam a nascer livres.

Por outro lado, mesmo com as leis abolicionistas de 1871 e de 1885 (dos sexagenários), e com a diminuição da



Retrato de Glicéria da Conceição Ferreira

demanda mundial pelo açúcar brasileiro, os grandes engenhos do Nordeste continuaram produzindo, sem ter parado de comprar escravos. Segundo Slenes, o encerramento do tráfico interprovincial ocorrido em 1881, quando o Nordeste tentava conter a grande saída de escravos para o centro-sul, afetou mais os grandes produtores do que as leis abolicionistas citadas. Ainda assim, muitos escravos saíram do Nordeste em direção ao Sudeste do Brasil; não dos grandes engenhos de açúcar, mas de engenhos menores, ou de fazendas que produziam outras mercadorias, como o algodão, por exemplo, principalmente das províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. O número de escravos transferidos no período de 1850 a 1881 foi enorme – cerca de 222.500 indivíduos – ainda que a Bahia não tenha sido uma das grandes fornecedoras desta mão de obra. Entre 1870 e 1881, quando esse tráfico se tornou mais intenso, aproximadamente 90 mil escravos entraram no Sudeste vindos de outras províncias.<sup>3</sup>

Esses dados interessam para nossa reflexão sobre formação de identidades de várias maneiras. Em primeiro lugar, os números citados nos dão uma ideia da grande quantidade de sujeitos circulando entre as várias províncias no período, em uma migração forçada que alterou de maneira definitiva a organização de suas vidas. Os números nos mostram a vulnerabilidade dos escravos envolvidos neste comércio.

Eles sentiram os efeitos da separação forçada e do fim de um período de relativa estabilidade ocorrido na primeira metade do século XIX, quando experimentaram a constituição de famílias.

É importante lembrar que a maioria dos escravos vendidos foi levada para trabalhar em fazendas de café, e poucos devem ter ficado na cidade do Rio, região privilegiada deste estudo. O número de escravos que foram efetivamente para o Rio já foi analisado por outros historiadores, que relativizaram o impacto da chamada “diáspora baiana” nas últimas décadas do século XIX, mostrando que muitos dos escravos “baianos” vinham, na verdade, de várias outras províncias.<sup>4</sup> Ainda assim, minha hipótese é que o número de sujeitos em circulação aumenta muito quando levamos em conta as migrações relacionadas ao tráfico interprovincial. Isto é, com a venda e partida forçada de escravos para o sul, muitos libertos e livres que faziam parte das redes de relações desses escravos também partiram para outras províncias, neste caso voluntariamente, tentando recuperar o contato com entes queridos. Por outro lado, com o crescimento econômico do Sudeste, e a maior circulação de mercadorias e dinheiro, as oportunidades de trabalho para o grande contingente de ex-escravos e trabalhadores livres, que compunham a maioria da população trabalhadora no período (em número já bem superior ao de escravos), cresciam naquela região, tor-

nando atraente para muitos a migração em direção à Corte.<sup>5</sup>

Desse modo, muitos libertos vão para o Rio atrás de parentes próximos que foram forçados a migrar, assim como muitos ex-escravos partem em busca de um novo começo na capital do país. A documentação é farta em casos de baianos que partem para a Corte no período, nas mais variadas circunstâncias. Foi o caso do escravo Miguel, recolhido na casa de correção de Salvador em 1877.<sup>6</sup> Miguel havia sido escravo de uma senhora em Valença, na Bahia, e remetido à Corte com permissão dela, onde foi vendido para Minas Gerais. Miguel deve ter passado pelas maiores dificuldades nesse percurso, e provavelmente tinha família e amigos na Bahia, para ter dado um jeito de voltar. Certamente, os interesses do tráfico interprovincial eram contrários aos seus objetivos pessoais. Já o pardo Rufino Venâncio de Santana viajou clandestinamente da Bahia para o Rio em um vapor inglês, e tentou se estabelecer na Corte. Acabou identificado como escravo fugido, preso e remetido de volta para a Bahia em 1872.<sup>7</sup>

Muitos outros baianos que migraram para a cidade do Rio nas últimas décadas da escravidão se envolveram em algum tipo de problema legal na capital do Império.<sup>8</sup> Erivaldo Neves analisou o tráfico interprovincial entre o sertão da Bahia e o Vale do Paraíba fluminense, mostrando o intenso aumento deste comércio nos anos que se seguiram ao fim do tráfico

de escravos da África.<sup>9</sup> Muitos escravos procedentes da Bahia iam para o Rio de passagem, de onde eram encaminhados para Minas, como parece ter sido o caso de Miguel. Recuperando a já citada obra de Chalhoub, Neves nos relembra que vários escravos se revoltaram em casas de comissões na cidade do Rio, na tensa expectativa de serem vendidos para o Vale do Paraíba ou o interior de Minas; a grande maioria (21 em 24 escravos) dos que cometeram crimes contra os vendedores e prestaram depoimento em inquéritos policiais era proveniente de províncias do Norte e Nordeste, sendo 14 da Bahia. Já na Casa de Detenção da Corte, entre 1860 e 1880, há um total de 386 registros de sujeitos naturais da Bahia, entre escravos, livres e libertos, homens e mulheres.<sup>10</sup>

Outros fatores para o aumento do tráfico interprovincial do Nordeste para o Sudeste foram a crise da agricultura nordestina e a grande seca de 1877 e 1879, quando o Nordeste viveu o “aniquilamento da lavoura algodoeira e a redução dos preços do açúcar no mercado internacional”,<sup>11</sup> gerando uma “emigração em massa e a venda da escravaria”.<sup>12</sup> Vale ressaltar que o comércio ocasional de escravos entre as províncias sempre ocorreu – fazendeiros e mineradores transferiam seus escravos para outras unidades produtivas ou migravam com eles sempre que a dinâmica da economia exigisse, sem caracterizar negócio exclusivamente escravista, ainda segundo Neves.

Porém, na segunda metade do século XIX este tráfico interno tem caráter específico, configurando uma continuação do tráfico atlântico, e não mero substituto, segundo Robert Conrad.<sup>13</sup>

É importante lembrar, também, que houve aumento do fluxo de escravos, especialmente africanos, da Bahia para o Rio, muito antes do período aqui em questão: deu-se logo após a revolta dos malês em 1835, quando a perseguição aos africanos se tornou bastante intensa. A verdadeira caça às bruxas ocorrida no período fez com que vários africanos partissem de volta para a África, como foi o caso de Mercelina da Silva e Iya Nassô, conforme indica a tradição oral do candomblé Casa Branca do Engenho Velho, corroborada pela densa pesquisa documental de Lisa Castillo e Nicolau Pares.<sup>14</sup> Muitos deles, porém, foram mandados ao Rio, ou para lá partiram voluntariamente, buscando escapar da perseguição. No Rio eram conhecidos como “minas”, uma denominação geral que incluía sujeitos de diferentes origens, e que era muitas vezes associada a africanos insubordinados e perigosos; também eram famosas as “pretas mina”, quitandeiras espalhadas pela cidade.<sup>15</sup>

Já a partir da década de 1870, o número de africanos e crioulos em trânsito entre Rio e Salvador tem novo impulso, como mostra a documentação de pedidos de passaporte e registros de embarcações do Arquivo Público do Estado da Bahia. Em sua maioria, os viajantes de-

claram como motivo de suas idas e vindas simplesmente “cuidar de negócios”. Sabemos, porém, que o “negócio” de muitos deles, em especial os africanos, era o comércio de escravos. Além das restrições impostas aos africanos no período, que não podiam adquirir bens de raiz nem ocupar cargos públicos – mesmo livres ou libertos, não tinham qualquer direito à cidadania –, há que se considerar que a escravidão era parte constitutiva fundamental da sociedade e economia brasileiras, sendo o investimento mais interessante para muitos dos egressos da escravidão. Investir em escravos para viver de seus alugueis, ou para revendê-los, era uma opção de sobrevivência e acumulação de renda ao menos até o início da década de 1870, quando a escravidão, especialmente a urbana, sofre um declínio progressivo, especialmente após a lei de 28 de setembro de 1871.<sup>16</sup>

Com esses dados em mente, podemos voltar à questão da circulação de indivíduos e reconfiguração de identidades no período do aumento do tráfico interprovincial. Em um mundo ainda fortemente marcado pela escravidão, o grande fluxo de escravos e homens livres de cor das províncias do Nordeste para o Sudeste fazia com que tivessem que conviver, nas grandes cidades da região, trabalhadores de origens diversas, fossem eles africanos, livres, libertos, nordestinos, fluminenses ou mesmo os imigrantes europeus pobres. Vale lembrar que estes trabalhadores estran-



geiros passam a entrar em grande número no Brasil nessa época, competindo também por espaços de moradia e trabalho nas regiões centrais das cidades. O período é, por isso, marcado por muita tensão e instabilidade. Nas cidades, o aumento populacional levava a conflitos crescentes entre os recém-chegados, competindo por espaços de moradia e trabalho, desenvolvendo redes de sociabilidade, formas de religiosidade e conflitos.<sup>17</sup>

Como alguns autores vêm demonstrando, eram muitas as disputas entre baianos e cariocas naquele momento na cidade do Rio, especialmente em torno da co-

munidade baiana, reunida em grande parte ao redor da região portuária da cidade e na Cidade Nova. Esta região acabou ficando conhecida como o berço negro da cultura popular urbana carioca, desenvolvida em torno das famosas “tias” baianas, líderes da comunidade, relacionadas ao comércio ambulante nas ruas e às casas de candomblé, como a famosa Tia Ciata. Essa imagem de uma “Pequena África” ficou cristalizada na historiografia brasileira com o trabalho de Roberto Moura, publicado nos anos de 1980, e utilizado como fonte para muitos trabalhos que vieram depois.<sup>18</sup> Ao se fortalecer nos estudos sobre o Rio do



Negras no Rio de Janeiro

período, tal imagem acabou por fazer da chamada “Pequena África” uma espécie de centro de resistência cultural, núcleo difusor da cultura afro-brasileira, especialmente do carnaval, da música popular e do candomblé.<sup>19</sup>

Autores como Clementina Cunha, por exemplo, recentemente problematizam a noção de centralidade das tias baianas no desenvolvimento de uma “cultura popular” carioca. Cunha mostra que embora o grupo baiano estivesse realmente presente nesse processo, estava longe de ter o papel central que lhe foi posteriormente atribuído. Ainda que reconheça o papel dos baianos na construção de uma cultura urbana no Rio de Janeiro da virada do século XX, a historiadora coloca em cena outros sujeitos e práticas, distanciando-se da atribuição de uma liderança exclusiva ao grupo de Tia Ciata. Além disso, mostra que as atividades do grupo não foram criadas no vazio, mas no diálogo com práticas culturais já existentes há longa data na cidade.<sup>20</sup> O historiador Tiago de Melo também relativiza, em seu trabalho, a centralidade atribuída às tias baianas da “Pequena África” e o impacto da chamada “diáspora baiana”, sugerindo que novas pesquisas sejam feitas para adensar o enfoque sobre suas práticas sociais, bem como buscar “outras experiências afro-brasileiras que ajudaram substancialmente a formação cultural do Rio de Janeiro”.<sup>21</sup>

Tendo em mente os números do tráfico e da movimentação populacional em ge-

ral de trabalhadores pelo Brasil nas últimas décadas do século XIX, é fácil perceber que a imagem que resulta de tais análises historiográficas sobre o baiano típico que viveria na “Pequena África” do Rio é, no mínimo, uma invenção que tem como base os embates daquele momento histórico, e que foi cristalizada pela posteridade. Em primeiro lugar, porque os baianos típicos, como vários dos sambistas da “Pequena África”, por exemplo, poderiam ter vindo de qualquer uma das províncias do Norte ou Nordeste do país, ou mesmo de Minas, já que a Bahia teria enviado poucos trabalhadores para o Rio no período em questão – e menos ainda para a cidade do Rio.

Por outro lado, igualmente inapropriado seria supor a existência, na região denominada de “Pequena África”, de qualquer tipo de homogeneidade social ou étnica que justifique tal caracterização, como se a Cidade Nova e a praça Onze fossem zonas habitadas exclusivamente por negros vindos da Bahia. De fato, a mesma região aparece na memória de outros sujeitos como o local de construção de identidade de grupos muito diversos, como os judeus recém-chegados ao Rio de Janeiro – como mostra análise recente de Fania Fridman<sup>22</sup> – ou mesmo africanos e crioulos vindos de províncias tão distantes como o Rio Grande do Sul e a Paraíba.<sup>23</sup> Nesse sentido, ainda que pudesse servir de moradia para trabalhadores recém-chegados na cidade, a região está longe da homogeneidade suposta na própria idéia de



uma “Pequena África”, termo, aliás, cunhado pelo sambista mineiro Heitor dos Prazeres, ainda segundo Cunha,

para referir-se a um trecho do Rio de Janeiro onde presumivelmente o samba teria nascido, ‘em casa de uma baiana’, sob a influência decisiva dos seus frequentadores da ‘boa terra’, como Donga, João da Baiana, Pixinguinha e seus irmãos, Getúlio Marinho (o Amor), João Cândio, Hilário Jovino e outros personagens de uma história mítica do samba baiano-carioca.<sup>24</sup>

Mas, mesmo que busquemos os poucos e influentes baianos que realmente se mudaram para o Rio e disseminaram práticas culturais que teriam origem na Bahia, ainda nas últimas décadas da escravidão, vale a pena um olhar mais cuidadoso sobre eles para pensar nos significados de uma “identidade baiana” no Rio. E nada melhor do que o candomblé para pensarmos na influência da “baianidade nagô” no Rio de Janeiro. Ainda assim, mesmo considerando uma influência baiana mais direta no candomblé, é preciso ter cuidado quando se pensa no intercâmbio cultural ou nas identidades supostamente transpostas.

Tradicionalmente, a Bahia ficou conhecida como o centro da religião afro-brasileira legítima, o candomblé nagô, etnia atribuída aos africanos falantes do iorubá, originários de portos do Benim. A imagem de uma cultura mais rica e bem organizada, proveniente de regiões da

África Ocidental, como Lagos, na Nigéria, que teria levado ao desenvolvimento do candomblé no Brasil – superior a outras práticas religiosas de afro-brasileiros como a umbanda e a macumba carioca, ligadas a tradições de africanos provenientes da África Central, especialmente Congo e Angola – tem origem nos estudos de Nina Rodrigues, médico que abraçou as teorias raciais em voga no século XIX, e pioneiro no estudo das religiões africanas no Brasil.<sup>25</sup> A visão da superioridade nagô, ou das práticas culturais dos africanos “sudaneses”, nagôs ou iorubás, jejes, haussás, tapas, entre outras etnias, em relação aos “bantos”, ou angolas, se disseminou posteriormente entre vários outros estudiosos das religiões afro-brasileiras, como no caso de Roger Bastide.<sup>26</sup> Entretanto, como vários estudos já mostraram, é muito difícil pensar em uma unidade étnica no Brasil, nagô ou não, já que os escravos vinham das mais variadas regiões da África – muitas vezes as etnias marcam apenas portos de embarque, e não necessariamente origem dos africanos.<sup>27</sup> Mesmo se considerarmos o número expressivo de africanos nagôs na Bahia entre 1801 e 1825, é preciso lembrar que nos mais de três séculos de tráfico de escravos, a grande maioria dos africanos que foram para a Bahia era angola.<sup>28</sup>

Ainda assim, é inegável que o desenvolvimento da religião dos orixás – as divindades típicas dos iorubás – tem forte ligação com a maciça entrada dos nagôs na

Bahia nesse período, e tal culto teria se tornado hegemônico neste estado no decorrer do século XIX. Isso, entretanto, não quer dizer que os angolas tenham desaparecido, nem que suas práticas religiosas, muitas vezes já cristianizadas desde a colonização portuguesa na África, antes da colonização do Brasil, fossem mais pobres ou inferiores às dos nagôs. Há diversas explicações para o surgimento do mito da superioridade nagô que levam em conta o destaque dos grupos oriundos da África Ocidental na organização de revoltas e de práticas religiosas.<sup>29</sup> Mas não podemos esquecer que o africano nagô ladino, pode ter aprendido muito do seu conhecimento religioso em território brasileiro, em contato com africanos mais

velhos, com colegas de navio durante a travessia oceânica, aceitando a identidade nagô como estratégia de sobrevivência e associação, ainda que sua origem fosse angola, ou outra.<sup>30</sup>

É possível verificar diversas histórias de ressignificação de identidades étnicas nos estudos sobre revoltas escravas e religiões afro-brasileiras. Líderes religiosos do candomblé no Rio de Janeiro, considerados africanos na Bahia, tornam-se “minas” na Corte, referência à possível origem na Costa da Mina, ou simplesmente “baianos”, como, por exemplo, João Alabá, Cipriano Obedê ou Assumano, famosos pais de santo da chamada “Pequena África” no começo do século XX.



Tipos de escravos do Rio de Janeiro

Benzinho, filho do africano Bamboxê (que deve ter chegado à Bahia na década de 1840), tornou-se importante pai de santo no Rio de Janeiro em fins do século XIX.<sup>31</sup> Se olharmos para as estatísticas criminais do fim do século XIX e para o censo de 1890, é proporcionalmente pequeno o número de “baianos” na cidade do Rio, embora sua presença cultural e as referências musicais à Bahia sejam fortes, especialmente no mundo do samba e do candomblé.

Se voltarmos para as décadas de 1860 e 1870, podemos ter uma ideia mais clara do modo de vida de líderes do candomblé na Bahia e no Rio. Em Salvador, as referências são mais claras, inclusive já encontramos práticas religiosas conduzidas por afro-brasileiros e chamadas de candomblé na Bahia. No jornal *O Alabama*, há referências a vários deles, como o “da rua das Laranjeiras”, em 1866, onde residia um “papai” que realizava “milongas e feitiços”, ou outro na “casa da africana Júlia” com “toque de tabaque”, para onde iam “crioulas, mulatas etc., e muito homem que passa por sério”.<sup>32</sup> João Reis documentou detalhadamente a história do pai de santo Domingos Pereira Sodré, um africano libertado que vivia no centro da cidade do Salvador.<sup>33</sup> Sodré foi preso em 1862 por receber dinheiro por suas adivinhações e “feitiçarias”, segundo o chefe de polícia local. A origem “nagô” de Sodré, revelada pela pesquisa de Reis, certamente não lhe trouxe prestígio algum, dado

que viveu na época de muita agitação escrava, dos anos de 1820 e 1830, tendo certamente presenciado a famosa revolta dos malês de 1835, um ano antes de ter sido alforriado. Sodré veio para o Brasil ainda bem jovem, separado de seus pais, que foram vendidos a senhores diferentes. Tornou-se um líder religioso na Bahia, e não na África, ainda que possa ter começado suas iniciações ainda em terreno africano. Na Bahia, suas relações mais próximas incluíam duas africanas libertas, ganhadeiras que vendiam comida pela cidade, um crioulo, ou escravo nascido no Brasil, dois africanos livres haussás, e uma africana livre jeje, entre outros membros da “numerosa nação preta” da Bahia da época, nas palavras de Reis. Relacionava-se, também, com brancos pobres e ricos, que o buscavam para consultas.

Já no Rio de Janeiro, o *deus da fortuna* era o célebre Juca Rosa, negro nascido no Rio, em 1834, filho de uma africana, que se tornou famoso por suas práticas de cura e de magia.<sup>34</sup> Conhecido como o *chefe das macumbas* no Rio de Janeiro, Rosa liderava uma organização religiosa que pode ser entendida como os primórdios do candomblé carioca. O termo *macumba*, nas práticas religiosas de Juca Rosa, se refere a um instrumento musical que era tocado nos dias de festa e nos rituais. É só posteriormente que o termo vai se tornar, no Brasil, sinônimo de determinada modalidade de religião afro-brasileira.

Juca Rosa foi um dos mais importantes líderes religiosos negros que o Império conheceu. Tornou-se o grande Pai Quibombo, como também ficou conhecido por seus seguidores na década de 1860, vivendo no Centro da cidade, e liderando uma associação que contava com numerosos adeptos. Em 1871, quando já desfrutava de grande notoriedade, uma denúncia anônima chegou ao segundo delegado de polícia da Corte, acusando Juca Rosa de envolvimento sexual com diversas clientes e estelionato. Rosa foi preso e suas atividades interrompidas. Juca também era conhecido e temido pela prática de envenenamentos, atividade comum entre os chamados “feiticeiros” africanos para amansar senhores. Além disso, fazia viagens para a província da Bahia, para “se limpar”. Certamente, eram viagens para se consultar com outros líderes religiosos, e realizar rituais de purificação. Também afirmou que, quando realizava curas, acendia velas para a Senhora Santana e para o Senhor do Bonfim, outra referência à Bahia.

Na época em que Rosa se tornou célebre no Rio, passando a ser conhecido em várias outras províncias, outro importante pai de santo contemporâneo de Rosa e conhecido de Sodré era Antão Teixeira, africano livre que foi comparado, pela imprensa baiana, ao “impostor e libertino preto crioulo Juca Rosa”,<sup>35</sup> em função de sua “exagerada lascívia”, ou seu envolvimento sexual com diversas clien-

tes e, certamente, filiadas. Antão acabou deportado para a Costa da África em 1875, depois da prisão de Juca Rosa na Corte. O motivo da perseguição a Rosa e Antão, ambos reconhecidos como os feiticeiros mais afamados em suas cidades, parece ter sido o mesmo: o envolvimento com “figurões”, ou pessoas importantes do cenário político, brancos poderosos da sociedade. Rosa, brasileiro, foi preso. Antão, sendo estrangeiro, sofreu punição maior, e foi expulso do país.

Quando examinamos as descrições dos rituais conduzidos pelos líderes, especialmente os de Rosa e Sodré, de quem temos mais informações, encontramos inúmeras semelhanças. Esculturas em madeira de divindades africanas; sacrifícios de animais; cerimônias de adivinhação; transe espiritual; danças ao som de atabaques; pós, ervas, búzios e nozes de palma, entre outras coisas, são descritas nos documentos referentes às prisões dos líderes. Todos eram também reconhecidos pelo título de *papai*, que significaria, na Bahia da época, chefe de uma ordem de candomblé, ainda segundo Reis. Em iorubá, pai, ou *baba*, se refere ao pai do segredo ou do mistério, para além do sentido de pai biológico ou chefe de linhagem. Vivaldo da Costa Lima explica, em estudos sobre os candomblés jeje-nagôs da Bahia, a importância desta estendida família de santo, o que certamente tem origem nos tempos da escravidão, quando o candomblé assumia, muitas vezes, o sentido de resis-

tência cultural e de luta contra as dificuldades da vida em cativeiro ou da precariedade da vida de liberto.<sup>36</sup>

Pode-se alegar que Juca Rosa aprendeu seus conhecimentos religiosos com líderes baianos, em suas viagens à Bahia “para se limpar”, quando teria tomado iniciações com pais de santo como Sodré ou Antão. É bem possível que Rosa tivesse se consultado com eles em suas viagens – de onde enviou cartas para suas filiações mais próximas, pedindo dinheiro para socorrê-lo das dificuldades que lá sofrera. Rosa completou sua formação com outros “africanos” na Bahia ou mesmo no Rio, mas em seus rituais encontramos diversas outras práticas, não relacionadas à religião dos orixás. Havia imagens de Nossa Senhora junto com os manipansos, ou imagens de divindades africanas. Encontramos, também, nas descrições de seus rituais vários termos de origem angola, como *macumba* já aqui citada, *cambondo*, para seu auxiliar e tocador de tambor, e *samba* para sua filiada mais próxima e assistente.

Um olhar mais detalhado sobre práticas religiosas presentes em Angola no século XIX e no começo do século XX, descritas por missionários e viajantes, desnuda as claras ligações entre elas e os rituais de Rosa e outros líderes religiosos afro-brasileiros do Rio.<sup>37</sup> Relações com práticas religiosas do antigo reino do Congo também são muitas, podendo Rosa ser entendido como um poderoso sacerdote ou *nganga*.<sup>38</sup> Até mesmo na li-

teratura angolana do início do século XX, em que se encontram autores que se referem à feitiçaria, há práticas muito semelhantes às de Juca Rosa.<sup>39</sup>

É possível aproximar, também, as práticas de Juca Rosa com a umbanda. Embora a maioria dos autores associe a umbanda a uma prática do século XX, ligada às classes médias urbanas, Robert Slenes mostrou que o termo umbanda, que em kimbundu significa bruxaria, magia, arte de curar, já aparece ligado a um culto religioso de escravos de fazendas do vale do Paraíba em 1848 – na documentação policial aparece o termo “ubanda”. Slenes documentou este culto, claramente ligado a um plano de rebelião escrava de grandes proporções, que pretendia matar os senhores por envenenamento.<sup>40</sup> Se pensarmos nesta “umbanda” de meados do século XIX, praticada por escravos angolas, marcadamente de origem centro-africana, ficam muito óbvias as semelhanças com os rituais de Juca Rosa. Em ambos os casos, os assistentes chamavam-se *cambondos*, utilizava-se pós denominados *pemba*, os líderes utilizam o mesmo tipo de chapéu ou gorro, praticavam o envenenamento, eram considerados poderosos e temidos, e invocavam espíritos “para o bem ou para o mal”. Apesar das viagens de Rosa à Bahia, seu culto também era conectado a práticas culturais da África Central.

Vale destacar que o termo *samba*, na Bahia, aparece na documentação como sinônimo de *macumba*, ou prática de ne-

gros e “gente indecente e embriagada”, acompanhada quase sempre de “porno-grafias”. Na década de 1870, são cada vez mais comuns as denúncias de sambas e batuques por toda a província da Bahia, da mesma maneira que no Rio de Janeiro. É interessante notar que não participavam desses sambas apenas escravos e libertos, mas também autoridades locais, que acabavam protegendo os líderes religiosos. Foi o caso do alferes comandante de destacamento Erico Júlio Guimarães, preso em Salvador por participar de sambas e batuques. Na denúncia feita pela autoridade da localidade, afirmava-se que “este alferes ao invés de policiar está no caso de ser policiado com os seus soldados, os quais são os primeiros a perturbar a ordem e o sossego público, com jogos, bebedeiras, sambas batuques e tudo isso porque não cumpre o dito alferes com seus deveres (...)”.<sup>41</sup>

A presença de autoridades locais em sambas e candomblés não é novidade, ainda mais quando pensamos na origem social comum de membros do Exército, autoridades locais como fiscais e mesmo subdelegados, e negros pobres envolvidos em pequenos crimes como bebedeiras, brigas, dívidas, jogos proibidos, e participação em sambas e candomblés. Nesse universo plural de trabalhadores, é difícil demarcar origens, etnias ou práticas específicas. Uma coisa é clara: fosse no Centro do Rio ou de Salvador, não havia espaços segregados de identidades imóveis e homogêneas.

A formação de identidades entre estes sujeitos, especialmente no ambiente urbano das últimas décadas da escravidão no Brasil, se relaciona diretamente com o contexto em que viviam, com as alianças que conseguiam estabelecer para sobreviver e viver nos ambientes de moradia, trabalho e culto compartilhados. Africanos ou brasileiros, baianos ou cariocas, sofriam igualmente a violenta perseguição policial, ainda que encontremos casos de feitores africanos protegidos por seus senhores. Tais casos eram comuns na Bahia, como no caso do africano liberto Paulo, que vivia em 1879 sob a proteção de seu ex-senhor, tendo uma casa em suas terras – um capitão dono de engenho no Recôncavo, que evitou sua prisão apesar da insistência das autoridades policial e judicial da localidade.<sup>42</sup>

O certo é que o tráfico interprovincial e os negócios e movimentações forçadas ligados a ele estimularam o vaivém de africanos e seus descendentes entre Rio e Bahia, e acredito que, muito antes da consolidação da chamada “Pequena África” no Rio de Janeiro, já havia muitos outros sujeitos vindos da Bahia presentes nesta cidade, reconstruindo redes de relação e de compadrio e, certamente, recriando tradições religiosas e culturais. Assim como as identidades ligadas ao tráfico transatlântico muitas vezes têm mais relação com portos de embarque ou as alianças feitas nos navios ou no cativeiro do que com a origem dos africanos, as



identidades formadas a partir do tráfico interprovincial também precisam ser analisadas de perto, à luz dos contextos e locais específicos em que aconteciam.

Assim, para nós, hoje, Juca Rosa podia ser entendido como um pai de santo de candomblé angola, ou mesmo como um precursor da umbanda carioca. Para seus contemporâneos letrados e brancos do Rio de Janeiro, ele era muitas vezes descrito como um maligno feiticeiro africano, da mesma forma que eram descritos personagens de feiticeiros africanos em obras importantes da literatura nacional.<sup>43</sup> Na Bahia, onde apesar das dificuldades encontradas Juca foi bem recebido e fez muitos amigos, como relatou em carta a uma seguidora, ele devia ser conhecido como um típico “carioca”, ou crioulo. Já Sodré e Antão, africanos livres na Bahia, se tivessem ido ao Rio poderiam ter feito fortuna e fama como poderosos baianos, assim como vários outros que se tornaram conhecidos por suas ligações com as tias baianas, independente de suas específicas origens africanas.

Em um momento no qual os meios brancos e letrados se entregavam a diversos debates em torno do tema da definição de uma identidade nacional, preocupados com o anunciado fim da escravidão e com as teorias raciais que condenavam o Brasil à categoria de nação atrasada e incivilizada, por ser composta majoritariamente de mestiços, muitos intelectuais apostam na ideia do branqueamento como solução para a criação da civiliza-

ção nos trópicos.<sup>44</sup> Enquanto o sonhado branqueamento não vinha, os escravos e homens livres de cor, vistos em geral como objetos passivos de tais discursos, tratavam de articular suas próprias identidades, como muitos africanos e seus descendentes, originários da África centro-ocidental, que se reconheciam como malungos, e construíam no Brasil, muitas vezes por meio da religião e de traços linguísticos comuns, uma grande identidade centro-africana em torno da qual lutaram por liberdade.

Na praça Onze, muitos deles afirmam uma identidade baiana para se proteger e sobreviver. As ideias da superioridade nagô, que no Rio se disseminaria pela “Pequena África”, terra de baianos mais do que de africanos, acabaria levando a uma cristalização, já no século XX, da noção de uma presença baiana legítima que se dissemina na cultura carioca, muitas vezes identificada como uma “cultura brasileira”. Aos baianos do Rio se conferiu uma aura de legitimidade, que é reincorporada mais tarde pelas próprias elites da Bahia, que apostam na imagem da “terra da magia” para atrair turistas e movimentar seu comércio.

Todas essas imagens e identidades que acabam se cristalizando têm uma origem comum nas movimentadas décadas do tráfico interprovincial, quando ser baiano no Rio ou africano na Bahia estava longe de ser um privilégio ou de constituir uma categoria homogênea claramente definida. Voltar para o tráfico pode ser bom



para nos ajudar a questionar imagens hoje cristalizadas de “terra da magia” ou “berço do samba” (ou “túmulos”, no caso de São Paulo, embora São Paulo tenha recebido, ao longo do século XX, muito mais baianos que o Rio).

Presentes muitas vezes em letras de sambas consagrados, essas imagens aparecem em sambas como *Eu vim de lá*, com o qual abri este artigo. Dona Ivone Lara, nascida no Rio de Janeiro em 1921, era filha de João da Silva Lara, mecânico de bicicletas, que era também violonista e componente do Bloco dos Africanos. D. Emerentina, sua mãe, era pastora do Rancho Flor do Abacate, um dos mais famosos ranchos carnavalescos do Rio.<sup>45</sup> Nesse sentido, Dona Ivone Lara pode representar a pura legitimidade dos filhos da “Pequena África”, berço do samba, filha de “africanos” – que poderiam ser, como vimos, das origens mais diversas.

Já compositores baianos consagrados como Caetano Veloso e Gilberto Gil, que

tanto celebram a “dessemelhante” Bahia “que não lhes sai do pensamento” em suas canções, também renderam dobradas homenagens à cidade maravilhosa. Gil, especificamente, declara em uma música<sup>46</sup> ser “fã número um” do Rio de Janeiro, sem deixar de assinalar que quem lhe ensinou as qualidades foi a Bahia: “Lembra da Bahia, que um dia/Já mandou Ciata, a tia/Te ensinar kizomba nagô”. Kizomba, ou quizomba, é termo de origem angolana, referente à festa, divertimento ou “dança de negros angolanos”. Gil tinha razão: os africanos da África ou da Bahia inventaram no Rio uma grande quizomba nagô, ou uma mistura de etnias, origens ou identidades; o compositor não se refere porém ao samba, como Dona Ivone Lara. Prefere falar de outro ritmo negro, o funk, talvez se livrando da improvável discussão sobre a origem do samba – baiana, angola, iorubá, de um terreiro de candomblé ou da “Pequena África” baiana repleta de paraibas, portugueses e judeus.

## N O T A S

1. Ver, entre outros, PEREIRA, Leonardo. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004; MEADE, Teresa. *Civilizing Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1997; ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
2. SLENES, Robert. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (org.). *The chattel principle: internal slave trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2005, p. 325-370.
3. Idem.
4. GOMES, Tiago de Melo. Para além da casa de tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 29-30, p. 175-198, 2003.

5. Como o maior centro político e comercial do país, a cidade do Rio de Janeiro possuía em 1850 quase 267 mil habitantes, dos quais 110 mil, ou 42%, eram escravos. Em 1872, a população passara para quase 275 mil habitantes, mas o número de escravos havia diminuído drasticamente: era agora de 46 mil, ou 17%. A maioria da população era composta por libertos ou livres. Ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 199.
6. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).
7. APEB, Polícia, maço 6.450, correspondência subdelegados, 1871-1872.
8. CHALHOUB, Sidney, op. cit.
9. NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.
10. Livros de matrícula da Casa de Detenção, Arquivo Nacional, de 1860 a 1890 (consultado no CECULT/IFCH/Unicamp).
11. MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro; Brasília: Nova Fronteira; INL, 1984, p. 39, apud NEVES, Erivaldo Fagundes, op. cit. p. 103.
12. NEVES, Erivaldo Fagundes, op. cit., p. 103.
13. CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 205, apud NEVES, Erivaldo Fagundes, op. cit., p. 104.
14. CASTILLO, Lisa e PARÊS, Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 36, p. 111-151, 2007.
15. Sobre a migração interna de escravos, livres e libertos da Bahia para o Rio, e conflitos de “pretos mina” na Corte, ver FARIAS, Juliana; SOARES, Carlos Eugênio e GOMES, Flávio dos Santos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 209-263; e MAMIGONIAN, Beatriz. Do que o ‘preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000.
16. Como mostram pesquisas recentes, muitos africanos livres e libertos conseguiram acumular riqueza e viver em relativa prosperidade nesse período. No período pós-abolição, e com a promoção dos ideais de progresso e modernidade da República, esses africanos, “em uma sociedade cada vez mais racializada, perderam os poucos espaços que tinham conquistado em décadas anteriores”. Cf. CASTILLO, Lisa e PARÊS, Nicolau, op. cit., p. 148. Ver também REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; e FRANK, Zephir. *Dutra's world: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.
17. Ver, entre outros, CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 15-56; MEADE, Teresa. *Civilizing Rio...*, op. cit., p. 17-44.
18. MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995; VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988; e As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 6, 1990.
19. Sobre trabalhos posteriores que “fizeram coro a esta imagem, consolidando uma versão heroica das ‘origens’ do samba na resistência popular e nos laços de identidade que uniam velhos baianos, na defesa de suas próprias tradições, em torno dos terreiros de santo e das casas das tias festeiras”, e sua crítica, ver CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Acontece que eu sou baiano: produção de identidades em e para Santana* – Rio de Janeiro, no início do século XX (mimeo. – artigo a ser publicado em 2009 em coletânea do Cecult/Unicamp com os resultados do projeto temático “Santana e Bexiga: cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro entre 1870 e 1930”, financiado pela Fapesp).
20. CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da folia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
21. GOMES, Tiago de Melo, op. cit., p. 198.
22. FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
23. SLENES, Robert, op. cit.
24. CUNHA, Maria Clementina Pereira, *Acontece que eu sou baiano...*, op. cit.

25. RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; e *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
26. Bastide, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
27. Ver, entre outros, REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; PARÊS, Nicolau. *A formação do candomblé, história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006; OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. 'Quem eram os negros da Guiné'? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 19/20, 1997.
28. REGINALDO, Lucilene. *O rosário dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Tese de Doutorado em História, Departamento de História da Unicamp, Campinas, 2005; e SILVEIRA, Renato. *O candomblé da Barroquinha*. Salvador: Maianga, 2006.
29. LIMA, Vivaldo da Costa. O conceito de "nação" nos candomblés da Bahia. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 12, p. 65-90, 1976; e DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
30. SLENES, Robert. Malungu, Ngoma Vem!: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 12, dez./jan./fev. 1991-1992.
31. CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Acontece que sou baiano...*, op. cit., p. 11.
32. CASTILLO, Lisa e PARÊS, Nicolau, op. cit., p. 142.
33. REIS, José João. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, op. cit.
34. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
35. APEB, documentação policial, 1875. Agradeço a Lígia Santana por esta referência.
36. LIMA, Vivaldo da Costa. *A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais*. 2. ed. Salvador: Corrupio, 2003.
37. Ver sobre o assunto SLENES, Robert. L'Arbre nsanda replanté: cultes de affliction kongo et identité des esclaves de plantation dans le Brésil du Sud-Est entre 1810 et 1888. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris, v. 67, p. 217-314, 2007.
38. MACGAFFEY, Wyatt. *Art and healing of the Bakongo commented by themselves: minkisi from the Laman Collection*. Stockholm: Folkens Museum, 1991.
39. Ver, por exemplo, RIBAS, Oscar. *Uanga (feitiço)*. Cuba: União dos Escritores Angolanos, 1985.
40. SLENES, Robert, L'Arbre nsanda replanté..., op. cit.
41. APEB, Polícia, maço 2.997, correspondência entre o presidente da província e delegados, 1870-1877.
42. APEB, Polícia, maço 6.246, subdelegados, 1878-1879.
43. Cf. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Majestades do oculto: imagens de líderes religiosos negros na literatura do oitocentos no Brasil. In: BELLINI, Lígia; SAMPAIO, Gabriela dos Reis e SOUZA, George E. S. (orgs.). *Ensaio de história religiosa do mundo luso-africano brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: EDUFBA, 2006.
44. Ver, entre outros, SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e SKIDMORE, Thomas E. Racial ideas and social policy in Brazil, 1870-1940. In: GRAHAM, Richard (ed.). *The idea of race in Latin America, 1870-1940*. Austin: University of Texas Press, 1990, p. 7-36.
45. BURNS, Mila. *Nasci para sonhar e cantar*. Dona Ivone Lara: a mulher do samba. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 43-45.
46. A música é "Quero ser teu funk", escrita por Gilberto Gil, Dê e Liminha.

---

Recebido em 25/3/2009  
Aprovado em 17/6/2009

**Valdei Lopes de Araújo**

Professor de História da Historiografia e Membro do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) na Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista do Programa Pesquisador Mineiro, da Fapemig.

# Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil

## Joanino



Neste artigo é apresentado um panorama dos significados e da variedade da escrita da história no Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Demonstra-se que a chegada da família real em 1808 serviu como estímulo para o desenvolvimento de novas formas de compreender a história local, em especial pela produção de narrativas ilustradas, as quais teriam depois um importante papel no debate instaurado com o processo de Independência.

*Palavras-chave: historiografia; narrativas; identidade.*

This article examines the meanings and varieties of the writing of history in Brazil during first decades of 19<sup>th</sup> century. We demonstrate that the arrival of the Portuguese Royal family in 1808 stimulated the development of new enlightened narratives to understand the Brazilian history. These same enlightened narratives will play a central role during the debates concerning Brazilian independence in 1822.

*Keywords: historiography; narratives; identity.*

### 1808: DISCURSO HISTÓRICO E ACELERAÇÃO DO TEMPO

As primeiras décadas do século XIX no Brasil foram marcadas por uma notável aceleração do tempo histórico. O mun-

do luso-brasileiro precisou articular as grandes rupturas na experiência da história que os acontecimentos revolucionários deixaram como legado. Já no setecentos, o discurso sobre o passado rompera com suas formas clássicas, sem

com isso abandonar completamente seus protocolos e gêneros de representação. Neste ensaio,<sup>1</sup> pretendemos mapear os significados das formas de representação dos eventos históricos no Brasil das primeiras décadas do oitocentos, discutindo particularmente, ainda que de forma preliminar, dois deles, a história geral e a memória.

A chegada da família real serviu como um poderoso catalisador para as narrativas ilustradas que já frequentavam o discurso letrado luso-brasileiro há algumas décadas.<sup>2</sup> Por narrativas ilustradas entendemos os relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo da atividade humana, sem ainda reuni-los em um conceito singular de progresso geral da sociedade.<sup>3</sup> A transferência da Corte foi imediatamente interpretada como a ruptura com um tempo velho e a abertura de uma nova época. Podemos dizer que o ano de 1808 já nasce como um evento de reconhecida importância histórica. A transformação de um acontecimento em fato histórico no interior de uma narrativa serve, entre outras coisas, para administrar seu caráter ameaçador. Ou ele é identificado com um evento do passado a partir do qual seu futuro pode ser antecipado, ou é disposto em uma cadeia de acontecimentos que lhe serve de contexto e permite prever seus desenvolvimentos. Essas duas formas, uma antiga e outra moderna, eram articuladas para explicar o evento 1808, embora seu ineditismo, por muitos atores salientado, exigisse narra-

tivas processuais, já que no passado nada similar poderia ser encontrado ao qual pudesse ser comparado.

Assim, o discurso histórico que simultaneamente acompanha os eventos a partir de 1808 é uma tentativa de determinar o desenvolvimento futuro de um fato que todos sabiam único, e, por isso, não redutível ao passado entendido como exemplo. Para contar essas histórias, o mundo luso-brasileiro tinha já disponível um conjunto de narrativas que enfatizavam a ideia de melhoramentos e progressos: fosse das ciências ou letras, na arquitetura ou nos costumes. Muito mais que uma constatação, as narrativas ilustradas sobre a chegada da Corte procuravam tramar o evento em uma cadeia explicativa. Nesse ponto, os dois lados do Atlântico português começavam a divergir, pois o mesmo evento tinha significados progressivamente conflitantes e invertidos. A desgraça dos portugueses em Portugal foi o início de uma nova era para os portugueses do e no Brasil.<sup>4</sup>

Junto com a Corte aportava a necessidade de abrigar uma nova dimensão de historicidade. A realeza trazia consigo outra dignidade histórica, bem como uma nova perspectiva de unificação da história brasileira. O gênero história já estava sendo amplamente utilizado desde o século XVIII português para legitimar uma nova forma de autoridade real, mais centralizada, racional e universalista. O projeto da Academia das Ciências de Lisboa evidenciava a importância da historio-

grafia no novo cenário político e social. Na América essa tradição tinha o desafio de recolonizar discursivamente um tempo e um espaço geográfico inéditos, ao menos do ponto de vista da centralidade que repentinamente essa região do planeta adquiria. Deslocados da margem ao centro da história, em um momento no qual essas categorias tornavam-se cada vez mais relevantes, escritores como Hipólito José da Costa, José da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Luís Gonçalves dos Santos, José Pizarro Araújo, Baltazar da Silva Lisboa, dentre outros, registravam animadamente a história contemporânea que o rei com sua presença trazia ao Brasil e enraizavam em solo americano novas variedades de linguagem historiográfica. De que modo faziam isso, e quais seus resultados, é um dos pontos que discutiremos a seguir.

#### VARIEDADE DA ESCRITA DA HISTÓRIA E O PROJETO DA HISTÓRIA GERAL

A ampliação do espaço público, sua transformação e o novo papel que a imprensa passou a ocupar na luta política são alguns elementos estruturantes que ajudam a entender o alargamento do impresso tanto em sua dimensão de produção, quanto de circulação.<sup>5</sup> A aceleração dos eventos, as grandes transformações político-sociais e especialmente a emergência de novos sujeitos políticos e sociais exigiam formas mais eficientes de comunicação e legitimação dos governos. Com o texto de história não seria diferente, verificamos

nessa primeira metade do século uma multiplicação de escritores e escritos sobre o passado. A vontade crescente de conhecer a história impressiona, seja para controlar o futuro ou para guardar a fama dos grandes homens e eventos. A ausência de modelos institucionais que pudessem disciplinar essa escrita resultou em uma variedade impressionante de gêneros, projetos e protocolos de pesquisa e exposição. Formas antigas e novas conviviam em um mesmo autor. Essa variedade talvez fosse a característica mais marcante da escrita da história nas primeiras décadas do século XIX no Brasil. Tentemos então lançar um rápido olhar por essa multiplicidade procurando identificar algumas linhas gerais que talvez nos permitam compreendê-la um pouco melhor.

Para o período estudado, o conhecimento histórico poderá se apresentar em memórias, corografias, anais, efemérides, crônicas, biografias, elogios acadêmicos, panegíricos, deduções cronológicas, notícias, resenhas, ensaios, compêndios, resumos de história, discursos históricos, poemas, relatos de viagem, relatórios e relações, artigos jornalísticos e história propriamente dita, além de outras pequenas variações. Era comum que no interior de uma mesma obra vários subgêneros fossem reunidos, de acordo com as possibilidades de pesquisa, funções do relato e talento do autor. Esse traço híbrido, bastante antigo na historiografia portuguesa (já podemos encontrá-lo nas crônicas de Fernão



Lopes<sup>6</sup>), permitia que o autor adaptasse a forma da escrita ao conteúdo do que era narrado. No interior de uma história eclesiástica podemos encontrar um panegírico real, uma narrativa ilustrada ou o elogio de um chefe militar. Esse hibridismo era reforçado, algumas vezes, pelos protocolos bastante flexíveis de uso da citação. Era comum que, no meio da narrativa, o autor transcrevesse páginas e páginas de algum documento de época, podendo provocar no leitor certa confusão quanto ao tempo narrado, relativizar a autoria e produzir um efeito testemunhal no relato.

Uma classificação que pode nos ajudar a entender esse universo é a identificação de duas tendências organizadoras do discurso sobre o passado, uma que podemos reunir em torno do projeto de uma *história geral*, e outro em torno da tarefa de uma *história natural*. Não se trata de dois tipos opostos, mas de dois projetos globais distintos de conhecimento que, embora se entrecruzem em alguns momentos, não podem ser completamente reduzidos a uma matriz comum. Até certo ponto podemos dizer que esses dois projetos surgem como alterna-

tivas às antigas histórias universais, cuja fundamentação religiosa permitia totalizar a realidade dos acontecimentos, sem se importar com as divisões entre cultura e natureza ou civil e religioso.<sup>7</sup> Para facilitar a exposição gostaríamos de propor a tabela a seguir (até os anos de 1840).

Não é nossa intenção reduzir aquela complexa realidade a uma tipologia fechada. A classificação proposta serve apenas para nos ajudar a pensar essa variedade. No entanto, acreditamos que boa parte desses escritos sobre o passado pode ser reconhecida em um desses dois projetos, não excluindo a existência de sobreposições e mesclas. O que gostaria de afirmar é que até o começo da década de 1840 a produção de conhecimento no Brasil sobre os eventos pode ser articulada em torno de duas grandes matrizes: o de uma história geral e o de uma história natural. Ao longo do século XIX, essas matrizes sofrerão uma espécie de desagregação, sendo substituídas por *novos programas disciplinares*. Aqui nos interessa descrever mais detalhadamente o programa da história geral, que teve

| Programas de Investigação até 1840 |                                    |                                                 |
|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------------------|
|                                    | História Natural                   | História Geral                                  |
| Subgêneros principais              | Corografia, memória científica     | Memórias, anais, história particular e especial |
| Objetos privilegiados              | Costumes, mundo natural, tradições | História política e civil                       |
| Dimensão de análise                | Espaço                             | Tempo                                           |
| Formato                            | Descrição                          | Narrativa                                       |
| Protocolos                         | Científico e enciclopédico         | Decoro moral, retórico e literário              |

consequências mais diretas para a formação de uma historiografia sobre o Brasil, especialmente aquela produzida no período joanino.

O projeto de uma *história geral* assume enfaticamente o legado do modelo de uma escrita da história clássica, ou seja, é nele que deverão ser tratados os grandes eventos da história política. Ele sofrerá adaptações com a emergência de um programa ilustrado de investigação que estará em busca das grandes causas das transformações históricas, o que na época era chamado de uma *história pragmática e filosófica*, mas guardará em seu interior formas mais antigas como as biografias, elogios, histórias especiais e particulares. Ao se referirem a uma história geral, os autores querem dizer basicamente duas coisas: (1) uma história redigida com o decoro clássico, com certa qualidade literária e retórica, capaz de ensinar e orientar; bem como (2) uma história que revele as causas que movem o processo histórico. A dimensão cronológica tende a ser o eixo principal de organização do material, se bem que, nesse momento, haja uma preponderância de formas bastante mecânicas de organização, o que vai ficar documentado na importância das deduções cronológicas, anais e outros subgêneros que tinham como função a organização temporal dos eventos.<sup>8</sup>

No que se refere aos objetos tratados, o projeto da história geral tem a pretensão de esgotar o repertório de temas, mas

com um claro privilégio para os de dimensão política. Nessa rubrica incluímos as descrições de guerras e conflitos, a evolução administrativa e a história da sociedade civil e religiosa, embora essa última, objeto de um subgênero próprio, entre apenas na medida em que estiver articulada com o eixo principal de investigação. A descrição dos costumes encontrará também espaço, assim como os panoramas geográficos, mas bastante marginais no quadro geral dos projetos. Ainda que aqui também caiba a ressalva da história filosófica, que podia tomar como eixo central de investigação as leis ou os costumes, sem, no entanto, assumir o caráter sistemático e exaustivo próprio das corografias ou memórias científicas.

A preponderância da diacronia nessa matriz explica igualmente sua preferência pela narrativa como forma de exposição. Entretanto, a qualidade e a abrangência dessas narrativas serão bastante diversas. O trabalho de estabelecimento de datas não garantia por si só a narrativa, muitas vezes o relato ficava literalmente enclausurado no interior de “quadros”, fossem eles formados, muito frequentemente, pelas sucessivas dinastias, ou por episódios especialmente relevantes, como as histórias de Silva Lisboa dedicadas às campanhas de Lord Wellington ou mesmo aos “Benefícios políticos de d. João VI”. A ausência de informações, os grandes vazios factuais ainda comuns nas cronologias eram, da mesma forma, uma dificuldade real para a narrativa historiográfica no

período. O que podemos observar é uma profunda reformulação das exigências para a escrita da história, que, apesar de não eliminarem as referências clássico-morais e retóricas, não se satisfazem mais com elas, estabelecendo um tipo novo de combinação entre erudição e síntese narrativo-explicativa. Para escrever esse novo tipo de história, era preciso um novo escritor.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, a figura do historiador ganhará uma dimensão cada vez mais importante. Ele não poderia ser mais o simples cronista ou o moralista preocupado em edificar com os exemplos, nem o filósofo abstrato. O tipo moderno do historiador surgia lentamente, resultado de uma combinação de elementos antigos e modernos, sem que houvesse um modelo institucional claramente definido para acolhê-lo. No Brasil joanino, o historiador tanto poderia ser o jornalista-filósofo, letrado semi-independente com relação ao Estado, quanto o funcionário público, este já em um perfil distinto daquele do Antigo Regime. Entre esses dois polos, toda uma variedade de situações poderá ser identificada, embora com clara preponderância de homens com maior ou menor vínculo com a gestão do Estado. A história que escreviam estava, em grande medida, comprometida com um projeto de reforma interna do Estado, por isso a crise da Independência será um momento altamente problemático para esses homens e a escrita da história.<sup>9</sup>

#### ROBERT SOUTHEY E A HISTÓRIA GERAL COMO HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO NO BRASIL

Esse grande projeto de uma história geral encontraria sua realização na publicação, em 1810, do primeiro volume da *História do Brasil* de Southey.<sup>10</sup> A obra de Southey representava o ponto alto de certa linha do programa do reformismo luso-brasileiro em seu diálogo com a ilustração britânica. Sabemos que desde a publicação pelo abade Raynal de sua crítica às relações coloniais que linhas mais conciliadoras de interpretação dessas relações vinham sendo construídas. Autores como o abade De Pradt estavam no centro desses empreendimentos, procurando conceber o inevitável divórcio entre Europa e América como algo potencialmente amigável, domesticado pela metáfora de um crescimento natural.<sup>11</sup> Certamente a obra de Southey é a primeira grande realização historiográfica nessa linha interpretativa, mesmo que no autor inglês não haja apenas a ideia de uma naturalização dos portugueses na América, mas o relato da formação da civilização no Brasil. Southey demonstra como a cultura portuguesa foi se enraizando e se adaptando às condições locais, o papel central e positivo dos jesuítas como força civilizatória. Assim, já no segundo volume, publicado em 1817, termina a descrição das invasões holandesas demonstrando como no Brasil um certo padrão civilizacional já estava constituído, pa-

drão esse, naturalmente, derivado da matriz lusitana. No relato de Southey, a língua e a religião (especialmente pela atuação exemplar dos jesuítas) já aparecem como as duas principais forças históricas em ação na colonização brasileira:

Por outro lado a reconquista de Pernambuco deixou Portugal na indisputada posse duma das mais extensas e favorecidas regiões do mundo, de um império que em todas as imagináveis circunstâncias de desgoverno tem continuado a crescer em população e indústria, que progride agora rapidamente, e que, sejam quais forem as revoluções por que esteja destinado a passar, ficará sempre sendo o patrimônio dum povo português, que fale a língua de Fernão Lopes, de Barros, de Camões e de Vieira.<sup>12</sup>

A ideia de uma refundação brasileira da monarquia portuguesa, que circulava nas mentes de britânicos e luso-brasileiros, encontraria em Southey sua grande realização textual. Não devemos pensar em uma transmissão mecânica do modelo de Southey para o mundo luso-brasileiro, mas entender sua realização como possível apenas nessa triangulação cultural: Brasil/Portugal/Grã-Bretanha, que permitirá 1808 e será por esse evento profundamente amplificada.

Concluimos assim que, do ponto de vista da escrita de uma história filosófica do Brasil, 1808 é o evento que articula o legado do reformismo e o projeto, atuali-

zando-o como possibilidade real de entendimento e orientação do processo histórico em curso. Esse projetar pode ser claramente mapeado na historiografia e na cultura histórica a partir daí produzidas. José da Silva Lisboa, José Bonifácio, Hipólito José da Costa, Luís Gonçalves dos Santos, monsenhor Pizarro e Baltazar da Silva Lisboa, além de estrangeiros como Beauchamp, Beaumelle e Ferdinand Denis, seriam alguns dos principais nomes dessa tradição historiográfica em terras brasileiras até os anos de 1830.

#### AS MEMÓRIAS DO PADRE PERERECA E A CENTRALIDADE DO RIO DE JANEIRO

Entre os principais subgêneros para a escrita da história geral, talvez as memórias, como mostrado na tabela anterior, fosse o mais flexível. Há certamente paralelismos entre as memórias científicas e as memórias históricas, embora dificilmente um leitor da época as confundisse. Como subgênero da história geral, as memórias estavam livres de várias limitações devidas ao decoro, principalmente aquelas ligadas aos assuntos que poderiam ou não entrar em uma história geral. As memórias podiam então compensar sua incompletude e provisoriidade com um imenso e variado repertório de assuntos, o que lhes conferia alguma vantagem do ponto de vista do uso político imediato. Como na época elas eram consideradas as fontes seguras da história, escrevê-las era o primeiro passo para determinar o sentido dos fatos.

Para o período estudado, um dos melhores exemplos do funcionamento das “memórias históricas” é o conhecido livro de Luís Gonçalves dos Santos (também conhecido como padre Perereca), as *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, redigidas entre 1820 e 1821, mas publicadas apenas em 1825. Nelas, Gonçalves dos Santos reuniu um conjunto textual heterogêneo com o propósito de defender a permanência de d. João VI no Brasil e, principalmente, interpretar a vinda da Corte portuguesa como um processo de progressiva abolição do que ele chamava “antigo sistema colonial”.

Gonçalves dos Santos era filho de pai português, natural do Porto, e mãe brasileira, nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1767.<sup>13</sup> Seu pai trabalhava na ourivesaria de prata, no Brasil foi ensaiador de ouro, mas problemas financeiros o obrigaram a abandonar o ofício e a se dedicar à atividade agrícola sem muito sucesso. Toda a sua formação se deu nas precárias condições então disponíveis no Brasil, o que foi suficiente para ordenar-se em 1794, após estudar filosofia, teologia, grego, retórica, e outras disciplinas então oferecidas em aulas régias, com professores particulares ou nos seminários da cidade. Entre 1821 e 1822 teve participação ativa nos debates em torno do processo de independência do Brasil, publicou panfletos e artigos em jornais como o *Revérbero Constitucional*, de Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo.<sup>14</sup> Já quase no final da vida, em 1839, foi no-

meado sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

É no contexto do debate sobre a permanência ou não de d. João VI no Brasil que devemos entender as *Memórias* de Luís Gonçalves dos Santos. O autor afirma na introdução de seu livro que em 1808 tomara a decisão de escrevê-las, mas, como o título do livro revela, somente em 1821 resolveu reuni-las e publicá-las. A justificativa que apresenta para a decisão de levá-las ao prelo é a ausência de relatos sobre o período. Mesmo considerando-se pouco qualificado, resolvera tentar remediar tal lacuna. O livro é apresentado ao leitor como simples memórias, anotações que, afirma, já em 1808, resolvera manter por ter percebido a importância sem igual dos acontecimentos que se abriam com a chegada da família real ao Rio de Janeiro. No entanto, a leitura nos revela uma estruturação mais complexa. É possível perceber diversas camadas textuais que sugerem períodos distintos de composição. Por isso, não podemos considerar as “memórias” como testemunhos diretos do tempo que narra, não obstante o autor procure retirar desse efeito de crônica ares de autoridade.

O mais provável é que, entre 1820 e 1821, com o acirramento do debate em torno da presença da Corte no Brasil, o padre tenha resolvido reunir suas anotações em um longo argumento em defesa do que ele considerava o novo Império luso-brasileiro que nascera com o fim do “antigo sistema colonial”.

Já na introdução, em que descreve a cidade do Rio de Janeiro antes da chegada de d. João, podemos perceber os efeitos dessa decisão de reestruturar suas notas em torno de um novo centro argumentativo. Ainda que consideremos que o autor vinha narrando os principais eventos desde a chegada de d. João, a decisão de compor as “memórias” obedece a outra estrutura argumentativa que não a da simples crônica ou memória. O que percebemos na descrição do Rio de Janeiro é uma tensão entre o que vai efetivamente escrito e

suas funções declaradamente afirmadas nos textos justificativos.

Para o argumento do livro era importante mostrar o contraste entre uma cidade modorrenta, atrasada, e os progressos promovidos com o fim do “antigo sistema”. O que se vê, no entanto, é o retrato de uma cidade em expansão, com diversas obras que são retratadas como a presença da civilização, da polícia e do polimento. O espaço não é representado como colonial, e sim como um centro de civilização. Isso não fica patente apenas



### Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro



no conteúdo do que é descrito, mas na própria forma escolhida para descrevê-lo, uma transfiguração neoclássica do tecido urbano da cidade. O espaço é dividido em vários setores e, após uma apresentação panorâmica, o leitor é levado a percorrer cada rua da cidade e apresentado aos monumentos de civilização nelas presentes. Essa descrição geométrica é reforçada pela planta urbana reproduzida no primeiro volume, que serve como uma espécie de panorama, integrando texto e imagem com o objetivo de provocar no leitor essa visão total tão necessária à compreensão da narrativa ilustrada. As *Memórias* estão entre os primeiros livros de história escritos no Brasil que contam com um uso estruturado das imagens, não apenas retratos de príncipes, mas como um complemento essencial ao argumento.

Nesse aspecto, o texto estava atualizado com as tendências dos centros ocidentais que desde o final do século XVIII vinham revolucionando a experiência narrativa com a agregação de imagens, como nos famosos panoramas e dioramas, que além de suas versões edificadas, vinham acompanhados de livros que procuravam reproduzir em menor escala essa experiência de leitura ilustrada e, talvez mais importante, transpor para a narrativa uma forma de olhar a realidade que tinha como seu pressuposto a visão geral, organizada e total dos fenômenos.<sup>15</sup>

Considerada isoladamente, a descrição da cidade do Rio de Janeiro antes de

1808 não cumpriria as funções de contraste que são anunciadas, mas o problema é amenizado pelo autor com a introdução de inúmeras notas que atualizam o cenário descrito com as transformações produzidas por d. João VI. O recurso às notas parece evidenciar a decisão de não interferir em um texto previamente escrito e que não tinha as funções que lhe foram posteriormente atribuídas. Após situar geograficamente a cidade, o padre faz um rápido resumo de sua história, desde a fundação por Mem de Sá em luta contra os franceses e a “caterva de huguenotes”,<sup>16</sup> seus escassos e vagarosos progressos, até o final do século XVII, que com a descoberta do ouro nas Minas marca um momento de aceleração em seu desenvolvimento. Com a chegada de aventureiros e comerciantes atraídos pelos metais, “desde logo começou esta cidade a engrandecer-se em povoação e edifícios; como também em comércio e riqueza, donde precedeu merecer dos senhores reis de Portugal uma maior atenção e estima”.<sup>17</sup> Continua a narração pela criação do bispado e elevação da cidade à “capital” do Brasil em 1763. O que o relato mostra é a história da civilização do Rio de Janeiro, em um tipo de narrativa profundamente enraizada no programa ilustrado; e que desloca o foco do problema da civilização, da responsabilização dos portugueses pelo descaso, tão comum na retórica da Independência, para o papel dos próprios colonos na edificação da sociedade.

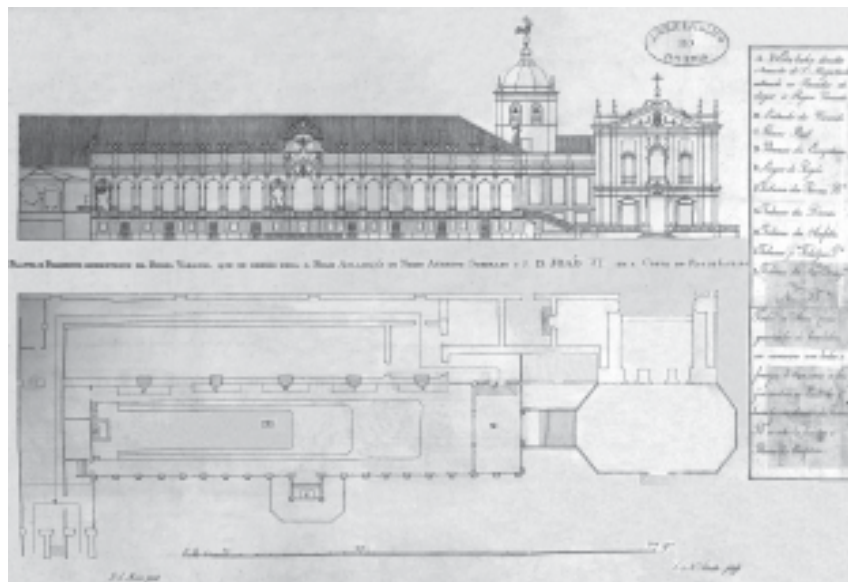


A vinda da Corte poderia ser entendida como uma continuidade ou coroação desse progresso, e não apenas como uma ruptura. A civilização não vinha ao Brasil apenas como uma doação europeia, mas aqui se desenvolvia a partir de uma dinâmica interna, dinâmica essa que antecipava a possibilidade da vinda da Corte e sua instalação no Rio. Teria sido nos governos dos vice-reis marquês de Lavradio e Luís de Vasconcelos e Sousa que

(...) o Rio de Janeiro fez o maior progresso em edifícios, regularidade das ruas e civilização dos seus moradores, como também na extensão de seu comércio, agricultura e alguns ramos de indústria, e no aumento de sua população.<sup>18</sup>

Em seus panfletos de polêmica contra os portugueses em 1821, o padre Perereca procurava refutar os argumentos que ne-

gavam ao Brasil a capacidade de sediar a monarquia pela falta completa de civilização. Ao mostrar na história da cidade do Rio de Janeiro sua antiga civilização, reforçada em 1808, Gonçalves dos Santos, ao mesmo tempo em que elogiava d. João VI, garantia a centralidade da cidade como sede senão da monarquia como um todo, ao menos do Brasil. Na mesma linha seguida por monsenhor Pizarro e Baltazar da Silva Lisboa,<sup>19</sup> a história do Rio de Janeiro era transformada em laboratório para a investigação da civilização no Brasil. O programa parecia bastante com o de Robert Southey, mas aplicado a um conjunto documental muito mais fácil de ser organizado: a história do Rio de Janeiro. O pseudônimo de “O Fluminense”, adotado pelo padre Perereca em alguns artigos publicados no *Revérbero*, seria apenas mais um sinal dessa defesa da centralidade do Rio de Janeiro.



Planta da varanda régia erguida para a aclamação de d. João

**A****C****E**

Se nas *Memórias do reinado de d. João VI*, publicadas em 1818, o baiano José da Silva Lisboa escrevia o primeiro grande elogio do monarca, o carioca Luís Gonçalves dos Santos, entusiasta de Cairu, saberia mesclar as glórias da dinastia de Bragança com a própria história da cidade. Seria impossível, nos limites deste ensaio, fazer uma análise exaustiva das *Memórias*, nem esse é nosso objetivo. Queremos apenas dar uma pálida visão da complexidade e importância que a escrita da história assumia naquele contexto. Publicado em uma

edição luxuosa pela Imprensa Régia, o livro do padre Perereca trazia, principalmente em seu primeiro volume, um rico material iconográfico de apoio ao texto. Por esse material, eram exibidas ao leitor mais céptico as maravilhas da civilização do Rio de Janeiro. Os movimentos da Corte eram minuciosamente narrados, seja sua chegada, no mapa-roteiro do trajeto da frota na baía de Guanabara, seja na planta da monumental “varanda régia” construída para a aclamação de d. João. O padre procurava demonstrar que o ca-



**Projeto de monumento comemorativo da chegada da família real portuguesa**

minho aberto em 1808 era a única via segura para a civilização do Brasil, evitando as ansiedades revolucionárias. Em sua descrição ele produzia o efeito de multiplicar a presença civilizatória da Corte e do Estado pelo território.

Luís Gonçalves dos Santos foi um dos mais vigorosos defensores da ideia de monumentalizar a civilização do novo império. Lamentou em suas memórias que o monumento comemorativo proposto pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro não tenha sido realizado, e o exibe em suas páginas como um misto de homenagem e esperança de que um dia fos-

se erguido. Por ocasião do juramento da Constituição portuguesa por d. Pedro I, em janeiro de 1821, cogitou-se a ideia de um monumento no rocio comemorando “nossa regeneração política”. Mais de quarenta anos depois, os desejos do padre talvez tenham se tornado realidade quando, no mesmo local planejado, no antigo rocio, erguia-se em 1862 a estátua equestre de d. Pedro I. Do neoclássico ao romântico, do obelisco à estátua equestre, de d. João a d. Pedro, do Império luso-brasileiro ao Império do Brasil, entre rupturas e continuidades produzidas e sofridas em meio século, uma história nacional ia sendo escrita.

## N O T A S

1. Este trabalho contou com o apoio do CNPq, através de financiamento pelo edital de Ciências Humanas nº 502.006.
2. Cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos*: historiografia acadêmica luso-brasileira. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 214-215; e PIMENTA, João Paulo G. e ARAÚJO, Valdei Lopes de. *História: 1750-1850. Ler História*, Lisboa, v. 55, p. 83-96, 2008. Embora ainda seja muito reduzida, tem se ampliado a bibliografia sobre a escrita da história no Brasil antes da criação do IHGB, cito apenas alguns exemplos: CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, p. 306-312, 2007; MEDEIROS, Bruno Franco. Das causas da emancipação: Alphonse Beauchamp e a Independência do Brasil. In: MATA, Sérgio da; MOLLO, Helena e VARELLA, Flávia Florentino. *Anais do II Seminário Nacional de História da Historiografia*. Mariana: UFOP, 2008; VARELLA, Flávia Florentino. Repensando a história do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, p. 117-126, nov. 2008; DINIZ, Bruno. Linguagens políticas em José da Silva Lisboa, 1808-1830. In: MATA, Sérgio da; MOLLO, Helena e VARELLA, Flávia, op. cit.; além do trabalho de Cristiane A. C. dos Santos, citado mais adiante neste ensaio.
3. Para a definição de narrativas ilustradas, ver POCKOCK, John G. A. *Barbarism and religion: narratives of civil government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 289-290.
4. Para um estudo de caso desse processo de divergência de interesses entre Brasil e Portugal, e seu impacto na experiência da história, ver ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira, 1813-1845*. São Paulo: Hucitec, 2008. Primeira parte, onde acompanho a trajetória de José Bonifácio de Andrada e Silva.
5. Sobre esta questão, ver MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, passim.

6. Cf. GIANEZ, Bruno e ARAÚJO, Valdei Lopes de. A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. *Fênix*, Uberlândia, v. 3, p. 1-20, 2006.
7. Essa dissolução da história universal já pode ser percebida em Bluteau. Cf. PIMENTA, João Paulo G. e ARAÚJO, Valdei Lopes de, op. cit., p. 83.
8. Como propôs Jack Greene para outro universo, aqui também podemos imaginar certa evolução estrutural desse material, desde descrições meramente espaciais e levantamentos sistemáticos do passado factual até a formação de discursos de fundação identitária. Cf. GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 4, p. 12-14, nov. 2006.
9. Estudando o caso britânico no final do século XVIII, Pocock diferenciara a escrita da história de homens como Hume, claramente inseridos em uma república das letras ilustrada e com certa autonomia em relação ao Estado, e autores como William Robertson, Adam Ferguson, Adam Smith, dentre outros, que escreviam história a partir de posições no interior do Estado, comprometidos com um programa interno de reformas. Cf. POCOCK, John, op. cit., p. 266-267.
10. O clássico livro de Maria Odila permanece sendo o melhor material que temos disponível em português sobre a concepção historiográfica de Southey. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *O fardo do homem branco*: Southey, historiador do Brasil, um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre. São Paulo: CEN, 1974.
11. Cf. DE PRADT, Dominique Georges Frédéric. *Les trois âges des colonies ou de les état passé, present et avenir*. Paris: Giguet et Cie., 1801-1802. O autor afirma na introdução que o texto começou a ser redigido em 1800. Uma de suas motivações declaradas é justamente a revisão das críticas do abade Raynal à colonização europeia. O filtro imposto por De Pradt ao texto de Raynal terá profundas repercussões em nosso processo de independência, aparecendo em periódicos como o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Cf. SANTOS, Cristiane A. C. dos. A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil, 1821-1822. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, p. 109-116, nov. 2008.
12. SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981, v. 2, p. 150.
13. Para os dados biográficos seguimos SANTOS, Noronha. Introdução. In: SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981.
14. Cf. FAORO, Raymundo (org.). *O debate político no processo da Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.
15. Muito ainda há que se pesquisar sobre as relações de mútua influência entre uma nova experiência da história e as formas de relacionamento com a imagem. A rapidez com a qual neologismos como “panorama” e “diorama” entraram para o vocabulário histórico-literário é apenas um indício da importância desse fenômeno. Para uma descrição técnica dos procedimentos, ver DAQUERRE, Louis Jacques M. *Historique et description des procédés du daguerréotype et du diorama*. Paris: Alphonse Giroux et Cie. Editeurs, 1839, passim.
16. SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Dividida em três épocas da Felicidade, Honra e Glória; escritas na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1821, e oferecidas a S. Majestade El Rei nosso Senhor o senhor d. João VI. Pelo padre Luís Gonçalves dos Santos. Lisboa: Impressão Régia, 1825, p. 35.
17. Idem.
18. Idem, ibidem, p. 36.
19. Cf. ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820; e LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*: contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação de cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d’el-rei dom João VI, além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835.

**Lucia Maria Paschoal Guimarães**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.  
Professora titular de Teoria da História e Historiografia da UERJ.  
Bolsista de Produtividade do CNPq. Sócia Honorária do IHGB.

# D. João VI e a Gênese do Império Brasileiro na Obra de Varnhagen

O artigo examina a noção de continuidade no livro *História geral do Brasil*, escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen – o visconde de Porto Seguro (1816-1878).

De acordo com Varnhagen, a transferência da Corte lusitana para o Rio de Janeiro,

em 1808, constituiu a gênese do Estado imperial brasileiro.

*Palavras-chave: continuidade; historiografia; Francisco Adolfo de Varnhagen; gênese do Estado imperial brasileiro.*



The article examines the notion of continuity on the book *História geral do Brasil*, written by Francisco Adolfo de Varnhagen – the Viscount of Porto Seguro (1816-1878).

According to Varnhagen's interpretation, the transfer of the Portuguese Court to Rio de

Janeiro, in 1808, represented the genesis of Brazilian imperial State.

*Keywords: continuity; historiography; Francisco Adolfo de Varnhagen; Brazilian imperial State genesis.*

**E**m março de 1839, no número de lançamento da revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos idealizadores do Instituto, publicou o en-

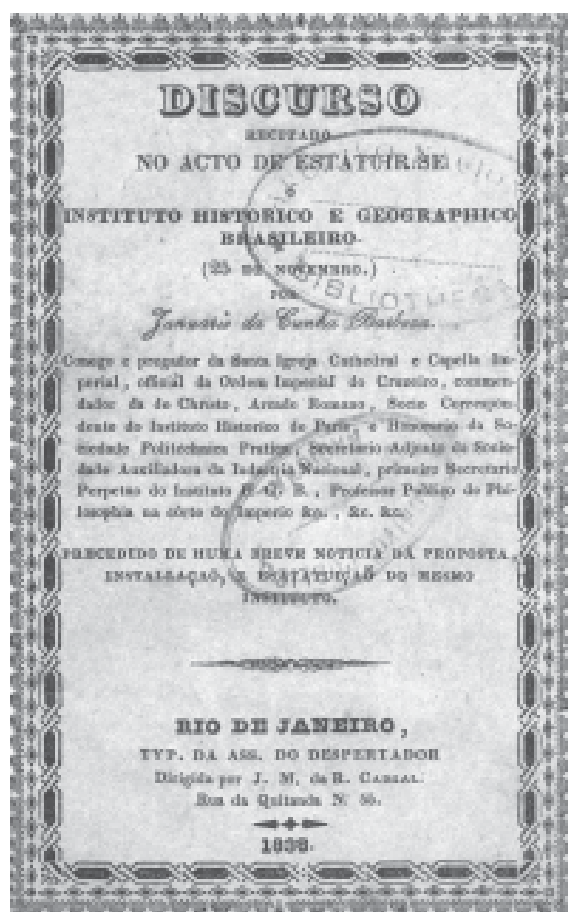
saio *Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios (...) para remeterem à sociedade central*, considerado por José Honório Rodrigues "o primeiro plano de pesquisa histórica no Brasil".<sup>1</sup> Na extensa relação de testemunhos a arrolar, o

cônego orientaria seus confrades, em primeiro lugar, a providenciarem cópias autênticas de documentos e extratos de notas compulsadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e cartórios eclesiásticos.<sup>2</sup>

Convergindo com as indicações de Januário, outro sócio fundador do IHGB, José Silvestre Rebelo, propôs que o reduto intelectual se dirigisse à Câmara dos Deputados, solicitando autorização para que o Ministério dos Negócios Estrangeiros designasse um funcionário, adido às legações do Império em Madri e Lisboa,

com a missão de investigar e reproduzir manuscritos existentes nos arquivos ibéricos de interesse para a escrita da história do Brasil. A demanda recebeu a aprovação do governo, que nomeou para desempenhar aquelas funções o diplomata José Maria Amaral, mais tarde substituído por Francisco Adolfo de Varnhagen,<sup>3</sup> assunto que iremos abordar mais adiante.

Para além das preocupações expressas com a pesquisa documental, Januário e Silvestre Rebelo mostravam-se atentos às formas correntes de fazer história, pois, se o século



Discurso recitado por Januário da Cunha Barbosa  
no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

XIX ficou conhecido como o século da história, tratava-se, sobretudo, da história do Estado-nação.<sup>4</sup> E, no caso brasileiro, com justa razão. Recém-saído da condição de colônia, o Estado independente que se estabeleceu, em 1822, buscava fixar suas origens, de maneira a compor um passado único e coerente que lhe conferisse legitimidade.<sup>5</sup>

O trabalho desenvolvido nos primeiros anos do Instituto Histórico não ficou restrito à organização da “memória de papel”, de acordo com a expressão cunhada por Leibniz.<sup>6</sup> Nem se limitou às atividades de um “atelier de trabalhos científicos”, em que pesem à erudição e ao cuidado que ali se dispensava à crítica documental.<sup>7</sup> Construiu-se a memória nacional, consoante os pressupostos formulados por Pierre Nora, no livro *Les lieux de mémoire*, ou seja, “a formação gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar” (grifo nosso).<sup>8</sup>

A ideia de constituir esse *estoque de material*, tal como define Nora, transparece tanto nas orientações externadas no ensaio de Januário da Cunha Barbosa, quanto na proposta de enviar missões de pesquisadores aos arquivos europeus, a que já nos referimos. Quanto à *necessidade de recordar*, ela se orientaria pelas condições originais em que os integrantes do IHGB, sobretudo o grupo dos políticos, dialogaram com as circunstâncias históricas. Afinal, dos 27 fundadores do Instituto, 14 eram homens públicos!<sup>9</sup>

A questão, portanto, se deslocava do âmbito acadêmico para se situar no plano da ação política. Deste patamar é que seriam tomadas as decisões sobre a conveniência de tornar públicos documentos, de arquivar fontes cuja veiculação prejudicava a imagem de determinados sócios, ou de censurar livros cujas versões de episódios históricos se mostrassem incompatíveis com o regime monárquico. E até mesmo de instituir a *arca do sigilo*: espécie de cofre-forte, idealizado por Francisco Freire Alemão, com o objetivo de entesourar “notícias históricas que alguém queira enviar, lacradas em cartas (...) que só serão abertas no tempo em que seu autor determinar”.<sup>10</sup>

Seja como for, a construção da memória nacional constituiu um longo e seletivo empreendimento, em que se buscou pinçar no “repertório” das experiências do passado os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente. A nortear a organização do “estoque” das lembranças, estava a necessidade de levar adiante o projeto político iniciado em 1822 com a Independência, cujas bases se mostravam pouco estáveis, fragilizadas tanto pela falta de unidade das províncias, quanto por causa das dificuldades enfrentadas com a vacância do trono, que perduravam desde 1831, após a abdicação do primeiro imperador.

Mas de que maneira o Estado que emergiu nos antigos domínios americanos de Portugal começaria a “inventar suas tradições”?<sup>11</sup> No entender dos fundadores do



Instituto, a chave para solucionar o problema consistia em unir o passado ao presente, estabelecendo uma linha de continuidade. Assim, a Terra de Santa Cruz converteu-se em herdeira e sucessora do império ultramarino português. Legado que se sustentava não apenas no idioma comum, já que a Coroa brasileira se assentava sobre a frente de um descendente da Casa de Bragança. Subjacente a essa ideia forjou-se, ainda, a noção de que a passagem do estatuto de colônia para o de país independente fora um processo natural, sem traumas ou rupturas, traço singular que distinguia o país dos seus vizinhos no continente. À vista desse raciocínio, a antiga metrópole transformou-se na “mãe pátria” e o Império do Cruzeiro do Sul era percebido como uma espécie de ilha de ordem e tranquilidade, em contraste com “furores democráticos” que haviam marcado o processo de independência e o fracionamento da América espanhola.

A essa memória, cujas premissas se firmaram nos primeiros anos de atuação do IHGB, deveria corresponder uma determinada história. Mas qual história? Sem dúvida, não haveria de ser obra de estrangeiros, a exemplo do inglês Robert Southey.<sup>12</sup> Nem tampouco do francês, acusado de plágio por Southey, Alphonse de Beauchamp. Ainda que este último não discrepasse da noção de continuidade estabelecida pelo Instituto, ao concluir que “a independência do Brasil remonta à época da emigração da família de Bragança”.<sup>13</sup>

Tal história, por certo, deveria ser assinada, obrigatoriamente, por autor nacional. Nesse sentido, vale a pena rever as interpretações externadas em uma obra de expressiva circulação, adotada como leitura obrigatória no Colégio de Pedro II: o *Compêndio de história do Brasil*, de José Inácio de Abreu e Lima, publicado em 1843 e dedicado ao imperador.<sup>14</sup>

Nascido em Pernambuco, ex-combatente do exército de Simon Bolívar, Abreu e Lima não despreza o legado lusíada, embora também não lhe teça grandes elogios. O episódio da transferência da Corte bragantina para os seus domínios americanos, por exemplo, é explicado de maneira cartesiana: “cumpria escolher entre Portugal invadido e o Brasil intacto. Não ficava, portanto, ao regente outro recurso senão trocar uma situação precária na Europa por um vasto império na América”. Diga-se de passagem, ele parece ter sido o primeiro historiador brasileiro a registrar que aquela decisão não decorreu de um arroubo momentâneo. Salienta que a ideia da mudança da capital do império português para o continente americano já havia sido cogitada no passado,<sup>15</sup> em outros momentos de instabilidade política do governo.<sup>16</sup>

O general admite que a presença da Corte trouxe algumas *vantagens* ao Brasil. Entretanto, não relaciona as instituições aqui estabelecidas por d. João, nem tampouco a quebra do monopólio metropolitano com o fim do sistema colonial. Inspirado, talvez, nos sucessos de Bolívar,

afirma textualmente: “a Independência foi obra de um povo que reivindica seus direitos (...), de um príncipe (d. Pedro) que previne os votos de seu povo; de um sábio (José Bonifácio) que firma a soberania da sua pátria (...)”.<sup>17</sup> A versão de Abreu e Lima haveria de ser contestada por Francisco Adolfo de Varnhagen, mais tarde visconde de Porto Seguro, na *História geral do Brasil antes da sua separação de Portugal*, publicada pela primeira vez em Madri, no ano de 1854.<sup>18</sup>

Natural de Sorocaba, Varnhagen completou seus estudos em Portugal, para onde se transferiu ainda muito jovem.<sup>19</sup> Ingressou na carreira militar e aderiu à causa do ex-imperador d. Pedro I, na disputa pelo trono português. Frequentador das rodas literárias lisboetas, aproximou-se de Alexandre Herculano e do cardeal d. Francisco de São Luís, o que lhe valeu uma recomendação para ter acesso aos arquivos da Torre do Tombo. Lá, ele principiaria suas atividades na pesquisa documental, descortinando um tesouro quase intocado que soube explorar com maestria, como notou Capistrano de Abreu. Dentre inúmeros achados, descobriu por códice o apógrafo do *Roteiro do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, cuja edição crítica lhe serviu de proficiência para ser admitido na Academia Real de Ciências de Lisboa.

Em 1840, licenciou-se do exército português e veio para o Rio de Janeiro, a fim de pleitear a nacionalidade brasileira. Na ocasião, foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico, que conforme já se

disse, naquela altura, havia iniciado um programa de investigação dos arquivos europeus, subsidiado pelo governo imperial. Porém, o primeiro pesquisador comissionado, o diplomata José Maria do Amaral, não pôde dar conta da tarefa que lhe fora confiada. Para substituí-lo, foi indicado o nome de Varnhagen, de reconhecida experiência no manuseio dos papéis da Torre do Tombo, e que também aspirava ingressar na carreira diplomática. Designado para levantar documentos relativos aos tratados de limites da América portuguesa, nos arquivos de Simancas, desempenhou com sucesso suas primeiras missões em Portugal e na Espanha, e recolheu a base empírica que lhe permitiu escrever a sua *História geral do Brasil*.

Não cabe no momento fazer uma apreciação minuciosa dessa obra monumental, composta por 54 capítulos, apoiados em farta documentação, cujos conteúdos se sucedem de acordo com a ordem cronológica dos acontecimentos. Entretanto, é importante sublinhar que, do ponto de vista interpretativo, a *História geral do Brasil* se apresenta como uma continuação da história da metrópole, coerente com a memória nacional que vinha sendo tecida pelo Instituto Histórico. A formulação aparece delineada com clareza, nomeadamente na edição de lançamento do primeiro volume do livro, o qual se inicia com a narrativa da viagem de Pedro Álvares Cabral. Para além disso, o autor sustenta a premissa dos direitos prévios da dinastia de Avis sobre as terras situadas na

A

parte leste do continente sul-americano, garantidos pelo Tratado de Tordesilhas.<sup>20</sup>

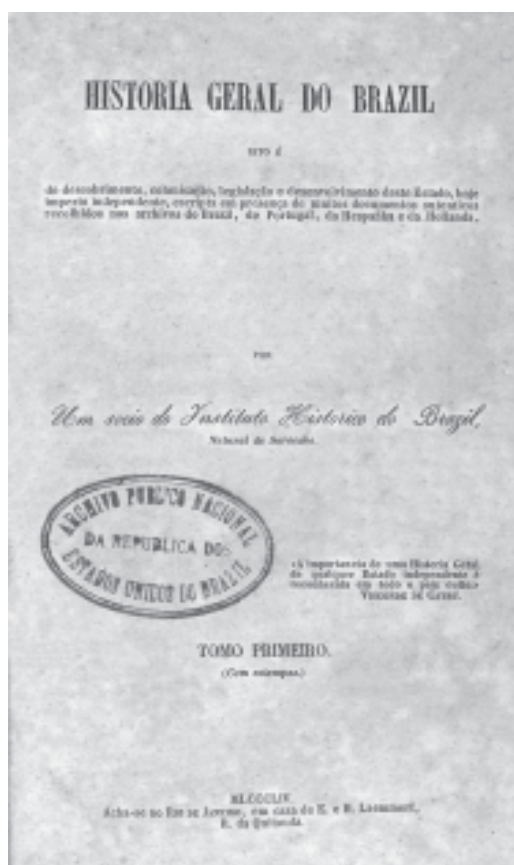
Quanto à transmigração da Corte, acontecimento com o qual arremata a sua narrativa, Varnhagen escovaria a contrapelo as premissas do general Abreu e Lima. Começa por advertir que o episódio possui diferentes dimensões para as histórias do Brasil e de Portugal: “Não pertencem à história especial do Brasil os pormenores das injustiças e horrores e atentados (...) praticados nessa aleivosa ocupação [francesa] (...). Pelo que respeita ao Brasil (...): em vez de colônia ou de

C

principado honorário, vai ser o verdadeiro centro da monarquia (...); e para nós daqui começa a época do reinado, embora o decreto de elevação a reino só veio a ser lavrado em fins de 1815”.<sup>21</sup>

O futuro visconde de Porto Seguro traça um perfil lisonjeiro de d. João, apoiado no relato do comerciante inglês John Luccock. Reconhece-lhe a natureza contemplativa e a forte devoção religiosa, porém adverte que o segundo filho varão de d. Maria I tornara-se rei por obra do destino. Não recebera, portanto, educação apropriada a um herdeiro da coroa, o que explicaria o

E



Folha de rosto do volume 1 da primeira edição da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen

seu comportamento reservado e até mesmo hesitante, quando se viu obrigado a assumir as rédeas do Estado.

Conhecida a personagem, o autor da *História geral* procura descrever o contexto em que irá introduzi-la. Faz um retrospecto das doutrinas políticas que circulavam do lado de cá do Atlântico, à época do desembarque da família real, seguida do relato das condições econômicas, administrativas e sociais da colônia. Completado o cenário, Varnhagen enuncia a deliberação que alterou definitivamente os destinos da América portuguesa: o decreto régio de 28 de janeiro de 1808, ou seja, o decreto da abertura dos portos, que “o *emancipou* (o Brasil) *de uma vez da condição de colônia e o constituiu nação independente de Portugal, que estava aliás sujeito à França*” (grifo nosso).<sup>22</sup>

É importante ressaltar o pioneirismo do viés interpretativo inaugurado por Varnhagen acerca da dimensão político-econômica daquele decreto emblemático, mais tarde identificado como a ruptura do pacto colonial. Para se ter uma ideia, basta comparar com o que escreveu o historiador marxista Caio Prado Júnior, em 1933, passado quase um século, ao tratar da mesma questão: “O primeiro ato do regente, apenas desembarcado no Brasil, foi justamente (...) franquear os seus portos ao comércio das nações amigas, o que queria dizer – a Inglaterra. (...) A transferência da Corte constituiu praticamente a realização da nossa independência”.<sup>23</sup>

Seja como for, o futuro visconde de Porto Seguro enumera e comenta as transformações que se operaram nos antigos domínios bragantinos, doravante convertidos em sede do aparato de Estado lusíada. Ao final do relato minucioso de tantas realizações e progressos, ele tangencia um problema espinhoso “tão pouco simpático, que, se nos fosse permitido passar sobre ele um véu, deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar”. Trata-se da revolução pernambucana de 1817.

O historiador sorocabano simplesmente desqualifica a revolta de caráter emancipacionista, que começou em Pernambuco e se alastrou pelas capitânicas da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. No seu ponto de vista, o movimento não passou de motim de quartel, provocado por militares insubordinados, insuflados por rivalidades locais e pela velha rixa entre pernambucanos e portugueses. E, quase num desabafo, conclui: “o braço da Providência, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade”.<sup>24</sup>

De qualquer modo, Varnhagen não poderia arrematar a sua *História geral* com um acontecimento que confrontava a noção de continuidade, o fio condutor da sua narrativa desde a primeira página do livro. Além disso, na sua percepção, vale repetir, a chegada da corte portuguesa em 1808 representava “uma nova era, onde o Brasil se tornou o centro da monarquia regida pela casa de Bragança”. À vista dessas palavras, era de se espe-

rar que o episódio da proclamação da independência constituísse o *grand finale* da trama – o ponto culminante da obra, por excelência. Mas o historiador não se atreveu a cometer tamanha ousadia, como ele mesmo confessa em carta endereçada ao imperador d. Pedro II, em 1853, ao concluir a *História geral do Brasil*: “Desejava chegar com a redação ao ano de 1825 e compreender a Constituição, e reconhecimento da Mãe Pátria e o nascimento de V.M., mas não me foi possível. Tão espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional”.<sup>25</sup>

No entanto, valendo-se de alguns artifícios, Varnhagen encaminha o problema e fixa a gênese do Estado nacional brasileiro. No último capítulo da *História geral*, intitulado “Escritores, viajantes e imprensa”, ele se propõe a fazer o que hoje em dia denominamos de balanço historiográfico, e examina as obras e respectivos autores que se ocuparam do período reinol. Da relação de letrados, destaca Hipólito da Costa e oferece um resumo das opiniões do publicista, divulgadas no jornal *Correio Braziliense*.

Assim, por meio de corte e colagem daquelas matérias, estrategicamente,



Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro

Varnhagen constrói a sua versão da Independência. Considera que a longa permanência da Corte lusíada no Rio de Janeiro organizara o sistema administrativo de tal modo que Portugal e Brasil se tornassem dois Estados diversos, ainda que sujeitos ao mesmo rei. Porém, adverte logo em seguida, existiam fortes interesses em jogo, e pondera que tal projeto não possuía grandes chances de ir avante, mormente se o monarca regressasse para a Europa, o que se mostrava inevitável.

O historiador dialoga com as reflexões de Hipólito e levanta duas interrogações: até quando o arranjo poderia perdurar? E, no caso da emancipação, qual regime político viria ser adotado? À primeira, sua

resposta é curta e incisiva: o rompimento se efetua em decorrência da revolução do Porto e seus desdobramentos. Quanto à segunda, deixa claro que não poderia ser a república, inspirada nos abomináveis princípios franceses, fonte da anarquia e do despotismo que assolavam os antigos territórios espanhóis no continente. Diante desses argumentos, apenas uma alternativa se mostra viável: a monarquia representativa. E, calcado na autoridade de uma abalizada testemunha de época, frei Francisco de Montalverne, Varnhagen fecha a questão: “os grilhões coloniais estalaram um a um entre as mãos de um príncipe, que a posteridade reconhecerá por o verdadeiro fundador do Império do Brasil”.<sup>26</sup>

## N O T A S

1. RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 38.
2. BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 128-130, 1839.
3. Entre os comissionados para aquelas funções, além de Francisco Adolfo de Varnhagen, cabe destacar Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva. Este último compulsou os arquivos holandeses e franceses.
4. Cf. BERGER, Stefan; DONAVAN, Mark; PASSOMORE, Kevin. Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800. In: \_\_\_\_\_ (eds.). *Writing National Histories: Western Europe since 1800*. London and New York: Routledge, 1999, p. 3-14.
5. Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria P. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.
6. Lebiniz, apud NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: \_\_\_\_\_ (dir.). *Les lieux de mémoire: la République*. Paris: Gallimard, 1984, p. XXVI.
7. Ver BARRET-KRIEGEL Blandine. *Les académies d'histoire*. Paris: PUF, 1988, p. 8.
8. Ver NORA, Pierre, op. cit., p. XXVI.
9. Para se ter uma ideia, entre esses vultos, além do visconde de São Leopoldo e dos marechais Alvim Torres e Raimundo da Cunha Matos, que prestavam serviços à dinastia de Bragança desde o período joanino, há que se destacar dois grupos de políticos: o primeiro, formado por indivíduos da geração da Independência, compunha-se das figuras emblemáticas de Januário da Cunha Barbosa e de José Clemente Pereira, e de parla-



- mentares que haviam integrado a Assembleia Constituinte de 1823, como Caetano Lopes Gama, Cândido José de Araújo Viana e Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma. O segundo grupo era constituído por figuras que ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação, a exemplo de Aureliano de Sousa Coutinho, Joaquim Francisco Viana e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Ver, GUIMARÃES, Lucia Maria P., op. cit., p. 481-482.
10. Cf. ALEMÃO, Francisco Freire. Proposta de criação da "Arca do Sigilo". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 567, 1847.
  11. A expressão é de Eric Hobsbawm. Ver HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
  12. SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. Londres, 1810-1819, 3 v.; tradução portuguesa de L. J. Oliveira e Castro, anotada por Joaquim Caetano C. Fernandes Pinheiro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, 6 v.
  13. Ver BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil depuis sa découverte en 1500 jusqu' en 1810*. Paris: Aléxis Eymery, 1815, v. 3, p. 317.
  14. A primeira edição do *Compêndio*, publicado em dois volumes, data de 1843, e foi dedicada ao imperador d. Pedro II. No presente trabalho, utilizamos a edição condensada em formato pequeno, provavelmente de 1882. Ver LIMA, José Inácio Abreu e. *Compêndio de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, s.d., p. 169.
  15. Abreu e Lima identifica os seguintes precursores: Antônio Vieira, que levou a ideia a d. João IV, e antes dele um certo jesuíta, o padre Câmara, sugeriu-a ao rei d. Sebastião, ao invés da malograda expedição à África. No reinado de d. José I foi defendida por d. Luís da Cunha e pelo marquês de Pombal. A mesma proposta, segundo Abreu e Lima, aparece num plano de defesa elaborado pelo ministro inglês William Pitt (1759-1806), no final do século XVIII e publicado num opúsculo. Idem, ibidem, p. 169.
  16. Cf. NEVES, Lucia Maria B. Pereira das. *Alegrias e infortúnios dos súditos luso-brasileiros: a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1807*. Palestra proferida no Arquivo Histórico Ultramarino, em 1º de março de 2007, no Ciclo de Conferências Ciência nos Trópicos.
  17. LIMA, José Inácio Abreu e, op. cit., p. 226.
  18. No presente trabalho utilizamos a 5ª edição integral – 6ª do tomo I. Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. 5. ed. integral. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.
  19. Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816, em Sorocaba, São Paulo, filho do engenheiro alemão coronel Frederico Luís Guilherme de Varnhagen e de d. Maria Flávia de Sá Magalhães, de nacionalidade portuguesa. Seu pai, um dos pioneiros da fundição de ferro no Brasil, aqui chegou em 1809, contratado para iniciar os trabalhos da fábrica de São João de Ipanema, onde permaneceria até 1821, quando resolveu retornar à Europa e fixar-se com a família em Portugal. Cf. Lucia Maria P. Guimarães, Francisco Adolfo de Varnhagen. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 285-286.
  20. Ver GUIMARÃES, Lucia Maria P. Francisco Adolfo de Varnhagen: História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. v. 2. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004, p. 81.
  21. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*, tomo V, op. cit., p. 34.
  22. Idem, ibidem, p. 89-90.
  23. Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 (1. ed.: 1933).
  24. Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p. 150.
  25. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta de (...) ao imperador d. Pedro II, datada de Madri, 6 de maio de 1853. In: \_\_\_\_\_. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 201.
  26. Frei Francisco de Montalverne apud VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, op. cit., p. 89-90.



**Boris Kossoy**

Fotógrafo, historiador e pesquisador.

Livre docente e professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP.

# A Fotografia Além da Corte

## Expansão da fotografia no Brasil Império

O autor analisa a essência da expansão da fotografia além da capital do Império e o papel do ateliê fotográfico como espaço de representação e de produção de memória. As técnicas e materiais utilizados pelos artífices da imagem e a rapidez com que esse modelo europeu de representação se difundiu, principalmente a partir da década de 1860, são as linhas de investigação deste artigo.

*Palavras-chave: ateliê fotográfico; história da representação; fotógrafos.*



The author analyses the importance of the spread of photography beyond the capital of the Brazilian Empire and the role of the studios as a space of representation and production of memory. The techniques and materials used by the producers of image and how fast this European model of representation has spread, mainly after the 1860's, are the lines of investigation of this article.

*Keywords: photographic studios; history of representation; photographers.*

O ateliê fotográfico é o foco central deste artigo. É o espaço de *criação de realidades* e produção da memória. É um espaço de representações sociais, um pequeno mundo em cujo interior se constroem verdades iconográficas: ilusões documentais. A lon-

ga experiência das sociedades passadas e contemporâneas em relação às imagens é essencial para compreendermos a evolução da ideia de representação, seja no plano da realidade concreta: o registro da natureza, do homem, da cultura material, dos fatos; seja no plano

do intangível, do simbólico, da fantasia. Com o surgimento da fotografia, há uma definitiva ruptura nos conceitos tradicionais de representação, na medida em que a obtenção das imagens técnicas resulta da ação de uma máquina que se interpõe entre o objeto e o usuário. A aparência do dado real é retida sobre uma superfície fotossensível, no interior da câmara fotográfica, equipamento desenvolvido a partir da tradicional *camera obscura*, instrumento auxiliar para o desenho, que já era há séculos conhecida e utilizada por viajantes e artistas. A imagem da câmara, cuja notável semelhança ao modelo foi mais louvada pela ciência que pela arte, encontrou, desde logo, aplicações como instrumento de registro. A partir de então, a imagem de rostos, monumentos e fatos passou a ser perpetuada, ora compreendida como objeto de arte ora como documento.

Uma nova era na história da representação foi inaugurada no momento em que o sistema da daguerreotipia<sup>1</sup> tornou-se tecnicamente viável para ser aplicado ao retrato. O daguerreótipo foi muito apreciado: era uma peça única que não possibilitava cópias, característica que associava o artefato à ideia do retrato pintado convencional; apresentava-se em chapas de diferentes formatos e era montado em sofisticados estojos ornados com veludo e *passe-partout* dourados, assemelhando-se ao conjunto a uma verdadeira jóia. Nesse aspecto, vinha ao encontro dos padrões de gosto da elite da época.

A fotografia, melhor dizendo, a daguerreotipia fez sua *estreia* oficial no Brasil em 1840, no mesmo ano em que d. Pedro II (1825-1891) é empossado imperador. Na realidade, trata-se de uma estreia *européia* conduzida pelo abade Compté, que cruzava o mundo a bordo do navio-escola *L'Orientale*. O abade trazia em sua bagagem um equipamento completo de daguerreotipia, e realizou as primeiras demonstrações do recém-inventado método no Rio de Janeiro.<sup>2</sup> O jovem monarca de 15 anos, fascinado pelo que viu, se torna, ele mesmo, aparentemente, o primeiro fotógrafo amador nos trópicos.

Apesar do inusitado dos fatos, alguns anos antes, mais exatamente dois anos após a Independência, o francês de Nice Hercule Florence (1804-1879) aportava no Rio de Janeiro. Na qualidade de cartógrafo e desenhista, integrou a comitiva que, ao longo de quatro anos, percorreu o interior do Brasil – a legendária expedição científica comandada pelo barão de Langsdorff, médico, naturalista e cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro. Finda a expedição, Florence radicou-se na pacata vila de São Carlos, depois Campinas, e pesquisando por métodos de impressão, desenvolveu, a partir de 1833, experiências precursoras com materiais fotossensíveis que culminaram com a descoberta independente de um processo fotográfico. Tratava-se de experiências pioneiras nas Américas e contemporâneas a de vários dos pesquisadores

europeus que realizavam investigações semelhantes, como Daguerre, Fox Talbot, Bayard entre outros. Ao contrário dos precursores europeus, Florence desenvolveu suas investigações num ambiente que não manifestava maiores interesses pela técnica e pela ciência. Al-

guns dados são reveladores: no ano de 1835 o índice de alfabetização na cidade de São Paulo andava próximo aos 5%. Como expressão urbana, a vila de São Carlos era ainda núcleo de proporções modestas, e que só teria condições de maior desenvolvimento na segunda me-



*Hercule Florence com a idade de 70 anos, de fotógrafo não identificado*

tade do século XIX, quando as lavouras de cana seriam substituídas pelas do café, e suas terras passariam a contar com a presença de estradas de ferro. A população da vila, por volta de 1837, era constituída por 6.689 habitantes no seu total, contando-se entre estes 3.917 escravos. Quanto à instrução pública, informa-nos Daniel Pedro Müller sobre a existência de uma escola de primeiras letras.<sup>3</sup> No que diz respeito à transmissão do conhecimento, a Coroa portuguesa não chegou a fundar nenhuma universidade na colônia durante o período colonial, diferentemente do que ocorria na América espanhola.<sup>4</sup>

Florence foi um dos raros pesquisadores do seu tempo a associar o princípio óptico da *câmera obscura* ao conhecimento das propriedades químicas dos sais de prata, conjunção técnica e científica fundamental para a realização da fotografia.<sup>5</sup>

Embora fascinado com a possibilidade de registrar as imagens do mundo exterior pela *câmera obscura*, desvia o curso dessas investigações e aplica suas recentes descobertas fotoquímicas num método alternativo de reprodução de exemplares pela ação da luz.

As lacunas no tocante às possibilidades de impressão em seu meio motivam-no a desenvolver suas pesquisas explorando a natureza própria da fotografia, aplicando-a às artes gráficas visando à obtenção seriada de cópias de desenhos e escritos a partir de uma matriz. Anos antes

de ser anunciada a descoberta de Daguerre, Florence já fazia uso prático de seu processo fotográfico para a obtenção *em série* de “impressos” vários, como diplomas maçônicos, rótulos para produtos farmacêuticos e etiquetas para outras atividades do comércio, evidência do espírito europeu do seu tempo, associando o conceito de arte e indústria.<sup>6</sup>

A descoberta de Florence não encontrou eco no meio atrasado e escravocrata em que viveu, passou despercebida e caiu no obscurantismo por cerca de 140 anos. Suas realizações pioneiras devem ser compreendidas numa perspectiva cultural mais ampla. O tema já foi estudado à exaustão e não é o caso aqui de nos estendermos a respeito.<sup>7</sup>

Aspecto que sempre me pareceu fundamental para o estudo da fotografia no Brasil é o de buscarmos compreender como se deram a introdução e expansão desse meio nas diferentes regiões. É de se considerar, desde logo, que as condições de produção no período colonial não foram favoráveis ao “desenvolvimento dos núcleos urbanos, nem a gerar valores ‘burgueses’ comumente associados ao fenômeno urbano europeu”.<sup>8</sup> Após a Independência, a base da economia continuou se apoiando na exportação de matérias-primas tropicais. Durante a primeira metade do século XIX seguiu prevalecendo o mesmo sistema baseado no latifúndio e no trabalho escravo.

Nessa linha demonstramos a necessidade de se estabelecer as devidas compa-

rações entre o mercado consumidor para a fotografia existente na Europa e Estados Unidos e no Brasil, para que melhor se perceba a expansão totalmente diversa que teve a fotografia nos diferentes espaços socioeconômicos e culturais. Buscávamos nessa abordagem situar as bases para a compreensão da gradativa irradiação que teve a fotografia no Brasil a partir da conexão deste fenômeno com a estrutura urbana do país, configurada de forma peculiar em função do tradicional sistema colonial de produção.<sup>9</sup>

A potencialidade do retrato fotográfico como objeto de consumo foi rapidamente percebida pelos pioneiros fotógrafos desde os tempos da daguerreotipia, e este foi um fenômeno que podemos detectar em todas as partes ao longo da história da fotografia. Pode-se dizer que, desde o início, a fotografia foi praticada com fins comerciais; sua expansão confunde-se, portanto, com o processo de expansão de uma atividade comercial. Porém, o contraste entre as principais capitais da costa, mais adiantadas e europeizadas, e os núcleos urbanos do interior iria determinar, igualmente, as diferenças no desenvolvimento da atividade fotográfica entre essas áreas.

Quem eram os primeiros daguerreotipistas? Estrangeiros na sua grande maioria, que para este lado do mundo se aventuravam em razão, inclusive, da forte concorrência em seus países de origem, e que, após reunir algum pecúlio, embarcavam de volta. O retrato pelo

daguerreótipo passa a ser objeto de desejo dos representantes da aristocracia, na realidade, entre 1840 e finais de 1850, o consumo da imagem se achava restrito a uns poucos. Era reduzido também o número de daguerreotipistas no país, encontrando-se a maior parte no Rio de Janeiro.<sup>10</sup> Foi um período de modesta expansão do ofício, que reflete, também, as condições econômicas e sociais do país.

O daguerreótipo assiste a sua decadência no mesmo momento em que outros sistemas, baseados no princípio do negativo-positivo, são introduzidos; entre estes se destacam várias aplicações, em especial, a *carte de visite*.<sup>11</sup> Este último era produzido em papel albuminado, copiado de um negativo em vidro à base de colódio. O papel fotográfico contendo a imagem era colado sobre um cartão-suporte rígido no formato de um cartão de visita convencional. As *cartes de visite* eram assinadas no seu verso pelo retratado e oferecidas como sinal de amizade e afeto a amigos, parentes e amadas. Tinham um valor de imagem-relicário, sendo convulsivamente colecionadas e trocadas entre as pessoas.

A enorme produção de retratos (em formato *carte de visite*, principalmente) era acondicionada em álbuns sofisticados. Os álbuns serviram de repositórios da memória familiar e das imagens do mundo, tornadas objeto de coleção. Sobre a propagação dos álbuns na sociedade do Império, comenta Wanderley Pinho:

**A**

**C**

**E**

Não há quem não tenha um álbum pelo menos, porque a maior parte tem-nos às dúzias: em primeiro lugar o álbum da família, que se abre com a figura risonha do pai, e onde sucede-se pela ordem rigorosa das idades o irmão conselheiro, o irmão aspirante da marinha, a irmã que já

solfeja a valsa da moda, (...) a irmã que mama ainda, e cujo rosto se esconde junto da face escura da ama, retratada por concomitância. Depois há o álbum dos parentes, dos amigos da casa, dos visitantes, dos indiferentes, de criaturas que nunca se viu; o álbum dos tenores e donas ab-



*Retrato de homem não identificado, Guimarães de Van Nyvel*

solutas, dos poetas e artistas, dos senadores e deputados e da restante humanidade.<sup>12</sup>

As classes mais abastadas aderiram de imediato à nova moda que já fazia sucesso na Europa. Contudo, já não era mais a elite, apenas, a se perpetuar pela imagem. O retrato fotográfico segundo os novos moldes teve seus custos de produção reduzidos e isso o tornaria acessível a um público maior. Com a *carte de visite* democratiza-se a imagem do homem. Inicia-se o período de maior expansão da fotografia no século XIX.

Coincide a introdução dessa nova tecnologia e estética com o progresso econômico e crescimento populacional do país, um período em que se multiplicam as ligações ferroviárias, a imigração europeia é incentivada especialmente após a Abolição, transformam-se as feições dos mais importantes centros urbanos. Tais fatos irão provocar modificações na estrutura econômica e social contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno e estimulando o processo de urbanização. Verifica-se, enfim, um efetivo crescimento de uma classe média nas maiores cidades, particularmente no Rio de Janeiro, sede da Corte e, mais tarde, da República. Nas últimas décadas do século avolumava-se o número de estabelecimentos fotográficos em virtude do crescimento do mercado constituído por uma nova clientela de comerciantes urbanos, professores, militares, profissionais liberais, funcionários da

administração, entre outros elementos de uma classe média que almejava ter sua imagem perpetuada pela fotografia. A clientela, nesta altura, já teria um perfil diferente daquele dos primeiros tempos da daguerreotipia, quando o retratado era, via de regra, um representante de uma abastada elite agrária ou da nobreza oficial. Essa classe, ansiosa de sua autorrepresentação, frequenta periodicamente os ateliês dos fotógrafos mais conhecidos estabelecidos nos melhores pontos das cidades, como também de muitos outros, anônimos da historiografia fotográfica. O ateliê fotográfico é o lugar das representações sociais e a câmara é o instrumento que testemunha suas passagens diante de cenários ilusórios. Tal é verdadeiro para o coronel proprietário de terras e escravos, mas também para os pequenos comerciantes, senhoras da elite e até para anônimas coristas.

O maior centro fotográfico do país está localizado na capital do Império durante todo o Segundo Reinado. No Rio de Janeiro se encontram os estabelecimentos dos retratistas mais afamados, como os de José Ferreira Guimarães, Joaquim Insley Pacheco, Carneiro & Smith (depois Gaspar), entre vários outros, e onde também se concentra a maior clientela dos ateliês. Era na Corte que se reunia a maior parte dos "Photographos da Caza Imperial", permissão concedida pelo imperador a esses profissionais para que divulgassem tal distinção junto aos seus estabelecimentos. Alguns fotó-



grafos traziam consigo, assim, a aura da realeza e do seu entorno nobre no círculo da Corte. A grande maioria, no entanto, seja no Rio de Janeiro, seja no restante do país, estava fora desse círculo, além da Corte.

Num dado momento de minhas pesquisas interessou-me saber o que ocorria

longe dos salões e das luzes, nas províncias do Império, de clientelas mais simples, onde o cotidiano era provinciano e preguiçoso. Interessou-me compreender o desenvolvimento da fotografia nessas localidades; descobrir os anônimos artífices da imagem e seus clientes em regiões remotas, como procediam no dia a dia do ofício, quais as técnicas e mode-



*Corista dos tempos do Império, de Militão Augusto de Azevedo*

los de representação que empregavam, entre outros aspectos.<sup>13</sup> O rastreamento sistemático dos fotógrafos e da atividade fotográfica se impunha como tarefa fundamental para a ampliação do horizonte de pesquisas no campo da história da fotografia no Brasil.

Uma constatação imediata que se tem, por meio da análise das fontes primárias visuais e textuais, é que, apesar das enormes distâncias da capital do Império, de onde chegavam as últimas novidades europeias, e de uma comunicação ainda morosa e deficiente, a popularização do hábito de se retratar se deu com efetiva rapidez ao longo das principais cidades da costa e, mais gradativamente, em direção ao interior.

A contínua popularização do retrato rege a expansão da fotografia. Foi o retrato o ganha-pão da grande maioria dos fotógrafos, embora não possamos esquecer o valor das vistas e paisagens das cidades e do campo, a arquitetura, os conflitos armados, a exploração do exotismo estético, instrumentos de cristalização de preconceitos,<sup>14</sup> assunto que escapa dos objetivos dessa reflexão.

Este modelo que se deu no Brasil encontra paralelo na Argentina, Chile, Venezuela, México e outros países latino-americanos. Através dos anúncios nos periódicos, os fotógrafos informavam os sistemas fotográficos empregados, exaltando o fato que trabalhavam com o que havia de mais moderno e eficiente; os preços que cobravam pelos serviços e

outros dados afins conectados a essa produção, como sugestões quanto ao vestuário apropriado a ser usado, os cenários de que dispunham e, inclusive, a especialidade de registrar mortos no esquife, muitas vezes a única imagem que a família possuía da pessoa. Eram muito comuns as fotos de crianças falecidas, os “anjinhos” (*angelitos* no México e demais países latino-americanos). É interessante observar como a tecnologia e a estética fotográfica rapidamente se disseminaram por todas as partes. Os anúncios nos dão conta de que os sistemas em uso nos maiores centros eram rapidamente absorvidos pelos fotógrafos e oferecidos aos clientes de norte a sul do país. O que se observa é a adoção de um padrão de representação que se repete em todas as partes, isto é, uma imagem estereotipada em que a pose, os cenários pintados de fundo, a luz e o vestuário se compõem segundo uma estética monotonamente definida, e cuja produção se materializa por meio de uma tecnologia importada da Alemanha, França, Inglaterra e outros países. Os padrões técnicos e estéticos rígidos dos retratos, como os da *carte de visite*, impuseram uma homogeneização do produto fotográfico como um todo, sendo o ateliê o espaço de representações individuais padronizadas diante da câmara. É também o espaço de complicitades entre o fotógrafo e seus clientes. Nas palavras de Gisele Freund:

O estúdio do fotógrafo se converte assim no armazém de acessórios de

um teatro que guarda preparadas, para todo o repertório social, as máscaras de seus personagens.<sup>15</sup>

Civilização e natureza são os componentes da formulação ideológica da nação, dicotomia que, segundo Ricardo Salles, era traduzida

em dois elementos constitutivos da nova nacionalidade que interagiam: o Estado monárquico, portador e impulsionador do projeto civilizatório, e a natureza, como base territorial e material deste Estado.<sup>16</sup>

O projeto de exaltação da natureza é marcante num retrato de d. Pedro II, tirado no ateliê de Insley Pacheco, em 1883, onde o cenário habitual é substituído pela vegetação “plantada” como fundo: representação teatral de uma civilização nos trópicos. É de se supor que Pedro II pretendia com essa imagem enfatizar simbolicamente a existência concreta de uma civilização nos trópicos, ele mesmo símbolo maior desse projeto ideológico.

Exceções à parte, poderíamos falar, enfim, de um *modelo europeu* de representação, um paradigma que estabelece a estética do retrato fotográfico na Europa e que é exportado para todas as partes.

Nem sempre, porém, a imagem do indivíduo e do grupo social se fez através dos cenários elaborados dos ateliês das maiores cidades. Se uma parte dos fotógrafos buscava seu espaço nas capitais costeiras, outros tantos percorriam

o interior em busca de clientes. A itinerância dos fotógrafos é uma das características mais notáveis da penetração da fotografia no interior do país, processo que se mostra semelhante em toda a América Latina. Ao longo de todo o século XIX teremos exemplos de tal procedimento. Foram os pequenos fotógrafos – anônimos, itinerantes, ambulantes, vários deles exercendo diferentes ofícios para sobreviver, percorrendo longas distâncias a vapor, de trem ou sobre o lombo de animais, viajando de vila em vila pelos mais afastados rincões deste país em busca de clientes – que contribuíram para a fixação da imagem do homem brasileiro.

Um número considerável de fotógrafos europeus ou descendentes destes participou da irradiação da fotografia no Brasil desde os seus inícios, seja nas grandes cidades como nos núcleos afastados do interior. Desses, alguns voltaram aos seus países de origem, outros progrediram economicamente, constituíram suas famílias e aqui permaneceram. Foram eles responsáveis pela formação de fotógrafos nacionais que, como funcionários, aprenderam o ofício na prática do dia a dia e se aperfeiçoaram, abrindo mais tarde seus próprios estabelecimentos.

São essas raízes europeias, pois, o fundamento da fotografia nacional, seu paradigma. Propiciaram as condições materiais para o desenvolvimento do ofício os estabelecimentos que importavam e comercializavam produtos fotográficos

em geral, sendo seus proprietários, em grande parte, comerciantes estrangeiros. Finalmente, devemos mencionar outro importante componente nesse processo: a circulação e difusão das imagens fotográficas como produtos culturais. Refiro-me às lojas, livrarias e aos demais pon-

tos de venda, incluindo os próprios fotógrafos que anunciavam e se ocupavam de sua distribuição, uma forma de reforçarem seu faturamento.

Foi por meio desses distribuidores que o público se habituou a consumir ima-



*Retrato de d. Pedro II, de Pacheco & Filho*

A

C

E

gens contendo as feições de imperadores, guerreiros, atrizes e dançarinas ou coristas na linguagem de então, quiçá modelos das “vistas infernaes” anunciadas por um estabelecimento anônimo em Salvador.<sup>17</sup> E ainda as vistas de cidades, paisagens e uma infinidade de outros temas que compunham a iconografia do lazer e do conhecimento veiculada através dos mais variados suportes: *cartes de visite*, vistas estereoscópicas obtidas em vidro ou em papel onde o espectador poderia “viajar” por todos os países, como se anunciava então, e, mais tarde, já em tempos de República, no início do século XX,

os cartões-postais, os álbuns institucionais, as revistas ilustradas etc.<sup>18</sup>

A fotografia multiplicada massivamente e transmitindo seu vasto repertório de imagens do mundo e da fantasia fomentou a excursão imaginária pela geografia do corpo e do espaço, um processo sem volta de *criação/construção de realidades* e de *ficções*, vício definitivo do homem e das sociedades. Sempre respeitada como reprodução fidedigna do mundo ao longo de sua história, a fotografia tornou-se ilusoriamente substituída da experiência; um mundo ilustrado e portátil ao alcance de todos.

N

O

T

A

S

1. Dois sistemas fotográficos prevaleceram de início: o do daguerreótipo e o do calótipo. O primeiro devido ao francês Louis Jacques Mande Daguerre (1787-1851), e o segundo, ao inglês William Henry Fox Talbot (1800-1877). O daguerreótipo foi o primeiro a ser viabilizado comercialmente e prevaleceu entre 1840 e meados da década de 1850 aproximadamente. Tratava-se, em síntese, de uma chapa metálica (cobre, estanho ou zinco) recoberta de fina lâmina de prata, extremamente polida, a qual era tornada sensível à luz uma vez recoberta com iodeto de prata. Após a exposição na *câmera obscura*, a chapa era “revelada”, fixada e lavada. Sua sofisticada apresentação em elaborados estojos aveludados, *passepapouts* em cobre, além de sua extrema nitidez nos detalhes foram decisivos para seu monumental sucesso em todo o mundo. O processo de Daguerre apresentava, contudo, uma deficiência de origem: não permitia cópias, já era o produto final; além disso, era de difícil visualização. O método idealizado por Talbot, o calótipo, foi concebido segundo o sistema negativo-positivo, e tinha o papel como suporte; permitia a produção de cópias a partir de sua matriz: o negativo. O sistema ganharia progressivo espaço e, após uma série de aperfeiçoamentos técnicos introduzidos por diferentes pesquisadores, nos anos de 1850, suplantaria o daguerreótipo, contribuindo para a sua progressiva decadência. A possibilidade da multiplicação da informação e os preços mais acessíveis ao consumidor médio foram decisivos para a adoção do sistema negativo-positivo, que se tornaria a base da fotografia moderna.



2. É importante sublinharmos que se tratam das primeiras demonstrações de que se tem notícia na América do Sul; no entanto, não é improvável que Salvador e/ou Recife tenham sido palco também de semelhantes demonstrações, embora não se tenha provas concretas que confirmem tais apresentações.
3. MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1923, p. 264.
4. COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 183.
5. Florence foi um homem do seu tempo, que buscou nos compêndios os fundamentos básicos e os aspectos práticos da ciência (são constantes as referências que Florence faz a Fourcroy, Bertholet, Laugier, Gay-Lussac, Berzelius, entre outros cientistas; anota em seus diários os conceitos e descobertas destes autores e as utiliza no desenvolvimento de suas experiências) e das “artes liberais e mecânicas”, tão desenvolvidos no século XVIII, e os aplicou aos seus interesses imediatos: as características do Enciclopedismo estão presentes nos seus projetos e realizações. Seu lado inventivo o conduziu a contínuas experiências empíricas. Isto se comprova quando relata em seus manuscritos os experimentos do dia a dia que o levariam à descoberta de um processo fotográfico.
6. O importante é ressaltarmos que suas realizações têm merecido o devido destaque em obras de referência por parte dos autores descompromissados ideologicamente dos ensinamentos dogmáticos das histórias oficiais; isto implica naturalmente um libertar-se da mentalidade colonizada que sempre prevaleceu no âmbito das pesquisas e interpretações históricas, independentemente dos seus objetos de estudo. Para estes a história deve permanecer cristalizada com os conhecimentos do passado, os fatos não devem ser revisitados, novas pesquisas e descobertas de documentos não devem ocorrer: “solução” conveniente a todos aqueles que, por alguma razão, temem o progresso do conhecimento histórico.
7. Ver do autor, *Hercule Florence, a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
8. COSTA, Emilia Viotti da, op.cit., p. 184.
9. Ao contrário dos clássicos modelos da história da fotografia, elaborados nos grandes centros marcados pela tradição positivista, em *Origens e expansão da fotografia no Brasil, século XIX* (Rio de Janeiro: Funarte, 1980) procurou-se justamente conectar a cena registrada na imagem com o fato que documenta, tendo como pano de fundo o momento histórico em que transcorria a ação, postura conceitual contrária às abordagens esteticistas que sempre marcaram a história desse meio de comunicação e expressão.
10. Nos anos de 1840, 21 dos 34 daguerreotipistas em atividade estavam na Corte.
11. A *carte de visite*, introduzida por André Adolphe Disdéri na França, em meados de 1850, alcançou enorme receptividade dando origem à moda mais popular que a fotografia conheceu no século passado. Desde logo se instituiu o hábito de oferecer esses retratos dedicados e assinados às pessoas mais chegadas e receber outros em troca. No seu verso, as *cartes* continham a publicidade do estabelecimento com o nome do proprietário ou sócios, endereço, alguma referência acerca das medalhas recebidas em concursos, distinções oficiais etc. Alguns desses versos eram cuidadosamente elaborados constituindo-se em ótimos exemplos para o estudo do *design* e propaganda da época. O retrato fotográfico, além do seu formato tradicional representado pela *carte de visite*, foi acompanhado, durante a segunda metade do século XIX, por outros lançamentos de *cartes* de formatos maiores como o *cabinet portrait*, *boudoir*, *promenade*, entre outros, que, todavia, não tiveram o mesmo sucesso.
12. PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942, p. 347.
13. Para isso era necessário um amplo levantamento da atividade fotográfica, buscando entrar em contato com as fontes primárias em coleções particulares e em museus, arquivos e bibliotecas públicas, além de uma minuciosa pesquisa de periódicos nas diferentes regiões do país.
14. A exploração do exotismo propiciou uma renda suplementar para alguns fotógrafos; uma verdadeira galeria de tipos exóticos – ou melhor, inferiores segundo o olhar preconceituoso

de seus produtores e receptores – foi constituída por negros e índios, seres que se prestaram como modelos fotográficos para serem levados como “lembrança” pelos turistas europeus, em geral, como *souvenirs* de suas estadas no Brasil. Um exotismo estético com raízes nas teorias em moda que dominaram o século XIX, como o darwinismo social, o evolucionismo etc. Teorias racistas, na verdade, que marcaram a antropologia física e outras ciências. São verdadeiras fotos de identificação científicas, porém de certa forma elaboradas esteticamente, de homens e mulheres, levados para estúdios fotográficos e transformados em curiosidades do país tropical. Vemos tais *retratos involuntários* em Christiano Jr. e outros. Sobre o tema ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. *A visão europeia: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1994.

15. FREUND, Gisele. *La fotografia como documento social*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976, p. 62.
16. SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 98.
17. KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro*. São Paulo: IMS, 2002, p. 60.
18. KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê, 2007, p. 160 e ss.

---

Recebido em 23/12/2008  
Aprovado em 6/1/2009



**Anna Paola P. Baptista**

Doutora em História Social pela UFRJ e  
Curadora dos Museus Castro Maya Iphan/MinC.

# A Pintura do Século XIX em uma Coleção Moderna

O trabalho investiga quais vertentes da produção artística do XIX possuem representação na coleção formada por Raymundo Ottoni de Castro

Maya (1894-1968), hoje integrante dos Museus Castro Maya, bem como as funções que vêm a desempenhar no desenho planejado para o acervo.

*Palavras-chave: arte século XIX Brasil; colecionismo; coleção Castro Maya*



The work deals with the art collection assembled by Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1968), nowadays belonging to the Castro Maya

Museums trying to investigate the range of 19<sup>th</sup> century art represented in the collection, as well as to discuss their function in the overall planning for the lot.

*Keywords: 19<sup>th</sup> century art Brazil; art collections; Castro Maya collection*

Apenas recentemente a história da arte no Brasil iniciou um processo de revisão com intuito de forjar novas formas de estudo das artes plásticas do século XIX. Ao embarcar em um embate direto com as obras, alguns autores tentam superar duas pos-

turas que marcaram por tanto tempo a crítica à produção artística do período: o desprezo por uma arte considerada convencional, sem pulsão criativa inovadora, mera cópia imperfeita de um modelo exterior hegemônico, e o viés teleológico, que analisa as obras de frente para trás

enxergando-as, assim, como antecedentes de uma pintura mais importante que surgiria no futuro.<sup>1</sup>

Se for verdade que o século XX inventou uma história brasileira dentro de um clima cultural nacionalista, como afirma Jorge Coli,<sup>2</sup> a fortuna crítica da pintura brasileira do século XIX foi sendo consolidada pelo próprio processo de afirmação da arte moderna no Brasil, urdido entre os anos 1920-1940, principalmente através da construção de uma oposição fundamental à arte calcada nos valores fundados pela Missão Artística Francesa de 1816 e propalados pela Academia de Belas Artes, depois Escola Nacional de Belas Artes. Durante muito tempo, foi a própria crítica de arte modernista – tendo Mário de Andrade como principal arauto – que moldou a história do movimento sob a forma celebratória de um “autorretrato mítico”, como denominou Annateresa Fabris.<sup>3</sup>

Este autorretrato destinava ao modernismo o papel de atualizar nossa arte em relação aos padrões europeus. O projeto modernista era o de reforma da vida cultural do país tendo a Semana de Arte Moderna de 1922 como divisor de águas com as correntes “passadistas”. No programa figurava a necessidade de criação de uma arte genuinamente nacional, fosse através de uma estratégia inicial de ruptura e escândalo, própria da geração da Semana de 22, pautada na preocupação com uma renovação estética, fosse pela atitude mais consolidadora da gera-

ção seguinte que, aproveitando os caminhos abertos pela vanguarda, tratava de assegurar as conquistas prosseguindo a ocupação de espaços no interior das instituições culturais e acadêmicas. A meta era criar sistemas públicos de difusão, preservação e ensino da arte. A nomeação de Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em 1930 e seu “Salão Revolucionário” de 1931 são tradicionalmente considerados marcos sintomáticos dessa ocupação interna.<sup>4</sup>

Uma busca de inserção no âmbito universal passava pela valorização do particular e do autêntico (a fórmula “só sere-mos uma nação quando enriquecermos a humanidade com um contingente original e nacional de cultura”, empregada por Mário de Andrade). A obra de arte deveria refletir o país em que fora criada, deveria ser marcada pelo espírito de brasilidade. A almejada identidade cultural brasileira passava a ser pensada, neste momento, em termos de um “estilo brasileiro” que o modernismo deveria ser capaz de criar, expressando, assim, o universo simbólico nacional.<sup>5</sup>

A vitória da corrente moderna pautou, assim, os parâmetros firmados pela história e a crítica das artes, que concebeu a ideia de uma linhagem nobre regida pela valorização do barroco colonial e do modernista como as duas instâncias de arte genuinamente nacional, em detrimento da produção artística do século XIX.

A viagem às cidades históricas de Minas Gerais em 1919 tinha proporcionado a

Mário de Andrade o contato com uma realidade onde o passado brasileiro havia se conservado. Este episódio seria determinante para a afirmação de seu compromisso com a ideia de preservação do patrimônio e a redescoberta das raízes da brasilidade.<sup>6</sup> Do mesmo modo, a célebre viagem a Minas dos modernistas com o poeta francês Blaise Cendrars, em 1924, funcionou como um gatilho de (re)descoberta da cultura nacional. Em sua luta contra o neoclássico, o modernismo acabava por fundar o mito do barroco e identificar a si mesmo como um segundo momento de manifestação da arte nacional. O resgate da nacionalidade interrompida pelo hiato neoclássico reconhecia no barroco uma “tradição artística autóctone antes que a introdução do neoclassicismo por uma missão estrangeira interrompesse bruscamente o curso”.<sup>7</sup>

Tanto nos projetos do Estado Getulista, como nos de uma grande camada da intelectualidade moderna brasileira, a preservação do patrimônio estava na chave de uma utopia de brasilidade.<sup>8</sup> Daí não haver grande contradição no fato de o movimento modernista brasileiro afirmar sua luta a favor da contemporaneidade ao mesmo tempo em que reforçava a identificação da arte com o passado, elegendo como patrimônio nacional por excelência as igrejas coloniais e os bens móveis nelas contidos. Os mesmos indivíduos empenhados naquele momento na revolução das formas tratavam de zelar pela preservação das

construções pretéritas, como foi o caso dos modernos atuando no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, e que passou sistematicamente a tombar monumentos barrocos e modernos.<sup>9</sup>

Ao final da década de 1940, o modernismo podia ser considerado hegemônico no campo das artes plásticas, e uma terceira geração – mais ligada às pesquisas formais abstracionistas – já despontava no cenário artístico. Só então a construção modernista começou a sofrer abalos e pareceu eclodir uma discussão, até hoje aberta, sobre os limites de modernidade do modernismo brasileiro.

Atualmente, grande parte dos autores recusa conferir o selo de moderno à produção plástica nacional até o advento das experiências da vanguarda concretista, de reação ao modernismo, na década de 1950. Deste ponto de vista, a adoção pelo modernismo de uma gramática formal ligada a correntes artísticas europeias menos renovadoras é encarada como uma limitação constitutiva e como decorrência de sua incapacidade de absorver o mais adiantado.

O traço distintivo deste grupo que aspirava ser nossa vanguarda – a busca de uma identidade nacional – impunha a sujeição da pintura ao assunto, distanciando a produção brasileira das conquistas da modernidade europeia, neste momento avançando na direção de pesquisas mais radicais.<sup>10</sup> Podia-se, assim, argumentar que a pintura modernista, com

a gramática formal do “retorno à ordem”, e concentrada na realidade retratada, negava os requisitos da arte associada aí a pontos fundamentais como o rompimento do espaço de representação renascentista, a especificidade da linguagem em oposição às relações com a realidade externa à obra e a recusa a qualquer outra preocupação senão a dos valores especificamente pictóricos da arte.

Contudo, é fato que a opção estética não acadêmica era percebida em seu tempo como a abertura de um novo momento nas artes no Brasil, marcado pelo abandono de cânones tradicionais. A rejeição por vezes violenta de partes do público e da crítica decorria justamente da associação daquelas obras de arte com o conceito de moderno ou “futurista”.<sup>11</sup> Já a crítica de arte especializada do período permaneceu, na maioria dos casos, alheia à polêmica sobre os limites da arte moderna brasileira até o final da década de 1940. A arte praticada pelos expoentes do modernismo era classificada tão-somente como pertencente à categoria do moderno. A tendência mais recorrente era a de adotar a tese da arte como expressão-comunicação. Esta teoria apontava na direção de uma situação de impasse devido à falha de comunicação da arte moderna com o público.

“Não há dúvida que o progresso da fotografia modificou a concepção primitiva da pintura e não existe mais razão para copiar a natureza, fazer da fidelidade ao objeto o fim desejável”, declarava Sér-

gio Milliet para concluir que a supressão da imitação da realidade chocara o público que não mais reconhecia na arte de seu tempo seu universo habitual de expressão.<sup>12</sup>

Milliet, tal como Mário de Andrade e outros intelectuais modernistas, não abandona a preocupação com uma moral social. A questão do engajamento está no cerne da discussão do papel do intelectual de seu tempo, incumbido de educar a população. O público da época, habituado aos padrões acadêmicos, assustava-se com a produção contemporânea. Caberia ao crítico, por um lado, atuar didaticamente buscando erradicar os preconceitos contra a arte moderna. Por outro, deveria alertar contra um tipo de arte que desprezasse sua função social, eminentemente comunicativa.

Esse arcabouço construtivo alcançou também colecionadores de arte e coleções formadas na primeira metade do século XX. Pode-se dizer que a coleção de arte de Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1968), que hoje constitui o acervo dos Museus Castro Maya no Rio de Janeiro, é uma coleção moderna por aspectos que abarcam a simples cronologia, mas também por seu esforço de fixação de uma iconografia brasileira. Importa, portanto, investigar o lugar da arte do século XIX neste conjunto. Se o colecionador é um membro destacado da intelectualidade da época e a coleção se forma em imersão nestes valores, de que maneira sua formação teria

sofrido influxo da visão modernista? Para além do exame das obras modernas da coleção, responder a esta indagação passa também pela investigação sobre as vertentes da produção artística do XIX que lá possuem representação e as funções que vêm a desempenhar no desenho pretendido pelo acervo.

A coleção Castro Maya é multifacetada. Os cerca de 17 mil itens abrangem tanto as artes plásticas quanto as artes aplicadas e decorativas e a bibliofilia. Em termos do acervo museológico, as artes plásticas somam cerca de 3.500 peças dividindo-se pelas coleções de arte oriental, Brasileira, arte brasileira moderna, arte popular brasileira e arte europeia dos séculos XIX e XX (além de alguns exemplares esparsos de peças clássicas e obras dos séculos XVII e XVIII).

A coleção Castro Maya é moderna, mas não deixa de possuir raízes ancoradas no século XIX. Filho de um colecionador, Raymundo herdou-lhe a vocação, chegando ao colecionismo pelo viés da tradição. Concretamente, recebeu também em herança a biblioteca e obras de arte. Portanto, o acervo possui esta característica acumulativa composta, devendo ser analisado em sua totalidade, tendo-se em vista que a permanência nele de uma peça herdada é também sintoma, ainda que passivo, de assentimento.

Além de acolher as peças paternas, produzidas no XIX ou colecionadas ao espírito daquele século, é possível enxergar ainda, no excesso de ecletismo que rege

a coleção, o raio de ação daquela mesma aspiração totalizadora, herdeira do antiquarismo, que influenciava a formação de museus e coleções naquele século. Logicamente, esse direcionamento a um espírito colecionista do século XIX está mais evidente nas primeiras aquisições, dominadas pela acumulação de objetos de arte, principalmente orientais. Mas a persistência desse espírito pode ser observada na própria luta travada pelo colecionador contra sua influência. Em alguns poucos registros escritos se vislumbra uma aspiração de Castro Maya à identificação com um colecionismo de tipo moderno, interpretado por ele como aquele ligado aos valores puramente estéticos da obra de arte. Ao tentar superar tradições, ainda vivas na primeira metade do século XX, Castro Maya acabava por recusar também o título de colecionador, já que associava o termo a uma atividade compulsiva motivada pelo desejo de amealhar exemplares raros de um conjunto previamente definido, em direta contraposição ao que definiria o verdadeiro amante das artes – a emoção estética:

O colecionador de obras de arte em quase nada difere de outros colecionadores. Como alguém que coleciona selos, por exemplo, aquele que reúne um conjunto de gravuras, esculturas etc., o faz quase que pelo *hobby* apenas, pelo gosto, pelo prazer da posse de um exemplar raro ou famoso (...) nunca, porém, pela emoção estética que a obra em si proporciona.<sup>13</sup>

Além da repulsa que a identificação do colecionismo a uma atividade serial e egoísta lhe causa, parece também estar em jogo, neste cenário, certo ideal acerca das obrigações da elite para com o país: uma missão civilizatória, pública, pedagógica. Faz-se mister apresentar o passado e promover o presente, o moderno – um trabalho a ser realizado através de obras e com obras de arte.

Assim, na década de 1940, Castro Maya inicia sua aventura cívico-cultural: participa da Sociedade dos Amigos do Rio de Janeiro (auxiliar do poder público na defesa da estética e do patrimônio urbano), coordena os trabalhos de reforma da Floresta da Tijuca, preside a Sociedade dos Amigos do Outeiro da Glória, doa peças ao Museu Imperial de Petrópolis, funda a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, integra a Comissão Consultiva de Urbanismo, participa da fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o qual preside até 1952, organiza e empresta obras para diversas exposições de arte. Nas décadas seguintes prossegue no mesmo passo com participação na Comissão de Honra da I Bienal de São Paulo, fundação da Sociedade Os Amigos da Gravura, publicação das aquarelas inéditas de Debret, presidência da comissão preparativa do IV Centenário do Rio de Janeiro, participação na produção cinematográfica de *Pluft, o fantasminha*, presidência da Sociedade Amigos do Museu Nacional de Belas Artes, publicação do livro *A muito leal cidade de São Se-*

*bastião do Rio de Janeiro*, participação na Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico e, principalmente, com a criação da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya, para a qual ele doa as duas casas e toda a coleção, visando à abertura de dois museus para o público.

Com estas obras ele se descolaria daquele cenário que desprezava. Castro Maya não foi tão-somente um colecionador, ele esteve ativamente comprometido com a participação na vida cultural brasileira e, sobretudo, com o processo de institucionalização do moderno. Adotou na defesa da arte moderna a tese da arte como expressão-comunicação e incorporou uma concepção em confluência com a clássica cartilha modernista da arte moderna como libertação aos parâmetros estagnados da arte acadêmica, considerada inexpressiva, amaneirada e com função precária de imitação da natureza.

Na introdução escrita no catálogo da exposição inaugural do MAM-RJ, *Pintura europeia contemporânea*, em 1949, ficam claras tanto estas concepções acerca da arte quanto a missão em que acreditava ser necessário se lançar:

Este Museu representa uma necessidade para nós, a fim de incutir no público o gosto pela arte moderna, ou melhor, educá-lo, a fim de compreender (...) que os artistas de hoje não são mistificadores, mas procuram interpretar nas suas obras o que realmente sentem. (...) Já não ouviremos mais os diálogos nas exposi-

ções tais como; “Não é possível ninguém ter mãos ou pés desse tamanho!! Estas cores não existem na natureza!!” (...) é preciso deixar (...) os preconceitos formais de que a pintura deva representar exatamente a realidade. (...) (alguns) artistas conseguiram nestes últimos anos vencer o torpor em que estava mergulhada a arte, rompendo as correntes do tradicionalismo, para evadir-se no espaço, galgando a luminosa estrada da liberdade.<sup>14</sup>

Pode-se, então, indagar: neste cenário, com relação à coleção, haveria um programa previamente definido a reger a composição do conjunto das obras de arte? Castro Maya refere-se à emoção estética como critério único para aquisição, entretanto sabemos que a base da sensibilidade artística de qualquer um é permeada pela própria fatia intelectual na qual está mergulhado. Na verdade, o grande ponto de inflexão da coleção é a década de 1940. A época de supremacia do modernismo brasileiro é a mesma na qual a coleção toma seu grande impulso. É aí que Castro Maya, no ápice de sua maturidade, realmente inicia a montagem de um conjunto, por oposição às aquisições anteriores, esparsas e muito mais relacionadas a padrões identificáveis com o colecionismo paterno e à sensibilidade do XIX, notadamente objetos de artes decorativas, principalmente orientais adquiridos na França ou nas viagens empreendidas ao oriente.

O projeto para o conjunto começou a se esboçar a partir das estratégias visando à consolidação de uma Brasileira forte, para em seguida se encaminhar igualmente para as obras modernas nacionais e estrangeiras. Três anos apenas separam a primeira compra de aquarelas de Debret e de obras de Portinari. A coleção passa a contar com um desenho muito próximo ao programa modernista de construção da iconografia nacional, bifurcada entre a valorização do passado e dos artistas modernos.

Dois grupos com expoentes da arte do século XIX se destacam na coleção, sendo um deles fruto de um colecionismo ativo e o outro passivo, residual da coleção iniciada pelo pai. No primeiro caso está a grande Brasileira, composta de pinturas, desenhos, gravuras, além dos livros raros. Em segundo lugar, um grupo coeso de pinturas do paisagismo francês com participação de vários artistas tradicionalmente relacionados à chamada escola de Barbizon.

Cabe notar, entretanto, que, por vezes, ao analisar-se uma coleção, as lacunas se revelam tão ou mais importantes que as presenças enquanto ferramentas de construção interpretativa. Neste caso, ressalta como grande ausência a produção pictórica nacional do século XIX. No acervo, apenas uma aquarela de Manuel de Araújo Porto Alegre. Nenhuma obra dos principais pintores brasileiros acadêmicos, como Pedro Américo e Vitor Meireles, e nada do catálogo clássico dos



**A**

artistas que se destacaram no sistema de arte a partir dos anos de 1880, como Rodolfo Amoedo, Timóteo da Costa, Modesto Brocos etc.

Dos artistas brasileiros relacionados à academia que têm presença no acervo – Batista da Costa, Castagneto, Belmiro de Almeida e Visconti – pode-se dizer, primeiramente, que todos são autores que apresentaram inovações formais e temáticas em relação ao padrão canônico da época. Ademais, as telas de Castagneto e Batista da Costa, pelo tratamento plástico, remetem diretamente a uma pintura de transição para a arte moderna, mais preocupada com as ques-

**C**

tões do cromatismo, luminosidade e expressão pessoal do artista. Belmiro de Almeida e Visconti comparecem com obras do início do século XX. Visconti era tradicionalmente “lido” na época como um impressionista nacional e, portanto, o antecedente direto do modernismo. A obra de Belmiro de Almeida pertencente à coleção é um caso mais enigmático, mas onde se destaca a temática peculiar e anedótica, que incorpora temas cotidianos, em postura de questionamento a uma arte oficial.

Mas, se o Brasil não sobressai com relação aos artistas, ele predomina na temática. A coleção de Brasileira foi tida

**E**

**João Batista da Costa, *O passeio***

nos anos de 1950 como a mais importante coleção privada do Brasil. A parcela produzida por artistas do século XIX conta com 21 telas (representando cerca de 17% do total de pinturas) e mais de oitocentas obras sobre papel (85% da totalidade desta categoria), destacando-se aí as mais de quinhentas obras originais de Jean-Baptiste Debret.

Em certa época, o colecionador chegou a afirmar em correspondência trocada com galerias de arte que seu maior interesse para aquisição era “coisas sobre o Brasil”. Para consegui-las, num mercado de arte ainda incipiente, valia-se de uma verdadeira rede de informações, contando com a chegada voluntária de ofertas e informações vindas de conhecidos, firmas especializadas ou vendedores particulares de várias partes do mundo. Por vezes, empregava intermediários encarregados de procurar e adquirir os itens desejados.

Na coleção formada, as vistas diversas são as mais preponderantes, com predominância para o Rio de Janeiro, mas abundam ainda temas diversos como fauna e flora, escravidão e indianismo, retratos da família real e outras personagens de expressão ou episódios da história como a Guerra do Paraguai. No elenco de artistas figuram membros da Missão Francesa como Joaquim Lebreton, Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, artistas viajantes profissionais de grande quilate como Johann Moritz Rugendas ou aqueles mais famo-

sos amadores como Henry Chamberlain, além de um vasto caleidoscópio de outros artistas.

Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, abriam-se os portos não só para os produtos ingleses, mas também para a vinda de artistas europeus. Os pioneiros e mais famosos foram os membros da Missão Artística Francesa, contratada em 1816 pelo Estado para viabilizar a fundação de uma Academia de Belas Artes, objetivo finalmente alcançado em 1826.

No século XIX, foram os artistas estrangeiros que registraram as imagens do Brasil. A Europa romântica alimentava grande interesse por territórios distantes carregados de exotismo e buscava avidamente o conhecimento de naturezas e sociedades tão diferenciadas de suas próprias. No século XX, o modernismo, em sua necessidade de afirmar a identidade brasileira através de uma iconografia própria, abria a porta para o grande interesse na formação de Brasilianas<sup>15</sup> – colecionar o Brasil, remontar seu passado e sua individualidade se apresentava como uma missão. Nesse sentido, o ato de repatriamento das aquarelas de Debret, na década de 1940, foi um dos mais marcantes da atuação de Castro Maya no cenário cultural brasileiro.

A Brasiliana de Castro Maya foi também peça importantíssima na II Bienal de São Paulo, de 1953. Dirigida por Sérgio Milliet, esta bienal abria espaço para uma curadoria informada pela visão modernis-

**A****C****E**

ta de amálgama do moderno com as raízes coloniais, acrescentando aos objetivos originais do certame a missão de apresentar o novo lado a lado com referências históricas, em panoramas suscetíveis de exemplificar quase didaticamente a história do movimento moderno. Onze obras da coleção Castro Maya integraram a polêmica sala especial *A paisagem brasileira até 1900*, organizada por Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do SPHAN.

Não se observa na coleção Castro Maya nenhum movimento voltado para a aquisição de peças associadas a movimentos artísticos correntes na Europa ao longo do XIX, nem tampouco na direção da arte brasileira instituída a partir da Missão

Francesa, ao mesmo tempo em que é ávido o consumo pela produção dos membros da Missão Francesa e outros estrangeiros enquanto reportagens do Brasil. Parece, portanto, que a recusa ao XIX encontrava trégua pelo viés da temática. Apesar do colecionador manifestar preocupação em selecionar peças impregnadas com o que ele chamou de “caráter artístico e histórico”, pode-se perceber que o tema era o determinante fundamental nestas aquisições.

O caso de Debret é emblemático. O pintor, formado na escola do neoclassicismo francês, teve no Brasil uma produção artística dividida entre, de um lado, a pintura histórica e o trabalho de artista da



**Jean-Baptiste Debret, *Um jantar brasileiro***

Corte e, de outro, a vertente do registro dos costumes e da paisagem de uma cultura totalmente diferente da sua, à feição dos artistas viajantes ou integrantes de expedições científicas. E foi justamente esta última vertente que veio a interessar Castro Maya. Em 1948, em resposta à oferta de um quadro de Debret posto à venda em Portugal, ele o considerou caro e afirmou que “Debret não tem tão grande valor como se pensa”. O que não impedia que suas aquarelas, desenhos e gravuras realizadas para a publicação do livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* fossem arduamente disputadas pelo colecionador. Ao comprar Debret, era a crônica visual do passado nacional que se estava ambicionando.

De forma análoga, temos o caso de Taunay, com quatro telas na coleção.

Duas provêm de uma aquisição feita pelo pai de Castro Maya em 1892, em um leilão em Paris. Uma delas é a vista do Rio de Janeiro, mas a outra, *Festa napolitana*, de temática bucólica europeia, chegou a ser posta à venda por Raymundo no bojo de um lote de pinturas do século XIX. Da obra de Taunay, se buscava sua faceta como um dos maiores fixadores da paisagem urbana carioca do XIX.

O outro núcleo de peças do século XIX está diretamente relacionado às dinâmicas da acumulação paterna e, face ao programa que condicionou o esboço da coleção, só conseguiu lá permanecer por inércia. Na década de 1950 vários quadros pertencentes ao que Castro Maya denominou de “escola romântica” foram arrolados para descarte e tentativas, na maior parte das vezes in-



Nicolas-Antoine Taunay, *Vista de outeiro, praia e igreja da Glória*

frutíferas, realizadas para interessar particulares ou instituições em sua compra. Da lista constavam tanto obras que permanecem na coleção, como a citada *Festa napolitana*, de Taunay, ou os quadros de Constant Troyon, Rosa Bonheur, Hippolyte Bellangé e Antoine Vollon, como outros ausentes atualmente, ficando implícito o sucesso na venda apesar do arquivo não registrar as transações. Uma delas, porém, está documentada, a venda de uma tela de Gustave Courbet através da Sotheby's de Londres, em 1964 (depois de uma permanência de dois anos do quadro no mercado), por 950 libras apenas, triste cifra comparada às trinta mil libras alcançadas por uma obra de Monet e as 92 mil pagas por um Van Gogh na mesma ocasião.

Este grupo de peças identificadas ao paisagismo francês de meados do XIX formava o núcleo de pintura da coleção do pai de Castro Maya, formado entre 1890-1920. As obras mais significativas de membros destacados da escola de Barbizon, como Theodore Rousseau e Félix Ziem, ou da escola realista de Courbet, foram arrematadas em leilões ou galerias de arte parisienses. A exceção é a tela de Eugène Boudin, que se acredita ser a primeira tela comprada por Castro Maya, em 1923. Todavia, sua aquisição se deu em um momento ainda embrionário, anterior à formação de um padrão pessoal e, conseqüentemente, tributário da identificação com os modelos paternos. Ademais, o clima da época, com a doação ao Museu Nacional de Belas Artes de 22 telas de Boudin pelos



Theodore Rousseau, *Sol se pondo*



barões de São Joaquim, favorecia o interesse por este artista.

Se examinarmos os parâmetros norteadores da coleção paterna, verifica-se uma grande identidade com várias coleções formadas pela elite sul-americana que estavam, naquela época, abandonando um antigo padrão calcado na acumulação de cópias de pinturas de grandes mestres do passado ou cópias tidas como originais, em prol da arte contemporânea sancionada pelos salões, galerias e sistemas de premiação parisienses.<sup>16</sup> São coleções formadas geralmente na Europa, com obras europeias, cujos proprietários eram frequentemente incentivadores nominais do desenvolvimento da arte de seus países, sem que

isto se traduzisse na incorporação de obras de artistas nacionais. Estes colecionadores procuravam, ainda que circunscritos por seus recursos financeiros, adquirir a “melhor” arte de seu tempo, obras que alcançavam grande êxito de crítica e mercado.

As obras da coleção Castro Maya pertencem a um momento de renovação da tradição paisagística. Em primeiro lugar, a pintura de paisagem e a natureza morta, antes consideradas inferiores na hierarquia de gêneros estabelecidos pelo academicismo (que privilegiava a pintura histórica e o retrato), ganham *status* em meados do século XIX, vindo inclusive a assumir grande importância na modernização da linguagem visual devido justamente à ausên-



Eugene Boudin, *A fazenda de Saint Siméon*

cia de conteúdo narrativo forte. Domina neste momento uma preocupação com a sinceridade e a recusa ao estilo teatralizado da arte oficial. A possibilidade de incorporação de novas temáticas abria caminho para assuntos da vida comum e para a maior liberdade do artista em colocar sua visão pessoal na obra.

Estas obras da coleção Castro Maya, que podem ser identificadas, em grande maioria, à escola de Barbizon, estão situadas exatamente entre uma certa idealização romântica e o encaminhamento na direção de uma representação da realidade fruto de observação direta, própria do realismo. Trata-se de um grupo de pintores estabelecidos em meados do século XIX, naquela localidade próxima de Paris, que adotaram a paisagem como temática quase exclusiva. Lá passaram a fazer esboços ao ar livre, adotar uma pincelada solta e captar os animais com minúcia. Alguns incorporaram em seu trabalho efeitos da luz e variações da atmosfera. Dessa forma, infundiram mais realismo ao paisagismo tratando a natureza como elemento protagonista da pintura e não mais mero pano de fundo para cenas históricas ou alegorias.

À guisa de traçar algumas conclusões, pode-se afirmar, primeiramente, que na coleção Castro Maya a parcela relativa ao século XIX é marcada pelo predomínio absoluto da pintura de paisagem, seja na Brasileira, seja nas obras vinculadas à escola de Barbizon. Vê-se aí claramente uma consequência direta do próprio

direcionamento tomado pela arte do século XIX, quando a pintura de paisagem tornou-se uma vertente cada vez mais importante, tendo crescido substancialmente tanto em quantidade como em importância. Por outro lado, esse predomínio está associado também à dinâmica interna da coleção e aos objetivos que informaram sua formação.

Até então considerada um ramo secundário na arte, a pintura paisagística tirou grande proveito da nova liberdade na escolha de temas trazida pelo romantismo e pelo realismo. A maior liberdade de temática foi acompanhada da liberdade da fatura, com efeitos na pincelada, na cor etc. Na Europa, a pintura de paisagem esteve associada à pesquisa de novas linguagens e, portanto, à ruptura moderada com a tradição e à formação de novas escolas que encaminharam a arte na direção do moderno. Ela valorizava, deste modo, coleções que procuravam absorver, não a vanguarda, mas a boa pintura contemporânea, como era o caso da coleção amealhada pelo pai de Castro Maya.

No Brasil, a pintura de paisagem praticada por estrangeiros serviu como meio de registrar um mundo distante visto sob o ponto de vista dos europeus, que tornaram-se, assim, os principais artífices do imaginário de nosso passado. Em vista disso, ela interessava a coleções direcionadas à montagem de um *corpus* temático, como Castro Maya parece ter almejado montar.

A coleção de obras do XIX exclui principalmente a pintura brasileira oficial. Seu



projeto coincidia harmoniosamente com diretrizes firmadas pelo modernismo e consolidadas também em políticas praticadas pelo SPHAN. Formada sob a égide de valores marcados por elementos de uma cartilha modernista, rejeita o acadêmico facilmente identificável com uma tradição estrangeira e estagnada. Seu universo simbólico, que busca concretizar um conceito de nacional, inclui a nostalgia do colonial e exclui a “invasão francesa”. Na coleção, isto vai significar a ausência da arte brasileira fundada a partir da Missão Francesa, ao passo que, pela temática, inclui a Brasiliana, produzida pelos invasores franceses.

Apesar disso, a coleção moderna de Castro Maya acabou por conviver com res-

quícios da coleção paterna constituída em outro tempo a partir de valores diferentes, e forma, assim, um conjunto em que os vetores tradição e modernidade são capazes de se confundir.

Na verdade, o modernismo brasileiro, de certa forma, contrariava a máxima da arte moderna em que o tema é desvalorizado em favor da maneira como ele é traduzido em formas e cores, resultando no abismo entre a pintura e o assunto. Entre Barbizon e a Brasiliana, talvez tenha escapado ao colecionador que o que era por ele considerado ultrapassado e fora dos padrões de sua coleção, esboçada segundo os traçados modernistas, poderia merecer classificação diversa segundo este ponto de vista mais formalista.

## N O T A S

1. Ver, por exemplo, COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: Editora Senac, 2005; e PEREIRA, Sonia Gomes. *Arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: Com Arte, 2008.
2. COLI, Jorge, op. cit., p. 21.
3. FABRIS, Annateresa. Modernidade e vanguarda: o caso brasileiro. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. São Paulo: Mercado das Letras, 1994, p. 9. Heloisa Pontes também aponta que a crítica de arte até finais de 1940 era protagonizada por Mário de Andrade, Luís Martins, Sérgio Milliet e Rubens Navarra, “todos eles veteranos do modernismo, empenhados na defesa de sua tradição”. PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo, 1940-1968*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 43.

4. Ver BUZZAR, Miguel Antônio. Lúcio Costa, a ENBA e a arquitetura moderna brasileira. In: 180 anos de Escola de Belas Artes. *Anais do Seminário EBA 180*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 397-405; e VIEIRA, Lucia Gouvêa. *Salão de 51*. Rio de Janeiro: Funarte, 1984.
5. Ver ZÍLIO, Carlos. *A querela do Brasil: a questão da identidade da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
6. Cf. AMARAL, Aracy do. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Editora 34; Fapesp, 1997.
7. MASP. Portinari. Exposição de sua obra de 1920 até 1948. Catálogo. Ensaio de P. M. Bardí, Germain Bazin, O. M. Carpeaux e Jean Cassou. São Paulo, dez. 1948, p. 19.
8. Neste rol incluem-se tanto os modernistas de primeira geração e os intelectuais do SPHAN quanto parcelas da crítica de arte e do ensino acadêmico. Heloisa Pontes destaca o papel do catedrático e crítico de arte Lourival Gomes Machado na tentativa de implantação de uma política cultural para o país a partir da recuperação do passado colonial e da valorização da produção artística contemporânea, principalmente na obra *Retrato da arte moderna do Brasil*, de 1945. A autora aponta também que na USP a renovação teórica da discussão sobre o barroco no início da década de 1940 deveu-se basicamente aos professores estrangeiros Hannah Levy e Roger Bastide.
9. CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo: arquitetura moderna brasileira dos anos 30/40*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995, p. 23.
10. Ver BRITO, Ronaldo. O trauma do moderno. In: BRITO, Ronaldo. *Projeto arte brasileira: modernismo*. Rio de Janeiro: Funarte, 1986, p. 17-18; e ZÍLIO, Carlos, op. cit., p. 23-24.
11. Este efeito foi tão forte e duradouro que, mesmo decorridas duas décadas da Semana, a exposição de final do ano de 1942 dos alunos da Escola Nacional de Belas Artes foi depredada e desmontada à força pelos acadêmicos. O próprio público rasgou telas da Exposição de Arte Moderna organizada em maio de 1944 pelo então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek. MACHADO, Vladimir. José Moraes e o grupo dos dissidentes da ENBA. In: 180 anos de Escola de Belas Artes. *Anais do Seminário EBA 180*, op. cit., p. 415-433; e RIBEIRO, Marília Andrés. Juscelino Kubitschek e a arte moderna em Belo Horizonte. *Revista do Departamento de História FAFICH/UFMG*, Belo Horizonte, n. 5, p. 56-66, dez. 1987.
12. MILLIET, Sérgio. *Pintura quase sempre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944, p. 90; GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. *Sérgio Milliet, crítico de arte*. São Paulo: Perspectiva, 1992. Ver também ARAÚJO, Olívio Tavares de. *Imitação, realidade e mimese: problemas da arte contemporânea*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1963, p. 73-74.
13. SANTARRITA, Marcos. Arte e solidão habitam na bucólica Chácara do Céu. *GAM*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 36-38, mai. 1967.
14. MAM. *Pintura Europeia Contemporânea*. Catálogo. Rio de Janeiro, jan. 1949.
15. Interessante notar que foi Manuel de Araújo Porto Alegre quem criou a palavra brasileira para designar uma produção lírica com temas da natureza e cultura brasileiras. O uso da palavra ganhou corpo e se expandiu para definir, de forma corrente, uma coleção de obras ou conjunto de estudos sobre o Brasil.
16. BALDASARRE, María Isabel. *Los dueños del arte: coleccionismo y consumo cultural en Buenos Aires*. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

---

Recebido em 3/1/2009  
Aprovado em 20/1/2009

**Fania Fridman**

Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq e da Faperj.

# Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro

A história urbana carioca recebeu inúmeras contribuições dos estudiosos sobre as transformações ocasionadas pela chegada da corte em 1808. Sem pretender uma abordagem exaustiva, a autora procura neste

texto apontar o tema dos programas de intervenção, denominados *urbanismo imperial* e *planejamento dos barões* por expressarem a morfologia deste urbanismo e os ideais da política de gestão do território.

*Palavras-chave: Rio de Janeiro; urbanismo imperial; planejamento dos barões.*



The urban history of Rio de Janeiro has received a great number of contributions by scholars interested in the transformations caused by the arrival of the Portuguese court in 1808. Without intending an exhaustive

investigation, in this text the author will be discussing the intervention programs *imperial urbanism* and *barons' planning* since they express the morphology of that urbanism and the ideals of the territorial management policy.

*Keywords: Rio de Janeiro; imperial urbanism; barons' planning.*

A história urbana carioca recebeu inúmeras contribuições dos estudiosos sobre os melhoramentos implementados com a chegada da corte em 1808 – chafarizes, pontes, abertura de ruas e caminhos, iluminação pública, rede de drenagem,

abastecimento de água; o estabelecimento das Academias Real da Marinha e de Belas Artes, Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar do Rio de Janeiro, Imprensa Régia, Biblioteca Real, Jardim Botânico, Museu de História Natural, Arquivo Militar e da Real Casa das

Obras; o crescimento da população; a instituição da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil<sup>1</sup> e a presença da burocracia influenciando as transformações do cotidiano.

Sem pretender uma abordagem exaustiva, procuro neste texto<sup>2</sup> apontar o tema dos programas de intervenção, aqui denominados *Urbanismo imperial* e *Planejamento dos barões* e discutidos através dos exemplos da Cidade Nova e da Fazenda de Santa Cruz, por expressarem a morfologia deste urbanismo e os ideais da política de gestão do território. Como a história urbana<sup>3</sup> é um fragmento da história, uma narrativa das intervenções públicas no século XIX, além de dedicar-se às formas<sup>4</sup> e à localização, deve conter também a construção da ordem, manifestação primeira na cidade que deveria fazer-se corte, pois a presença de estrangeiros – os escravos – obrigou o reforço da polícia, isto é, o conjunto de leis e disposições que asseguraram a moralidade e a segurança com o controle mais estreito dos comportamentos públicos e sociais. E, na intenção da nova urbe, a regularidade e a simetria.

Para o espetáculo do espaço do poder, algumas medidas foram tomadas. Logo ao chegar, o príncipe regente<sup>5</sup> autorizou, afora a Abertura dos Portos, a doação de sesmarias a estrangeiros e o aumento do patrimônio das ordens religiosas, ao dispensá-las das leis de amortização definidas pela política anticlerical pombalina. E ainda, relativa-

mente à questão fundiária, em 1809 foram criados os cargos de juiz e de piloto para medição e demarcação de terras, ocasionando a expulsão dos indígenas que ocupavam os sertões ou as proximidades das vilas e cidades.<sup>6</sup> Foi assinado com a aliada Inglaterra um Tratado de Amizade e Paz em que também consta um artigo que, assegurando a liberdade de religião aos imigrantes, permitiu a vinda de não católicos.

Com a realeza e os estrangeiros chegaram também novos costumes que alteraram o ritmo da cidade, agora reeuropeizada, intensificando a aglomeração e provocando a especulação de terrenos e o aumento dos aluguéis. E, como nova capital do mundo português, sediou as instituições decisórias do Estado e a moradia do soberano. Por tradição, desde a fixação das cortes nas cidades-capitais no século XVI, as famílias reais europeias mantinham um palácio urbano e outro no campo.<sup>7</sup> No entanto, os monarcas portugueses possuíam três moradas: na cidade-corte, na quinta e em um palácio rural.<sup>8</sup> No Rio de Janeiro, o palácio dos vice-reis tornou-se Paço Real, a chácara recebeu a denominação de Palácio Real da Boa Vista,<sup>9</sup> e a residência dos jesuítas da Fazenda de Santa Cruz foi transformada em mansão de veraneio.

O ano de 1815 tornou-se um marco com a vinda de franceses atraídos pela nomeação do cônsul-geral encarregado dos negócios. Viajantes, naturalistas, cientistas, cronistas, artistas, comerciantes,

impressores, livreiros, construtores, cabeleireiros, modistas, alfaiates, sapateiros, tipógrafos, professores das mais variadas disciplinas, jornalistas, cortesãs, operários e artesãos aqui vieram tentar a vida.<sup>10</sup> É muito estudada a presença, a partir de 1816, de artistas da “colônia Lebreton”,<sup>11</sup> que participaram ativamente da constituição de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Depois denominada Academia de Belas Artes, tinha o propósito de formar artistas e operários especializados para a indústria e a realização de melhoramentos urbanos e de uma nova arquitetura da cidade,<sup>12</sup> modelada como um cenário e adequada ao pensamento higienista. Este já estaria presente no Rio de Janeiro desde o final do século XVIII, quando foram sugeridos o aterro dos pântanos, a limpeza das imundícies, a correção da direção das ruas e a proibição dos enterramentos nas igrejas.<sup>13</sup>

#### A CIDADE NOVA E O URBANISMO IMPERIAL

**A**lém da Vala, o limite urbano, iniciava-se o Rossio ou Campo da Cidade, um domínio destinado à serventia pública. Era um descampado com areal e brejos que no século XVII foi arrendado a Francisco Freire da Fonseca para a internada de gado. Durante o século seguinte, terras foram concedidas para criações, hortas e pomares de pessoas de posse e para a moradia dos mais humildes – os infames e alguns peões.<sup>14</sup> As irmandades de

São Domingos, Nossa Senhora da Conceição, Santa Anna, São Elesbão e Santa Efigênia, Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito, Nossa Senhora da Lampadosa, São Crispim e São Cipriano, São Gonçalo Garcia e São Jorge, que congregavam variados ofícios, mulatos, negros cativos e libertos, instalaram suas ermidas naquele espaço longínquo, desassistido de equipamentos coletivos e desprovido de condições de higiene e de habitabilidade. Esta região denunciava as contradições existentes na estrutura socioeconômica da época. Sendo assim, antes mesmo das relações capitalistas e de múltiplos usos superpostos, a cidade colonial já adotava a prática da segregação espacial.<sup>15</sup> Ali, na boca do sertão, passava o caminho de Capueruçu que levava às terras dos jesuitas e, já em 1763, com a finalidade de facilitar as comunicações com o interior, ruas foram abertas na antiga chácara de São Domingos. No final do século XVIII, o vice-rei, conde de Resende, iniciou o dessecamento do Campo seguindo a orientação da metrópole de preparar a resistência do Rio de Janeiro aos ataques dos inimigos. (Ver mapa 1)

A base geográfica em estudo teve o seu tecido urbano cristalizado ao servir como corredor de ligação entre o Palácio Real da Boa Vista, inserido em uma área semirural aristocrática onde a família real portuguesa se instalaria, e o Paço Real. Para o deslocamento da corte abriu-

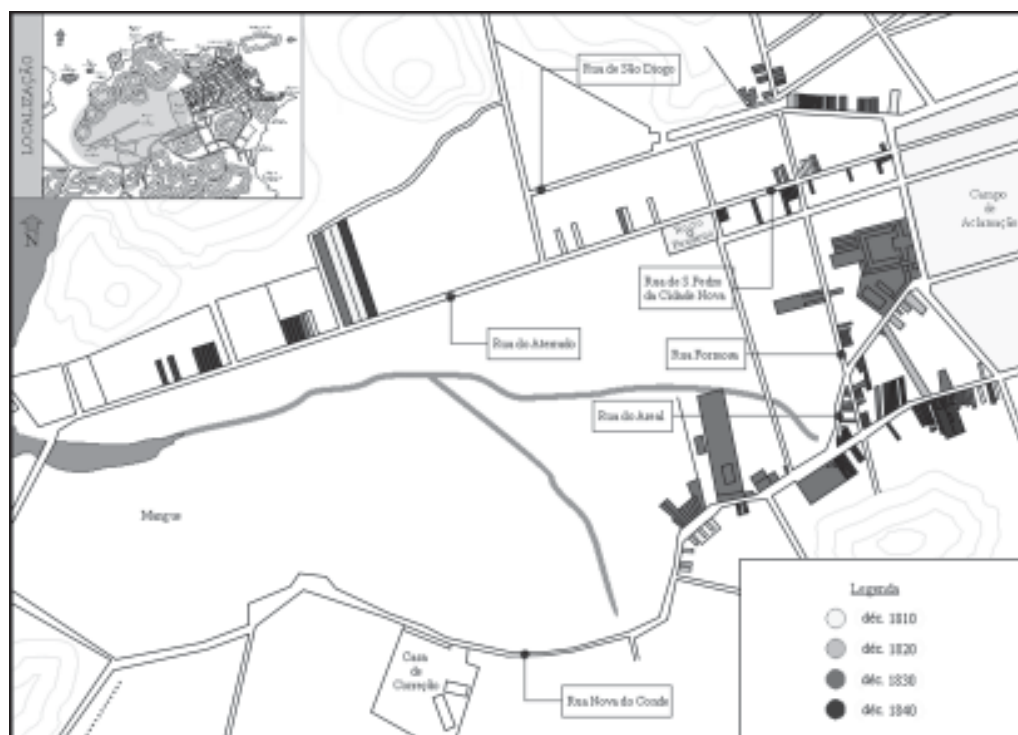
A

C

E

se (provavelmente em 1811) uma passagem para as carruagens – o Aterrado ou caminho das Lanternas, posteriormente transformado nas ruas de São Pedro da Cidade Nova e Senador Eusébio. A cidade, com seus terrenos acidentados e montanhas, era considerada *pitoresca*,<sup>16</sup> no entanto, os pântanos e a presença de escravos causavam mal-estar aos europeus. Os que compunham as elites<sup>17</sup> – alguns ingleses, franceses e ricos mercadores de escravos – residiam nas chácaras localizadas nos arredores. Para poder alcançá-las com maior facilidade, o governo quis extinguir os focos de infecção atmosférica dos brejos, aproveitando para aformosear a cidade cedendo terrenos a particulares que se compro-

metessem a secá-los e construíssem prédios a partir de uma planta com ruas demarcadas e a praça delimitada.<sup>18</sup> Parcelas e terrenos foram aforados com a obrigação de edificarem-se casas a partir do decreto real de 26 de abril de 1811, que isentou por 11 anos o pagamento da décima urbana<sup>19</sup> aos sobrados ou àquelas construções com cinco ou mais portas e janelas. Com os charcos dessecados, a edificação de solares e a estruturação da nova sede política abrigoando as repartições governamentais, o entorno do Campo de Santana tornou-se nobre, modificando-se sua composição socioeconômica e consolidando-se a ocupação da região, que passou a denominar-se Cidade Nova.



Mapa 1 – Chácaras do antigo Rossio no Mangue da Cidade Nova no início do século XIX (s/escala)





A

C

E

mou a ‘nova cidade’ em ‘imperial’”.<sup>22</sup> Resalte-se que, já nos anos 1820, o entorno do Campo da Aclamação já indicava sinais de adensamento, abrigando nobres, comerciantes portugueses e militares. No entanto, persistiam as antigas chácaras do início do oitocentos e os terrenos alagadiços ainda não tinham sido completamente aterrados.

A contar da terceira década do século XIX, o Rio de Janeiro dispunha de posturas relativas à salubridade. O discurso higienista chamava atenção para os problemas de ordem sanitária nas terras ao longo dos braços do Mangal de São Diogo, nos arredores do Rosário Pequeno e no antigo caminho de Mata-Porcos, onde, juntamente com os quarteirões



Mapa 3 – Logradouros abertos na Cidade Nova na primeira metade do século XIX (s/escala)

próximos ao Campo, surgiam as primeiras habitações coletivas. Relembrando ainda Gilberto Freyre, com os sobrados diminuindo as senzalas, aumentaram os casebres e mucambos nas partes *sujas* da cidade, onde não haviam chegado as obras de aterro e drenagem, que tornaram-se uma barreira à valorização dos imóveis e um empecilho à permanência da classe abastada, ameaçada por esta vizinhança. Visando à melhoria das condições de salubridade, houve um decreto, em 1835, relativo à demarcação de um canal e de caminhos, e, três anos passados, as posturas municipais referiam-se à obrigatoriedade do alinhamento das ruas, cuja largura não deveria ser inferior a sessenta palmos (13,20 metros), e do desenho de quadrados perfeitos para praças e largos.<sup>23</sup> Assim, no período imperial, o sistema em xadrez foi estendido quando cordearam-se ruas e executou-se com forma regular a praça São Salvador, no Rossio Pequeno. Um sinal claro de que esta área foi integrada ao espaço urbano aparece com a criação das freguesias de Santana (1814) e de Sacramento (1826).<sup>24</sup> (Ver mapa 3)

#### A FAZENDA DE SANTA CRUZ E O PLANEJAMENTO DOS BARÕES

A “joia da capitania” teve origem em 1589, com a doação de metade da sesmaria de Guaratiba pela viúva do primeiro ouvidor-mor do Rio de Janeiro aos jesuítas, que, através da permuta de terras em Bertioga e de várias aquisições, acumularam cinquenta léguas.<sup>25</sup> A fazenda possuía dois quadros: o primeiro, da faixa litorânea até

o alto da serra, era dividido em arrendamentos; e o segundo, considerado pelos clérigos como reserva “de admirável qualidade, fertilíssima”, chegava ao vale do rio Paraíba do Sul. Já antes da expulsão dos eclesiásticos em 1759, quando grande parte do primeiro quadro foi incorporada aos bens da coroa com a denominação de Fazenda Real de Santa Cruz, verifica-se a transferência de parcelas de terras do segundo quadro aos “amigos do rei”. (Ver mapa 4)

Desde meados do século XVIII e início do século XIX, a metrópole “interiorizou-se” com o povoamento facultado pela abertura de caminhos, pela dificuldade de resistência da população indígena e pela criação de vilas. No caso fluminense, a conquista da terra cobria todo o território, não se limitando a algumas áreas. No caso em questão, para estimular a construção e a manutenção do “caminho novo da freguesia de Nossa Senhora da Piedade até a Fazenda de Santa Cruz”,<sup>26</sup> foram distribuídas sesmarias ao longo da carreira. Assinale-se a mudança na composição das classes sociais entre os foreiros com a privatização de porções da Fazenda através de concessões, da usurpação das terras indígenas e da invasão de áreas em comisso.<sup>27</sup>

À política de privatização somou-se a venda dos engenhos de Itaguaí e Piaí, acompanhada ainda por um conjunto de medidas referentes à demarcação de seus limites, à abertura de estradas e à permissão da entrada de colonos e arrendatários, submetidos às feitorias de Bom Jardim, Santarém e Peri-Peri.<sup>28</sup> Procedimentos importantes foram a

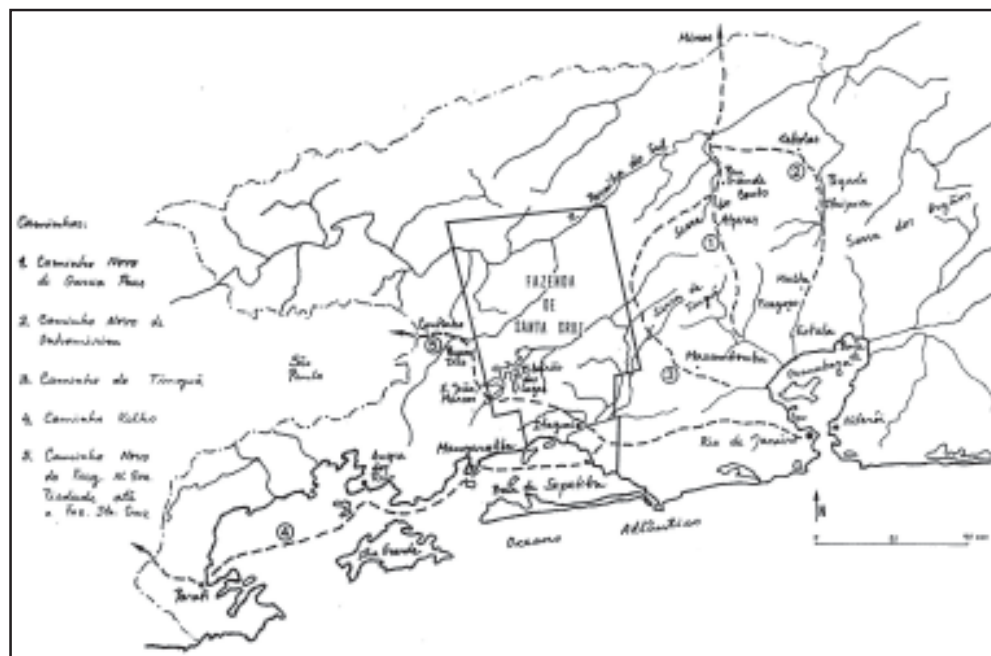
subordinação da Fazenda à Mordomia da Casa Real depois da vinda de d. João e, ainda no sentido do parcelamento e da privatização das terras, a carta régia promulgada em julho de 1813, que tornou perpétuos os aforamentos e delimitou uma área de 78 hectares em Sepetiba para o estabelecimento de uma povoação.<sup>29</sup>

#### A VILEGIATURA

Para Camargo,<sup>30</sup> a chegada da corte ao Brasil também modificou os costumes ao trazer a recreação da aristocracia – os jogos e o veraneio nos arrabaldes ou bosques afastados do burburinho. A vilegiatura, cuja origem está na busca de um “território purificador da alma”, que a Renascença recuperou da antiga Roma através da construção de mansões de verão

nas *villas* de recreio ao redor das cidades, ganhou uma versão refinada com as viagens contemplativas de contato com a natureza, quando da deterioração da qualidade de vida a partir da urbanização nos séculos XVIII<sup>31</sup> e XIX. Na idealização da vida rural, a vilegiatura realizou os subúrbios – arredores, florestas e aldeias – e os ricos, sem sair da urbe, encontraram o campo, revelando uma nova atitude mental e estética.<sup>32</sup> Caberia acrescentar ainda as campanhas médicas, devedoras do pensamento higienista, que incentivaram na Europa a criação das cidades balneárias junto às fontes termiais.

Santa Cruz tornou-se local de veraneio de d. João,<sup>33</sup> e, com isso, a residência jesuítica foi reformada para servir de palácio. Em



Mapa 4 – Real Fazenda de Santa Cruz e caminhos para as Minas Gerais no século XVIII

decorrência da presença do monarca, também se instalaram em posses de caráter urbano membros do governo e os mais ricos da sociedade da época, além de fornecedores de munição, bebidas, coches e animais de montaria. A Estrada Real de Santa Cruz sofreu melhoramentos, e ao longo do percurso cresceram os povoados com residências e vendas de varanda – casas de comércio com hospedarias.

Na superintendência exercida pelo visconde do Rio Seco,<sup>34</sup> foi elaborado um plano de remodelação do conjunto do Paço, aprovado em 1817, que permitiu a abertura de vias, alinhamento dos lotes e normas

de edificação das casas. É possível, portanto, fazer referência a uma área central da povoação, onde foram edificados belos sobrados, sendo o mais famoso aquele do conde dos Arcos. Na rua do Comércio encontravam-se bancas de ferradores, carpinteiros e pedreiros, padaria e um hotel. Para o transporte de passageiros, passou a funcionar um serviço de diligências entre os Palácios de Boa Vista e de Santa Cruz e, para o embarque e desembarque de mercadorias, edificou-se o cais da Praça do Comércio no canal do Itá, de onde partiam o late Real e o Caíque de Bom Sucesso em direção à praia do Caju. A ocupação levou o inspetor superintendente a



Mapa 5 – Planta do povoado da Imperial Fazenda de Santa Cruz

declarar: “A fazenda de Santa Cruz não se pode considerar uma simples fazenda, mas uma povoação.” Já havia uma clara distinção entre cidade e campo, conforme a classificação das terras para efeito dos aforamentos fixados em nove anos: a quadra urbana, nos limites da área do Paço, pertencia à primeira classe e era a mais valorizada; a quadra suburbana correspondia à segunda; e as terras rurais dedicadas à “lavoura grossa” ou os terrenos “de largueza” eram considerados de terceira classe.<sup>35</sup> (Ver mapa 5)

#### OS NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO E AS MANUFATURAS

Uma outra inovação implementada na Fazenda foi a vinda de imigrantes estrangeiros, dando início no país ao processo de transição do modelo agrário baseado na mão de obra escrava para um novo regime com homens livres e assalariados. Estava inserida nesta proposta a perspectiva de facilitar a miscigenação do povo. Muitos autores referem-se como primeiras experiências aos núcleos coloniais de Leopoldina em Vila Viçosa (1818) e de São Jorge dos Ilhéus (1822), ambos na Bahia e compostos por hanoverianos, e à colônia de Nova Friburgo (1819), formada no Rio de Janeiro por suíços católicos. Gostaria de apontar três experiências anteriores com estrangeiros na Fazenda de Santa Cruz, que, por este motivo, pode ser considerada como um laboratório: a colônia dos chineses de Macau, que chegaram em 1815 para a criação

do bicho da seda e o plantio de chá; no mesmo ano, 145 espanhóis formaram a Aldeia dos Espanhóis e foram empregados no curtume e na olaria; e, em 1817, chegaram os portugueses do Minho para trabalharem na agricultura.

Santa Cruz também foi um local de experimentações manufatureiras após a revogação do ato que proibia a indústria no Brasil. Cito a Real Fábrica de Santo Agostinho, de lanifícios, fundada entre 1807 e 1813, a Fábrica de Fiação do Leme estabelecida em 1820, as fábricas de artigos de couro com os curtidores vindos com a colônia francesa, a serralheria, a carvoaria e a olaria. O comandante da esquadra inglesa que protegia o soberano recebeu a sesmaria de Icarai, onde plantou linho e criou manufaturas de queijo e manteiga. Tais práticas ocorreram em terras próprias nacionais, públicas, mas com capitais e lucros privados.<sup>36</sup>

\*\*\*

Acompanharam-se aqui as novas especialidades originadas pelo *urbanismo imperial* e pelo *planejamento dos barões*. O primeiro consolidou uma Cidade Nova regular e o segundo criou uma nova povoação articulada ao desenvolvimento econômico, derivado das experimentações tanto dos núcleos coloniais como das manufaturas, e simultâneo à expulsão de nativos e de antigos foreiros. Pôde ser verificada nos dois processos a mudança na composição social dos ocupantes, assim como o surgimento de novos agentes na cena territorial que concen-



traram (ou reconcentraram) parcelas fundiárias através da concessão e da privatização de terras públicas.

Para finalizar, recupero três autores – Mumford, Benevolo e Giddens. Com Mumford<sup>37</sup> aprendemos que o capital cresceu mais que a cidade existente, e as instalações urbanas coloniais somente em parte puderam ser modificadas. Se para Benevolo<sup>38</sup> o Estado ajudou o capitalismo florescente – que é técnica mais vigilância – com os ordenamentos legais, tais normas, herdeiras do Iluminismo com a

sua representação geométrica do universo, afirmaram a propriedade privada ocasionando profundos impactos no povoamento e na urbanização. A análise deve ser complementada por Giddens<sup>39</sup> dizendo que a cidade não se espalha. Está em causa uma nova, pois o urbanismo e o planejamento possuem princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna.

**A autora utilizou fontes primárias (manuscritas e cartográficas) do AQCRJ, BN, AHEx e INCRA.<sup>40</sup>**

1. À Intendência Geral da Polícia, assemelhada à *Lieutenance Générale de Police de Paris*, cabia, entre outras funções, aprovar arruamentos, conservar estradas, fontes e chafarizes; arborizar praças; fiscalizar as edificações, transportes, limpeza das ruas, teatros e estalagens; reprimir a mendicância e amparar indigentes; expedir passaportes e zelar pelos serviços de colonização. Entre as primeiras atuações, devedoras das novas concepções, estão o abastecimento de água potável, a proibição do uso das rótulas e gelsias de madeira e a repressão política. “Assim, policial implicava garantir que a cidade proporcionasse um abrigo pacífico de lealdade política em meio ao tumulto da Europa napoleônica e da América espanhola insurgente.” SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 156.
2. Este trabalho é parte da pesquisa “Espaço e plano: capítulos da urbanização fluminense”, vinculada ao Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (Gesthu/Ippur/UFRJ). Agradeço a Luciana Alem Gennari pelo tratamento dos mapas inéditos 1, 2 e 3 (retirados de PINTO, Fernanda Mousse. *A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro*: agentes, personagens e planos. Dissertação de (Mestrado em urbanismo) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007), a Valter Luiz de Macedo pela elaboração dos mapas 4 e 5 e a Ana Paula Pinto Pinheiro pelo levantamento cartográfico junto à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Histórico do Exército.
3. Tal como proposto pela geo-história da Escola dos Annales, a cidade é palimpsesto na longa duração. Lugar de grupos e construção social, apresenta uma dimensão morfológica, funcional, histórica, espacial e simbólica.
4. “As formas dizem sempre mais do que aparentam” (SERLIO apud ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998, p. 45).

5. A propósito da política joanina, segue um comentário saboroso do jornal *Correio Brasiliense* sobre três dos ministros: “Três relógios desarranjados eram os que regiam os destinos do Brasil: um (o conde Linhares) que vivia extraordinariamente adiantado; outro (o marquês de Aguiar) que cada dia ia mais atrasado; e o terceiro (o conde de Anadia) que havia parado”. (Apud GUIMARÃES, A. C. D’Araújo. *A corte no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p. 45).
6. LEONZO, Nanci. A propriedade. In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (coord.). *O Império luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
7. MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.
8. CAVALCANTI, Nireu. *Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Relume Dumarã; Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.
9. Elias Antônio Lopes, negociante, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, vendeu a propriedade, que fizera parte de uma gleba confiscada aos jesuítas, por 21:929\$000. Em 1816 o edifício foi reformado por um arquiteto inglês. EDMUNDO, Luiz. *A corte de d. João no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940-1942, 3 v.
10. RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
11. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Schwarcz aponta 17 navios partindo do Havre para o Brasil, em 1816, com negociantes de tapetes, capitalistas, artesãos, joalheiros, fabricantes de armas e de selas, alfaiates, curiosos, cientistas, literatos, religiosos e artistas.
12. Além de projetos urbanísticos, a alfândega, escolas, manicômios, praças, hospitais e alguns palacetes foram erguidos em um estilo que pode ser interpretado como um neoclassicismo abasileirado.
13. VIEIRA DA SILVA, Manoel. Sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro. In: VIEIRA DA SILVA, Manoel; PEIXOTO, Domingos Ribeiro dos Guimarães. *A saúde pública no Rio de dom João*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.
14. Os moradores da cidade dividiam-se em três classes: a nobreza da terra, os peões ou plebeus e os infames. Os peões eram os oficiais mecânicos, artesãos, pequenos comerciantes, mercadores e tratantes, e os médicos e enfermeiras dos hospitais mantidos pelos religiosos. Como infames designavam-se os criminosos, desterrados, judeus, cristãos novos, mouros, excomungados, ciganos, índios e negros – escravos ou livres. Em Portugal os infames não podiam viver no núcleo urbano nem exercer cargo público.
15. FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Garamond, 1999. Tal separação incluía os ciganos que, banidos de Portugal no século XVII, instalaram-se em uma parte do despovoado Rossio, no local depois conhecido por rua dos Ciganos, nas imediações do Campo de Santana.
16. Na cultura ocidental do setecentos, enquanto ainda se procurava o eterno, mas também as leis comuns ao objeto e ao sujeito que observava, as elites estetizaram a relação com a natureza quando o lugar de fruição coletiva começou a emergir como necessidade social. Os artistas, poetas, jardineiros e viajantes viam como *pitorescas* a paisagem natural ou a natureza dominada, revelando uma nova sensibilidade e uma questão técnica de mudança do meio ambiente para as novas regras de civilidade e de conduta, isto é, “mentes sadias em corpos sãos” (FRIDMAN, Fania. Prefácio. In: TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens (orgs.). *Paisagens culturais: contrastes sul-americanos*. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2008).
17. O príncipe criou a ordem da Torre e Espada, recebida por muitos daqueles que o tinham acompanhado. Desde 1818, d. Pedro, através da concessão de títulos nobiliárquicos, originou uma nova elite constituída pelos cafeicultores “aristocratas da cidade”. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2003.
18. CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
19. Esse imposto, implementado em junho de 1809, que incidia sobre o valor dos imóveis e era cobrado apenas no município da corte, foi estendido em seguida às cidades, vilas e lugares situados à beira-mar. Para o seu recolhimento havia uma junta composta de um superintendente, dois homens bons, um nobre e outro do povo, dois carpinteiros, um



pedreiro e um fiscal “que será advogado”. Ainda em 1809 foi instituída a sisa, um imposto de transmissão, além de fixado o foro para as novas concessões na cidade em 5% do valor dos terrenos.

20. FREYRE, Gilberto, op. cit.
21. Grandjean de Montigny envolveu-se em vários programas de intervenção para aquela faixa, como o projeto de uma praça de touros e um grande anfiteatro para a aclamação de d. João VI e a comemoração do casamento de d. Pedro com a princesa Leopoldina. Sugeriu ainda o cercamento do Campo da Aclamação, a retificação do Caminho das Lanternas para chegar ao mar e a abertura de uma avenida, denominada Imperial tal como aquela existente em Paris, entre os largos do Rossio e da Ajuda, e que implicaria no arrasamento do morro de Santo Antônio. FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
22. SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 194.
23. MENDONÇA, Valdemar. Três datas históricas do urbanismo carioca. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 5, set. 1936.
24. Em 1843, o diretor das Obras Municipais, engenheiro militar Henrique de Beaupaire Rohan, entregou à Câmara um relatório com vistas à remodelação do Rio de Janeiro. O trabalho se dividia em duas partes: a primeira, relativa às obras que interessavam à salubridade pública; e a segunda, que incluía projetos de aformoseamento, indicava os melhoramentos mais urgentes, sobretudo os referentes às vias públicas de comunicação. Para o mangue da Cidade Nova, propunha extinguir “este foco de miasmas” com o restabelecimento de um antigo plano de ali se abrir um canal de navegação da Bica dos Marinheiros até o Rossio Pequeno. O plano, não realizado, sugeria ainda o prolongamento de ruas, a regularidade da malha viária e a adoção de grandes eixos de comunicação entre a cidade velha e a nova, revelando um projeto de organização formal além da aplicação de técnicas avançadas de engenharia para resolução de questões de salubridade. No entanto, com o surgimento dos loteadores, os novos agentes na estrutura fundiária, o solo foi parcelado em frações estreitas e profundas, sem ordenamento na implantação das edificações no interior dos terrenos, não favorecendo a salubridade da região. Também, até meados dos anos 1840, foram constantes os conflitos fundiários entre foreiros. PINTO, Fernanda Mousse, op. cit.
25. Que corresponderiam ao atual bairro de Santa Cruz e a parte de dez municípios fluminenses: Itaguaí, Barra do Pirai, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Pirai, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda.
26. Aberto com o objetivo de ser evitada a travessia por mar entre a ilha da Pescaria (pertencente à Fazenda de Santa Cruz) e Paraty, por conta da presença de piratas na baía de Sepetiba.
27. Miguel Angelo Fagundes e França estava de posse, desde 1793, da sesmaria Chanceler França. A de Palmas fora concedida a Antônio Ferreira da Rocha, a de Vassouras e Rio Bonito a Francisco Rodrigues Alves e Luís Homem de Azevedo e a do Oratório a José Bento de Araújo. Assinalo as terras de Francisco Carneiro de O. Raldes, Manoel de Araújo Gomes, dos Gonçalves de Moraes, dos Sepeda, de Matias Pimenta Teles, dos Feijó, Antônio Estevão de Magalhães Pusso, do juiz de Sesmaria José Ignácio de Figueiredo, de José Lourenço dos Santos, Manoel Carneiro de Souza, Manoel Coelho Sobreira, dos Sousa Breves, Francisco Pernes Lisboa e a dos Pinto de Miranda, concedidas no último quartel do século XVIII. Com relação à ocupação da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, esta ocorreu através da apropriação das terras dos índios coroados, repelidos através das armas e aldeados nas proximidades do rio Preto. Nesta região a maior parte das terras ficou nas mãos das famílias Faro, Gonçalves de Moraes e Thomaz da Silva.
28. A feitoria de Bom Jardim era gerida por Pedro Dias Paes Leme, o marquês de São João Marcos; a de Santarém tornou-se importante lavoura de café, com seus milhares de pés, e na feitoria de Peri-Peri, após o aniquilamento do quilombo Valão da Areia, ocorrido logo após a expulsão dos eclesiásticos, foi construída uma fábrica de farinha, adquirida pelo coronel Ignácio de Andrade Souto Maior Rondon, o comandante-geral das Milícias do Litoral e proprietário da fazenda do Mato Alto, em Guaratiba.
29. A fundação deste povoado relacionava-se à política de controle do tráfico negreiro e do contrabando na ilha da Pescaria e nas costas vizinhas, além de facilitar a comunicação entre a Ilha Grande, Paraty e a cidade do Rio de Janeiro. Os terrenos foram divididos entre os moradores que não pagariam o foro.

30. CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2007.
31. Mesmo antes, desde 1682, quando os soberanos franceses preferiram residir fora ou em oposição a Paris.
32. “Nessas circunstâncias, é possível entender melhor o que significa o ‘passeio pelos arredores’ do caminhante desejoso de coletar impressões da paisagem do Rio de Janeiro” BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emilio Odebrecht, 1994, v. 3, p. 21.
33. Havia outros locais de veraneio real: a propriedade dos padres bentos na atual Ilha do Governador e a vila da Praia Grande, hoje Niterói.
34. Joaquim José de Azevedo, o marquês de Jundiá, emprestou dinheiro à Casa Real e financiou as despesas para o retorno de d. João VI a Portugal. Morava no Rio Comprido e possuía palacetes no largo do Rossio e em Paquetá.
35. FRIDMAN, Fania. De chão religioso à terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, ago-dez. 2001; v. 16, n. 1, jan-jul. 2002.
36. A incorporação da Fazenda de Santa Cruz ao patrimônio nacional, usufruto legado à Casa Imperial do Brasil pela Constituição do Império de 1824, exigiu uma medição cujo tombo foi furtado em 1825. Em 1827, quando da nova demarcação, 224 cafeicultores proprietários de 7.681 escravos, sentindo-se prejudicados pela definição dos limites que incluía suas terras, formularam uma representação à Assembleia Geral. O resultado foi um decreto de 1830 que legalizou as suas terras. Como já observado anteriormente, muitas destas propriedades já teriam sido legalizadas pela carta régia de 1813.
37. MUMFORD, Lewis, op. cit.
38. BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
39. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
40. Nota do editor:

#### Manuscritas

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) - Manuscritos de aforamentos, códices 3-1-96; 3-1-94; 3-1-93; 3-1-48; 4-2-18; 4-1-39; 5-2-69; 5-1-17; 1-4-32; 1-4-33; 3-2-65; 2-4-20; 1-4-35; 3-1-68; 1-2-69; 2-1-10; 3-1-11; 5-1-23; 5-1-22; 3-2-74; 3-1-69; 3-1-48; 4-1-30; 4-2-36; 4-2-34; 4-2-35; 4-2-37; 4-2-38; 4-1-30; 3-1-48; 4-1-35; 3-1-95; 4-2-18; 4-1-37; 3-1-100; 1-4-31; 3-2-65; 2-1-7; 2-1-4; 3-1-96; 4-1-36; 4-1-28; 1-2-49; 3-1-90; 3-1-90; 3-1-90; 3-1-92; 3-1-46; 1-2-34; 1-4-36; 1-4-37; 3-1-51; 2-1-11; 3-2-20; 4-1-36; 3-1-29; 2-2-61.

#### Cartográficas

Biblioteca Nacional (BN) - Plan of the city of Rio de Janeiro 1866 (Edward Gotto) arc 026, 02, 001.

Arquivo Histórico do Exército (AHEx) - Planta Topográfica de parte da Imperial Fazenda de Santa Cruz (s.d.) 15.05.3275; Planta Corográfica de uma parte da Província do Rio de Janeiro na qual se inclui a Imperial Fazenda de Santa Cruz e suas medições (1848) 04.05.813; Mapa Topográfico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a Real Casa de Santa Cruz (1812) 04.03.746; Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e da Imperial Quinta de São Cristovão (1826) 04.05.840/GB 025.M5.G1.C10; Carta Topográfica da Real Fazenda de Santa Cruz (s.d.) GB 002.M7.G5.F4.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Planta Cartográfica da FNSC executada pela Comissão Fundadora do NCSC em cumprimento ao Decreto 24.606 de 6 de julho de 1934.

**Flávio Coelho Edler**

Pesquisador do Programa de Pós-Graduação  
em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

# A Natureza Contra o Hábito

## A ciência médica no Império

O autor analisa a prática médica e a existência de uma perspectiva científica na medicina acadêmica no período imperial brasileiro. Neste artigo, são discutidas interpretações sobre a cientificidade do saber médico e a importância da medicina higienista no processo de modernização da sociedade do século XIX.

*Palavras-chave: medicina oitocentista; cultura médica; higiene; instituições médicas.*



The author analyses the medical practice and the existence of a scientific approach in the academic medicine in the Brazilian imperial period. In this article he

discusses the different interpretations of scientificity in the medical knowledge and the importance of hygienist medicine in the process of modernization of the 19<sup>th</sup> century's society.

*Keywords: 1800's medicine; medical culture; hygiene; medical institutions.*

A medicina acadêmica praticada no Império brasileiro era científica? Se não, em que momento o saber médico oficial entrou em sintonia com o conhecimento difundido pelas instituições médicas europeias contemporâneas? A resposta a essa ques-

tão tem dividido os estudiosos da cultura médica oitocentista.

Muitos historiadores têm afirmado, categoricamente, a inexistência de qualquer perspectiva científica na abordagem dos assuntos pertinentes ao campo de atuação dos médicos clínicos ou higienistas no pe-

riodo imperial. O autor da obra mais abrangente dedicada ao estudo da medicina no Império classificou-a como pré-científica.<sup>1</sup> Para a maioria dos especialistas, foi apenas com a institucionalização da medicina bacteriológica pastoriana, no início do período republicano, que o saber médico alcançou o estatuto epistêmico comum às demais ciências.<sup>2</sup>

Uma vertente interpretativa assevera que a prevalência de uma matriz cultural ibérica, reforçada pelo ecletismo espiritualista da filosofia francesa, emanado dos cursos jurídicos, marcaria o compasso da educação superior até a década de 1870. A partir de então, o

famoso “bando de novas ideias” científicistas, a que se referiu Silvio Romero, colidiria com o estilo anticientífico, beletrista e bacharelesco cultuado nas academias imperiais, fazendo implodir o amálgama de preconceitos difusos que entorpecia a cultura médica brasileira. Outros estudiosos admitem, entretanto, que alguns argumentos científicos foram utilizados na formulação de um ideário higienista, desde os primórdios do século XIX. Mas tais argumentos teriam, antes, um uso meramente ideológico, copiados ou adaptados de compêndios médicos europeus. Em conjunto, eles serviriam apenas para legitimar a implantação da ordem burguesa contra

**CLINICA MEDICO-CIRURGICA**

DO

**DR. JULIO BRANDÃO**

Formado pela Faculdade de Medicina  
do Rio de Janeiro

Médico do Hospital da Misericórdia da Corte

Dá consultas todos os dias, de 1 hora  
às 3 da tarde, na casa de sua residência a

**42 Rua da Candelaria 42**

SOBRADO

e ahí recebe chamados por escripto a  
qualquer hora do dia ou da noite.—Aos  
pobres dá consultas gratis, das 11 horas  
a 1 hora da tarde.

Propaganda de serviços médicos oferecidos pelo dr. Julio Brandão

os costumes da antiga sociedade patriarcal ao estabelecer as bases de um poder médico voltado tanto para erigir normas disciplinares, como para justificar as ações truculentas que almejavam o controle das chamadas “classes perigosas”.

A suposição de que o saber médico acadêmico não tinha fundamentação científica, nem era controlado e validado pelos critérios vigentes de cientificidade, levou uma boa parte dos intérpretes da medicina oitocentista a apostar numa explicação heterônoma de seu processo de institucionalização. Se os médicos não possuíam um critério científico que pudesse servir para balizar suas ações no campo da terapêutica e da saúde pública, o que decidiria sobre sua prática? Para boa parte dos historiadores a resposta encontrada soou como um anátema àquele peculiar grupo social, inscrito na ordem senhorial escravocrata, que se distinguia pelo uso da bengala com castão de ouro e um anel de esmeralda: eles simplesmente conspiravam a favor das elites, contra as massas subalternas. A higiene não passaria de uma estratégia biopolítica de controle social.

Outros historiadores, sem romper necessariamente com a interpretação centrada na noção foucauldiana de medicalização da sociedade, rejeitaram a imagem dicotômica herdada da retórica elaborada pelos intelectuais da Primeira República.<sup>3</sup> Esses últimos esforçaram-se por empurrar o Império no sentido da Colônia, e produziram um discurso

pautado pelo tema do progresso que insistia na ideia da ruptura inaugurada pelas instituições científicas republicanas, estas moldadas pelo ideal civilizatório da *belle époque*.<sup>4</sup>

Para nós, a discussão sobre a cientificidade da medicina imperial é uma questão *mal posée*. Como tem observado a moderna historiografia das ciências, não podemos tomar os conceitos e parâmetros metodológicos hoje vigentes em determinado campo de conhecimento e usá-los como critério para avaliar a ciência do passado, como se tratasse de um certificado de conformidade trans-histórico.<sup>5</sup> Os diferentes saberes inaugurados a partir da chamada revolução científica, e as dinâmicas de pesquisa, por eles impulsionadas, não só possuíam ambições epistemológicas distintas, como estiveram sujeitas ao movimento típico do processo de modernização, em que pessoas, coisas, instituições e ambientes que foram inovadores e de vanguarda em dado momento histórico se tornaram retrógrados e obsoletos no momento seguinte.<sup>6</sup>

Pretendemos, assim, rever as interpretações anteriores, chamando a atenção especificamente para as atividades científicas desempenhadas pelas elites médicas imperiais, antes do advento da concepção parasitológica das doenças tropicais, propugnada pelos adeptos da teoria bacteriológica de Pasteur. Como procuraremos sublinhar, são inúmeras as evidências de que os médicos formados pelas escolas médicas do Rio de Janeiro e

de Salvador despenderam grandes esforços no necessário trabalho de inovação científica nos campos do diagnóstico, da terapêutica, na identificação dos agentes deletérios ambientais que se acreditava estarem implicados na produção das doenças próprias ao nosso clima. Do mesmo modo, empenharam-se na adequação das medidas profiláticas propugnadas pela higiene à realidade do império tropical. E fizeram-no não apenas institucionalizando a pesquisa clínica e higienista, mas também assimilando seletivamente alguns ramos das ciências naturais – a botânica, a meteorologia, a climatologia, a geologia, a topografia – de cujo conhecimento eles dependiam para levar a cabo a agenda de pesquisas sobre a patologia brasileira proposta inicialmente pelo grupo que criou a Academia Imperial de Medicina, em 1829.

Os historiadores que estudaram a organização do espaço urbano no período que se segue à vinda da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro ressaltam a importância da medicina higienista no processo de normatização e ordenação das relações sociais herdadas do período colonial.

Numa sociedade até então sujeita às hierarquias privadas, com o poder repartido entre quadrilheiros, alcaides, juizes de paz, almotaceres e capitães-mores, as diferentes fronteiras entre o lícito e o ilícito, entre a conduta certa e a errada, entre o moral e o imoral foram contrastadas com um princípio organizador comum: as leis da higiene.<sup>7</sup>

Essa nova disciplina, que alcançara na França pós-revolucionária um *status* de vanguarda na grade curricular e na organização dos serviços de saúde, tinha raízes no movimento vitalista e anti-mecanicista que se alastrara no ambiente médico europeu, por oposição ao cartesianismo médico hegemônico e presente, por exemplo, nos estatutos da Universidade de Coimbra.<sup>8</sup> Embora alguns dos seus principais formuladores, como J. G. Cabanis, J. N. Hallé, Ph. Pinel e X. Bichat, possuissem uma visão monista e materialista, sua abordagem holista que concebia uma íntima relação entre domínios do físico, do mental e do passional, presentes na experiência humana, era herdeira de uma antropologia vitalista animista.<sup>9</sup> Seus postulados empurravam a medicina em direção à sociedade, por sua própria lógica interna, tanto quanto por qualquer outra intenção abertamente ideológica ou política.

Segundo os higienistas, o “reino social” participaria da mesma legalidade comum à natureza. A cidade, metamorfoseada em “corpo social”, pôde ser descrita segundo um modelo organicista, no qual as partes constitutivas deveriam tornar-se reciprocamente funcionais. Nas faculdades de medicina, grande parte das teses de formatura tematizam o espaço público, diagnosticando o mosaico de interesses privados e corporativos como responsável pelas doenças reinantes. A profilaxia proposta indicava a necessidade de uma renovação dos costumes e hábi-

tos herdados e uma política esclarescida. Ao contrário da literatura veiculada nos periódicos médicos da época, não se deve procurar nesses trabalhos nem originalidade, nem independência intelectual. Trata-se de um exercício de bom senso e de demonstração de que eles dominam bem sua arte, conhecem bem os cânones de sua ciência e estão acompanhando as novidades sancionadas pela congregação das faculdades.<sup>10</sup>

De fato, a higiene forneceu a sintaxe que permitiria apreender e pensar, em termos científicos, os inúmeros conflitos étnicos, políticos e sociais, ligados à lógica de organização senhorial do espaço urbano. Trata-se, portanto, de uma falácia, o caráter supostamente ornamental de instituições médicas, como as faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia, a Academia Imperial de Medicina (AIM) e dezenas de periódicos médicos publicados em diversas províncias. Tais instituições estiveram implicadas na produção e revisão dos conhecimentos científicos, sobre o vasto campo de problemas relacionado com a saúde pública e privada dos habitantes do Império. Assim, no lugar das interpretações que dão prioridade ao viés estrutural-funcional do processo de produção do conhecimento médico, forjando a consciência médica “de fora”, procuraremos sublinhar as dinâmicas socioprofissionais voltadas para produzir, validar e controlar o saber médico, segundo as mesmas regras de cientificidade abraçadas pelas tradições higienista e anatomoclínica internacionais.

Podemos formular nosso argumento nos seguintes termos. Dando suporte ao discurso, construído pelos médicos brasileiros do período imperial, sobre os sentidos de suas múltiplas ações profissionais, havia um fundo de opiniões comuns, uma constelação de crenças, valores e técnicas interiorizadas durante o processo de formação, às quais designaremos de *doxa clínica e higienista*. Ao compartilharem com os colegas europeus uma noção de doença inextricavelmente ligada ao meio ambiente, eles reivindicavam uma concepção particularista, em termos territoriais e climático-telúricos, do conhecimento médico. Contraditoriamente, essa irredutibilidade do saber médico local baseava-se no pressuposto da universalidade dos princípios da anatomia, da química, da física ou da fisiologia. Esse saber médico, que corroborava uma patologia ambientalista, aparecia como inscrito na natureza das coisas, isto é, como o limite imposto de qualquer reflexão sobre etiologia ou patogenia. Era com base na detenção especial desse saber abstrato que esse grupo social pleiteava uma jurisdição formal e exclusiva sobre a formação e o exercício da medicina em bases territoriais, confrontando-se tanto com o saber médico gerado em outras regiões, quanto com outras categorias de curadores aos quais denominariam charlatães.

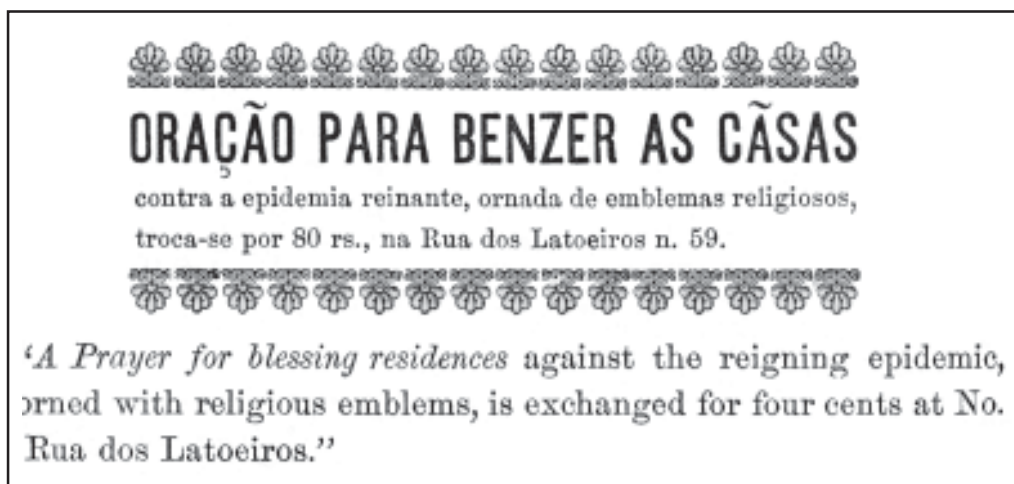
No período que estamos estudando, a produção e o controle de conhecimentos sobre diagnóstico e terapêutica, profilaxia ou



etiologia das doenças seguiam formas estritas de controle profissional. Portanto, o que credenciava uma opinião ou testemunho era a habilidade em atuar de acordo com os protocolos científicos em vigor, isto é, conforme certas regras de “etiqueta científica”. Essas regras, definidas inicialmente no âmbito da anatomoclínica e da higiene, tinham como suporte um paradigma médico climatológico, uma epistemologia sensualista e uma visão antropológica que incorporava o físico e o moral.<sup>11</sup> Foi em torno dessas regras que se desenvolveu grande parte das controvérsias científicas. Elas também definiam as condições da prova e, portanto, serviam como critério epistemológico para julgar os veredictos médicos.

Ao contrário do que veio a se afirmar já em fins do século XIX, isto é, em plena vigência do paradigma médico pastoriano, a relação homem–doença–clima era uma equação teoricamente

muito complexa e sofisticada do ponto de vista do debate metodológico. Às controvérsias científicas da época não faltava base empírica. Com a maior precisão que a estatística médica emprestou aos trabalhos de topografia médica, e com a disseminação do protocolo anatomoclínico, cada um destes termos perderia estabilidade semântica. Poligenistas e monogenistas discordavam sobre a unidade da espécie humana, mas mesmos entre os monogenistas variava boa parte dos atributos que imputavam às raças. A etiologia das doenças endêmicas e epidêmicas tornou-se objeto de infindáveis querelas no campo da climatologia médica. A noção de clima tropical, como configuração meteorológica estável e válida para a imensa região do globo compreendida entre os trópicos, foi sendo paulatinamente redefinida. E os médicos brasileiros contribuíram decisivamente no desenrolar desse debate internacional.<sup>12</sup>



Reprodução de anúncio de jornal em que se oferecia  
o serviço de orações para benzer as casas contra epidemias

## A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA MEDICINA ACADÊMICA

A organização profissional e a regulamentação do ensino da medicina no Brasil, como atividade diversa da praticada por barbeiros, sangradores, práticos e curandeiros, começou apenas no século XIX, com a chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, o príncipe regente criou dois cursos de cirurgia e anatomia nos hospitais militares de Salvador e Rio de Janeiro (1808), pondo término à era dos físicos e cirurgiões formados exclusivamente na Europa. Iniciava-se, assim, uma forte tradição clínica marcada pela figura do médico de família que atuava, ora como clínico, ora como cirurgião, ora como conselheiro higienista. Em 1832, as Academias Médico-cirúrgicas foram transformadas em Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. O mesmo decreto instituiu os cursos de medicina, de farmácia e de partos. O figurino das novas faculdades seguia o modelo francês, conforme orientação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1929, e embrião da Academia Imperial de Medicina, oficializada em 1835.

Quando a Sociedade de Medicina foi criada, a higiene e a anatomoclínica passaram a dispor de uma trincheira estrategicamente orientada para enfraquecer a influência dos antigos cirurgiões portugueses e daqueles formados nas escolas médico-cirúrgicas da Corte e da Bahia. Nes-

se contexto, a anatomoclínica era praticamente toda a medicina, já que a fisiologia experimental de Claude Bernard (1813-1878) e a patologia celular de Rudolph Virchow (1821-1902), que viriam a produzir uma medicina de laboratório, em oposição à medicina hospitalar, eram disciplinas periféricas à prática médica e estavam apenas se esboçando no horizonte da clínica.<sup>13</sup> Nesse período, marcado pela crença da dependência da patologia e da terapêutica médicas aos fatores climático-telúricos circunscritos ao meio ambiente, a rejeição da herança colonial da Fisicatura-mor e do legado de informações médicas, mais ou menos impressionistas, descritas pelos viajantes naturalistas, impôs-se como pré-condição à afirmação do novo *ethos* profissional. Em torno da Academia de Medicina, uma parcela da elite médica empenhou-se na produção de um conhecimento original sobre a patologia brasileira.

Desde sua criação, até meados do século, a Academia conseguiria monopolizar duas importantes tarefas: ao mesmo tempo que se impusera como instrumento da política imperial da saúde pública, tornara-se o principal árbitro das inovações médico-científicas, contribuindo tanto para sancionar novas tecnologias em diagnóstico e terapêutica quanto novos conceitos e teorias estritamente voltados para o conhecimento da patologia brasileira. Tal como a Academia de Medicina de Paris, que lhe servira como figurino, ela oferecia prêmios em competições

anuais, coletava e examinava informações epidemiológicas, administrava a vacinação antivariólica, auxiliando o governo em matéria de educação médica, polícia higienista e saúde pública. A comparação entre as duas pode ser estendida a alguns de seus êxitos e fracassos: nas duas instituições, a produção, coordenação e arbitragem de um conhecimento médico orientado para a saúde pública resultou na organização da profissão médica em bases territoriais – bem mais precária no caso brasileiro – visando constituir uma rede de informações e coletas, cujo conjunto deveria ser processado, analisado e eventualmente aplicado pelos acadêmicos. Consolidavam-se, desse modo, as desigualdades regionais em benefício das elites médicas da capital, beneficiárias diretas de sua proximidade com as fontes de poder estatal; ambas, por outro lado, saíam igualmente derrotadas em suas pretensões de centralizar em suas mãos o poder de polícia no campo da saúde.

Um corpo de modestos peritos seria útil ao governo, enquanto outro, com excessivas pretensões administrativas, poderia se tornar um embaraço político. Os acadêmicos, aqui e lá, queriam poderes administrativos, mas só obtiveram um papel consultivo. A criação de uma Junta Central de Higiene Pública, em 1850, não representou o ápice do poder político dos higienistas brasileiros, como querem alguns historiadores. Além de esvaziar o poder da Academia Imperial de Medici-

na, a criação daquele órgão subordinou as ações oficiais no campo da saúde pública e polícia médica à pauta política e administrativa mais geral, o que gerou queixas e lamúrias por parte de acadêmicos e da imprensa médica independente, na Corte e na Bahia,<sup>14</sup> que ecoaram até as reformas do ensino médico e da legislação sanitária, na década de 1880.

Nos trabalhos dos acadêmicos, publicados no *Propagador das Ciências Médicas*, no *Diário de Saúde*, no *Semanário de Saúde Pública* e na *Revista Médica Fluminense* – os dois últimos, órgãos da AIM – destacava-se, como morbidade dominante da patologia nacional, a febre palustre. Essa convicção era fundada cientificamente, segundo as regras de produção de fatos e teorias compartilhadas no contexto da experiência sociocognitiva da medicina anatomoclínica e do paradigma ambientalista. Tal epistemologia pressupunha a existência de instituições, como a Academia de Medicina, que regulavam uma prática coletiva, territorialmente delimitada, na coleta de registros de observações clínicas que compreendiam a descrição de diagnósticos, etiologias e terapêuticas utilizadas, e do exame anatomopatológico pós-morte. Tal regime de produção de fatos médico-científicos pressupunha o compromisso da corporação médica local na produção de um conhecimento necessariamente restrito à sua própria jurisdição ambiental.

Outras endemias constatadas por aquele corpo de profissionais seriam o reumatis-

mo, a erisipela, o piã, a hidrocele, a lepra, as hemorróidas, a hipoemia intertropical, a elefantíase dos árabes, a hemato-chyluria. Ao lado dessas endemias, algumas epidemias tinham orientado os debates nas suas sessões semanais: a gripe, a sífilis, as bexigas, as doenças do fígado, do coração e da pele, o sarampo, a escarlatina, as febres tifóides, o tétano e o escorbuto. A avaliação dos acadêmicos, na primeira metade do oitocentos, era a de que o país ostentava uma boa condição de salubridade.<sup>15</sup>

Querendo impor o monopólio da interlocução sobre os problemas médicos nacionais diante do governo imperial e dos centros médico-científicos europeus, a Academia esforçou-se em cumprir a tarefa de traduzir e atualizar a pauta higienista e anatomoclínica europeia contemporânea, o que a tornaria intérprete legi-

tima da patologia brasileira. Diante das questões consagradas pela geografia médica<sup>16</sup> naquela quadra, os médicos brasileiros apresentaram respostas originais, algumas das quais se opunham a velhos estigmas raciais e climáticos. Além disso, produziram uma avaliação positiva a respeito da patologia nacional, onde não teriam direito de domicílio algumas das mais temidas enfermidades, como a febre amarela, a peste e o cólera.

Algumas dessas soluções originais foram coligidas pelo médico e acadêmico Xavier Sigaud, em seu livro *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cette Empire*, publicado em Paris, em 1844. Os acadêmicos imputavam ao calor e à umidade um papel preponderante, dentre os fatores climático-telúricos na patologia nacional, descrevendo sua ação direta ou indireta – produção de miasmas



Hospital d. Pedro II, no Rio de Janeiro

– na economia humana (patogenia) e formas possíveis de evitar sua ação deletéria (profilaxia). Entretanto, de acordo com o consenso médico de então, na composição dos estados mórbidos, os fatores morbi-  
genos decisivos seriam ligados aos hábitos higiênicos. Assim, os “primeiros agentes da mortalidade” no Brasil seriam o “regime alimentar” e o abuso do “ato venéreo”. Uma postura saudável centrada na exclusão dessas causas predisponentes redundaria em uma atenuação dos efeitos das principais causas climáticas excitantes: o calor, a umidade e os miasmas.<sup>17</sup> Os acadêmicos também apresentaram uma avaliação generosa sobre o problema da aclimação, ligada conjunturalmente à grave questão da imigração europeia, apon-  
tada por eminências políticas como a solução alternativa ao fim do tráfico negreiro imposto pela Inglaterra.<sup>18</sup> E fizeram-no, condenando certos hábitos europeus importados indiscriminadamente.

A apresentação de um receituário higiênico adaptado às novas condições climáticas, visando a um ajuste saudável, deve ser interpretada como um trunfo a ser creditado aos médicos nacionais, em seu esforço de revisão dos tratados europeus de patologia e higiene, e criação de uma cultura médica local. Desse modo, tanto o trabalho de revisão teórica, ligado ao rebaixamento do papel dos agentes meteorológicos e dos temperamentos na hierarquia da produção de doenças, em benefício dos hábitos, quanto a interpretação desses mesmos hábitos seculares,

tais como os “banhos frios”, as “bebidas alcoólicas”, o “uso do leite”, a “tendência de se seguir a moda de Paris ou de Londres, contrária à *sã* higiene”, espelhariam o esforço de adaptação da cultura médica nacional face à irredutibilidade da patologia brasileira.<sup>19</sup>

Mencionaremos, por fim, um último exemplo de originalidade dos médicos brasileiros da primeira metade do oitocentos diante de crenças científicas consagradas pela medicina europeia. Contrariando a opinião de alguns confrades europeus, que atribuiriam à “mistura das raças” a produção de novas doenças inexistentes na patologia europeia, a AIM asseverava que “as doenças que cada uma das raças trouxe ao país não teriam degenerado pela transmissão às outras raças”. Seriam idênticas ao que eram três séculos antes “o *piã*, importado da África, a sífilis dos indígenas e a varíola da Europa”. Apenas à “natureza das localidades” e ao “regime das populações” poderia ser imputado “o segredo patológico do país”.<sup>20</sup> Lembremos, porém, que boa parte dessas crenças científicas não era consensual, sendo objeto de renhidas disputas entre os acadêmicos.

Embora polêmica em alguns pontos, a descrição da carta nosológica do Império consistiu em um feito espetacular da Academia, que ao aclimatar o conhecimento médico europeu a partir de um núcleo de disciplinas médicas universais às condições climático-telúricas brasileiras, tornou-se sua fiadora e controladora, praticamente monopolizando a interlo-

cução com as instituições médicas centrais até meados do século XIX.

Entretanto, três acontecimentos iriam pôr em risco o lugar social que a AIM conquistara ainda em seu primeiro quarto de século de existência. Primeiramente, a inesperada irrupção de duas das mais temidas epidemias conhecidas: a partir de 1849, a capital do Império e outras importantes cidades litorâneas foram acometidas de surtos de febre amarela e cólera. A febre amarela, cuja última aparição ocorrera no século XVII, se transformaria em curto espaço de tempo na principal questão de saúde pública no Brasil.<sup>21</sup> Tal fato, decisivo na mudança do perfil de salubridade descrito por Sigaud, também contribuiu para a criação da Junta Central de Higiene Pública – o segundo evento – que deslocaria a Academia do papel central que até então representara para a saúde pública. A Junta permitiu conter as pretensões administrativas da Academia, tornando-se subserviente às diretrizes governamentais no período de maior centralização política do Império, que se seguiu à curta experiência liberal das regências (1831-1840). O terceiro acontecimento se refere ao deslocamento epistemológico operado pela medicina experimental, que resultou no aparecimento de sociedades e periódicos médicos concorrentes, a partir da década de 1860. Estes novos circuitos de legitimação científica iriam romper com o monopólio até então desfrutado pelos periódicos médicos oficiais da Academia de

Medicina. Na Bahia e no Rio de Janeiro, o periodismo médico permitiria o incremento do intercâmbio científico e a consolidação de uma pauta de pesquisas voltada principalmente ao conhecimento da matéria médica (fitoterapia), patologia e terapêutica nacionais, estimulando e dirigindo as incipientes iniciativas individuais de pesquisa médica, e criando condições para a legitimação dos novos ramos disciplinares reivindicados pelos reformadores do ensino médico. Além da *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1915), podemos considerar como relevantes no trabalho de emulação científica, segundo os moldes da época, os seguintes periódicos da Corte: a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* (1862-1864), a *Revista Médica do Rio de Janeiro* (1873-1879), os *Archivos de Medicina* (1874), o *Progresso Médico* (1876-1880), a *União Médica* (1881-1889), a *Gazeta Médica Brasileira* (1882) e o *Brazil Médico* (1887-1964).<sup>22</sup>

A partir da década de 1870 ocorreria uma inflexão no programa de pesquisa médica agora capitaneado pelos periódicos acima referidos. As novas elites profissionais passaram a perseguir *pari passu* o movimento de reforma institucional que, sob o impacto das dinâmicas de pesquisas experimentais, subvertiam a hierarquia médica encimada pela clínica e pela higiene. A emergência das disciplinas que cabiam no rótulo de medicina experimental e as novas especialidades clínicas tornaram imperativa uma reforma curricular que contemplasse a redefinição e amplia-



ção do antigo estoque de conhecimento. Convulsionado pela demanda por novos profissionais especialistas, o território acadêmico assistiria à fragmentação das antigas fronteiras jurisdicionais. Contudo, admitia-se que o saber a ser aplicado por médicos legistas, investigadores de matéria médica, toxicologistas, fisiologistas, patologistas, higienistas com sólida formação em estatística, além de todas as especialidades clínicas relacionadas com novos objetos como patologias específicas, áreas limitadas do organismo humano e determinadas faixas etárias, teria que ser adaptado aos problemas médicos nacionais. Como afirmou o parasitologista Júlio de Moura (1839-1892), um dos líderes desse movimento de reforma médica que resultaria em ampla reforma das instituições médicas oficiais, na década de 1880:

temos necessidade, fazendo aplicações dos meios experimentais, das luzes que recebemos com o desenvolvimento da arte, de estudar os males que nos afligem, segundo as modificações que lhes imprimem não só a topografia, como as influências climatéricas, os nossos usos e a índole especial de nossa raça.<sup>23</sup>

## CONCLUSÃO

**C**laro está que para a medicina pastoriana que faria triunfar, em fins do século XIX, a tese da etiologia específica, revogando toda a legitimidade da *démarche* climático-telúrica, tal programa de pesquisa nada tinha de científico. Não obstante, até a penúltima dé-

cada daquele século, ninguém apostaria em tal desfecho, e o historiador das ciências deve estar atento ao critério de cientificidade compartilhado por cada comunidade científica em seu contexto. O principal equívoco das abordagens judicativas em história das ciências tem sido assumir como único protocolo científico válido, aquele sancionado posteriormente pelas disciplinas vigen-tes. É preciso aceitar que aquilo que era considerado evidente para aqueles médicos seguia regras sociais de validação em conformidade com um regime de prova empírica controlado e sancionado coletivamente. A passagem desses fatos científicos à categoria de credices ou de mitos, em fins do século XIX, correspondeu a uma alteração das regras de produção de verdades, isto é, à mudança do *status* de certas práticas e dos grupos que as sustentavam, bem como a uma redefinição das hierarquias e valores socioprofissionais.<sup>24</sup>

O grande consenso empirista de então não era impermeável à crítica metódica, posto que não estava alheio às dificuldades que se impunham à observação e apreciação dos fatos. Fatos mal observados ou falsas relações causais, apenas supostas pela sucessão de eventos, levaram à ruína as mais sólidas teorias. O *post hoc ergo propter hoc*, risco epistemológico de matriz indutivista, denunciado por todos que se envolviam nos debates científicos, pairava como uma ameaça às mais consensuais teorias. A recusa aos sistemas médicos do século XVIII implicou um compromisso com uma versão de verdade muito mais precária. As elites mé-



dicas imperiais sabiam disso. Por isso mesmo, as diferentes representações expressas nas denominações correntes – “broussaístas”, “ecléticos”, “humoralistas”, “organicistas”, “contagionistas”, “anticontagionistas” –, atribuídas ou proclamadas por grupos e escolas médicas naquele período, não representavam necessariamente

fissuras ou rupturas, mas cristalizações de posições congruentes com o consenso primordial da *doxa clínica*. Apenas com a emergência das pesquisas helmintológicas e bacteriológicas se iniciaria o processo que levaria, ao cabo de renhidas lutas, à construção de uma nova ortodoxia paradigmática no alvorecer do período republicano.

## N

## O

## T

## A

## S

1. SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira II*. São Paulo: Edusp, 1991.
2. Uma avaliação pormenorizada desta questão historiográfica encontra-se em EDLER, Flávio Coelho. A medicina e as ciências naturais. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Augusto (orgs.). *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 97-122.
3. Benchimol, Ferreira, Chalhoub, Edler, Gabriela Sampaio, Beatriz Weber. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Do Pasteur dos micróbios ao Pasteur dos mosquitos: febre amarela no Rio de Janeiro, 1880-1903*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 1996; FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Santa Maria; Bauru: Ed. UFSM; Edusc, 1999; e SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
4. Sobre essa ponte, ver: FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominichi Miranda de (orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG; Ed. Fiocruz, 2008, p. 87-98; e SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil, 1895-1935*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.
5. Para uma discussão mais abrangente, ver: LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. Para a medicina, ver: WARNER, John Harley. Science in medicine. In: *Osiris*, Second Series, Chicago, v. 1, n. 1, p. 37-58, jan. 1985; PICKSTONE, John V. Ways of knowing: towards a historical sociology of science, technology and medicine. *BJHS*, Cambridge, v. 26, p. 433-458, dez. 1993.
6. Uma análise semelhante sobre o advento do modernismo no campo literário brasileiro encontra-se em HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAIS, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 289-305; GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
7. PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
8. *Estatutos da Universidade de Coimbra*: para a restauração das ciências e das artes liberais nestes reinos e domínios. Lisboa: Oficina Régia Tipográfica, 1772.
9. WILLIAMS, Elizabeth A. *The physical and the moral: anthropology, physiology and philosophical medicine in France, 1750-1850*. Nova York: Cambridge University Press, 1994.
10. EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

11. LÉCUYER, Bernard P. L'hygiène en France avant Pasteur. In: SALOMON-BAYET, Claire. *Pasteur et la révolution pastoriennne*. Paris: Payot, 1986, p. 65-139; e HANNAWAY, Caroline. Environment and miasmata. In: BYNUM, William F. e PORTER, Roy. *Companion encyclopedia of the history of medicine*. Londres: Routledge, 1993, p. 292-308.
12. EDLER, Flávio Coelho. *A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
13. Sobre o sentido epistêmico e social da emergência da medicina laboratorial, ver o trabalho clássico de ACKERKNECHT, Erwin H. *La médecine hospitalière à Paris*. Paris: Payot, 1986; e WARNER, John Harley. The fall and rise of professional mystery: epistemology, authority and the emergence of laboratory medicine in nineteenth-century America. In: CUNNINGHAM, Andrew e WILLIAMS, Perry. *The laboratory revolution in medicine*. Nova York: Cambridge University Press, 1992, p. 110-141.
14. Sobre a Academia de Medicina de Paris, ver WEISZ, George. *The medical mandarins: the French Academy of Medicine in the nineteenth and early twentieth centuries*. Nova York: Oxford University Press, 1995, p. 14-20. Sobre a Academia Imperial de Medicina, baseamos em EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*, op. cit., p. 90-100; e FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento, p. 93-107, 2004.
15. Sobre o papel da Academia de Medicina na produção e arbitragem de conhecimento científico, ver EDLER, Flávio Coelho. *A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*, op. cit., p. 130-144.
16. A geografia médica era uma disciplina que pretendia conter os conhecimentos patológicos de todo o globo terrestre. Seus mais influentes representantes eram médicos franceses, ingleses e alemães, geralmente ligados à administração colonial.
17. SIGAUD, Joseph François Xavier. *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cette Empire*. Paris: Fortin, Mason et C., 1844, p. 59 e 94.
18. Sobre as posições teóricas em torno do aclimatação, no Rio de Janeiro, ver CHALHOUB, Sidney, op. cit., p. 78-96. Avaliações otimistas sobre a aclimação dos europeus no Brasil encontram-se em SIGAUD, Joseph François Xavier, op. cit., p. 100; CUNHA, José Ferreira da. *Da atmosfera: de suas ações mecânicas e físicas, quer no estado fisiológico quer patológico dos seres vivos, que influência exerce sobre a quantidade e qualidade dos alimentos em diferentes latitudes*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1837; COSTA, José Caetano da. *Aclimatação*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1858; e BOTELHO, Joaquim Antônio de Oliveira. *O aclimatação dos europeus nos países quentes e o seu emprego na agricultura como colonos será compatível com a conservação da vida e da saúde?* Tese apresentada para o concurso de opositor em ciências médicas perante a Faculdade de Medicina da Bahia, 1857.
19. SIGAUD, Joseph François Xavier, op. cit., p. 100.
20. Idem, ibidem, p. 157.
21. A febre amarela reapareceu no Brasil em 1849, e a epidemia de cólera começou em 1855. Sobre a febre amarela ver os trabalhos de BENCHIMOL, Jaime Larry, op. cit.; CHALHOUB, Sidney, op. cit.; e GONÇALVES, Monique de Siqueira. "A morte anunciada": o papel da imprensa durante a epidemia de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro em 1850. *Revista Dia-Logos*, Rio de Janeiro, p. 12-23, 2004.
22. EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*, op. cit., p. 168-184.
23. MOURA, Júlio de. Editorial. *Revista Médica do Rio de Janeiro*, p. 53, 10 out. 1973.
24. Sobre esse tema consultar ARNOLD, David. Introduction: tropical medicine before Manson. In: ARNOLD, David (org.). *Warm climates and Western medicine: the emergence of tropical medicine, 1500-1900*. Amsterdam; Atlanta: Rodopi, 1996, p. 1-19. (Clio Medica 35 The Wellcome Institute Series in the History of Medicine).

---

Recebido em 2/2/2009  
Aprovado em 13/2/2009

**Heloisa Maria Bertol Domingues**

Doutora em História Social pela USP.

Pesquisadora titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

# O Homem, as Ciências Naturais e o Brasil no Século XIX

A autora analisa o papel do conhecimento científico para a formação política, econômica e social durante o período do Império no Brasil.

Com base nos textos de naturalistas do século XIX, são discutidos conceitos como civilização e barbárie, temas centrais para as ciências naturais e o estudo sobre o Novo Mundo.

*Palavras-chave: ciências naturais; conhecimento científico; naturalistas.*



The author analyses the role of scientific knowledge for the social, economic and political formation of the Brazilian state during the imperial period.

Based on texts produced by naturalists in the 19<sup>th</sup> century, the author discusses concepts such as civilization and barbarism, central for the natural sciences and the studies about the New World.

*Keywords: natural sciences; scientific knowledge; naturalists.*

No século XIX, o conhecimento da natureza confundiu-se à faina da exploração econômica dos recursos naturais. Com relação ao Brasil, a história das ciências tem sublinhado que, à época do Império, as ciências naturais foram subsídio dos seus es-

quemas de formação política, econômica e social. A conquista ou a dominação do espaço físico e o consequente conhecimento da natureza, que permitiu a exploração e o cultivo dos recursos naturais, resultaram de uma vontade política e, principalmente, dos conhecimentos ad-

quiridos com as viagens empreendidas pelos naturalistas, que visavam o desbravamento do interior ainda desconhecido. Como se revelaram os habitantes desse interior para aqueles estudiosos da natureza?

O homem do mundo colonizado, para as ciências do século XIX, foi um “objeto natural”, uma continuidade da natureza. Ao mesmo tempo, representou a barbárie, no contraste com a civilização. Civilização, palavra que se tornou corrente no curso do século XIX, na esteira do pensamento iluminista, significou o triunfo da razão não somente no domínio constitucional ou político, mas no moral, no religioso e no intelectual.<sup>1</sup> Imbricados naquele contexto de ideias, desenvolveram-se os diferentes ramos das ciências naturais, que interpretavam o homem como um objeto natural e tomaram os nativos do Novo Mundo, incluindo-se aí os brasileiros, como objetos de pesquisa.

O contexto político e econômico era o do capitalismo, ainda em formação, para o qual a natureza foi, indissociadamente, campo de exploração econômica de produtos naturais e o mais importante laboratório científico. Na verdade, exploração político-econômica e ciências se confundiam, a tal ponto que intelectuais como Michel Foucault chegaram a dizer que, no século XIX, a ideologia política se legitimava pelo mundo natural, e as ciências naturais legitimavam a ordem social.<sup>2</sup> Para Foucault, a prática da classificação das espécies acabou por dar uma ordem à natureza que se traduziu tam-

bém em ordem social. Foi nessa ordem de ideias que a noção de civilização, por oposição à de barbárie, tornou-se corrente. História e história natural se confundiam quando olhadas através da noção de civilização, que definia o sentido e a continuidade do homem e da sociedade, interpretados numa linha lenta e gradativa de refinamento e educação.<sup>3</sup>

Do ponto de vista da prática das ciências naturais, “o crescimento contínuo do número de espécies conhecidas andou de par com a expansão colonial, com as viagens naturalistas e com o concomitante vai-e-vem das espécies animais, vegetais e minerais, isto é, com o intenso movimento de troca das espécies” que se estabeleceu no mundo.<sup>4</sup> O Brasil esteve inserido neste movimento, pelo menos desde o final do período político colonial, quando entraram em prática as reformas pombalinas (1750), de laicização do pensamento.<sup>5</sup> Tais reformas, pode-se dizer, foram tão ou mais impactantes do que a chegada da Corte. O iluminismo de Pombal, ao mesmo tempo em que operou um conceito de natureza calcado no utilitarismo, expulsou os jesuítas, redefiniu o papel do Estado e “elegeu o saber científico em oposição ao dogma”.<sup>6</sup> A noção de civilização começava a ganhar forma epistemológica, o que orientou as ciências naturais por um esquema de pensamento que divide homem e natureza, que separa o corpo do meio ambiente, analisando um e outro como excludentes.

Em relação aos homens, a legislação de Pombal criou uma espécie de divisão étnica. De

certa forma, protegeu os índios, tirando-lhes da condição de “escravo natural”, impedindo de considerá-los “negros”, que eram sinônimo de escravos.<sup>7</sup> Os índios foram então encarados como potencial de mão de obra livre, pois naquele pensamento a liberdade era uma expressão da civilização.<sup>8</sup>

A mudança da Corte para o Brasil acelerou a aplicação dos objetivos da política pombalina no país e, com isto, também o interesse pelo conhecimento da natureza, com o objetivo de desenvolver a agricultura.

Não por acaso, entre as primeiras iniciativas de d. João VI, ao chegar ao Brasil, encontram-se a criação do Jardim Botânico na Corte (1808) e, poucos anos depois da elevação do Brasil a Reino Unido, a criação do Museu Nacional (1818). A agricultura tornou-se a base da economia, o que propiciou a institucionalização das ciências naturais.<sup>9</sup> Esta base econômica, que dominou durante o século XIX, se manteve até o século XX.

Após a independência, em 1822, a natureza brasileira deixou de ser apenas um



Desenho de plantas da flora brasileira em obra de Karl Friedrich Philipp von Martius

objeto econômico para se transformar em símbolo da nação (uma nação que adentrava no mundo capitalista dos Estados nacionais, românticos). Riquezas naturais se confundiram à imagem identitária do país, e as viagens de reconhecimento do interior se multiplicaram, apoiadas tanto pelo governo como pelas instituições científicas, e também com o patrocínio das sociedades científicas, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825) e, principalmente, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Nessa época, o Brasil viveu a passagem da colonização política à colonização do meio natural, com tudo o que nele se incluía, mesmo os homens. As ciências naturais estavam na base dessa colonização do espaço natural.<sup>10</sup>

Nos museus de história natural, as ciências que tratavam dos homens dividiram-se basicamente em duas vertentes: a etnografia e a antropologia. Ou seriam três? Incluída nesta última encontrava-se a arqueologia, que mais tarde ganhou autonomia como ciência que estuda os “restos” culturais, mas primordialmente buscava a origem dos homens.

#### O BÁRBARO CONHECEDOR DA NATUREZA

**N**a primeira metade do século XIX, dominavam nas ciências naturais os conhecimentos botânicos, e os trabalhos de classificação de plantas apresentavam um item sobre o seu “uso popular”, isto é, incluíam o “co-

nhecimento tradicional” como parte do estudo científico moderno. Um grande número de palavras indígenas foi incorporado ao léxico botânico nesta época, evidenciando o que Michel Paty chamou de “ciência mestiça”, pois a descoberta científica se fazia num processo de troca de conhecimentos, não acontecendo numa via de mão única.<sup>11</sup> Os naturalistas faziam a coleta de dados sobre os usos e costumes dos homens do Novo Mundo e, deste modo, desenvolveram a etnografia, ao mesmo tempo em que legitimavam a colonização do espaço físico.

O processo de colonização interno do Brasil se concretizou com as expedições naturalistas, que não foram poucas nos idos do oitocentos.<sup>12</sup> O movimento de exploração científica e econômica do interior, que se traduzia naquelas expedições, pode ser visto como expressão do que Maria Odila da Silva Dias chamou de processo de enraizamento da metrópole na colônia ou de interiorização da metrópole.<sup>13</sup> O método de expansão para o interior do Brasil foi um processo de “recolonização” corroborado pela prática das ciências, e é nesse sentido que se pode dizer que as ciências foram legitimadoras da ordem social.

Na verdade, foi fortíssima a carga política das expedições naturalistas, pois elas faziam circular conhecimentos científicos internacionais e objetos científicos “nacionais”. Sem dúvida, as expedições científicas do século XIX foram, ao mesmo tempo, prática científica e uma re-



apresentação concreta do processo político e econômico de expansão colonial e imperialista.

Nesse processo, que foi também o de construção dos Estados-nação, as expedições serviam ao reconhecimento e à “conquista” do interior, cujos recursos naturais deviam ainda ser estudados e mapeados. Foi o século XIX um período de expansão para o interior, conforme salientou Caio Prado Júnior.<sup>14</sup> O Brasil empreendia no seu próprio território a mesma política de conquista realizada pelos europeus sobre os seus domínios ou sobre os mercados onde pudessem penetrar e, nesse sentido, não estava em oposição àquele processo de expansão; ao contrário, estava inserido nele. A investida para o interior se intensificou na segunda metade do século XIX. Ao se pensar que, por voluntarismo político, até mesmo as expedições estrangeiras contavam com o apoio do governo, pode-se dizer que a inserção do Brasil na ordem internacional de dominação do espaço, apoiada nas ciências, era total. Deve-se lembrar que o imperador, apenas enquanto um incentivador das ciências naturais, chegou a ser membro estrangeiro da Academia de Ciências de Paris.

Assim fica fácil entender por que os homens que viviam nesse espaço foram transformados, como as plantas e os demais animais, em objetos dos museus e das ciências da natureza. Resultou daí que os índios foram expropriados dos

seus objetos do dia a dia – vestimentas e adornos que serviam a rituais, armas, instrumentos de caça e pesca, de cozinha e conhecimentos – e sofreram um drástico golpe cultural, do qual a maioria nunca se recuperou. Os seus objetos de uso tornaram-se objetos da ciência etnográfica, e os seus conhecimentos botânicos, geográficos ou zoológicos foram incorporados a outras áreas científicas, como a química ou a botânica propriamente dita, ou até hoje constituem objeto destes estudos.

No Brasil, as mesmas divisões científicas para o estudo do homem eram operadas. Em 1842, foi criada no Museu Nacional a Seção de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas, o que instituiu a etnografia.<sup>15</sup> Na esteira dos conhecimentos coletados nas viagens pelo interior, o museu empreendeu um enorme processo de troca de plantas e informações com inúmeras instituições científicas do mundo.<sup>16</sup>

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado, em 1838, para “fazer” a história do Brasil, foi instituída, em 1847, a Seção de Arqueologia e Etnografia Indígena, ao lado das seções de História e Geografia. Inserido na política de recolonização do país, o IHGB entrava na corrida pela busca da origem dos brasileiros, mas também empreendia viagens ao interior, atuando decisivamente na conquista do espaço físico. No IHGB, desde muito cedo, surgiu a preocupação com



a iminência do fim da escravidão, e seus sócios discutiram, bem como atuaram, no sentido de tornar os índios mão de obra para a agricultura.<sup>17</sup> É por esta via política que se pode entender a criação da Seção de Arqueologia e Etnografia daquela instituição.<sup>18</sup>

#### O HOMEM COMO UM CAPÍTULO DA ZOOLOGIA

Diferentemente da etnografia, a antropologia foi uma ciência de médicos, realizada em laboratório, e, embora trabalhasse com material coletado em expedições naturalistas, definia-se por métodos específicos, de medição de ossos fósseis e análise de esqueletos. Ossos fósseis encontrados no Brasil subsidiaram os trabalhos das sociedades antropológicas europeias: na França, os de Paul Broca, criador da Sociedade de Antropologia, em 1859, e mais tarde os de Quatrefages de Bréau; na Alemanha, os de Rudolf Virchow. A todos esses d. Pedro II enviava material ósseo para análise.<sup>19</sup> No Brasil estes trabalhos foram desenvolvidos inicialmente na Seção de Zoologia e Antropologia do Museu Nacional, por João Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto, que, medindo crânios, buscaram definir o grau de inteligência dos índios.<sup>20</sup>

Oficialmente, a antropologia foi introduzida no Museu Nacional pelo regulamento de 1876, que objetivava dar maior cientificidade à instituição. Relegando a Seção de Etnografia e Arqueologia à seção ane-

xa, como se viu acima, aquele regulamento criava, como a Primeira Seção do Museu, a de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal. Operava-se concretamente a divisão das “duas ciências” – etnografia e antropologia<sup>21</sup> – e instituía-se a antropologia como parte da zoologia.

Sem dúvida, a antropologia se inaugurava como um capítulo da zoologia, o que, concretamente, foi representado no livro *Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud – de Rio de Janeiro a Lima et de Lima au Para*, de Francis de Castelnau.<sup>22</sup> O livro se compõe de vários volumes, o sétimo, sobre *Zoologia*, inclui um capítulo chamado “Anthropologie”, em que são analisados exatamente crânios. A viagem realizou-se em 1843.

Os trabalhos de Lacerda e Peixoto, na Seção de Zoologia do Museu Nacional, onde os estudos de antropologia começaram, se filiavam à mesma tradição antropológica de Castelnau. João Batista de Lacerda, adepto desta escola de pensamento e chefe da seção respectiva do Museu Nacional do Rio de Janeiro, é até hoje considerado zoólogo e antropólogo.

A antropologia incluía ainda a arqueologia, especialidade importante num contexto intelectual em que a antiguidade do homem era sinônimo de cultura “civilizada”. Em 1859, chamou a atenção Castro Faria, Boucher de Perthes proclamou a antiguidade do homem, o que Lund já afirmara sobre o homem de Lagoa Santa, Minas Gerais, ainda nos anos 1840. No mesmo

ano, em Paris, foi criada a Sociedade de Antropologia, por Paul Brocca, cuja base era a pesquisa arqueológica.<sup>23</sup> Note-se que este mesmo ano foi o da publicação de *A origem das espécies* por Charles Darwin e o da organização, no Brasil, da Comissão Científica para estudar o norte do país, onde a Seção de Antropologia despontou chefiada por Gonçalves Dias.

A Seção de Antropologia da Comissão Científica Brasileira trabalhou o homem sob o duplo enfoque, da etnografia e da antropologia. As Instruções da Seção diziam que a antropologia, com o objetivo de estudar a vida indígena, deveria “determinar os elementos que a distinguiam como raça humana, observando a sua organização, o seu caráter intelectual e moral, as suas línguas e tradições históricas, a fim de assentar em suas verdadeiras bases a ciência da etnologia”.<sup>24</sup> As mesmas Instruções diziam que deveriam ser feitas observações apuradas sobre a vida dos índios, pois poderiam render informações sobre “sua agricultura, o modo porque a fazem, as plantas mais usuais da sua nutrição, as farinhas e as bebidas que delas tiram, a qualidade em que são usadas, os meios que empregam na criação dos quadrúpedes e aves, que os seguem por toda parte”.<sup>25</sup> Ou seja, davam grande importância aos conhecimentos tradicionais que a etnografia corroboraria.

Os organizadores da Comissão Científica não esconderam, além disso, que esses estudos eram importantes porque “o homem genuinamente americano pode ser

chamado a compartilhar da civilização, e voluntariamente prestar-se à comunhão brasileira, se fossem empregados os meios consentâneos com sua índole e constituição fisiológica”, conforme as Instruções da Seção de Etnologia.

Pode-se dizer que, *grosso modo*, de um lado, a etnografia estudava os “usos e costumes” dos índios, e, de outro, a antropologia buscava distingui-los como “raça humana”. Nas últimas décadas do século XIX, a antropologia dominava as ciências sobre os homens, mas a preocupação em distingui-los dos animais passou a fazer parte dos trabalhos dos naturalistas e isto era buscado tanto nos “restos mortos” quanto nos corpos vivos.

Louis Agassiz, na sua viagem pelo Brasil, nos anos 60 do século XIX, preocupou-se apenas com os índios que encontrou, não com os “restos” arqueológicos, e diferenciou homens e animais. Na sua viagem pela Amazônia, espantado com a diversificação das espécies, ponderou que a mistura das raças humanas que se cruzavam na região amazônica muito o havia interessado, pois “as raças” comportavam-se, umas em relação às outras, como espécies distintas. Segundo ele, os mestiços que nascem do cruzamento de homens de raças diferentes são sempre uma mistura dos dois tipos primitivos, e nunca a reprodução simples dos caracteres de um ou outro dos progenitores, como se dá com as raças dos animais domésticos.<sup>26</sup> Agassiz comentou no seu diário de viagem que fotografou

**A**

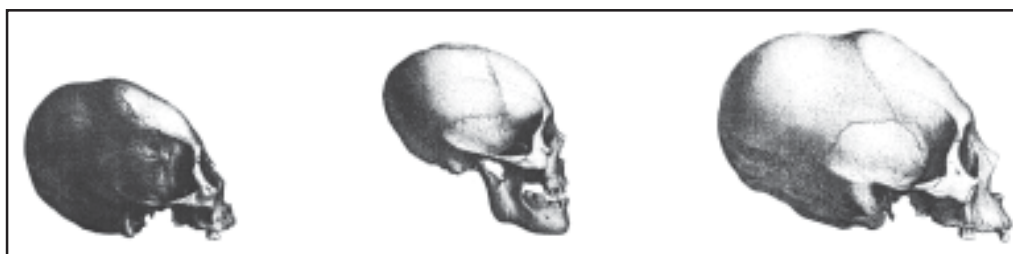
os vários tipos de homens que pôde encontrar, os quais ele distinguia como “raças” diferentes.

Charles Hartt, geólogo que acompanhou Agassiz e permaneceu no Brasil, interpretou os índios nas suas diversas manifestações culturais, mas também buscou entender o lado antropológico. Os restos de crânios que encontrou, mandou para análise nos Estados Unidos. Enviou a Jeffries Wyman, em Cambridge, Massachusetts, um crânio de Botocudo encontrado em São Mateus, e, entre outros resultados, utilizando-se dos parâmetros de Morton e Blumenbach, concluiu que apresentava todas as particularidades próprias do homem, porém, disse: “no aspecto geral aproxima-se mais do orangotango do que qualquer outro de uma nação bárbara” da sua coleção. Blumenbach havia feito a descrição do crânio de um nativo do Brasil para o livro de von Neuwied, *Reise nach Brasilien*, que se tornou clássica como a descrição de um bárbaro. Wyman, nas suas observações, comentou que o crânio de São Mateus era completamente diferente do crânio descrito por Blumenbach, e que se apenas aquelas

**C**

duas descrições fossem conhecidas, um seria considerado o elo que liga o homem ao macaco.<sup>27</sup> Não questionou a sua hominidade, porém, comparou-os geograficamente e os classificou numa escala de menor para maior capacidade intelectual.

No Museu Nacional, nas primeiras décadas do século XX, a antropologia se transformou e se proclamou uma ciência dedicada “ao estudo completo da espécie humana, nos seus aspectos biológicos, sociais e morais”, seguindo principalmente os preceitos do positivismo de Auguste Comte.<sup>28</sup> Nessa nova época, para os antropólogos do Museu Nacional Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, conforme observou Adriana Keuller, a antropologia seria uma “biosociologia humana”.<sup>29</sup> Aqueles antropólogos proclamavam a “ação do homem sobre o ambiente e a sociedade”, e sua sujeição a esta se devia mais a contingências sociais do que naturais, que podiam ser superadas politicamente. Eles rompiam então com os esquemas de pensamento do século XIX. Porém, esta ruptura não se faria sentir se não muito mais tarde, ou muito recentemente.

**E**

**Desenhos de crânios humanos, tema de estudo da antropologia física, em obra de Francis de Castelnau**

DE BARBÁRIE A CIVILIZAÇÃO:  
O SENTIDO DA HISTÓRIA

A oposição barbárie e civilização foi o fio da história e um dos mais marcantes traços do pensamento iluminista. A noção de civilização, resultado do contraste cultural entre o Velho e o Novo Mundo, reunia princípios científicos das ciências naturais e operava sob o antropocentrismo e a ideia de progresso humano e material. Vendo os homens sob polos opostos, bárbaros, selvagens e civilizados, a palavra se impôs como uma categoria que designava o desenvolvimento da realidade humana segundo uma perspectiva histórica.<sup>30</sup> De um lado, a etnografia forneceu subsídios para classificar os homens de acordo com seus costumes, modos de vida e manifestações culturais, como a moral, a religião, as relações sexuais, materiais e familiares. De outro, os restos arqueológicos das culturas indígenas e os fósseis que foram encaminhados aos laboratórios de antropologia abriram o capítulo do homem na zoologia e deram, além disso, fundamento à geologia, permitindo datar a Terra, subsidiando a história e inaugurando a pré-história.

Ao abraçar aquelas noções opostas, a história relegou os povos "outros" a uma esfera sombria e imprecisa. Classificou-os culturalmente numa série ascendente em cujo topo encontravam-se os valores da cultura europeia. Colonização e descoberta do "outro" foram processos concomitantes que, segundo Tzevetan Todorov, resultaram do confronto cultural entre índios e colonos, quando adveio o regime colonial.<sup>31</sup> Os ha-

bitantes do Novo Mundo, vistos, cientificamente, como bárbaros, primitivos ou selvagens, situavam-se fora da história.<sup>32</sup>

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde a história do Brasil estava em construção, os índios, como habitantes do país à época da chegada dos primeiros europeus, foram o ponto forte do debate que se travou. Eles representavam tanto o passado quanto o presente, sendo objeto da arqueologia, antropologia e etnografia ao mesmo tempo. A noção de civilização comandava o discurso no IHGB e, se não falava em pré-história brasileira, falava em história antiga, questionando, acaloradamente, a possibilidade de inclusão dos índios na história do Brasil. A busca da origem do país foi uma questão que muito inquietou, e os primeiros debates giraram em torno da origem comum dos continentes e dos homens, ligando história natural, geologia e/ou arqueologia e história, as quais forneceram os elementos para a inclusão da antiguidade brasileira no concerto da civilização.

A história no Brasil, ao procurar o elo entre o Velho e o Novo Mundo, tentava cortar o cordão umbilical do regime colonial, instaurando a independência. Alguns intelectuais pareciam querer demonstrar que o Império não guardava continuidade com a empresa colonial; o Brasil civilizado era liberto e começara com a Independência, em 1822.<sup>33</sup> Na verdade, a etnografia e a arqueologia indígena guardavam os elementos necessários para fechar o elo entre o passado longínquo e o presente do Império.<sup>34</sup> O passado operava sobre o presente e, neste, aos

intelectuais cabia garantir a unidade territorial. Para isto, o reconhecimento do espaço de onde eram tirados os recursos naturais e no qual habitavam os índios foi uma condição necessária. A geografia, com a geologia e a astronomia, marcava os lugares onde os produtos naturais e os “restos” culturais se confundiam, dando início à antropologia e à pré-história.

A história, como um sistema de ideias, nascia de mãos dadas com as ciências naturais e com a política, tendo sido um eficiente veículo da ideologia do Estado-nação.

## CONCLUSÃO

A produção da etnografia e da arqueologia, ou da antropologia, ao longo do século XIX, teria decorrido dos valores e ideias que formaram a noção de civilização, ou, ao contrário, as ciências deram ensejo à construção dos valores simbólicos embutidos na noção de civilização? Seja qual for a resposta, as ciências não se realizam sem uma carga simbólica, tampouco os conceitos se formam alheios a uma base empírica. Como bem observou Michel Paty, não há descoberta científica que não ocorra dentro de um campo de racionalidade.<sup>35</sup> Assim, as ciências naturais e a noção de civilização deram ao campo intelectual argumentos que permitiram a divisão dos saberes. A divisão entre etnografia e história transformou os índios em objeto das ciências naturais e lançou os alicerces de barreiras sociais cujas possibilidades de transpo-

sição não surgiriam naquele momento e muito tardariam. Os conhecimentos científicos emergem, do ponto de vista epistemológico, num eterno movimento de fazer e desfazer, pois não se definem senão pelo debate, num constante “consenso no dissenso”. Porém, os esquemas de pensamento que deles emergem podem perdurar e sofrer replicações, traduzidas em novas teorias científicas ou em ideologias.

Na passagem do século XIX para o XX, a distinção entre homem animal e homem social operou um corte científico, contribuindo para instituir a cisão entre as ciências sociais e as ciências naturais e, conseqüentemente, enraizando a distinção entre natureza e cultura. No entanto, o antropocentrismo que permaneceu subjacente aprofundou os antigos esquemas de pensamento, que ressurgiram como preconceitos raciais, políticos, econômicos, em suma, sociais. Sob a inexpugnabilidade das ciências, consagraram-se as noções de oposição: de civilização e barbárie, atrasados e desenvolvidos, bestas e inteligentes.

No curso do século XIX operaram-se mudanças na prática científica do país, e a entrada em cena de novas especialidades das ciências naturais implicou em nova maneira de interpretar a natureza. Com a botânica, a zoologia ou a mineralogia, analisavam-se os objetos naturais por eles mesmos. Com a etnologia, os homens eram analisados por suas manifestações culturais, os

ditos usos e costumes. Em seguida, a natureza foi concebida como um todo: os recursos naturais, bem como os homens, passaram a ser vistos como produtos do espaço no qual eram encontrados, e o conhecimento provinha da geografia, da astronomia ou da geologia, que incluía também a paleontologia e a arqueologia. Esta última deu ensejo à antropologia e dividiu o estudo sobre os homens e as sociedades primitivas e/ou exóticas.

A exploração científica da natureza brasileira que se deu naquele processo de construção da nação fez do espaço, que era um determinante do tempo geológico, também um elemento determinante do tempo social e forjou a imagem de um meio físico muito rico e de um povo primitivo, com poucas possibilidades de superar seus limites culturais. Uma imagem que perseguiu a produção intelectual durante todo o século XX e que o século XXI promete quebrar. Mas, qual será o seu custo?

## N O T A S

1. FEBVRE, Lucien. *Civilisation: evolution d'un mot et d'un groupe d'idées: pour une histoire à part entière*. Paris: École Pratique des Haute Études, 1962, p. 496.
2. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Martins Fontes, 1966.
3. BENVENISTE, Emile (1953). Apud GUSDORF, George. *Les principes de la pensée au siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971, p. 341.
4. DROUIN, Jean-Marc. *L'Écologie et son histoire*. Paris: Flammarion, 1991, p. 53.
5. FALCON, Francisco C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986, p. 32.
6. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos archives da Amazônia. Rio de Janeiro; Manaus: Casa 8; Fundação Universitária do Amazonas, 2008, p. 20-22.
7. Ibidem, p. 23.
8. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *A noção de civilização nos construtores do Império*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 1990, p. 118.
9. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 35, p. 41-59, 1996.
10. PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 13. O autor fala da importância das ciências para se conhecer o mundo natural, que estava altamente valorizado econômica e politicamente.
11. PATY, Michel. *L'Analyse critiques des sciences ou le tétraèdre épistémologique*. Paris: L'Harmattan, 1990, p. 82.
12. Sobre as expedições científicas ver especialmente MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. *Livros de viagem, 1803-1900*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
13. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
14. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
15. O regulamento de 1876 relegou aquela seção a uma anexa, dizendo que esta se manteria como tal enquanto não se realizasse a criação de estabelecimento especial para o estudo daquelas matérias. A direção da seção anexa ficaria a cargo do então diretor do museu, Ladislau Netto (CASTRO FARIA, Luiz de. *As exposições antropológicas do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949), que, em 1881, organizou a Exposição Antropológica com a preocupação de preservar a cultura indígena.

16. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência um caso de política: ciências naturais e agricultura no Brasil Império*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995, p. 44.
17. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *A noção de civilização nos construtores do Império*, p. 92.
18. Em 1883 foi criada a Sociedade de Geografia, que incluía entre as suas seções a Seção Americanista, evidenciando o interesse do homem em relação ao espaço em que vivia.
19. CASTRO FARIA, Luiz de, op. cit., p. 5.
20. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol e; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: \_\_\_\_\_; SÁ, Magali Romero e; GLICK, Thomas. *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.
21. Luiz de Castro Faria (*Antropologia, duas ciências: notas para a história da antropologia no Brasil*. Organização de Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues. Brasília; Rio de Janeiro: CNPq; Mast, 2006) fala na divisão da antropologia em duas ciências, referindo-se à análise biológica, que media corpos, e à análise etnográfica, naturalista, que deu origem à etnologia.
22. O capítulo se compõe de “notas explicativas de pranchas consagradas à antropologia”, conforme o subtítulo. Na verdade, o capítulo é a descrição de três pranchas com desenhos de crânios humanos: a primeira representa a cabeça de um índio maué preparada pelos mundurucus, no rio Arinos, no Brasil; a segunda representa um crânio encontrado no Peru, numa caverna de ossos, do alto dos Andes; e a terceira representa o crânio de um índio aymara, da Bolívia. As notas descrevem a forma dos crânios e fazem comparações com descrições de outros autores que trabalhavam com fósseis, como Retzius, Morton, D’Orbigny, Gosse. Termina por dizer que os detalhes sobre aqueles achados seriam encontrados nas narrações de viagem de Castelnau.
23. CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia, duas ciências: notas para a história da antropologia no Brasil*, op. cit.
24. LAGOS, Manoel Ferreira. *Trabalhos da Comissão Científica*. Rio de Janeiro: Tip. Universal Laemmert, 1862. Introdução. As Instruções foram publicadas juntamente com o relatório dos trabalhos.
25. Idem.
26. AGASSIZ, Louis. *A journey in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1909. Primeira edição: 1867; AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 466.
27. HARTT, Charles. *Geologia e geografia física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 627-629.
28. KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos, 1876-1939*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008, p. 225
29. Ibidem, p. 228.
30. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *A noção de civilização nos construtores do Império*, op. cit., p. 34. Ver também GUSDORF, George, op. cit., p. 342-343.
31. Ibidem, p. 73.
32. PERROT, Dominique e; PREISWERK, Roy. *Ethnocentrisme et histoire*. Paris: Anthropos, 1975, p. 16.
33. MARQUES DOS SANTOS, Afonso C. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 63.
34. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *A noção de civilização nos construtores do Império*, op. cit., p. 74.
35. PATY, Michel, op. cit., p. 67.



**Karen Macknow Lisboa**

Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo.  
Doutora em História Social.

# O Brasil dos Naturalistas

## Spix e Martius

### Taxonomia e sentimento

A partir da obra de Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, e do estudo da trajetória intelectual deste último, a autora propõe uma reflexão acerca do papel e da função de

um viajante naturalista do século XIX e uma análise sobre a relação afetiva que este estabelece com a própria natureza, que é, ao mesmo tempo, objeto científico, mas também sentimental, um lugar de experimentação de sensações e sentidos.

*Palavras-chave: história natural; século XIX; viajantes.*



Taking as a starting point the book *Travels through Brazil* written by Spix and Martius, and the intellectual career of the latter, the author proposes a reflection on the role and

activities of a naturalist traveler from the 19<sup>th</sup> century, and an analysis of the affective relationship that is established between the historian and nature itself, that is, at the same time, a scientific and a sentimental object, a place to experience sensations and the senses.

*Keywords: natural history; 19<sup>th</sup> century; travelers.*

Lemos no terceiro volume da *Viagem pelo Brasil*,<sup>1</sup> sob a pena do naturalista bávaro Karl von Martius, uma passagem de seu diário que ele inseriu no relato da expedição:

Pará, 16 de agosto de 1819.

Como me sinto feliz aqui, como chego a compreender a fundo muito daquilo que até agora era inacessível!

O lugar sagrado, onde todas as for-

ças se reúnem harmoniosamente e ressoam como canto triunfal, amadurece sensações e pensamentos. Parece-me compreender melhor o que é o historiador da natureza. Diariamente lanço-me na meditação do grande e indizível quadro da natureza e, embora seja fora de meu alcance compreender sua finalidade divina, ele me enche de deliciosas emoções. São três horas da madrugada; levanto-me da rede porque não consigo mais dormir de excitação; abro as venezianas e olho para a noite escura e solene. (...) Como tudo é quieto e misterioso em torno de mim. (...) contemplo os meus queridos amigos, as árvores e arbustos (...).<sup>2</sup>

Com estas palavras, Martius introduz o leitor a uma espécie de meditação, que nos convida a refletir sobre duas questões: o que definia um historiador da natureza ou um naturalista no início do século XIX e o que se pode depreender da percepção de felicidade sentida pelo naturalista neste lugar.

#### SOBRE A DEFINIÇÃO DO HISTORIADOR DA NATUREZA

Formado na herança da ciência enciclopedista, portanto ainda antes da disciplinarização do saber, o naturalista procurava almejar o conhecimento universal. Ser naturalista implicava compreender tudo o que dizia respeito ao mundo natural, desde os minerais, passando pela fauna e flo-

ra, até os fenômenos climáticos, geográficos e astronômicos. Nisso estava compreendida também a sociedade humana, sua civilização, sua história, sua economia e assim por diante.<sup>3</sup> Na introdução da *Viagem pelo Brasil*, informa-se ao leitor os objetivos dos naturalistas e das tarefas de que foram incumbidos em nome da Real Academia de Ciências da Baviera.<sup>4</sup> Spix,<sup>5</sup> experiente na pesquisa zoológica, incluiria nesse domínio

tudo o que diz respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual etc.; a morfologia e a anatomia de todas as espécies animais, (...) os seus hábitos e instintos, a sua distribuição geográfica e migrações.<sup>6</sup>

A Martius<sup>7</sup> caberia pesquisar a flora brasileira em toda a sua extensão, descobrindo a provável origem das famílias, considerando fatores climáticos e geológicos. Deveria ainda coletar dados a respeito do cultivo de plantas nativas, das introduzidas, das que se prestam para “as artes e indústria” e dos medicamentos vegetais. Mas a Academia também solicitou a investigação em outros ramos das ciências naturais, como a mineralogia, a geologia e a física. Almejando o conhecimento universal, o zoólogo e o botânico também abraçariam os

estudos das diversas línguas, do folclore, dos mitos e tradições históricas. Do material histórico antigo e recente, como inscrições, moedas,

ídolos e, em geral tudo que pudesse esclarecer o estado de civilização e história tanto dos aborígenes como de outros habitantes do Brasil.<sup>8</sup>

A essa apreensão universalizante subjaz o olhar do naturalista que apreende a natureza por meio da descrição isolada de seus objetos e a procura classificar no sistema. Aqui vale lembrar os preceitos de Carl Lineu que se impuseram desde meados do século XVIII, pois até aquele momento, havia vários sistemas classificatórios empregados pelos estudiosos da natureza.<sup>9</sup> Com a imposição do sistema lineano, ou seja, com a aceitação por parte da comunidade científica da utilização deste método, possibilitou-se uma linguagem universal entre os pesquisadores, na Europa. Lineu enviava seus discípulos pelo mundo para coletar novas espécies com o objetivo de engrandecer o *systema naturae*. As regiões ricas em diversidade natural, tal como o Brasil, tornaram-se verdadeiros paraísos para os naturalistas, dispostos a concretizar a tarefa lineana de que “toda a natureza podia entrar na taxonomia”.<sup>10</sup> Disso decorre uma fúria colecionista, da qual Spix e Martius participam ativamente, visando à descoberta de novos espécimes a serem apresentados no meio acadêmico na Europa. Trata-se de um amplo projeto, um “projeto ilustrado”, conforme entende Flora Sússekind,<sup>11</sup> que previa enriquecer coleções, montar museus de história natural, expandir jardins botânicos – que na concepção lineana se

assemelhavam ao Éden por reunir num mesmo lugar todas as plantas, – bem como contribuir para o mercado editorial com livros de viagem, notícias em jornais e revistas ilustradas, além de amplos estudos sobre a natureza. Igualmente, quem realizou uma viagem de exploração podia contar com uma ascensão em sua carreira.

No caso de Spix e Martius isso se faz notar. Após o retorno para a Europa, são recebidos pelo rei Maximiliano José I da Baviera que os eleva à nobreza, concedendo-lhes a Cruz de Cavalheiro da Ordem do Mérito Civil; Spix é nomeado conselheiro da corte. Ambos tornam-se membros de várias academias e sociedades científicas. Na Academia de Ciências de Munique galgam postos hierárquicos; Martius assume a cadeira de botânica na Universidade de Munique, amplia e incrementa o Jardim Botânico, do qual foi diretor por muitos anos. Spix, no entanto, não teve a sorte de seu companheiro. Jamais recuperou a sua saúde desde o retorno e morre seis anos depois da viagem. Assim, a elaboração do trabalho após a exploração, ficou inacabada. Já Martius viveu por mais quatro décadas. Em toda a sua obra, dos estudos botânicos e fitogeográficos, passando pelo denso livro de viagem e os textos etnográficos até chegar ao campo da historiografia e da literatura ficcional, o Brasil sempre está no foco.<sup>12</sup>

E nesse âmbito, a abertura dos portos em 1808, o fim do antigo sistema colonial e

do exclusivismo português foram decisivos para este “novo descobrimento do Brasil”.<sup>13</sup> O grande reino nos trópicos pode ser investigado pelo olhar interessado dos estrangeiros. Cobiças neocolonialistas também se traduzem no interesse “científico”. São avaliados potenciais econômicos ao investigar o estado das coisas no que tange ao extrativismo mineral, vegetal, à economia agrícola, à disponibilidade da mão de obra e às suas qualificações e assim por diante.

Voltemos ao naturalista. Para ele, a compreensão do mundo natural, contudo, ia além da tarefa lineana de sistematizar os objetos naturais. O historiador da natureza também deveria ter uma relação afetiva com o mundo natural, que se traduzia na experiência do sentimento da natureza – o *Naturgefühl*. Isso pelo menos para o nosso botânico Martius e o zoólogo Spix. A dimensão romântica<sup>14</sup> se reflete na obra destes autores. Spix e Martius chegam aos trópicos tendo lido Goethe, que propunha unir ciência com poesia: baseado em uma concepção organicista da natureza, Goethe considerava-a um “grande animal vivo, um organismo que jamais poderia ser traduzido matematicamente”, opondo-se, dessa maneira, a qualquer tendência mecanicista.<sup>15</sup>

Martius escreve em 1825 ao já velho Goethe: “Diferenciamos gêneros, espécies, organizamos classificações, e acreditamos ter feito muito quando indicamos a todos da arca de Noé o seu lugarzinho no nosso esquema.” E ele se pergunta:

mas se este discernimento for em vão diante de novas descobertas de características que reorientariam a classificação? Para responder à indagação, lança mão de sua concepção de natureza. O que importa, conclui, é perceber o

*espírito* da natureza, que justamente não pode ser apreendido por diagnóstico nenhum. Mas ele está vivo e presente, eternamente solicitando a mente humana, atraindo e rejeitando-a; trata-se de um grande jogo, que seria terrível, se não se pudesse crer que não finda com a morte, e sim que se perpetua nos éons cada vez mais encantado, enobrecido e apoteosado.<sup>16</sup>

Igualmente os nossos naturalistas dialogam com o pensamento de Rousseau que descreve em *Os devaneios de um caminhante solitário* a sua nova paixão ao descobrir a botânica. Ele afirma que seria impossível botanizar sem sentir a natureza;<sup>17</sup> Spix foi aluno do filósofo Schelling, na época importante porta-voz dos preceitos da filosofia da natureza. E seguem os passos de Alexander von Humboldt. Também o barão prussiano advoga que o sentimento da natureza é imprescindível para a compreensão dela, e projeta esse gesto para a experiência nos trópicos. Lemos suas palavras numa carta a Goethe: “A natureza deve ser sentida; quem somente vê e abstrai, pode dissecar plantas e animais no turbilhão do pulsar dos trópicos ardentes ao longo de toda uma vida, acreditando estar des-

crevendo a natureza, permanecendo, no entanto, eternamente alienado dela”.<sup>18</sup>

Em sua obra sobre o Novo Continente, *Ansichten der Natur* (de 1807), em português intitulado *Quadros da natureza*, Humboldt conceitua o *Naturgemälde*, ou quadro da natureza. Humboldt elege os trópicos como lugar privilegiado para a “antiga comunhão da natureza com a vida espiritual do homem”. Caberia às descrições preencher os requisitos de um “quadro da natureza”, ou seja, ter o poder de reproduzir no leitor “o prazer que a mente sensível recebe da contemplação imediata da natureza”, além de apresentar um “panorama” do mundo natural e servir de “prova da ação conjunta das forças”. Para tanto, o estilo da escrita “tende a uma prosa poética”, tocando o “sentimento e a fantasia”.<sup>19</sup>

Ou seja, há uma estetização e poetização dos objetos científicos. O quadro da natureza poderia ser um poema, uma pintura, uma gravura ou um tratado científico. A descrição deveria suscitar prazer ao leitor, bem como entretê-lo e ao mesmo tempo ensiná-lo.

Dialogando com o exotismo e o estilo da descrição do mundo natural difundido por Bernardin de St. Pierre,<sup>20</sup> Humboldt considera que a “capacidade de sentir a natureza” seria uma das razões que despertavam o interesse por regiões extra-europeias. Igualmente, esta capacidade seria essencial, como vimos, para compreender o mundo natural em sua totalidade, evitando ficar-se “eternamente

alienado dele”. No entanto, Humboldt também reconhece que aqui residia um grande perigo que poderia interferir na compreensão da natureza, pois sentimentos que vagueiam descontroladamente, de forma “selvagem”, resultariam em “devaneios da natureza”.<sup>21</sup> Ao que tudo indica, Humboldt delinea aqui a fronteira entre o naturalista e o poeta puro, escritor ou mesmo filósofo romântico. Na visão dos poetas românticos, conforme Antonio Candido, o mundo natural, *in extremis*, é inexprimível, por ser algo “supremo” e “misterioso”. E não há razão que o possa inferir, que o possa compreender, nem mesmo palavras que o possam traduzir. Daí os textos fragmentados, as “explosões emocionais”, apontando a limitação da arte diante da grandeza do mundo natural.<sup>22</sup> O barão prussiano também se queixa da dificuldade de tratar esteticamente os assuntos naturalistas. Embora reconheça a “maravilhosa força e flexibilidade da língua alemã”, acha difícil transmitir a “impressão total” do quadro da natureza.<sup>23</sup> O sentimento da natureza, quando na medida certa, assim advoga o naturalista, seria um caminho possível para compreender o mundo natural, sem cair em devaneio.

Preocupação semelhante se encontra no pensamento de Martius. Em 1827, ele escreve a Humboldt, demonstrando a sua irritação com muitos disparates produzidos por assim chamados filósofos da natureza e místicos. O botânico revela a

expectativa de que Humboldt poderia exercer uma boa influência no sentido de calar estes “impostores”.<sup>24</sup> Numa outra carta, dirigida a Goethe no ano de 1825, Martius fundamenta a sua forma de apreender o mundo natural. Após detalhada explicação, ele conclui que a natureza, sendo um objeto da ciência tomada na “totalidade” de suas relações – o que exige do pesquisador o sentimento da natureza, – torna-se semelhante à mais elevada obra de arte. Por isso, a seu ver, a dedicação científica na observação do mundo natural seria permeada por uma essência poética que, conforme o tipo de objeto a ser investigado, seria mais ou menos limitada pela razão. Contudo, essa razão atua sempre subordinada à essência poética.<sup>25</sup> Enfim, nota-se que para a intelecção do mundo natural e a produção do conhecimento, Martius confere menor importância à razão do que ao sentimento, aproximando-se, para falar com Antonio Candido, da “aventura essencialmente romântica”, porém na medida certa para não comprometer a ciência.

Em suma, na *Viagem pelo Brasil*, as cenas da natureza resultam de uma síntese entre a apreensão científica e o sentimento evocado pela observação do mundo natural. Se os pressupostos lineanos seriam um ponto de partida para a compreensão inequívoca de um mundo natural universalmente classificável e assim identificável, furtando-lhe a estranheza, o sentimento da natureza, ao contrário, possibilita a apreensão subjetiva e particularizada do obje-

to. Nesse sentido, os quadros da natureza da *Viagem pelo Brasil* traduzem a “singularidade da emoção” dos autores, por ela ser “intransferível e peculiar ao sujeito determinado”.<sup>26</sup> Com base nessa dupla apreensão, as paisagens naturais são localizáveis no tempo e no espaço e diversificam-se conforme o espectro das emoções dos observadores, sobrepondo ao deslocamento geográfico uma viagem sentimental dos naturalistas que se apresentam em numerosos quadros de deleite, prazer, dentre eles alguns edênicos, outros melancólicos, alguns quadros teofânicos e poucos quadros infernais.<sup>27</sup>

Alguns têm o poder de síntese – talvez seja a meditação no Pará um bom exemplo. Há uma dimensão temporal que recorta a cena: da madrugada, atravessasse o amanhecer, o dia, e se finda no crepúsculo. Uma espacial, que delimita o lugar: mata em torno da cabana onde Martius está hospedado. Uma fitogeográfica: a floresta amazônica e a latitude zero – tido pelo naturalista como o lugar de harmonia entre todas as forças, lugar de equilíbrio entre o céu e a terra. Uma dimensão sensível que toca todos os órgãos do ser humano: visão, tato, olfato, pele e audição. E a que toca a alma romântica. Martius explica ao leitor a razão de inserir esta passagem, pedindo-lhe quase licença; o relato de viagem também deve refletir a vida íntima dos autores, assim revela. Martius descreve sons, cheiros, movimentos, tensões, mudanças de temperatura e umidade que se manifestam

através da variedade dos objetos naturais. Astros, plantas, animais, ar, vento, chuva, nuvens e odores atuam como personagens quase antropomorfos no espetáculo da natureza, que oscila entre o dramático, o lírico e o erótico, sobretudo quando se trata de descrever a vitalidade e a força reprodutiva nos trópicos:

Com a sombra da tarde, animais e plantas são inspirados de novas expectativas e íntimos murmúrios e sussurros animam as trevas da floresta; saudades amorosas, renovadas, propagam-se com os perfumes voluptuosos de flores recém-desabrochadas; a natureza cede ao prodigioso impulso sexual.

A meditação se encerra no observador; no final do dia, a natureza mergulha em “sono e sonhos” e o “éter” que envolve a terra “inspira humildade e confiança no coração do homem: a dádiva *mais* divina após um dia de contemplação e prazer”.<sup>28</sup> Observa-se aqui o quadro do prazer e da teofania, ou seja, a manifestação divina através da natureza.

#### SOBRE A SENSACÃO DE FELICIDADE

Já quando recém-chegados ao Rio de Janeiro, os exploradores nararam minuciosamente os passos do primeiro passeio pela mata atlântica na floresta do Corcovado. Spix e Martius se acham

enfeitiçados no meio da pujante natureza estranha. (...) O aspecto majestoso, a doce tranquilidade e a paz

dessas matas, só interrompidas pelo sussurro das asas dos colibris matizados, que voam de flor em flor e pelo canto mavioso de passarinhos estranhos e insetos (...).

E extasiados concluem: “tudo age com magia toda especial na alma do homem sentimental renascido pelo espetáculo do delicioso país”.<sup>29</sup>

O país é “delicioso” pela sua natureza. Temos aqui mais uma retomada humboldtiana – em uma carta ao irmão Guilherme, Alexander relata a sua chegada no Caribe em 1799 (Cumaná). São muitas as sensações de prazer, que ocorrem na natureza (“Sinto que serei muito feliz neste lugar”). Aqui vale lembrar que Humboldt e seus “seguidores”, como Spix e Martius, tinham instrumentos e métodos científicos para perceber o quanto a pujança e a diversidade da natureza tropical concorriam para a feliz realização do projeto naturalista. Nesse sentido, a experiência de estar na natureza tropical motivado por uma expedição científica, pelo “projeto ilustrado”, ajuda a recusar as teses decadentistas e detratoras que os filósofos do século XVIII, como o conde de Buffon e seus debatedores, os abades Cornélius de Pauw e Guillaume Raynal, defendiam. E a expressão mais derradeira, contemporânea a Spix e Martius, encontrava-se em Hegel, conforme Antonello Gerbi analisa em *A disputa sobre o Novo Mundo*.<sup>30</sup> Em síntese, para estes pensadores, a decadência natural se projetava na ju-



ventude do continente, na debilidade da fauna, na selvageria da flora, no clima insalubre e no seu habitante original, moral e fisicamente inferior ao europeu, excluindo esta região da civilização e do progresso histórico. Spix e Martius se opõem às imagens negativas quando o assunto recai tão somente sobre a natureza sem os homens. A sensação de prazer e gozo, bem como as revelações teofânicas do mundo natural – que mais se manifestariam na região equatorial – propiciando o conhecimento (*Erkenntnis*) acerca do objeto estudado apontam para uma ruptura com as imagens detratoras. Além disso, a vitalidade desta natureza superava a das regiões temperadas. Os naturalistas retomam a discussão sobre a idade do continente e sua umidade, que para Buffon era marca de sua putrefação, e esclarecem:

É opinião geralmente espalhada que o mundo novo surgiu das águas mais tarde do que o nosso continente. Embora não possamos encontrar apoio para essa conjectura nem nas condições geológicas, nem nos mais antigos vestígios de aborígenes americanos, é difícil refutar a ideia de que o elemento aquoso foi aqui muito fortemente operante.<sup>31</sup>

Mas não no sentido pernicioso e sim como algo propício para a enorme vitalidade. E se não havia animais de grande porte, como elefantes, dromedários, leões, o que na concepção buffoniana serviu de razão para justificar a deca-

dência da natureza americana, Spix e Martius apresentam um outro cenário: ao penetrarem na mata virgem, sentiram-se “como que oprimidos pela sua esmagadora força criadora como o homem sente ao deparar com um elefante ou baleia”. Árvores “colossais” substituem os animais de grande porte. Ao lado delas, assim comparam e concluem: “nossos carvalhos são anões.” E mais do que isso, elas figuram como “testemunhas de eras passadas” pela sua idade, atestando a sua sobrevivência para além da história da humanidade. Enquanto povos e idiomas se extinguíam, elas se enraizaram no solo, formando a sua história, que o naturalista deveria desvendar.<sup>32</sup>

Na totalidade do quadro, tributária de uma visão sistêmica entre os objetos da natureza e as suas interrelações, incluem-se, como já aduzido, os homens. Quando observamos a iconografia da produção botânica, por exemplo, na *Historia naturalis palmarum*<sup>33</sup> e no primeiro volume da *Flora brasiliensis*,<sup>34</sup> os homens são pequenos diante do espetáculo natural. Mas estão integrados na imagem, quando aparecem na qualidade de naturalista observador ou caçador, ou quando “nativos”, fazendo uso da gentil natureza, o que deixa entrever uma relação harmoniosa entre o homem e o mundo natural. Ela se expressa num estilo pitoresco, no sentido que Giulio Argan discute em sua história da arte, baseado na conceituação de A. Cozens. O pitoresco como uma es-

tética da sensação de integração, de inclusão harmoniosa do homem pela natureza.<sup>35</sup> Igualmente, este estilo estético seria o mais adequado para o preceito de unir ciência com poesia sem cair em devaneios tal qual Humboldt advertia.

Já na *Viagem pelo Brasil*, as descrições literárias que envolvem a presença humana apontam para uma dupla tensão. O homem como objeto de estudo, que deve ser submetido a classificações raciais numa hierarquia de mais e menos civilizado. Não é meu propósito explorar aqui este assunto, já bastante discutido em outro lugar. Lembro somente que as imagens sobre os índios são detratantes, desembocando na sua desfiguração, em que se explicita a dúvida se eram de fato humanos ou semi-humanos ou semiselvagens. Spix e Martius

referem-se a verdadeiro “enigma”, por verem que a civilização, algo em si benéfico para a humanidade, age como veneno letal.<sup>36</sup>

Nesse passo, há uma retomada das concepções setecentistas acerca do habitante original. E, em relação ao negro, as imagens depreciativas reiteram a necessidade da escravidão – que embora cruel, era uma forma de levar a civilização a um povo originário de uma região considerada bárbara.<sup>37</sup>

O outro polo da tensão se expressa na luta entre a natureza e a civilização, herdeiros do pensamento da Ilustração. O processo civilizador, um eufemismo para a europeização a ser compreendido nas dinâmicas neocoloniais, era inexorável. Visões de futuro transpiram uma ideia de que o grande reino nos trópicos ingres-



**Arbores Ante Christum Natum Enatae. In silva juxta fluvium Amazonum**

**A**

sará no patamar das nações civilizadas, desdizendo as profecias hegelianas. Quando Spix e Martius se despedem do Brasil, escrevem: “animava-nos o ardente desejo que o magnífico país, tão ricamente dotado, viesse a amadurecer, demorada e seguramente, para a meta de seu aperfeiçoamento.”<sup>38</sup>

Mas essa meta pressupunha, entre outras coisas, a dominação da natureza pela ação humana. Há muitas passagens

**C**

em que o olhar providencial ecoa como uma ode ao progresso:

quando os habitantes deitarem abaixo as matas, dessecarem pantanais, rasgarem estradas por toda parte, fundarem aldeias e cidades, e, assim, pouco a pouco, triunfarem da exuberante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos virão ao encontro da atividade humana e a recompensarão plenamente (...).<sup>39</sup>

**E**

**Sylva Primaeva Prope Pedra da Onça, Praedium in Prov. Sebastianopolitana**

No entanto, se a civilização trouxesse benefícios também seria destruidora. Os autores perceberam que tributária dela os índios foram em grande parte dizimados. Do mesmo modo, em vários momentos observaram com ressalvas a forma predatória de como o colono luso-brasileiro explorava o mundo natural. Exímio exemplo dessa crítica encontramos no primeiro volume da *Flora brasiliense*. A imagem seguinte retrata as queimadas que destruíam a mata virgem para ceder lugar ao plantio,<sup>40</sup> processo descrito pela longa legenda em que se sublinha a violência desta prática. Enfim, na *Viagem pelo Brasil* externa-se a preocupação de que

A civilização, que transforma a superfície da terra, também a afugenta, extingue os seres mais fracos; insaciável, a civilização, finalmente, mesmo

ameaçando a humanidade, arrasta toda a natureza em sua voragem.<sup>41</sup>

E diante disso, o naturalista teria que se apressar na tarefa de estudá-la antes que ela desaparecesse em sua originalidade e como fonte de sua história, furtando do historiador da natureza sua razão de ser.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de que a barbárie e a selvageria (natural e social) nos trópicos devam ceder lugar à civilização – com as suas nuances e diferenciações, que aqui não foram tematizadas detalhadamente – perpassa toda a *Viagem pelo Brasil*. Em síntese, ela se traduz no desejo da dominação do homem europeu, da “raça branca”, no território extraeuropeu. Evidentemente não se trata de uma proposta



Silva Caesa, *Cum Ficu Grandaeva, Ad S. Joannem Marcum*, prov. Rio de Janeiro

que escapa da visão de mundo da maioria dos europeus oitocentistas viajantes e da elite europeizada no Brasil. Aqui se sintetiza uma projeção própria da “literatura de viagem”, no sentido de ela ter como função a “invenção das periferias” pelos centros “hegemônicos”, conforme Mary Louise Pratt demonstra em seus estudos.<sup>42</sup> Uma invenção discursiva e de práticas visando à reiteração das relações desiguais de dominação entre o Novo e o Velho Mundo, nas quais se omite o quanto a “periferia” marca indelevelmente os centros. No caso de Spix e Martius, em particular Martius, que teve mais tempo para desdobrar a sua produção intelectual sobre o Brasil, a vocação dos “germânicos” seria conquistar os espaços e povos não europeus pelo “espírito”, pela ciência e pelo conhecimento.<sup>43</sup> Esta era certamente uma resposta à própria situação “periférica” de uma Alemanha ainda inexistente enquanto nação e império unificado. Diante desta falta de vigor e condição imperialistas, o apoio à vinda de imigrantes de língua e cultura germânicas se justificava. Vale lembrar que a primeira etnia de imigrantes não ibéricos a desembarcar sucessivamente em nossas paragens nas primeiras décadas do século XIX era formada por “alemães” e “suíços”. Neste sentido, entende-se a própria expedição de Spix e Martius. Nela reside o enorme esforço de projetar a Real Academia de Ciências de Munique, sob os auspícios do rei, no cenário científico europeu, aproximando-a dos fortes con-

correntes em Paris, Londres, Viena e Petersburgo.

Mas há neste movimento de conquista, para garantir poderes, posições e domínios, do qual Spix e Martius participam, alguns momentos de questionamento, que quase resvalam numa voz de oposição, ainda que tímida. Refiro-me aqui, em particular, ao romance *Frei Apolônio*, não fortuitamente assinado pelo anagrama do sobrenome do botânico, Suitram. Este romance de formação, ambientado na floresta amazônica, Martius encerra em 1831, uma década após o retorno e a posterior morte das duas crianças indígenas levadas (ou deportadas) pelos naturalistas para Munique como “peça viva” de gabinete.<sup>44</sup> No final do livro, protagonizado por um missionário, um comerciante, um naturalista e vários índios, o estudioso da natureza, alter ego de Martius, revê as suas posições acerca dos “selvagens”.

Principalmente adquiri respeito por uma raça, que antes mais me parecia uma turba repudiável de infelizes. (...) e hoje resolvo os problemas na profunda convicção de que a parte da raça índia, que considerava decadente e perdida, e cujo primitivismo rejeitava, era carne da minha carne e espírito do meu espírito.<sup>45</sup>

Também em relação aos negros, há um esforço de compreender a escravidão e de expressar a reprovação de um sistema tão cruel. Em uma palestra dedicada a Lineu, Martius descreve minuciosamen-



te um sonho em que teria se encontrado com o próprio. Os dois fazem juntos uma viagem imaginária, atravessando a atmosfera, quando aproximam-se das terras brasileiras. Após sobrevoar as matas, avistam de cima Salvador, justamente o mercado de escravos, ensejo para Martius revelar sua inquietação:

(...) muito me magoava a ideia de que a raça etiópica era há tempos objeto de roubo devido à avareza e à cobiça. Como poder harmonizar esta destruição contínua de toda dignidade humana (...) com a igualdade dos homens perante o Criador e a justiça?<sup>46</sup>

Não seriam essas questões uma tentativa de acerto de contas e talvez um

ponto de partida para uma viagem de retorno menos eurocêntrica? Acontece que esta nunca ocorreu. Martius, embora fosse jovem quando voltou para a sua pátria, dela nunca mais saiu. E o romance, que mostra a transformação do naturalista que acaba por se identificar com os índios, levou mais de 150 anos para vir a lume. E no sonho com Lineu, Martius levanta uma questão pertinente, que desvela certa sensibilidade e que poderia resultar numa postura antiescravagista. No entanto, ao longo das respostas do mestre Lineu, são retomadas as opiniões depreciativas em que se justifica a escravidão dos negros africanos como resultado de sua própria “degeneração”.

1. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I, Königs von Baiern in den Jahren 1817-1820*. Munique: Lindauer; Lentner, 1823-1831. 3 v. com atlas. A versão brasileira, *Viagem pelo Brasil*, foi editada em 1938, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, e teve várias reedições. Doravante a maioria das citações é oriunda da edição da Edusp/Itatiaia, de 1981. Após a barra inclinada, quando necessário, indicar-se-á a página da edição original fac-similada, publicada em 1980, em Stuttgart, pela editora Brockhaus. Quando a citação for da versão brasileira de 1938, marcar-se-á essa data para distinguir das outras edições.
2. Idem, *ibidem*, v. 3, p. 18.
3. Cf. LEITE, Miriam Moreira. Naturalistas viajantes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7-19, nov. 1994/fev. 1995; e LISBOA, Karen M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na “Viagem pelo Brasil” (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1997, p. 67 e ss.
4. O rei da Baviera, Maximiliano José I, patrono da expedição, era o sogro do imperador austriaco, Francisco I, pai da d. Leopoldina. Aproveitou as suas relações familiares, solicitando-lhe a inclusão de Spix e Martius, naturalistas da Real Academia de Ciências

de Munique, na missão científica integrante do séquito de d. Leopoldina, organizada pela Academia de Ciências de Viena. Dela participaram o botânico Emanuel Pohl, o mineralogista Rochus Schüch, o naturalista Giuseppe Radi, o zoólogo Johann Natterer, o entomologista Johann Christian Mikan, o botânico Heinrich Wilhelm Schott, o pintor Thomas Ender, o caçador Ferdinand Wilhelm Sochor, os desenhistas G. K. Frick, Johann Buchberger e Franz Joseph Frühbeck.

5. Johann Baptist von Spix nasceu em 1781, em Höfstadt an der Aisch. Estudou filosofia, teologia e medicina em Würzburg, doutorando-se em medicina e especializando-se em zoologia. Antes de viajar ao Brasil, realizou expedições científicas na França, Itália e Suíça. Foi membro de várias academias científicas. Morreu em 1826, seis anos após o retorno da viagem pelo Brasil, e não pôde concluir suas pesquisas.
6. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 1, p. 27.
7. Karl Friedrich Philipp von Martius nasceu em 1794, em Erlangen. Estudou medicina, doutorando-se em botânica. Foi professor da Universidade de Munique e membro de várias academias científicas, entre elas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Além de sua monumental obra botânica, escreveu textos sobre etnografia e historiografia brasileiras, bem como se dedicou à poesia e à prosa. Morreu em Munique em 1868. Para mais dados sobre os autores, ver LISBOA, Karen M., op. cit., p. 51-67.
8. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 1, p. 27.
9. Desde 1623, com Gaspar Bauhin, até 1750, existiam 25 métodos classificatórios para a botânica; entre 1647 e 1775, contavam-se 27 sistemas na mineralogia, que aos poucos foram se desatualizando. Cf. LEPENIES, Wolf. *Das Ende der Naturgeschichte*. Munique: Carl Hanser, 1976, p. 53.
10. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 148; PAPAVERO, Nelson. *Essays on the history of neotropical dipterology*. São Paulo: Museu de Zoologia; USP, 1971, p. 3. Para maiores dados sobre os naturalistas enviados por Lineu à América do Sul, consultar a obra de Carl Lineu, *The systema naturae*.
11. Cf. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 106.
12. Sobre a obra zoobotânica de Spix e Martius, ver LISBOA, Karen M., op. cit., p. 70-71.
13. Sérgio Buarque de Holanda refere-se a um “um novo descobrimento do Brasil” para caracterizar a vinda de numerosos estrangeiros à colônia portuguesa na América do Sul após a abertura dos portos em 1808 e, conseqüentemente, a derrocada do antigo sistema colonial. São comerciantes, artistas, imigrantes, naturalistas, diplomatas, mercenários, educadoras, vindos de diferentes regiões do Velho Mundo e dos EUA, que, motivados por diferentes objetivos, investigam minuciosamente o país. Essa abertura de fronteiras inédita conferiu ao país um caráter cosmopolita, especialmente nas principais cidades portuárias, e de internacionalização tributários dos interesses neocolonialistas das nações hegemônicas europeias, sobretudo da Grã-Bretanha. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1976, t. 2, v. 1, cap. 1, p. 13; MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil à época da Independência. In: \_\_\_\_\_ (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 60.
14. Seria equivocado reduzir o romantismo a um movimento que negava o “racionalismo” da Ilustração. O romantismo apresenta-se sob várias faces, traduzindo-se numa *visão de mundo* ambígua e controversa. Entende-se pela *visão de mundo* romântica um “estilo de pensamento, uma estrutura básica de sentimento”. Suas manifestações encontram-se não somente na literatura e nas artes, mas também entre economistas, políticos, filósofos, naturalistas, historiadores etc. A questão central do romantismo gira em torno de uma “nostalgia das sociedades pré-capitalistas e uma crítica ético-social ou cultural ao capitalismo”, que se apresenta sob versões tanto conservadoras como progressistas e revolucionárias. Esse passado pré-capitalista encontra-se “ornado de uma série de virtudes (...), como, por exemplo, a predominância de valores qualitativos (valores de uso ou valores éticos, estéticos e religiosos), a comunidade orgânica entre os indivíduos, ou, ainda, o papel essencial das ligações afetivas e dos sentimentos – em contraposição à civilização capitalista moderna, fundada na quantidade, o preço, o dinheiro, a mercadoria, o cálculo racional e frio do lucro, a atomização egoísta dos indivíduos”. LÖWY, Michel. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1990, p. 12-13, 35 (grifos no original).



15. Opondo-se a preceitos da ciência iluminista, Goethe negava qualquer interpretação racionalista, cuja base fosse pressupostos newtonianos. A natureza era interpretada como um organismo vivo, que poderia ser observado pelos cinco sentidos humanos, dentre os quais o da visão seria o mais privilegiado. A visão seria o que “melhor conseguia satisfazer às exigências plásticas do poeta, o seu amor à riqueza e à metamorfose de formas da natureza”. BORNHEIM, Gerd. Filosofia do romantismo. In: GUINSBURG, J. (org.). *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 96-97; CASSIRER, Ernst. *Rousseau, Kant, Goethe*. Princeton: Princeton University Press, 1945, p. 81. Sobre a presença do ideário de Goethe no pensamento científico dos séculos XVIII e XIX, ver LISBOA, Karen M., op. cit., p. 73-74.
16. MARTIUS, Karl Friedrich P. von apud MARTIUS, Alexander von (org.). *Goethe und Martius*. Mittelwald: Arthur Nemayer Verlag, 1932, p. 82. Carta de 18 de maio de 1825 (grifo no original). Segundo W. Lepenies, o pensamento naturalista do século XIX sugeriu várias medidas temporais para dimensionar os processos evolutivos da natureza. O “éon” seria uma dessas propostas. Ibidem, p. 28 e 71.
17. “Encontrava-me então no primeiro fervor pela botânica (...) que em breve se tornou paixão”, revela Rousseau quando de suas primeiras caminhadas nas redondezas do lago de Bienne. Nessa descoberta também sente que “quanto maior for a sensibilidade de sua alma (do contemplador do mundo natural), mais se entregará aos êxtases que excita nele sua harmonia (dos três reinos da natureza). Um devaneio doce e profundo apodera-se então de seus sentimentos e ele se perde, com uma deliciosa embriaguez, na imensidade do belo sistema (da natureza) com a qual sente-se identificado. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Os devaneios de um caminhante solitário*. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. Brasília: Hucitec; Universidade de Brasília, 1986, p. 73 e 93.
18. HUMBOLDT, Alexander von apud LISBOA, Karen M., op. cit., p. 89-90, nota 14.
19. HUMBOLDT, Alexander von. *Ansichten der Natur*. Nordlingen: Franz Greno, 198, p. 7-9.
20. Sob a pena de Bernardin de St. Pierre, na introdução dos *Études de la nature*, publicado em 1784, é formulada uma espécie de manifesto da natureza exótica: o objetivo do escritor era descrever campos e plantas diferentes dos europeus. Desejava também transportar os poetas da Europa aos espetáculos da natureza para que fizessem os *tableaux de la nature*. Montanhas esverdeadas, lua cheia, nuvens, canto dos pássaros, som dos insetos, firmamento resplandecente e o Cruzeiro do Sul são alguns dos objetos que compõem os memoráveis quadros das noites tropicais. Cf. HUDDE, Hinrich. *Naturschilderung bei den Rousseau-Nachfolgern*. In: HEITMANN, Klaus (org.). *Europäische Romantik* II. Wiesbaden: Akademische Verlagsgesellschaft Athenaion, 1982, v. 15, p. 135-142. O legendário romance *Paul et Virginie*, resultado de sua viagem a Ilha de France (atual Ilha Maurícia), na costa leste da África, foi publicado por St. Pierre na terceira edição dos *Études de la nature*, em 1788. Este romance acompanhou Humboldt em sua expedição pela América, auxiliando-o a enxergar as paisagens, especialmente a vegetação e a noite tropical. Para Humboldt, St. Pierre sabia representar a natureza dos trópicos, não por ser um naturalista, mas por senti-la nas suas harmoniosas relações de trocas entre formas, cores e forças internas. LÖSCHNER, Renate. *Die künstlerische Darstellung Lateinamerikas im 19. Jahrhundert unter dem Einfluss Alexander von Humboldts*. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Deutsche Künstler in Lateinamerika. Maler und Naturforscher der 19. Jahrhundert illustrieren einen Kontinent*. Berlin: Dietrich Reimer, 1978, p. 13-48.
21. HUMBOLDT, Alexander von apud BENDER, Brigitte. *Aesthetische Strukturen der literarischen Landschaftsbeschreibung in den Reisewerken des Fürsten Pückler-Muskau*. Frankfurt; Main: Lang, 1982, p. 46.
22. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959, v. 1, p. 49 e 51; v. 2, p. 32.
23. HUMBOLDT, Alexander von. *Ansichten der Natur*, op. cit., p. 7.
24. MARTIUS, Karl Friedrich P. von apud BECK, Hanno. *Alexander von Humboldt*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1959-1961, p. 276.
25. MARTIUS, Karl Friedrich P. von apud MARTIUS, Alexander von, op. cit., p. 80-82.
26. CANDIDO, Antonio, op. cit., v. 1, p. 278.
27. Para mais detalhes sobre estes quadros, ver LISBOA, Karen M., op. cit., p. 93-120.
28. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 3, p. 20, 892-893 (grifo meu).
29. Idem, ibidem, v. 1, p. 80.

30. GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo*. Tradução de Antonio Alatorre. 1. ed. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1960.
31. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 3, p. 311.
32. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., (1938) v. 2, p. 46.
33. MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Historia naturalis palmarum*. Munique: Impensis Auctoris, Lipsae, 1823-1853. 3 v.
34. MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *The journey of von Martius – Flora brasiliensis*. Rio de Janeiro: Index, 1996, v. 1 (Versão inglesa do volume publicado originalmente em Munique em 1840). Original está disponível em [www.florabrasiliensis.cria.org.br](http://www.florabrasiliensis.cria.org.br).
35. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna, do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18-20; LISBOA, Karen M., op. cit., p. 97-101.
36. Cf. LISBOA, Karen M., op. cit., p. 143-168 (Negros e índios no Brasil: um obscuro enigma?).
37. Idem.
38. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 3, p. 316.
39. Idem, ibidem, p. 104.
40. MARTIUS, Karl Friedrich P. von, *The journey of von Martius – Flora brasiliensis*.
41. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von. Die Pflanzen und Thiere des tropischen America, zunächst als Erklärung der Abbildung im Atlas. In: \_\_\_\_\_. *Reise in Brasilien*, edição facsimilar, 1981, v. 3, p. IX-X. (Tradução da autora). Esse ensaio foi suprimido da edição Edusp/Itatiaia (1982). Consta na edição de 1938, porém com problemas de tradução.
42. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999.
43. “Nós alemães, mesmo sem colônias, temos uma só propriedade (...), o campo do espírito [*Feld des Geistes*]. Estamos destinados para explorar o Novo Mundo no interesse intelectual e alargar esses interesses.” MARTIUS, Karl Friedrich P. von. A etnografia da América, especialmente do Brasil: o passado e o futuro do homem americano (1867). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 535-562, 1904.
44. De início, os naturalistas contavam com seis índios, dos quais somente o menino dos juri e a menina dos miranhas chegaram vivos em Munique. O menino viveu por seis meses, a menina, um ano.
45. MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Frei Apolônio: um romance do Brasil*. Organização e tradução de Erwin Theodor. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 216. Para mais detalhes sobre este romance, ver LISBOA, Karen M. Da expedição científica à ficcionalização da viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 21, n. 1, p. 115-132, jan./jun. 2008.
46. MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Linné und der Zweifler: Ein Vortrag gehalten am Linneus-Feste, den 24. mai 1838*. s/l. Mimeo, 1963, p. 19. Acervo da Biblioteca do Instituto Martius-Staden, São Paulo.

---

Recebido em 3/2/2009  
Aprovado em 20/3/2009

R E S E N H A

## Sobre a Lei e o Estado Escravidão e liberdade no Vale do Paraíba

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

**Renata William Santos do Vale**

Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio e  
Pesquisadora do Arquivo Nacional

*Provocador*. Talvez este seja o melhor termo para descrever *E o vale era o escravo*, de Ricardo Salles. O autor parece revelar essa intenção ao escrevê-lo. Suscitar novos debates ao levantar “velhas” questões, aparentemente tidas como resolvidas, olhar para uma temática já bastante visitada, como as relações entre senhores e escravos na região de Vassouras, com outros olhos, outros questionamentos.

O livro de Ricardo Salles tem muitos méritos. Entre eles, o de propor, em tempos de muitos trabalhos microscópicos, uma análise mais geral, de cunho marxista, de



um longo período da história e acerca de um tema como a escravidão, fundamental para o entendimento do período imperial brasileiro, e muito abordado por esse ramo da histo-

riografia cultural que tende a privilegiar o estudo de caso. Partindo de fontes comuns aos dois tipos de abordagem, Ricardo estabelece um diálogo crítico com autores que privilegiam os estudos de caso e uma abordagem mais sociocultural do que socioeconômica, e valorizam mais o ineditismo das fontes do que a análise teórica. Em seu trabalho, Ricardo examina inventários como séries documentais, tece estudos demográficos, extrai estatís-

ticas e gráficos que apontam para as estruturas gerais que marcam o sistema escravista ao longo da segunda metade do XIX. Talvez esse avesso da mesma moeda evidencie uma tendência em se falar mais da escravidão e menos dos escravos, que aparecem mais concretamente nos estudos que enfatizam suas trajetórias de vida, sua resistência e estratégias para sobreviver no mundo da violência, sobre as quais o autor versa brevemente no último capítulo.

Salles estrutura seu trabalho em duas grandes partes. Na primeira, intitulada “Escravidão, classe senhorial e Estado imperial”, dedica-se às questões mais gerais e teóricas – o cenário político do Império e a formação da classe senhorial sob liderança fluminense, e os debates no Conselho de Estado sobre a lei de libertação do ventre escravo, sob influência do cenário internacional, marcado pela Guerra do Paraguai e pela Guerra de Secessão americana. A segunda parte, “Vassouras: senhores e escravos”, consiste em uma análise das tensas relações entre senhores e escravos em Vassouras, da segunda metade do oitocentos em diante, a partir dos dados obtidos nos inventários.

Para se ter a exata noção da importância da escravidão para a sociedade brasileira do século XIX, sobretudo da segunda metade em diante, e do grave impacto que representaram a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 e os debates que a cercaram, Salles inicia seu trabalho discutindo a formação da classe senhorial brasileira no período, cujo

amálgama foi a manutenção da ordem escravista. Em seu argumento, retoma a tese clássica de Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema*, alinhando-se com sua posição que defende a centralidade da província do Rio de Janeiro na constituição do Estado imperial e na formação da classe dirigente. Esse é um dos aspectos positivos do livro: recuperar e realinhar as discussões acerca da formação do Estado imperial e da classe senhorial com a constituição da segunda escravidão, posterior ao fim do tráfico internacional de escravos em 1850, levando em consideração como o escravismo foi o eixo em torno do qual ambos se constituíram e se apoiaram, e também como foi a ruína, ainda que lenta, dessa estrutura que trouxe consigo a crise do Estado monárquico.

Salles reafirma a tradição de uma historiografia “saquarema”, se podemos assim chamá-la, rejeitando as críticas à centralidade da província fluminense na condução dos negócios e destinos do Estado nacional. Reforça os interesses mútuos de estadistas e grandes plantadores na manutenção do sistema escravista, em que as ordens econômico-social e política se interligam e se mantêm. Quando divergem, resultam no início da crise do Estado imperial. Partindo deste ponto o autor rejeita a tese do papel protagonista do cativo na deflagração da crise do escravismo, por entender que a questão servil no país foi sempre encaminhada pelo Estado (considerando a Coroa e os estadistas), e por não haver no Brasil,

ao longo do século XIX, nenhuma grande revolta cuja amplitude fosse suficiente para atingir o meio urbano e rural e ameaçar concretamente a escravidão – não descartando, claro, as rebeliões intermitentes e outras formas de resistência escrava.

Considerando que a crise do Império começa em torno dos anos de 1870 e coincide, não por acaso, com a lei Rio Branco de 1871, o autor não credita o impulso da crise às pressões escravas, como o fazem autores como Sidney Chalhoub, seu principal interlocutor. Ao contrário, atribui a desestabilização ao início do rompimento que acontece internamente à classe senhorial, quando as divergências entre o Estado, na figura de seu imperador e dos representantes políticos, e os grandes proprietários escravistas rurais, que sustentam a economia e a ordem social, se tornam mais profundas e levam a um rompimento naquele pacto em torno do elemento servil que, do mesmo modo que levou à consolidação do Estado monárquico, levaria à sua queda em duas décadas. Os atos de rebelião, as fugas mais constantes e a formação dos quilombos, associados ao crescente movimento abolicionista na década de 1880, foram decisivos para o fim da escravidão, mas não constituíam o contexto dos anos 1860-1865.

Salles formula uma das grandes questões de seu trabalho: o período posterior ao fim do tráfico conheceu uma grande prosperidade na lavoura e certa acomodação das tensões entre senhores e escravos – apesar do aumento do controle e da

disciplina de uma população que não teria meios externos para continuar a crescer. As famílias se disseminavam e se multiplicavam, a população escrava tendia ao crescimento natural. Nenhuma grande rebelião, nos moldes haitianos, aconteceu a ponto de abalar a ordem ou motivar alguma mudança de estratégia ou de opinião acerca dos escravos, embora as fugas e rebeliões continuassem eclodindo sazonalmente.

Qual motivação, então, levou à lei de 1871, se não as pressões escravas? Por que levar a escravidão a debate se tudo aparentemente corria bem?

Em um sistema como o escravista brasileiro da segunda metade do XIX, em que não há mais abastecimento externo da mão de obra e na qual os nascimentos são a única forma viável de reprodução da condição jurídica do escravo, libertar o ventre da mulher cativa significava, efetivamente, começar a extinguir a escravidão. O Estado intervém, por meio de uma lei, no direito de propriedade dos senhores e passa a mediar as relações entre estes e seus plantéis, neste caso a favor dos cativos. Essa lei rompe o tênue equilíbrio de forças que compõe a classe senhorial e entre essa e a Coroa, pendendo, neste caso, não a favor dos senhores, e coloca em jogo o equilíbrio e a continuidade do Império.

Para responder às questões sobre as razões e motivos que levaram à aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, Ricardo analisa seu percurso, desde a consulta ao Conselho de Estado, a partir de uma iniciativa de d. Pedro II, até os

debates travados, recuperando a trajetória de vida dos membros do Conselho de modo a situar a postura daqueles estadistas e o impacto da proposta para a classe dirigente do Império. Uma visão geral da discussão demonstra a consternação, ao menos aparente, dos estadistas com a escravidão, tida por todos como um mal necessário. E também uma certa indignação com a postura do imperador de ter a iniciativa de propor a extinção do trabalho escravo. Certamente os conselheiros, representando toda uma classe de plantadores, estavam cientes de que a escravidão um dia encontraria um fim. Todavia, para estes, a escravidão vivia uma estabilidade. Levantar a possibilidade e um horizonte para seu fim era visto como traição da Coroa aos proprietários que a sustentavam. Era comprometer o regime de trabalho escravo, a propriedade daqueles senhores, a ordem social e, em última instância, a ordem política, colocando em risco o Estado imperial.

Salles reafirma que a lei de 1871 não foi uma resposta à pressão dos escravos, mas uma decisão dos estadistas que faziam parte do Conselho de Estado e dos deputados da Assembleia, que demonstrava preocupação com a situação política de isolamento do Brasil em relação às outras nações “civilizadas” do mundo. Tratava-se de uma tentativa de encaminhar com bastante antecedência, e lentamente, a questão escrava, para evitar grandes rupturas sociais e desordem. Para o autor, o Conselho não agiu por iniciativa própria, propondo uma lei à

revelia da sociedade: ele expressava parte do pensamento da classe senhorial, da qual fazia parte, e agiu no sentido de proteger, no limite, a propriedade, garantindo a manutenção da ordem, mas também em consonância com os debates internacionais. Neste ponto, Ricardo inova ao enfatizar as profundas repercussões da lei de 28 de setembro de 1871 nos debates políticos e na vivência entre senhores e escravos em áreas de *plantation*, como Vassouras. Avalia como essa lei marca o início da crise do Império, ao evidenciar uma dissonância de pensamento entre plantadores e políticos, e muda as relações entre senhores e escravos, ao apontar mais diretamente para o fim da escravidão, ainda que incerto e a longo prazo, mas intermediado pela ação do Estado e da lei, em um momento de estabilidade, familiar para os escravos e econômica para os senhores.

Na década de 1860, os proprietários rurais acreditavam que a situação social estava sob controle e que a estabilidade na estrutura produtiva indicava que a escravidão era uma instituição de vida longa e não sofria nenhuma grande ameaça. Para Salles os estadistas eram homens mais envolvidos com as grandes questões internacionais e percebiam o momento de forma diversa. Temiam o exemplo da guerra civil americana, na qual a escravidão foi uma questão determinante para o sucesso das províncias do norte sobre as do sul escravista e para a consequente vitória do trabalho livre e assalariado sobre o escravo. A guerra com o Paraguai também teve gran-

de peso nos debates, já que levava à libertação de uma quantidade significativa de escravos para lutarem nas fileiras do Brasil. À semelhança do que acontecia na América do Norte, essa guerra poderia levar não somente a um número elevado de alforrias e a uma maior presença de libertos, principalmente nos núcleos urbanos, mas também a um questionamento da escravidão.

Os conselheiros teriam sentido o clima de condenação das práticas escravistas, tidas como contrárias à civilização e ao progresso. A reprovação ao escravismo ganhou contornos morais e as pressões internacionais pelo fim do trabalho escravo no mundo se intensificaram, sendo mais sentidas pelos estadistas e intelectuais brasileiros em contato com a Europa e os Estados Unidos, o que, segundo o autor, foi determinante para a aprovação da lei em 1871.

Ao contestar a visão corrente entre os historiadores da cultura da participação decisiva dos escravos na obtenção da lei, Ricardo dá voz aos homens de Estado que a debateram, a favor ou contra, e aos seus argumentos, enfatizando propositalmente o peso do contexto internacional para motivação dos debates, tal como faziam os conselheiros, arriscando-se a perder um pouco a perspectiva dos acontecimentos internos ao deixar-se levar pelos discursos dos estadistas. Desta forma, ao privilegiar uma vertente de análise, acaba deixando um pouco de lado as contribuições sobre resistência e rebelião escrava, endêmica no seu dizer, que atuaram, se não decisivamente, de ma-

neira constante para a obtenção de melhorias nas condições de vida e de direitos aos cativos, mantendo o eterno clima de medo de uma possível insurreição escrava, que tanto assombrava os proprietários da classe senhorial e que pode ter tido sua parcela na motivação para a discussão e aprovação da lei Rio Branco.

Na segunda parte de seu livro, Salles analisa as relações entre senhores e escravos em Vassouras no período da chamada segunda escravidão, a partir dos anos de 1860. Escolhe esse município por ser um grande núcleo produtor de café do Vale do Paraíba fluminense, apesar de ser também um importante centro urbano, concentrador da propriedade e de grandes plantéis de escravos, funcionando como um microcosmo do Império. Era centro irradiador de um modo de vida senhorial e de um padrão de civilidade, do qual a escravidão era sustentáculo financeiro e elemento de dominação, para o resto da província do Rio de Janeiro e para todo o Império. Consistiu também em uma região de peculiar acumulação de riqueza, conforme constata o autor ao traduzir em números a grande concentração de terras, escravos e pés de café distribuídos por algumas famílias tradicionais, que detinham quase que totalmente o controle econômico da província e do país.

Para realizar a análise do tecido social desta região produtora foram examinados os inventários *post-mortem* de pequenos e grandes proprietários da região. Dados como população livre e escrava, proporção de africanos e nasci-



dos no Brasil, de mulheres para homens, e idade, possibilitaram ao autor comprovar sua tese de que, às vésperas da aprovação da lei Rio Branco, a população escrava do Vale do Paraíba fluminense era muito numerosa. Este dado explicava o medo permanente da insurreição escrava e um controle e uma disciplina cada vez mais intensos. Mas também apontava que a população escrava tendia ao equilíbrio entre os sexos e ao crescimento natural. Essa situação de relativa estabilidade podia se verificar no aumento do número de famílias escravas e no crescimento da resistência e da rebeldia, aos quais os senhores respondiam ora com repressão, ora com a concessão de pequenos “privilégios”, como a permissão a divertimentos, folgas, pequenas roças, por exemplo, que, juntamente com as poucas alforrias, equilibravam as tensas relações entre senhores e escravos.

Para os escravos, essas “concessões”, na verdade conquistadas, eram formas de se buscar uma certa autonomia e melhores condições de vida, almejando sempre a libertação. Era um jogo constante de pressões e concessões: os escravos logravam obter melhores termos de vida e a alforria; os senhores equilibravam os riscos de revoltas, mantendo a propriedade escrava.

Nesse contexto, conclui o autor, a lei de 1871 muda o significado da possibi-

lidade de libertação para um ideal de liberdade. Para os senhores representa uma grande perda econômica, pois suprimia a fonte de crescimento da população de cativos, e política, com a intervenção do Estado em relações que antes eram definidas dentro da ordem privada, convertendo concessões em direitos, e o mais grave: tornando real o risco da abolição total da escravidão sem indenização. Para os escravos, significava não mais uma alforria ou a obtenção de um privilégio dentro da ordem escravista, mas a exigência de direitos e a conquista definitiva da liberdade não para alguns, mas para todos. Significava deixar de ser liberto, em um mundo que girava em torno da lógica escravista, para ser livre. Desse modo, a lei pode ser interpretada como o início da crise do Império do Brasil, ao colocar em jogo a escravidão e a Monarquia, por ela sustentada.

Ricardo conclui seu trabalho apontando com muita sensibilidade como a lei ressignificou a liberdade para os que não a possuíam, reconstruindo as trajetórias e estratégias de alguns daqueles homens e mulheres cativos para sobreviver em um mundo marcado pela violência. Alguns obtiveram sua alforria e tornaram-se libertos, outros continuaram lutando e ansiando para serem realmente livres. Cabe a você leitor, tirar suas próprias conclusões.

# P E R F I L I N S T I T U C I O N A L

## Unidade, Diversidade, Sociabilidade O IHGB nos seus 170 anos

**Arno Wehling**

Professor titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor titular da Universidade Gama Filho e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Este artigo traça um perfil do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde a data de sua fundação, em 1838, até os dias atuais. O autor aproveita a ocasião dos 170 anos de criação do IHGB para fazer um balanço sobre suas finalidades e objetivos no século XIX e hoje, e as perspectivas futuras da instituição.  
*Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; história; século XIX; academias.*

This article makes a profile of the Brazilian Historical and Geographical Institute since its foundation, in 1838, until the present time. The author takes advantage of the 170<sup>th</sup> anniversary of the institute (IHGB) to make a balance of its purposes and objectives in the 19<sup>th</sup> century and nowadays, and the future perspective of the institution.  
*Keywords: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; history; 19<sup>th</sup> century; academias.*

**O**s 170 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) cumpriram-se no dia 21 de outubro de 2008. É uma boa ocasião, pela experiência acumulada, para que sejam feitas algumas reflexões sobre finalidades, trajetória e prospectiva da instituição.

A conjuntura de fundação do instituto, em 1838, talvez seja o aspecto melhor estudado de sua história institucional, e isso nos permite constatar, entre outros pontos, a correlação existente entre ela, o Arquivo Nacional e o Colégio Pedro II. As três entidades foram fundadas em um momento singular da história brasileira,

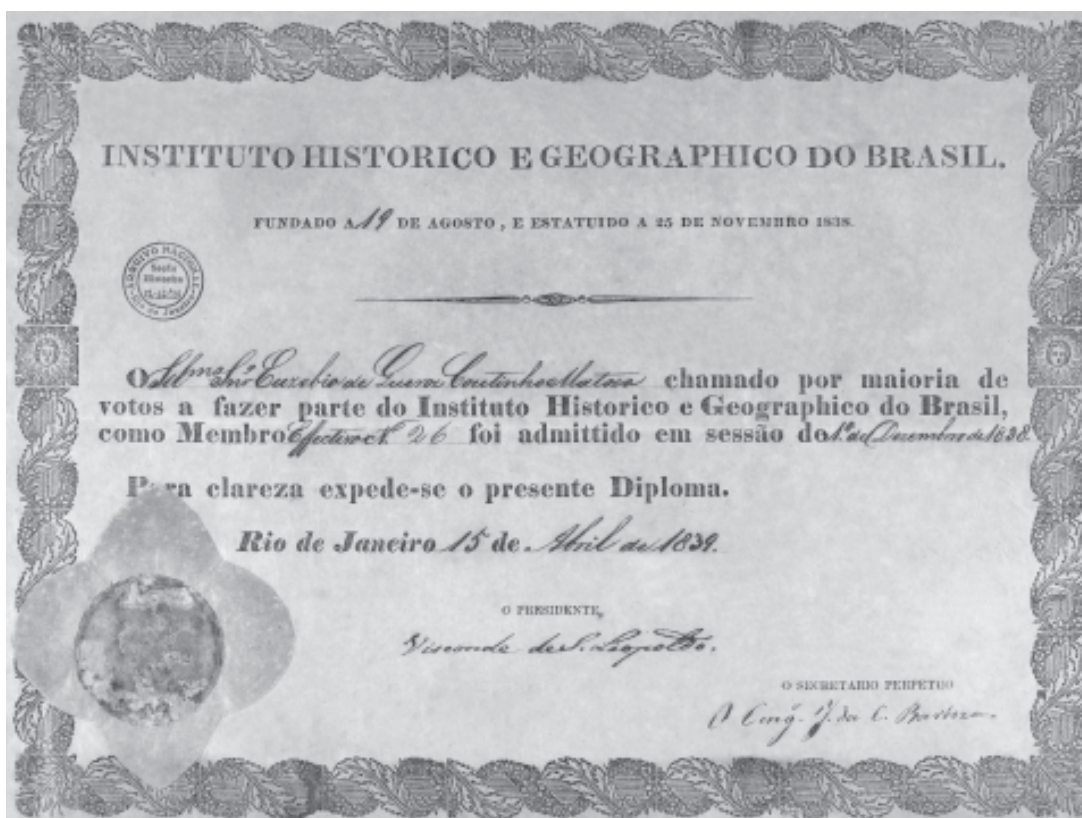
uma dessas encruzilhadas decisivas para o desenvolvimento posterior do país.

A opção entre manter a unidade nacional com elos fortemente centralizados, mantê-la ao modo federativo ou admitir a fragmentação em diferentes estados estava na ordem do dia. A elite mineira, fluminense e paulista escolheu, decisivamente, o primeiro caminho, após o fracasso de Feijó e no governo do pernambucano Araújo Lima, no âmbito de toda uma arquitetura política montada para reequilibrar o unitarismo constitucional com o federalismo do Ato Adicional, visando à eliminação das tendências secessionistas. Nesse quadro, foram estabelecidas três instituições, no espa-

ço de onze meses, com o objetivo de nortear a educação secundária, organizar a informação de interesse público e consolidar a identidade nacional, respectivamente o Imperial Colégio Pedro II, o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A finalidade do IHGB, como definida em seu primeiro estatuto e, por tradição, repetida nos demais, era a de coligir informações dispersas por todo o Brasil, discutir questões de relevância para a história, a geografia e a administração do país e divulgar suas conclusões por meio de eventos e publicações.

Era todo um catálogo de realizações, que aparecia enunciado no estatuto de 1838



Diploma de sócio efetivo conferido a Eusébio de Queirós pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 15 de abril de 1839

e nos “programas históricos” propostos pelo primeiro presidente do IHGB, o visconde de São Leopoldo. Na expressão da época, foram reunidas a *história filosófica* e a *história pragmática* para, a partir de um repositório de dados sobre o país, compreender o processo de sua formação e estabelecer diretrizes para o futuro. Mesmo a ideia de formar quadros para a administração pública aparece nos textos produzidos na primeira década do instituto.

Ao mesmo tempo *programa de pesquisa científica, proposta de pedagogia social e discurso legitimador*, o projeto do IHGB pressupunha diversos desdobramentos: coleta de dados no Brasil e no exterior, envolvendo procedimentos que hoje denominamos arquivísticos, museológicos e biblioteconômicos; realização de investigações que permitissem aprofundar o conhecimento da evolução histórica do país, de sua composição étnica, de suas bases geográficas, de suas características e potencialidades econômicas; constituição de fóruns de debates especializados e divulgação de textos que contribuíssem para aperfeiçoar o nível científico, educacional e cultural do país; e por último, e talvez mais importante, a elaboração de um discurso legitimador que levasse em conta os valores dominantes naquela elite que reequilibrava institucionalmente o país, com o apoio, nem sempre fácil, das demais elites provinciais.

Esses valores aparecem algo difusamente nos textos publicados na *Revista do IHGB* em seus primeiros anos, mas se tornam explícitos com a premiação da monografia

de Martius, em 1843, sobre “como se deve escrever a história do Brasil”. Aí estão, clara e sucintamente expostas, as vértebras do discurso legitimador que será a marca do instituto e do país ao longo de quase todo o século XIX.

O *método* a seguir seria o da combinação da história filosófica com a história pragmática; o objeto da pesquisa, a sociedade, a cultura, a vida econômica e as instituições políticas, mais do que as meras informações factuais, em uma equação que combina a história dos costumes de Voltaire com a história do *Zeitgeist* da Ilustração alemã; o *processo formador*, a fusão das etnias portuguesa, indígena e negra, com o predomínio da primeira, como rio principal ao qual se mesclavam os afluentes, na metáfora geográfica do autor; as *concepções diretoras*, a ideia da integridade nacional, pela união das províncias em torno do centro político e da monarquia constitucional, como forma de governo capaz de permitir as condições de estabilidade ao sistema político, indispensáveis à paz e ao progresso.

Ao longo dos seus 170 anos, certamente os “programas históricos” a cumprir pelo IHGB variaram de acordo com as circunstâncias de sua historicidade. Ao romantismo historicista, preocupado com a integridade nacional e a construção do Estado, seguiram-se as gerações científicas, embebidas de positivismo, evolucionismo e, posteriormente, marxismo, centradas em encontrar os fundamentos e a dinâmica da sociedade brasileira.

No século XX também se acrescentaram ao debate weberianos, estruturalistas e foucaultianos. Ainda nesse século, viu o IHGB acelerar-se o movimento de fundação de seus congêneres estaduais, já iniciado no XIX, e o movimento de pesquisa universitária, nascido com a fundação das faculdades de filosofia na década de 1930 e consolidada com os programas de pós-graduação dos anos de 1970.

Novos papéis precisaram ser definidos para o IHGB, assim como para os institutos estaduais e, já agora, municipais.

Um papel, porém, permanece como base, embora todo o restante mude, e foi reiteradamente sublinhado na comemoração dos 170 anos, quando da realização do IV Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros: o papel de pensar o Brasil, de autodefinir-se a instituição como um fórum permanente de estudos brasileiros. Na mesma ordem de ideias, esse papel se repete com os institutos históricos estaduais e mesmo municipais, outros tantos fóruns cuja temática de eleição é a das diferentes realidades regionais.

A missão dessas instituições é continuar a *pensar o Brasil* e a *pensar suas realidades regionais*, quer formulando elas próprias a reflexão, como faz o IHGB em suas reuniões permanentes e extraordinárias, e nos congressos estaduais, nacionais e internacionais, quer facultando os meios, nos seus arquivos, bibliotecas e museus, para que os pesquisadores alheios às instituições o façam, quer, ainda, contribuindo para as políticas de preservação do patrimônio cultural e para o êxito da pedagogia social da comemoração.

Esse *pensar o Brasil* e pensar as realidades regionais, no início do século XXI, envolve, certamente, categorias, conceitos e práticas diversas daquelas que orientaram os respectivos fundadores e as gerações intermediárias. Desde a nossa autolocalização institucional no panorama da cultura brasileira, até as atividades concretas que a refletirão, tudo precisa ser repensado à luz dos desafios dessa peculiar modernidade pós-moderna.

O IHGB e seus congêneres regionais precisam, agora, construir coletivamente, pelo esforço e pela participação de seus membros, novos objetivos para responder a tantos e tão profundos desafios. Mas o deverão fazer plenamente conscientes de que esses novos objetivos serão definidos nos limites impostos pelas suas antigas finalidades. Os fins dos institutos históricos estão inscritos perenemente – com a perenidade que podem ter as construções humanas – nos seus estatutos e nas suas realizações desde os fundadores. A eles, em boa lógica identitária, precisam permanecer absolutamente fiéis. Mas objetivos sofrem os efeitos da historicidade e precisam ser redefinidos a cada nova conjuntura, sempre olhando o norte definido pelos fins. Já tive oportunidade, no IHGB, referindo-me a outro contexto, de utilizar uma paráfrase de Ortega y Gasset que parece adequada a esta situação: não devemos fazer o que os fundadores fizeram, sob pena de nos esclerosarmos em um conservadorismo estéril; mas devemos fazer o que fariam hoje, se estivessem em nosso lugar.



Para cumprir este desiderato, essas instituições somente serão bem-sucedidas se tiverem muito claros os fins do institutos históricos e geográficos, aqueles princípios intemporais cuja encarnação histórica cabe a cada nova geração de membros das nossas Casas.

É um desafio magno, mas que deve estimular a inteligência e animar a criatividade. E impõe a necessidade de uma estreita cooperação entre o IHGB e os institutos históricos estaduais e municipais. Trabalhando sobre as realidades regionais, trabalhamos, simultaneamen-



**Marco de Cananéia, fincado pelos primeiros navegadores portugueses no litoral brasileiro, como símbolo da posse territorial**

te, o Brasil como um todo, e com isso ajudamos a consolidar esta imensa realização histórica que é fazer de um país continental, um raro exemplo de unidade linguística e política com clara diversidade étnica e cultural.

Fazer 170 anos implica, também, reafirmar o compromisso de recomeçar, cumprindo a sina de Sísifo.

Recomeçar consolidando o que foi realizado, partindo de um ponto que serve de patamar e alavanca para os seguintes, sempre no sentido de, em cumprimento ao programa fixado pela atual diretoria, adensar a contribuição intelectual e moral do instituto ao Brasil, fazendo-o partícipe de peso no conjunto das instituições culturais brasileiras.

Diversos são os instrumentos para a consolidação do trabalho até aqui desenvolvido, explicitados em diferentes documentos institucionais. Sobre um dos mais significativos, porque condição da argamassa que une seus membros – a sociabilidade –, cabem algumas digressões que permitem destacar traços do IHGB, embora, até certo ponto, comuns a outras entidades acadêmicas.

A própria natureza de uma *academia* envolve a ideia de união, e esta, por sua vez, tem como corolários o convívio e a sociabilidade. Bernardin de Saint Pierre fala da indispensabilidade de “reunir as verdades dispersas por toda a terra”. Xavier Heuschling, no *Dictionnaire générale de la politique*, verbete “Academias”, de 1864, afirma ser necessária “a unidade na multiplicidade: tal é a lei da

natureza, na ordem intelectual e moral, como na ordem material. Daí também a necessidade da reunião dos homens que pensam, para concentrar num local comum suas ideias isoladas e esparsas”.

O IHGB tem sido, ao longo de sua história, um local de convergência de ideias sobre a história, a geografia e outros campos do conhecimento. Convergência que não significa abandono de concepções ou convicções próprias em favor das eventualmente dominantes na instituição. No IHGB, coexistiram e conviveram racionalistas ilustrados, historicistas, positivistas, evolucionistas, marxistas e weberianos; liberais, tradicionalistas, conservadores e socialistas; românticos, realistas e modernistas. Ademais, o IHGB valorizou sempre suas origens pluricorporativas: poucas instituições existem nas quais se sentem lado a lado e dialoguem juristas, eclesiásticos, militares, professores universitários, diplomatas, médicos, vinculados pelo laço subjetivo da reflexão sobre o Brasil e pelo laço objetivo da pesquisa científica.

Essa convivência plural tornou-se possível e, mais que isso, desejável, pela finalidade de congregação: pensar o Brasil. Não do ponto de vista de um partido, porque não se aspira ao poder político. Não do ponto de vista de uma ideologia, porque não se aspira, ao estilo sofista, vencer a discussão a qualquer preço. Pensa-se o Brasil de um ponto de vista *acadêmico*, isto é, de uma valoração superior, não imediatamente engajada em uma determinada opção, de qualquer natureza, mas mediatamente identificada



com valores mais altos, que envolvem uma atitude de profunda empatia com a humanidade e forte empenho de que o país afirme um *ethos* humanista.

Ao percorrermos as páginas da *Revista do IHGB*, desde o século XIX, é esta mensagem, frequentemente envolta em formas muito diversas de expressão, que encontramos. Talvez o exemplo pessoal mais emblemático dessa ideia seja o do cônego Januário da Cunha Barbosa, que foi pregador imperial, mas também polêmico e combativo jornalista e deputado. Esteve no governo, na oposição e na prisão, mas dedicou seus últimos anos à finalidade maior de dar ao Brasil uma instituição efetivamente nacional, para muito além das circunstâncias.

Em consequência dessa heterogeneidade repassada por um interesse comum, quando distinguimos a *sociabilidade*, não nos referimos, necessariamente, à amabilidade, mas à capacidade de conviver com o outro, ainda que este outro seja profundamente diferente. Charles Duclos, que era um homem cultivado no sentido francês do século XVIII e viveu nos reinados dos últimos Luíses, dizia que “o homem sociável inspira o desejo de com ele conviver (...) (ao contrário) o homem amável reúne vícios, frivolidades e inconvenientes que o tornam frequentemente o menos digno de ser amado”.

A *sociabilidade* manifesta-se de diferentes maneiras, seja na essência, seja nos acidentes, seja no estilo. Mas alguns de seus traços mais característicos devem ser lembrados, se desejamos entender o IHGB e refletir sobre seu espírito.

Em primeiro lugar, um acendrado respeito pela pessoa e pela obra do *outro*. Para além da tolerância, que apenas *suporta* a diversidade, esse respeito nasce não apenas da mútua condição acadêmica, mas da convicção de que aquele que não pensa como nós certamente o faz amparado por alguma parcela de verdade em seu pensamento, assim como a nossa própria *Weltanschauung*, por mais cara que nos seja, também é um exercício necessariamente parcial, datado e perspectivado. Quando lemos os livros de Max Fleiuss sobre o instituto, cujos temas diversificados cobrem quase toda a primeira metade do século XX, ou quando recordamos o *consulado* de Pedro Calmon à frente de nossa instituição, entendemos a expressão concreta desta atitude, a de um convívio fundado no respeito intrínseco pela pessoa e seu trabalho, e não na tolerância, esta sempre fruto de uma decisão política, no contexto de uma relação potencialmente conflitiva.

Inseparável desta atitude é a da valorização da inteligência, mais do que da simples erudição. A valorização do “contato com pessoas inteligentes”, na expressão de Goethe, o fez perguntar o que seria “se não tivesse sempre aprendido com elas”. E, rematando o pensamento em forma de conselho, dizia, dirigindo-se a seu correspondente: “Vocês devem aprender não através dos livros, mas de uma viva troca de ideias, por meio de uma tranquila sociabilidade”. Esta *Geselichkeit* reaparece em várias obras e vários momentos de sua vida, atestando a importância que lhe dava, talvez

porque ela já se encontrasse em certo declínio nestes anos de crise do Antigo Regime, refugiando-se em alguns nichos acadêmicos e literários.

O gosto pela troca de ideias completa, assim, o perfil acadêmico da sociabilidade. Sem o “comércio de ideias” da expressão setecentista, a sociabilidade não floresce. Ela seria apenas um exercício frívolo ou lúdico, se não contribuísse, efetivamente, para o refinamento do conhecimento. Aquilo que hoje em dia as diferentes especialidades fazem em congressos científicos, trocando informações e procedimentos dentro de certas regras, visando ao aperfeiçoamento de um determinado campo, pode e deve ser feito, em outro estilo e com meios diversos, em uma sociedade acadêmica – e, provavelmente, com muito mais liberdade de espírito. Muitos anos antes de falar-se em interdisciplinaridade, Valéry, referindo-se à Academia Francesa, falava do “comércio de personalidades in-

comparáveis”, para ilustrá-lo com a troca multifacetada permitida pelo convívio de prelados, diplomatas, filósofos, poetas, militares e historiadores.

É da interlocução entre diferentes, sobretudo entre muito diferentes, que podem nascer as reflexões mais elaboradas e as valorações mais profundas, além e acima das práticas rotineiras do cotidiano. Se, em nosso espaço espiritual, continuarmos a perseguir esta finalidade, o “comércio de ideias” será o instrumento fundamental para atingi-la, pois poderemos dizer, ainda com Goethe, que “onde a *Geselichkeit* encontra interlocutores, ela está em seu natural”.

Finalidades maiores, pensamento estrutural “para além do próximo balanço” e intercâmbio permanente de conhecimentos e vivências são alguns dos valores, no sentido weberiano da expressão, reafirmados nos 170 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

---

Recebido em 14/7/2009  
Aprovado em 5/8/2009

# P E R F I L      I N S T I T U C I O N A L

## Arquivo Nacional: 170 anos

**Cláudia Beatriz Heynemann**

Doutora em História Social pela UFRJ e  
Supervisora da Área de Pesquisa do Arquivo Nacional

Perfil e histórico da instituição fundada há 170 anos considerando as suas principais transformações movidas por alterações legais e conceituais operadas no conhecimento arquivístico, nas concepções de Estado e na pesquisa documental ao longo do tempo. Descreve resumidamente o acervo conservado pelo Arquivo Nacional e destaca algumas das suas mais recentes e importantes iniciativas na área de gestão de documentos e preservação da memória.

*Palavras-chave: Arquivo Nacional; acervo arquivístico; gestão de documentos.*



This profile consists of a history of the institution, founded 170 years ago, considering its principal legal and conceptual transformations operated in the archivistic knowledge, in the State conceptions and in the documental research throughout time. It briefly describes the collection kept by the National Archives and highlights some of its more recent and important initiatives in the records management and preservation of memory.

*Keywords: National Archives; archivistic collection; records management*

**I**nstituição típica do Brasil oitocentista, o Arquivo Público do Império compartilha, com o advento da fotografia na França em 1839, da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, do Public Records na Inglaterra em 1848, entre outros

eventos paradigmáticos, do século do Estado-nação, da história e dos arquivos. Previsto na Constituição de 1824, foi criado pelo regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838, trinta anos após o desembarque da corte joanina no Rio de Janeiro, quando diversos órgãos foram esta-

belecidos ou transplantados para a nova sede do governo e aqui surgiram o Museu Real, o Teatro São João, a Real Biblioteca, o Real Horto e muitas outras instâncias representativas do mundo cultural e científico do Antigo Regime e da Ilustração lusa. Mas a história e a memória da América portuguesa aguardaram o Império e, embora antecedido por academias setecentistas e arquivos gerados no exercício dos diferentes cargos da burocracia colonial, o empreendimento não contou com um arquivo central nos moldes de algumas colônias hispânicas.

Pelo referido regulamento, o Arquivo Público do Império ficava estabelecido provisoriamente na Secretaria de Estado de Negócios do Império e os “armários e gavetas” reservados ao acondicionamento dos papéis se dividiam pelas seções Legislativa, Administrativa e Histórica. Enquanto a primeira guardaria documentos como a Constituição do Império, as atas das eleições dos senadores e deputados, cabiam à Administrativa originais dos atos do Poder Moderador, de contratos de empréstimos contraídos dentro e fora do Império, de concílios, letras apostólicas, constituições eclesiásticas, de propriedade de bens nacionais etc. Mas se essas divisões apontavam na direção de uma possível racionalidade administrativa, era à Seção Histórica que cabia o lugar de representar a nação, guardar seus signos e os elementos integrantes de uma narrativa histórica nos padrões do século. Assim, originais dos contratos de casamento do imperador, príncipes e princesas imperiais, mapas e relações

estatísticas, correspondência dos presidentes de província, “notícias de qualquer descoberta útil em qualquer província, de produtos de história natural, mineralogia, e botânica”, cópias de patentes concedidas aos “descobridores ou inventores de indústria útil”, de memórias oferecidas ao governo, relativas “à história do Império, ao aumento e progresso da sua agricultura, comércio, navegação, indústria, ciência e artes”, eram listados em vários artigos, em consonância com a herança ilustrada com a qual o novo Império se identificaria.

Em seus primórdios o Arquivo enfrentou muitos obstáculos, fosse na obtenção de uma sede ou no recolhimento do acervo, premido pela necessidade de reunir a documentação existente nas secretarias dos ministérios e pelo suprimento de “lacunas” constatadas na documentação sobre a história do país, a ser localizada essencialmente em arquivos portugueses, mas também em outras províncias. Havia, assim, a diretriz de que existia uma narrativa histórica consubstanciada por determinados documentos, e que esta deveria ser recomposta. Característico do aclamado século da história, esse princípio foi seguido por meio de expedições (como a de Gonçalves Dias às províncias do norte), de pedidos de viagens a Portugal e pela previsão do cargo de cronista da história do Brasil, em 1876.

Um dos momentos de inflexão na história do Arquivo Público foi a administração de Joaquim Pires Machado Portela, iniciada em 1873, que se estendeu por vinte e cinco anos, sendo percebida à época como

uma mudança significativa na história institucional. Entre as principais transformações implementadas, destaca-se o “plano de classificação de documentos”, a sistematização do recolhimento, obedecendo a um ritmo regular e a princípios gerais, e finalmente a ativação da Seção Histórica, prevista desde 1838. O regulamento aprovado em 1876 mantinha, basicamente, as mesmas atribuições, acrescentando à estrutura, a biblioteca, a mapoteca e a Seção Judiciária, cuja criação, observava Machado Portela em 1874, havia sido reclamada por seus antecessores. Perguntando-se sobre a vantagem de tantas seções, “em um Arquivo que ainda não conta avultada cópia de documentos”, o diretor lem-

brava o modelo do Arquivo Público da França, que as reduzira de seis para três seções, denominadas histórica, administrativa e judiciária.

É em meados do século XX que uma ruptura decisiva se enuncia, tirando o Arquivo do lugar de “velho guardião da memória”. Em 1959, seu diretor (1958-1963), o historiador José Honório Rodrigues, publicava um diagnóstico da instituição, localizando, no modo como se estruturara o órgão, a matriz de seus problemas. Rodrigues assinala o descompasso com outras instituições modernizadas, como a Biblioteca Nacional e o Museu Imperial, que deveria ser cor-



Arquivo Público do Império. Rio de Janeiro, s.d.

rigido a partir daquele momento. O novo regulamento define o Arquivo

como uma repartição nacional, fixa a política de arquivos, estabelece suas atribuições e objetivos, defende e amplia a coleta selecionada em todo território nacional e em todas as fontes de documentação federal; estende essa defesa pela preservação da documentação em filmes, discos, fotografias; cria serviços de pesquisa e informação históricas [...].

O Serviço de Documentação Escrita então criado foi um dos pontos significativos da reforma, abrangendo as seções do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, da Presidência da República, dos Ministérios, da Administração Descentralizada e da Documentação Histórica. Ainda que tenha sido conservada a ideia de “documentação histórica” e que funcionasse um Serviço de Pesquisa Histórica, José Honório Rodrigues avaliava o “problema administrativo e histórico” que incidia sobre os arquivos, entendendo que o recolhimento, ao exigir o controle sobre o fluxo documental, dava aos arquivos seu caráter eminentemente administrativo. Assinalava, no entanto, que “como arsenais da administração eles não destroem a missão histórica, nem se deve pensar que haja uma competição entre a história e a administração”.

Com a aprovação em 1975 de um novo regimento deu-se um passo importante, ao ser incorporada, decididamente, a ideia de gestão de documentos, por meio da Divisão de Pré-Arquivo, que no ano seguinte se instala também em Brasília,

demonstrando a preocupação do Arquivo com a sua atuação junto à administração pública na capital. No âmbito externo, o regimento reservava um papel ainda limitado ao Arquivo, sendo finalidade do órgão “recolher e preservar o patrimônio documental da nação brasileira, com o objetivo de divulgar o respectivo conteúdo de natureza científico-cultural e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional”.

A preservação de documentos do poder público como finalidade do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) foi uma das conquistas do final dos anos de 1970. Tendo o Arquivo Nacional como órgão central, o sistema era composto pelos órgãos da administração federal direta e indireta que exercessem as atividades de arquivo intermediário e permanente. Os arquivos dos poderes Legislativo e Judiciário da União, os arquivos nos estados, Distrito Federal, territórios e municípios só integrariam o sistema mediante convênio, o que circunscrevia o SINAR ao “que já se convencionou denominar como área de ação dos arquivos nacionais”. Simultaneamente ao sistema, era criada a Comissão Nacional de Arquivo (CONAR), destinada, em linhas gerais, a assessorar o SINAR.

No início dos anos de 1980, em conferência realizada pela Unesco em Berlim, a expressão “modernização de arquivos” assumiu um significado distinto do que possuía. Para Charles Kecskeméti, o termo deixa de indicar apenas a melhoria de instalações, a renovação de equipa-



mentos ou o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em arquivos, a partir da sugestão à Unesco, por parte da diretora-geral do Arquivo Nacional, Celina Amaral Peixoto, de um “projeto-piloto de modernização em uma instituição arquivística do tipo tradicional”. Para assegurar a transformação radical a ser efetuada, era imprescindível a mudança para uma nova sede; a identificação de todos os documentos conservados no Arquivo Nacional; o recenseamento dos acervos não recolhidos e o aperfeiçoamento de pessoal. Essas eram as condições requeridas para a elaboração de uma legislação federal e de uma nova estrutura para o Arquivo Nacional.

Fruto de convênio entre o Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas, o Projeto de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional, firmado em 1981, a subsequente passagem do Arquivo para órgão autônomo da administração direta na estrutura do Ministério e a mudança para o edifício anexo à antiga Casa da Moeda, em janeiro de 1985, despertaram o interesse dos organismos internacionais naquela década. A instituição passa a ser membro do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, órgão da Unesco, sendo escolhido por esse organismo para desenvolver, na América Latina, nos anos 1984-1985, o projeto de modernização de arquivos históricos do tipo tradicional. Em compasso com essas transformações, foi lançado o primeiro número da revista *Acervo*, em 1986, fundada a Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), em

1987, além da montagem, em 1989, da exposição comemorativa do ano de 1789 na França e no Brasil, intitulada *Natureza, razão e liberdade*.

O Arquivo Nacional atingiu parte substantiva de seus objetivos na década de 1990, com a promulgação da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que estabelece, como dever do poder público, “a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. A lei assegura ao Arquivo Nacional “a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos”. Órgão da estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República a partir de 2000, diretamente subordinado à Secretaria Executiva, o Arquivo Nacional tem como finalidade

implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Nesse período foram instituídos o núcleo regional do Distrito Federal – atual Coordenação Regional no Distrito Federal – e o Conarq. Presidido pelo diretor-geral do Arquivo Nacional, o conselho, de acordo com a regulamentação de 2002, tem a finalidade de definir a política nacional de arquivos públicos e privados, exercendo orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Em 2004, o Arquivo Nacional passou a ocupar sua sede definitiva, no conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN e inteiramente restaurado e equipado para esse fim. Localizado em frente à praça da República no Rio de Janeiro, o imóvel, construído para ser a Casa da Moeda desde 1868, figura como um dos mais característicos monumentos neoclássicos da cidade. Espaço também de inúmeras exposições organizadas ou sediadas pelo Arquivo Nacional, abriga um dos mais importantes laboratórios de preservação da América Latina e divide com a Coordenação em Brasília a guarda de um acervo avaliado em cerca de 70 km de documentos. Esse universo congrega registros datados do século XVI aos dias de hoje, provenientes da administração colonial, do governo metropolitano, de ministérios e órgãos do Império e da República, de indivíduos e instituições privadas, coleções e itens documentais, documentos audiovisuais e cartográficos, uma biblioteca especializada nas áreas afins à missão do Arquivo Nacional e uma coleção de livros, folhetos e periódicos raros de cerca de sete mil títulos.

Documentos como a Lei Áurea, do Ventre Livre, a elevação do Brasil a Reino Unido, longa e contínua documentação sobre o tráfico, o comércio e o trabalho escravo no Brasil, as Constituições do Império e da República, patentes industriais, inventários *post-mortem*, processos do Tribunal de Segurança Nacional, acervo dos órgãos de repressão da ditadura militar e da censura, fotografias do jornal *Correio da Manhã*, filmes da Agência Nacional e registros da TV Tupi, entre tantos outros exemplos, dão a medida da relevância e do caráter único desse acervo. Visando à difusão de seu acervo e o apoio à pesquisa acadêmica, é promovido bienalmente, desde 1991, o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, concurso que publica as três melhores monografias realizadas a partir de fontes da instituição. Esse patrimônio arquivístico, compreendido, sobretudo, como informação, é tratado tecnicamente, organizado e descrito de acordo com as mais recentes normas, e é objeto, igualmente, de uma estratégia de preservação que abrange o controle ambiental, a reprodução digital e a restauração, entre as distintas medidas adotadas.

As conhecidas transformações operadas no âmbito das tecnologias da informação foram acompanhadas pela instituição, que se abriu à comunidade nacional e internacional por meio de seu portal na web e dos sítios integrados, entre eles as *Exposições Virtuais* e *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*. Um dos instrumentos mais importantes oferecidos aos usuários para consulta ao acervo da ins-

tuição é o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), formado pela base de dados MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira e pela descrição multinível, procedimento padronizado e adotado internacionalmente que integra em distintos níveis de descrição os documentos que compõem os fundos e coleções.



Arquivo Nacional participa ativamente de organismos internacionais como a Associação Latino-americana de Arquivos (ALA), o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a Comissão Luso-brasileira para Salvaguarda do Patrimônio Luso-brasileiro (COLUSO), o Projeto InterPARES – International Research on Permanent Authentic Records in Electronic System (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), o Programa ADAI e o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, além de cooperar e manter convênios com universidades para projetos comuns.

Em 12 de dezembro de 2003, pelo decreto n. 4.915, foi criado o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da administração pública federal, pelo qual se organizam, sob a forma de sistema, as atividades de gestão de documentos de arquivo no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal. O SIGA visa garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública federal, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e

às informações neles contidas, entre outras finalidades voltadas à integração das atividades de gestão de documentos de arquivo dos órgãos integrantes, à disseminação de normas relativas à gestão documental e à preservação do patrimônio documental arquivístico da administração pública federal.<sup>1</sup>

Uma das mais importantes ações implementadas pelo Arquivo Nacional é o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), institucionizado pela Casa Civil da Presidência da República. Intitulado *Memórias Reveladas*, o centro<sup>2</sup> tem por objetivo geral difundir informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980. *Memórias Reveladas* funcionará como catalisador de projetos e iniciativas de inúmeras entidades públicas e privadas existentes no país, realizando um trabalho apartidário de interlocução com as organizações que têm objetivos similares, respeitando princípios de jurisdição documental e partilhando procedimentos e resultados. Tendo como uma de suas principais instâncias o portal *Memórias Reveladas*, o centro, enquanto gestor de um sistema, deverá trabalhar com informações, reservando a custódia física dos documentos às diferentes entidades (arquivos, bibliotecas, centros de memória, museus, universidades e pessoas físicas) que já a detêm. Ainda no âmbito da memória das lutas políticas e da história do período definido como ditadura militar, deve-se lembrar que em dezembro de 2005 a Coor-

denação Regional, em Brasília, recebeu para guarda permanente os acervos dos extintos Serviço Nacional de Informações (SNI), Conselho de Segurança Nacional (CSN) e Comissão Geral de Investigações (CGI). Posteriormente, chegaram à mesma coordenação processos produzidos pelo Ministério da Justiça, documentação da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, e um novo conjunto de documentos

do Conselho de Segurança Nacional, o qual estava sob a guarda do Gabinete de Segurança Institucional.

Ao completar 170 anos de existência, o Arquivo Nacional, além de polo de todo um sistema de informação arquivística em sentido amplo, tem em seu acervo um traço comum com a história brasileira em cinco séculos, qual seja, a sua riqueza e complexidade.

---

Recebido em 21/8/2009  
Aprovado em 26/8/2009

N O T A S

1. Cf. <http://www.siga.arquivonacional.gov.br>
2. Cf. <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>

# B I B L I O G R A F I A

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil 2: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (coordenador-geral Fernando Novais).

AMARAL, Aracy do. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Editora 34; Fapesp, 1997.

ANDREWS, Malcolm. *Landscape and Western art*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira, 1813-1845*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna, do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les académies d'histoire*. Paris: PUF, 1988.

BECK, Hanno. *Alexander von Humboldt*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1959-1961.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emilio Odebrecht, 1994. v. 3.

BETHELL, Leslie. *Brazil in books by British and Irish authors*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2003.

\_\_\_\_\_. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade question 1807-1869*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. Edições em português, em 1976 e 2002.

\_\_\_\_\_ e CARVALHO, José Murilo de (orgs.). *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks; Academia Brasileira de Letras, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. *A visão europeia: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e o teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_ (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, 2007, p. 306-312.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUNU, Pierre. *La civilisation de l'Europe des Lumières*. Paris: Arthaud, 1971.

CLARK, Kenneth. *Landscape into art*. London: John Murray, 1949.

COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: Editora Senac, 2005.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

CUNHA, Lygia da Fonseca da. *Álbum cartográfico do Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971.

DIAS, Elaine e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nicolas-Antoine Taunay, uma leitura dos trópicos*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil, um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre*. São Paulo: CEN, 1974.



DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. *A noção de civilização nos construtores do Império*. 1990. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

DROUIN, Jean-Marc. *L'écologie et son histoire*. Paris: Flammarion, 1991.

EDLER, Flávio Coelho. *A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*. 1999. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. A medicina e as ciências naturais. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Augusto (orgs.). *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 97-122.

FALCON, Francisco José C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FAORO, Raymundo (org.). *O debate político no processo da Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

FARIAS, J.; SOARES, C. e GOMES, F. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominichi Miranda de (orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: UFMG; Editora da Fiocruz, 2008, p. 87-98.

\_\_\_\_\_. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História), FLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).

FRANK, Zephir. *Dutra's World: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

FREUND, Gisele. *La fotografia como documento social*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

FREYRE, Gilberto. *Os ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

FRIDMAN, Fania. De chão religioso à terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, ago./dez. 2001; v. 16, n. 1, jan./jul. 2002.

\_\_\_\_\_. *Donos do Rio em nome do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Garamond, 1999.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. *A experiência burguesa: guerras do prazer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média, 1815-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. Edição em português, 1973.

GUENTHER, Louise. *British merchants in nineteenth-century Brazil: business, culture, and identity in Bahia, 1808-1850*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAIS, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 289-305.

\_\_\_\_\_. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1962. Última edição em português em 2009.

\_\_\_\_\_ e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. *Visão do paraíso: os nativos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

HUGHES, H. Stuart. *Coscienza e società: storia delle idee in Europa dal 1890 ao 1930*. Torino: Einaudi, 1967.

JAHODA, Gustav. *Images of savages: ancient roots of modern prejudice in Western culture*. London and New York: Routledge, 1999.

JOUBE, Claudine Lebrun. *Nicolas-Antoine Taunay*. Paris: Arthéna, 2003.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2004.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos, 1876-*

1939. 2008. Tese (Doutorado), FLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora Puc-Rio, 2006, p. 61-77.

KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

\_\_\_\_\_. *Hercule Florence, a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê, 2007.

LAGO, Pedro Correa do. *Taunay e o Brasil: obra completa, 1816-1821*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITE, Miriam Moreira. *Livros de viagem, 1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LISBOA, Karen M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na "Viagem pelo Brasil" (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1997.

\_\_\_\_\_. Da expedição científica à ficcionalização da viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan./jun. 2008, p. 115-132.

LÖWY, Michel. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1990.

MANCHESTER, Alan K. *British preeminence in Brazil, its rise and decline: a study in European expansion*. New York: Octagon Books, 1964. Edição em português de 1973.

MARSHALL, Oliver. *English, Irish and Irish pioneer settlers in nineteenth-century Brazil*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2005.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).

MARTIUS, Alexander von (org.). *Goethe und Martius*. Mittelwald: Arthur Nemayer Verlag, 1932.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEADE, Teresa. *Civilizing Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro; Brasília: Nova Fronteira; INL, 1984.

- MILLIET, Sérgio. *Pintura quase sempre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.
- MORAZÉ, Charles. *Os burgueses à conquista do mundo*. Lisboa; Rio de Janeiro: Cosmos, 1965.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- \_\_\_\_\_ e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil à época da Independência. In: \_\_\_\_\_. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.
- MOTTA, Marcia Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Vício de Leitura, 1998.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1995.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).
- NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NEVES, Lucia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (coord.). *O Império luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PEREIRA, Leonardo Affonso M. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- PEREIRA, Sonia Gomes. *Arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: Com Arte, 2008.
- PERROT, Dominique e PREISWERK, Roy. *Ethnocentrisme et histoire*. Paris: Anthropos, 1975.
- PIMENTA, João Paulo G. e ARAÚJO, Valdei Lopes de. História: 1750-1850. *Ler História*, Lisboa, v. 55, 2008, p. 83-96.

- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.
- PINTO, Fernanda Mousse. *A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos*. 2007. Dissertação (Mestrado), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POMMERY, Louis. *Aperçu d'histoire économique contemporaine*. Paris: Librairie de Médecis, 1952, tome I – 1890-1939.
- PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- REGINALDO, Lucilene. *"O rosário dos angolas": irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. 2005. Tese (Doutorado), Universidade de Campinas, Campinas.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- \_\_\_\_\_. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai de santo no Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).
- \_\_\_\_\_. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- SANTOS, Afonso Celso Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- SANTOS, Cristiane A. C. dos. A leitura da colonização portuguesa da América no processo de Independência do Brasil, 1821-1822. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, nov. 2008, p. 109-116.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: Império, Monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKIDMORE, Thomas. Racial ideas and social policy in Brazil, 1870-1940. In: GRAHAM, Richard (ed.). *The idea of race in Latin America, 1870-1940*. Austin: University of Texas Press, 1990.

SLENES, Robert. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (org.). *The Chattel principle: internal slave trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2005, p. 325-370.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TILLY, Charles. *As revoluções europeias*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy: essays*. London: Cambridge University Press, 1979.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Santa Maria; Bauru: Ed. UFSM; Edusc, 1999.

ZÍLIO, Carlos. *A querela do Brasil: a questão da identidade da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.



# I M A G E N S

DE UM SÉCULO A OUTRO: UMA NOVA ÉPOCA OU UM NOVO MUNDO?

**FRANCISCO JOSÉ CALAZANS FALCON**

Máquina a vapor produzida no Arsenal da Marinha e apresentada na Exposição Nacional de 1861, no Rio de Janeiro. Integra o Catálogo de Produtos Naturais e Industriais que figurarão na Exposição Nacional de 1861, publicado e litografado pelo Instituto Artístico, parte do álbum *Recordações da Exposição Nacional de 1861*. Arquivo Nacional. Diversos (SDH) – Códices. Códice 964.

PAISAGEM E IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE NACIONALIDADE  
HERDADO DO PERÍODO JOANINO

**Líllia Moritz Schwarcz**

Relação dos artistas franceses contratados pelo príncipe regente para a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, entre eles Nicolas-Antoine Taunay. Parte do texto do decreto por meio do qual o príncipe regente estabelece a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e concede mercê de pensões a vários estrangeiros que seriam empregados na instituição. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1816. Tesouro Nacional. Códice 62, vol. 2, f. 31.

Coleção Museus Castro Maya. Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830). *Vista do Rio de Janeiro tomada do Alto da Boa Vista*, c. 1820. Óleo s/tela, 52 x 64 cm.

Título de membro honorário da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro concedido ao professor Félix Emílio Taunay. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1852. Arquivo Félix Emílio Taunay, caixa 1, pct. 2, doc. 32.

## A PRESENÇA BRITÂNICA NO IMPÉRIO NOS TRÓPICOS

**Leslie Bethell**

Retrato da rainha da Inglaterra e da Irlanda, Vitória I. (18—). Neurdein, E. *Carte de visite*. Arquivo Nacional. Coleção Fotografias Avulsas. O2/FOT.277.1.

Viaduto sobre a Estrada de Ferro São Paulo Railway. William Hadfield. *Brazil and the river plate in 1868*; showing the progress of those countries since his former visit in 1853. London: Bates, Hendy and Co., 1869, p. 56-7. Arquivo Nacional. OR 0757.

Engenho de açúcar em Pernambuco. Henry Koster. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1816, p. 336. Arquivo Nacional. OR 0951.

## CONEXÕES RIO-BAHIA: IDENTIDADES E DINÂMICA CULTURAL ENTRE TRABALHADORES, 1850-1888

**Gabriela dos Reis Sampaio**

Retrato de Glicéria da Conceição Ferreira. Carneiro & Gaspar (1872?). Arquivo Nacional. O2/FOT.144.1.

Negras no Rio de Janeiro. François Auguste Biard. *Deux annés au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1862, p. 47. Arquivo Nacional. OR 1731.

Tipos de escravos no Rio de Janeiro. Charles d'Ursel, comte. *Sud-Amérique: séjours et voyages au Brésil, a la Plata, au Chili, en Bolivie et au Pérou*. 2. ed. Paris: E. Plon et Cie., 1879. Interv. 2-3. Arquivo Nacional. OR 1426.

## FORMAS DE LER E APRENDER COM A HISTÓRIA NO BRASIL JOANINO

**Valdei Lopes de Araújo**

Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Luís Gonçalves dos Santos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil, divididas em três épocas da felicidade, honra e glória*: escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821 e oferecidas a S. Majestade o Rei Nosso Senhor o Sr. D. João VI. Lisboa: Impressão Régia, 1825, vol. 1, p. LXXII. Arquivo Nacional. OR 0853.

Planta da varanda régia erguida para a aclamação de d. João. Luís Gonçalves dos Santos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil, divididas em três épocas da felicidade, honra e glória*: escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821 e oferecidas a S. Majestade o Rei Nosso Senhor o Sr. D. João VI. Lisboa: Impressão Régia, 1825, v. 2, p. 448. Arquivo Nacional. OR 0853.

Projeto de monumento comemorativo da chegada da família real portuguesa. Luís Gonçalves dos Santos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil, divididas em três épocas da felicidade, honra e glória*: escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de

1821 e oferecidas a S. Majestade o Rei Nosso Senhor o Sr. D. João VI. Lisboa: Imprensa Régia, 1825, v. 2, p. 208-209. Arquivo Nacional. OR 0853.

#### D. JOÃO VI E A GÊNESE DO IMPÉRIO BRASILEIRO NA OBRA DE VARNHAGEN

**Lucia Maria Paschoal Guimarães**

Januário da Cunha Barbosa. *Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, precedido de uma breve notícia da proposta, instalação, e estatuição do mesmo Instituto. Rio de Janeiro: Tip. da Associação do Despertador, 1838. Arquivo Nacional. FOR 0002.

Folha de rosto do volume I. Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. *História geral do Brasil*, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado... Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1854-1857. 2v. Arquivo Nacional. OR 0146.

Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. *Correspondência ativa*: coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1961. Arquivo Nacional. ACG 13300.

#### A FOTOGRAFIA ALÉM DA CORTE: EXPANSÃO DA FOTOGRAFIA NO BRASIL IMPÉRIO

**Boris Kossoy**

Fotógrafo não identificado. *Hercule Florence com a idade de 70 anos*, São Paulo, c. 1926, gelatina/prata. Reprodução do original pelo estúdio Photographia Allemã.

Coleção Boris Kossoy. Guimarães van Nyvel. *Retrato de homem não identificado*. Rio de Janeiro, c. 1863, *carte de visite*.

Coleção Museu Paulista. Militão Augusto de Azevedo. *Corista dos tempos do Império*. São Paulo, s.d., [prova para *carte de visite* reproduzida do álbum do fotógrafo].

Coleção Biblioteca Nacional. Pacheco & Filho. *Retrato de d. Pedro II*. Rio de Janeiro, 1883, cópia platina, 38 x 30cm.

#### A PINTURA DO SÉCULO XIX EM UMA COLEÇÃO MODERNA

**Anna Paola P. Baptista**

Coleção Castro Maya. João Batista da Costa. *O passeio*, c. 1894-1915. Óleo sobre tela.

Coleção Castro Maya. Jean-Baptiste Debret. *Um jantar brasileiro*, 1827. Aquarela.

Coleção Castro Maya. Nicolas-Antoine Taunay. *Vista de outeiro, praia e igreja da Glória*, c. 1817. Óleo sobre tela.

Coleção Castro Maya. Theodore Rousseau. *Sol se pondo*, 2ª metade do século XIX. Óleo sobre tela.

Coleção Castro Maya. Eugene Boudin. *A fazenda de Saint Siméon*, 1856. Óleo sobre tela.

## UMA CIDADE NOVA NO RIO DE JANEIRO

**Fania Fridman**

Manuscritos AGCRJ. Base cartográfica: representação de Fernanda Mousse Pinto (*A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007) sobre planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no ano de 1808 (CUNHA, Lygia da Fonseca da. *Álbum cartográfico do Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971).

Manuscritos AGCRJ. Base cartográfica: representação de Fernanda Mousse Pinto (op. cit.) sobre Plan of the City of Rio de Janeiro (1866) executado por Edward Gotto.

Base cartográfica: representação de Fernanda Mousse Pinto sobre planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de S.A.R. Príncipe Regente no ano de 1808. CUNHA, Lygia da Fonseca da, op. cit.

Base cartográfica: Carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro, por Manoel Vieira Leão (1767) e Plano da capitania do Rio de Janeiro no ano de 1808 (MOTTA, Marcia Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Vício de Leitura, 1998, p. 248).

Parte da planta corográfica de uma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclui a Imperial Fazenda de Santa Cruz e suas medições (1848).

## A NATUREZA CONTRA O HÁBITO: A CIÊNCIA MÉDICA NO IMPÉRIO

**Flávio Coelho Edler**

Propaganda de serviços médicos oferecidos pelo dr. Julio Brandão, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Speltz Alexandre (org.). *Guia da cidade do Rio de Janeiro e subúrbios*: incluindo a nova planta indicadora do Rio de Janeiro e subúrbios bem como uma lista alfanumérica de todas as praças, travessas, ladeiras, becos, ruas, morros, praias, edifícios e lugares públicos da Corte, inclusive Vila Isabel, bem assim os movimentos e o mais necessário a saber de todas as vias de comunicação terrestres e navais do Rio de Janeiro, principalmente a partida dos carros de todas as linhas ferrocarris. S.l.: E. e H. Laemmert, 1877, f. 145. Arquivo Nacional. OR 0976.

Reprodução de anúncio de jornal no qual se oferecia o serviço de orações para benzer às casas contra epidemias. Daniel Parish Kidder. *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857, p. 158. Arquivo Nacional. OR 1047.

Hospital d. Pedro II no Rio de Janeiro. Litografia de Bachelier sobre fotografia de Victor Frond. Charles Riberyrolles. *Brasil pitoresco: história, descrições, viagens, instituições, colonização*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859-1861, p. 28. Arquivo Nacional. OR 2055.

#### O HOMEM, AS CIÊNCIAS NATURAIS E O BRASIL NO SÉCULO XIX

##### **Heloísa Maria Bertol Domingues**

Jasminum I. azoricum, var. bahiense, II. officinale. III. Nyctanthes Arbor-tristis. Karl Friedrich Philipp von Martius. *Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. reg. palat. vindobonensis suis aliorumque botaniorum studiis descriptas et methodo naturali digestas*. Vindobonae, Lipsiae: apud Frid. Beck, Apud Frid. Fleischer in comm., 1840-1873, v. 15, prancha 84. Arquivo Nacional. OR 2127.

Anciën Peruvien e Incas; Têtes trouvées dans lè tombes antiques à Canètè (Pérou); e Indien Aymara (Bolívia). Francis de la Porte Castelnau, conde de. *Expedition dans les parties centrales de l’Amerique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Para: executée par ordre du gouvernement français pendant les années, 1843 a 1847*. Paris: Chez P. Bertrand, Libraire-Editeur, 1850-1857.

#### O BRASIL DOS NATURALISTAS SPIX E MARTIUS: TAXONOMIA E SENTIMENTO

##### **Karen Macknow Lisboa**

Arbores Ante Christum Natum Enatae. In silva juxta fluvium Amazonum. Karl Friedrich Philipp von Martius. *Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. reg. palat. vindobonensis suis aliorumque botaniorum studiis descriptas et methodo naturali digestas*. Vindobonae, Lipsiae: apud Frid. Beck, apud Frid. Fleischer in comm., 1840-1873, v. 1, Tab. physiognom. IX. Arquivo Nacional. OR 2127.

Sylva Primaeva Prope Pedra da Onça, Praedium in Prov. Sebastianopolitana. Karl Friedrich Philipp von Martius. *Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. reg. palat. vindobonensis suis aliorumque botaniorum studiis descriptas et methodo naturali digestas*. Vindobonae, Lipsiae: apud Frid. Beck, apud Frid. Fleischer in comm., 1840-1873, v. 4, Tab. physiognom. XXXIV. Arquivo Nacional. OR 2127.

Silva Caesa, Cum Ficu Grandaeva, Ad S. Joannem Marcum, prov. Rio de Janeiro. Karl Friedrich Philipp von Martius. *Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. reg. palat. vindobonensis suis aliorumque botaniorum studiis descriptas et methodo naturali digestas*. Vindobonae, Lipsiae: apud Frid. Beck, apud Frid. Fleischer in comm., 1840-1873, v. 2, Tab. physiognom. XVI. Arquivo Nacional. OR 2127.

UNIDADE, DIVERSIDADE, SOCIABILIDADE: O IHGB NOS SEUS 170 ANOS

**Arno Wehling**

Diploma de sócio efetivo conferido a Eusébio de Queirós pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em 15 de abril de 1839. Arquivo Eusébio de Queirós, caixa 9, pct. 2.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Marco de Cananéia, fincado pelos primeiros navegadores portugueses no litoral brasileiro, como símbolo da posse territorial, hoje parte do acervo do IHGB. (15—).

ARQUIVO NACIONAL: 170 ANOS

**Cláudia Beatriz Heynemann**

Arquivo Público do Império. Rio de Janeiro, s.d. Arquivo Nacional. AN/FOT.137.10.

# Instruções aos Colaboradores

- I. A revista *Acervo*, de periodicidade semestral, dedica cada número a um tema distinto, e tem por objetivo divulgar e potencializar fontes de pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais e documentação. *Acervo* aceita somente trabalhos ainda inéditos em português, sob a forma de artigos e resenhas.
- II. Todos os textos recebidos são submetidos ao Conselho Editorial, que pode recorrer, se necessário, a pareceristas.
- III. O editor reserva-se o direito de efetuar adaptações, cortes e alterações nos trabalhos recebidos para adequá-los às normas da revista, respeitando o conteúdo do texto e o estilo do autor. Os textos em língua estrangeira são traduzidos para o português.
- IV. O material para publicação deve ser encaminhado em uma via impressa e uma em disquete ou por intermédio de e-mail com arquivo anexado, no programa Word 7.0 ou compatível.
- V. Os textos devem ter entre 10 e 15 laudas (fonte Times New Roman; corpo 12; entrelinha 1,5 linha), excetuando-se as resenhas, com aproximadamente cinco laudas. Devem conter de três a cinco palavras-chave e vir acompanhados de resumo em português e inglês, com cerca de cinco linhas cada. Após o título do artigo, constam as referências do autor (instituição, cargo, titulação).
- VI. Devem ser enviadas também de três



a cinco imagens em preto e branco, com as respectivas legendas e referências, preferencialmente com indicação, no verso, sobre sua localização no texto. As ilustrações devem ser remetidas em alta resolução (tamanho da imagem: mínimo de 10x15cm; resolução: 300dpi; formato: TIF).

VII. As notas figuram no final do texto, em algarismo arábico, dentro dos padrões estipulados pela ABNT. A citação bibliográfica deve ser completa quando o autor e a obra estiverem sendo indicados pela primeira vez. Ex: ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 28.

VIII. Em caso de repetição, utilizar ORTIZ, Renato, op. cit., p. 22.

IX. A bibliografia é dispensável. Caso o autor considere relevante, deve relacioná-la ao final do trabalho. Essas referências serão publicadas na seção BIBLIOGRAFIA, figurando em ordem alfabética, dentro dos padrões da ABNT, conforme os exemplos abaixo:

Livro: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Coletânea: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda de 1961 a 1971*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

Artigo em coletânea: LUZ, Rogerio. Cinema e psicanálise: a experiência ilusória. In: *Experiência clínica e experiência estética*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

Artigo em periódico: JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: nº 12, jun. 1985, p.16-26.

Tese acadêmica: ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX*. 1990. Tese (Doutoramento em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

X. Caso o artigo ou resenha seja publicado, o autor terá direito a cinco exemplares da revista.

XI. As colaborações poderão ser enviadas para o seguinte endereço:

Revista Acervo

Arquivo Nacional – Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental

Praça da República, 173, Bloco B, sala B002, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 20211-350

XII. Informações sobre o periódico podem ser solicitadas pelo telefone (21) 2179-1253 ou via e-mail (difusaoacervo@arquivonacional.gov.br).



Neste número

Francisco José Calazans Falcon

Lilia Moritz Schwarcz

Leslie Bethell

Gabriela dos Reis Sampaio

Valdei Lopes de Araújo

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Boris Kossoy

Ana Paola P. Baptista

Fania Fridman

Flávio Coelho Edler

Heloisa Maria Bertol Domingues

Karen Macknow Lisboa

Renata William Santos do Vale

Arno Wehling

Cláudia Beatriz Heynemann

# O IMPÉRIO NOS TRÓPICOS



CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

